



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ORDEM DO DIA
77ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025
08/10/2025

#	Proposição	Processo Administrativo	Autor	Assunto	Fase de Tramitação
1	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070047 / 2025	VEREADOR CAIO BEBETO	CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, O PROGRAMA "VOANDO COM SEGURANÇA - PIPA SEM CEROL"	DISCUSSÃO ÚNICA
2	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070048 / 2025	VEREADOR CAIO BEBETO	CONSTRUIR UM PONTO (ABRIGO) DE ÔNIBUS NA AL 101 NORTE, N, 58, NO BAIRRO DE PESCARIA, NESTA CAPITAL (SENTIDO PARIPUEIRA - MACEIÓ)	DISCUSSÃO ÚNICA
3	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070034 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS NA TRAVESSA FRANCISCO MENEZES, 345, LEVADA	DISCUSSÃO ÚNICA
4	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070037 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE REPARO E DESOBSTRUÇÃO DE GALERIA NA RUA CLETO MARQUES LUZ, 280, BOM PARTO	DISCUSSÃO ÚNICA
5	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070033 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA E RETIRADA DE VEGETAÇÃO CONSTITUÍDA DE PLANTAS NÃO CULTIVADAS, DE PORTE MÉDIO E SEM QUALQUER SERVIENTIA, DENOMINADA MATO, NA RUA JOÃO BÉDA DE MENDONÇA, 28, PONTA GROSSA	DISCUSSÃO ÚNICA
6	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070036 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA/RETIRADA DE LIXO E ENTULHO EM VIELA NA RUA DOUTOR ANTÔNIO GÓES BARBOSA, 34, MANGABEIRAS	DISCUSSÃO ÚNICA
7	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070032 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE REPARO DE GALERIA PRÓXIMA A ESCADARIA, NAS PIABAS, JACINTINHO	DISCUSSÃO ÚNICA
8	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070039 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA/RETIRADA DE LIXO E ENTULHO NA RUA HUMBERTO SANTA CRUZ, 356, VERGEL	DISCUSSÃO ÚNICA
9	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070035 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE REPARO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA NOVA VILA, 170, BOM PARTO	DISCUSSÃO ÚNICA
10	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070031 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE REPARO DE VIA EM RAZÃO DO AFUNDAMENTO DE SOLO DEVIDO AO ROMPIMENTO DE GALERIA, NA RUA DA LIBERDADE, 245, JACINTINHO	DISCUSSÃO ÚNICA
11	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070038 / 2025	VEREADOR CAL MOREIRA	SOLICITAÇÃO DE REPARO DE VIA EM RAZÃO DO AFUNDAMENTO DE SOLO DEVIDO AO ROMPIMENTO DE GALERIA, NA RUA SÃO LUIZ, 475, JACINTINHO	DISCUSSÃO ÚNICA
12	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070045 / 2025	VEREADOR DAVID EMPREGOS AL	SOLICITANDO A REVITALIZAÇÃO DO TERMINAL DE ÔNIBUS DO CONJUNTO HENRIQUE EQUELMAN	DISCUSSÃO ÚNICA
13	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070030 / 2025	VEREADOR GALBA NETTO	SOLICITA O ENCAMINHAMENTO DE OFÍCIO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - SEMINFRA, PARA QUE REALIZE O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA DO QUADRO, TABULEIRO DO MARTINS, CEP 57061-120, NESTE MUNICÍPIO	DISCUSSÃO ÚNICA
14	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070003 / 2025	VEREADOR MARCELO PALMEIRA	SOLICITANDO A PAVIMENTAÇÃO, LOCALIZADA NO NO LOTEAMENTO ALTO DA BOA VISTA Q, A QUADRA B E C, NO BAIRRO RIO NOVO.	DISCUSSÃO ÚNICA
15	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070041 / 2025	VEREADOR MILTON RONALSA	SOLICITA A SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS COMUNS POR LUMINÁRIAS DE LED NO RESIDENCIAL PARQUE PETRÓPOLIS II, NO BAIRRO PETRÓPOLIS.	DISCUSSÃO ÚNICA
16	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070040 / 2025	VEREADOR MILTON RONALSA	SOLICITA A OPERAÇÃO TAPA-BURACO NA RUA ALÍPIO BARBOSA DA SILVA, PRINCIPAL VIA DO PONTAL DA BARRA.	DISCUSSÃO ÚNICA
17	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070029 / 2025	VEREADOR MILTON RONALSA	SOLICITA UM MUTIRÃO DE LIMPEZA NO BAIRRO DO PONTAL DA BARRA, PRÓXIMO AO CAMPO DE FUTEBOL DE AREIA E FUTEVÓLEI.	DISCUSSÃO ÚNICA



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ORDEM DO DIA
77ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025
08/10/2025

#	Proposição	Processo Administrativo	Autor	Assunto	Fase de Tramitação
18	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070009 / 2025	VEREADOR THALES DINIZ	SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A AMPLIAÇÃO DE DA CMEI TOBIAS GRANJA NO BAIRRO CLIMA BOM.	DISCUSSÃO ÚNICA
19	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070013 / 2025	VEREADOR THALES DINIZ	SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A LIMPEZA URBANA NA RUA DO CAMPO , NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL OVIDIO EDGAR DE ALBUQUERQUE, NO BAIRRO TABULEIRO DO MARTINS	DISCUSSÃO ÚNICA
20	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070012 / 2025	VEREADOR THALES DINIZ	SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO ALTO DA ALEGRIA, NO BAIRRO BENEDITO BENTES	DISCUSSÃO ÚNICA
21	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070010 / 2025	VEREADOR THALES DINIZ	SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A REFORMA COMPLETA E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE LED NO TERMINAL DE ÔNIBUS DO SANATÓRIO, EM FRENTE AO ANTIGO HOSPITAL SANATÓRIO, NO BAIRRO FAROL.	DISCUSSÃO ÚNICA
22	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070019 / 2025	VEREADOR THIAGO PRADO	SOLICITA A LIMPEZA E RETIRADA DE ENTULHOS NA RUA SANTO ANTÔNIO, BAIRRO JACINTINHO, EM MACEIÓ/AL.	DISCUSSÃO ÚNICA
23	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070020 / 2025	VEREADOR THIAGO PRADO	SOLICITA A LIMPEZA E RETIRADA DE ENTULHOS NA RUA EM PROJETO B, BAIRRO JACINTINHO, EM MACEIÓ/AL.	DISCUSSÃO ÚNICA
24	INDICAÇÃO	PROCESSO WEB Nº 10070005 / 2025	VEREADOR ZÉ MÁRCIO FILHO	SOLICITAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED NAS QUADRAS A E B DO LOTEAMENTO ALTO DA COLINA - BAIRRO SANTA AMÉLIA	DISCUSSÃO ÚNICA
25	REQUERIMENTO PLENÁRIO	PROCESSO WEB Nº 09300076 / 2025	VEREADOR DAVID EMPREGOS AL	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA: INFÂNCIA EM RISCO, COMBATE À EXPLORAÇÃO INFANTIL NAS RUAS DE MACEIÓ	DISCUSSÃO ÚNICA
26	REQUERIMENTO PLENÁRIO	PROCESSO WEB Nº 10070042 / 2025	VEREADORA FÁTIMA SANTIAGO	REQUERIMENTO OUTUBRO ROSA	DISCUSSÃO ÚNICA
27	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85/2025	PROCESSO WEB Nº 05140022 / 2025	VEREADOR ALLAN PIERRE	CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.	SEGUNDA DISCUSSÃO
28	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87/2025	PROCESSO WEB Nº 05150034 / 2025	VEREADOR ALLAN PIERRE	CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.	SEGUNDA DISCUSSÃO
29	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86/2025	PROCESSO WEB Nº 05150022 / 2025	VEREADOR ALLAN PIERRE	CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.	SEGUNDA DISCUSSÃO
30	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 153/2024	PROCESSO WEB Nº 11180015 / 2024	VEREADOR DAVI DAVINO	CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE	SEGUNDA DISCUSSÃO
31	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025	PROCESSO WEB Nº 03100036 / 2025	VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA	CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.	SEGUNDA DISCUSSÃO
32	PROJETO DE LEI Nº 249/2025	PROCESSO WEB Nº 05190060 / 2025	VEREADOR BRIVALDO MARQUES	INSTITUI O PROGRAMA "VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO", COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.	PRIMEIRA DISCUSSÃO



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ORDEM DO DIA
77ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025
08/10/2025

#	Proposição	Processo Administrativo	Autor	Assunto	Fase de Tramitação
33	PROJETO DE LEI Nº 290/2025	PROCESSO WEB Nº 06040047 / 2025	VEREADOR BRIVALDO MARQUES	INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.	PRIMEIRA DISCUSSÃO
34	PROJETO DE LEI Nº 281/2025	PROCESSO WEB Nº 06020075 / 2025	VEREADOR CHICO FILHO	ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	PRIMEIRA DISCUSSÃO
35	PROJETO DE LEI Nº 276/2025	PROCESSO WEB Nº 05280032 / 2025	VEREADOR EDUARDO CANUTO	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL	PRIMEIRA DISCUSSÃO
36	PROJETO DE LEI Nº 120/2025	PROCESSO WEB Nº 03190077 / 2025	VEREADOR GALBA NETTO	DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO	PRIMEIRA DISCUSSÃO
37	PROJETO DE LEI Nº 233/2025	PROCESSO WEB Nº 05140011 / 2025	VEREADORA OLIVIA TENORIO	PL 001-2025- INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	PRIMEIRA DISCUSSÃO
38	PROJETO DE LEI Nº 329/2025	PROCESSO WEB Nº 07080037 / 2025	VEREADORA SILVANIA BARBOSA	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS-ABMAL	PRIMEIRA DISCUSSÃO
39	PROJETO DE LEI Nº 232/2025	PROCESSO WEB Nº 05130024 / 2025	VEREADORA SILVANIA BARBOSA	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL.	PRIMEIRA DISCUSSÃO
40	PROJETO DE LEI Nº 265/2022	PROCESSO WEB Nº 05200009 / 2022	VEREADORA TECA NELMA	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.	PRIMEIRA DISCUSSÃO



GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO

INDICAÇÃO Nº _____/2025

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR

CHICO FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Maceió

INDICAÇÃO

Senhor Presidente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, venho, respeitosamente, submeter à apreciação a presente **INDICAÇÃO** e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal João Henrique Holanda Caldas (JHC), com cópia ao Senhor Luiz Rogério Neves Lima, Secretário Municipal de Educação -SEMED, para que sejam adotadas as medidas administrativas necessárias à criação, no âmbito das escolas públicas municipais, do **Programa “Voando com Segurança – Pipa Sem Cerol”**, destinado à realização de ações educativas e preventivas nas unidades escolares e nas comunidades, visando à conscientização sobre os riscos do uso do cerol e à promoção de práticas de lazer seguras.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por finalidade instituir o Programa “Voando com Segurança – Pipa Sem Cerol”, voltado à conscientização de crianças, adolescentes e suas famílias sobre os riscos do uso do cerol nas linhas de pipa, bem como à promoção de uma cultura de brincadeira responsável e segura.

O cerol é uma mistura composta por cola — geralmente de sapateiro — e materiais abrasivos, como vidro moído, pó de ferro ou quartzo, aplicada nas linhas das pipas para torná-las cortantes. Embora muitos acreditem se tratar de uma prática inofensiva, o uso do cerol representa um grave risco à vida: pode causar ferimentos profundos e até mortes de motociclistas, ciclistas e pedestres, além de provocar danos à rede elétrica e acidentes em vias públicas.

Os registros de acidentes envolvendo o cerol têm crescido de forma alarmante. De acordo com levantamento da Rádio Agência, somente entre janeiro e maio de 2024 foram contabilizados 1.326 acidentes no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, o caso mais recente foi o do mototaxista Victor Hugo Silva, de 38 anos, que perdeu a vida após ser atingido no pescoço por uma linha com cerol, enquanto trabalhava na Avenida Brasil, em março deste ano.



GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO

Dados da campanha “Cerol Não”, em atividade desde 2004, revelam que 57% dos acidentes registrados em rodovias resultam em mortes, sendo os motociclistas as principais vítimas, com 27% das ocorrências fatais. Conforme explica o idealizador da campanha, Robson Moraes Almeida, ainda não há estatísticas oficiais abrangentes sobre o tema, o que reforça a necessidade de ações preventivas permanentes em todo o país.

Muitas vezes, crianças e adolescentes desconhecem a gravidade dessa prática, encarando-a apenas como parte de uma brincadeira tradicional. Cabe, portanto, ao Município de Maceió adotar políticas públicas voltadas à educação e à conscientização, levando informação clara, acessível e contínua às escolas e comunidades, a fim de prevenir tragédias e preservar vidas.

O Programa “Voando com Segurança – Pipa Sem Cerol” terá como diretrizes principais:

- Campanhas educativas nas escolas municipais, com palestras, oficinas e materiais lúdico-pedagógicos sobre os riscos do cerol;
- Atividades extracurriculares, como concursos de redação, desenho e teatro com o tema da brincadeira segura;
- Mobilização das famílias e comunidades escolares, incentivando o diálogo e a supervisão responsável;
- Parcerias com órgãos de trânsito e segurança pública, reforçando as orientações sobre a legislação que proíbe o uso do cerol;
- Criação do “Dia Municipal de Conscientização sobre o Não Uso do Cerol”, a ser celebrado anualmente com atividades educativas em todas as unidades escolares.

Trata-se, portanto, de uma medida essencial para transformar uma prática perigosa em uma brincadeira saudável, educativa e segura, garantindo que nossas crianças e adolescentes possam desfrutar do prazer de empinar pipas sem colocar vidas em risco.

Cientes da relevância do tema e do compromisso desta Casa com a segurança e a formação cidadã da juventude maceioense, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 07 de outubro de 2025.

CAIO BEBETO
Vereador

1-<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2025-04/linhas-com-cerol-provocaram-1326-acidentes-somente-em-sao-paulo>)

2-<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/16/motoqueiro-morre-atingido-linha-cerol-avenida-brasil.ghml>



GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO

INDICAÇÃO Nº _____/2025

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR

CHICO FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Maceió

INDICAÇÃO

Senhor Presidente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, venho, respeitosamente, submeter à apreciação a presente **INDICAÇÃO** e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal João Henrique Holanda Caldas (JHC), com cópia ao Senhor André Santos Costa, Diretor-Presidente do Departamento Municipal de Transportes e Trânsito – DMTT, para que sejam adotadas as providências cabíveis no sentido de construir um ponto (abrigo) de ônibus na AL 101 NORTE, n, 58, no bairro de Pescaria, nesta capital (sentido Paripueira - Maceió).

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por finalidade atender à solicitação dos moradores do bairro de Pescaria, que reivindicam melhores condições de segurança, conforto e acessibilidade enquanto aguardam o transporte público.

Atualmente, os usuários enfrentam exposição ao sol, à chuva e à insegurança, devido à ausência de um abrigo adequado no ponto de ônibus localizado na AL-101 Norte, nº 58, no bairro de Pescaria.

A instalação de um ponto (abrigo) de ônibus no referido local é medida simples, porém essencial, que trará mais dignidade e proteção aos cidadãos que dependem do transporte coletivo, além de contribuir para a organização do tráfego e a valorização do espaço urbano.

Trata-se, portanto, de uma demanda legítima da comunidade, que merece a devida atenção do Poder Público Municipal, garantindo aos moradores de Pescaria um



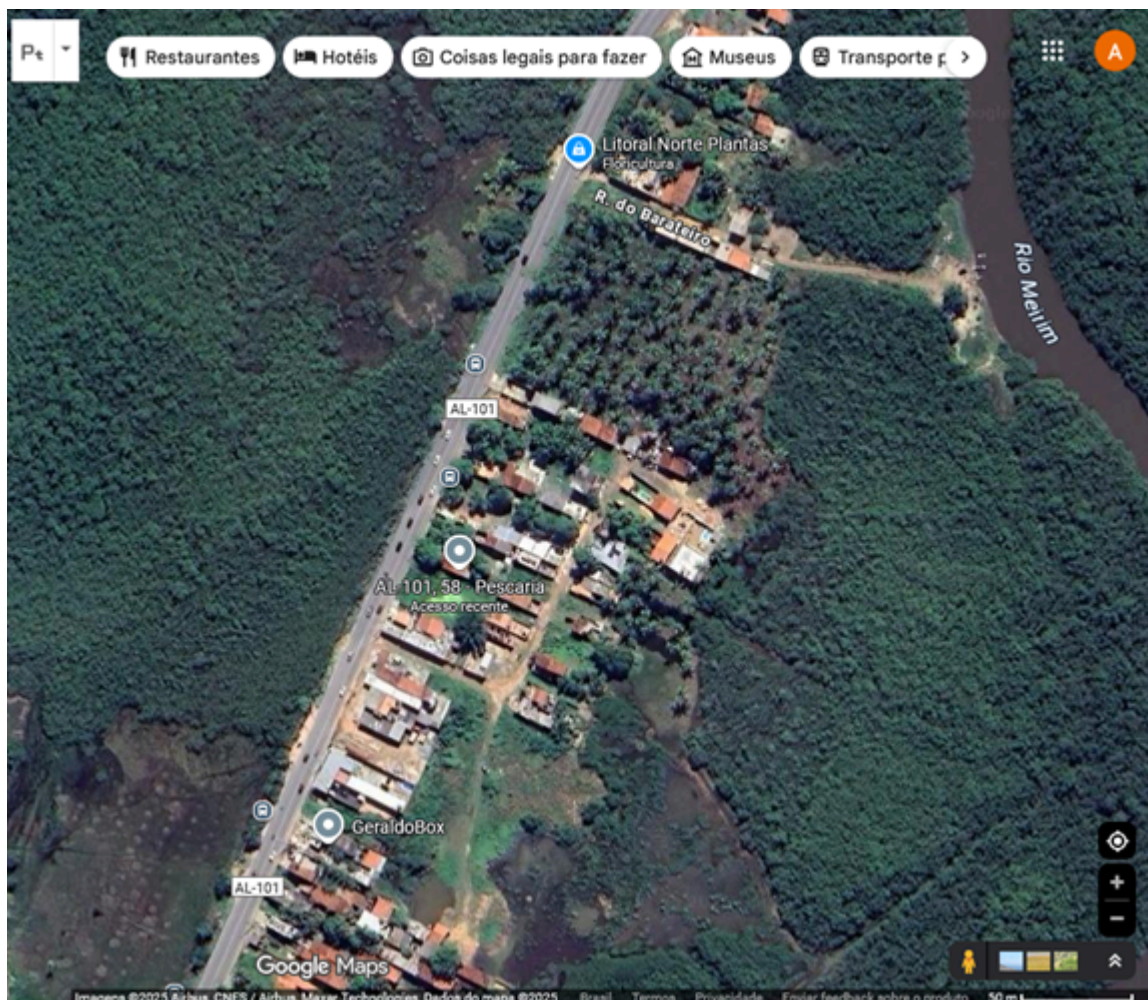
GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO

equipamento público adequado, seguro e acessível para o embarque e desembarque de passageiros.

Diante do exposto, solicito a apreciação e o devido encaminhamento desta Indicação ao setor competente, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 07 de outubro de 2025.

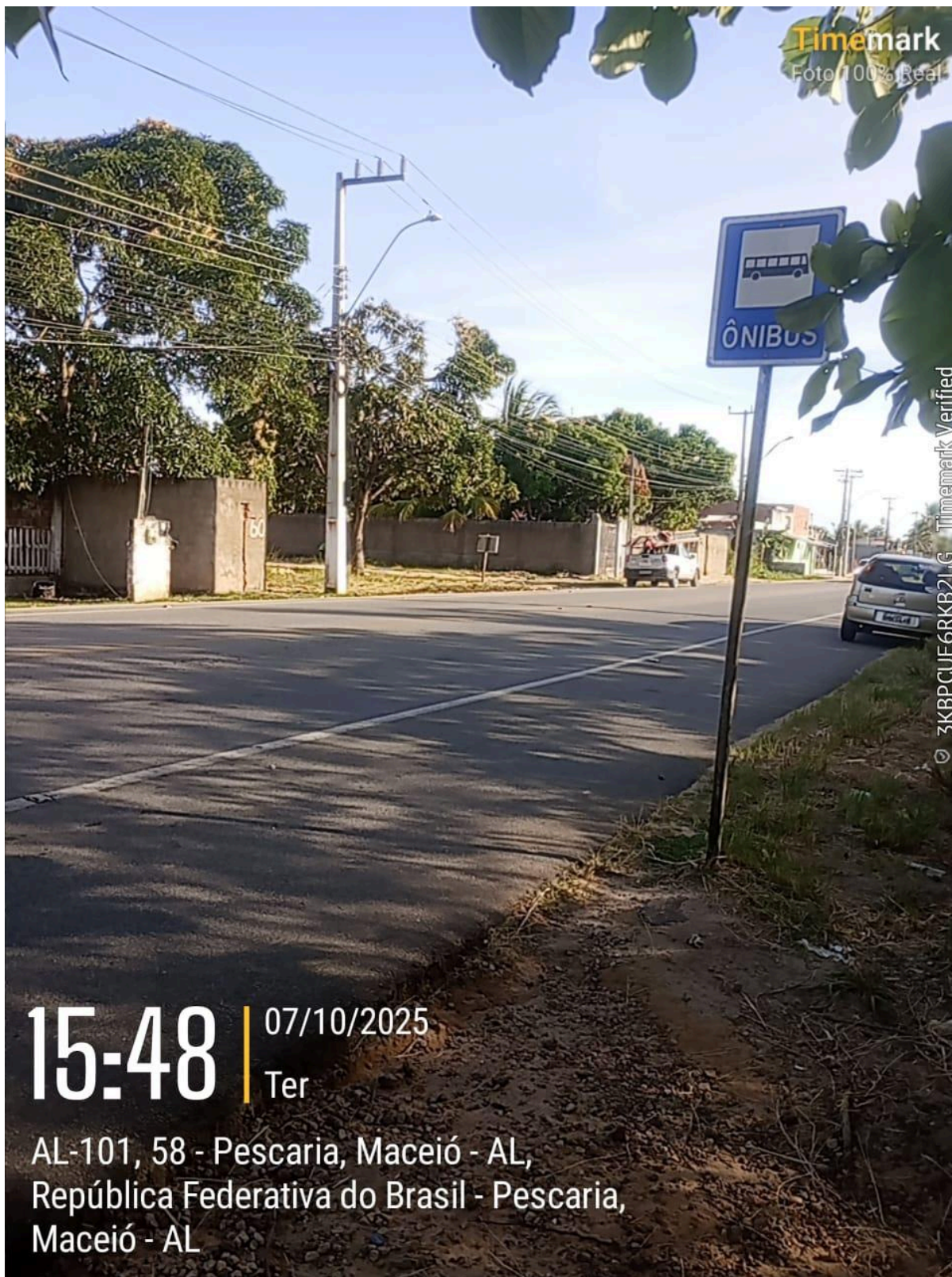
CAIO BEBETO
Vereador





CÂMARA
Municipal de Maceió

GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO



15:48

07/10/2025

Ter

AL-101, 58 - Pescaria, Maceió - AL,
República Federativa do Brasil - Pescaria,
Maceió - AL



CÂMARA
Municipal de Maceió

GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO



15:47 | 07/10/2025
Ter

AL-101, 58 - Pescaria, Maceió - AL,
República Federativa do Brasil - Pescaria,
Maceió - AL



CÂMARA
Municipal de Maceió

GABINETE DO VEREADOR CAIO BEBETO



15:45 | 07/10/2025
Ter

AL-101, 58 - Pescaria, Maceió - AL,
República Federativa do Brasil - Pescaria,
Maceió - AL



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 259/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Gutenberg de Melo Bezerra, representante da Autarquia Municipal de Iluminação Pública, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS NA TRAVESSA
FRANCISCO MENEZES, 345, LEVADA”**

JUSTIFICATIVA

A solicitação de substituição de lâmpada queimada fundamenta-se na importância da iluminação pública adequada para a segurança e bem-estar dos moradores da região.

A falta de iluminação no referido ponto tem causado sensação de insegurança, favorecendo a ocorrência de delitos e dificultando a circulação de pedestres no período noturno.

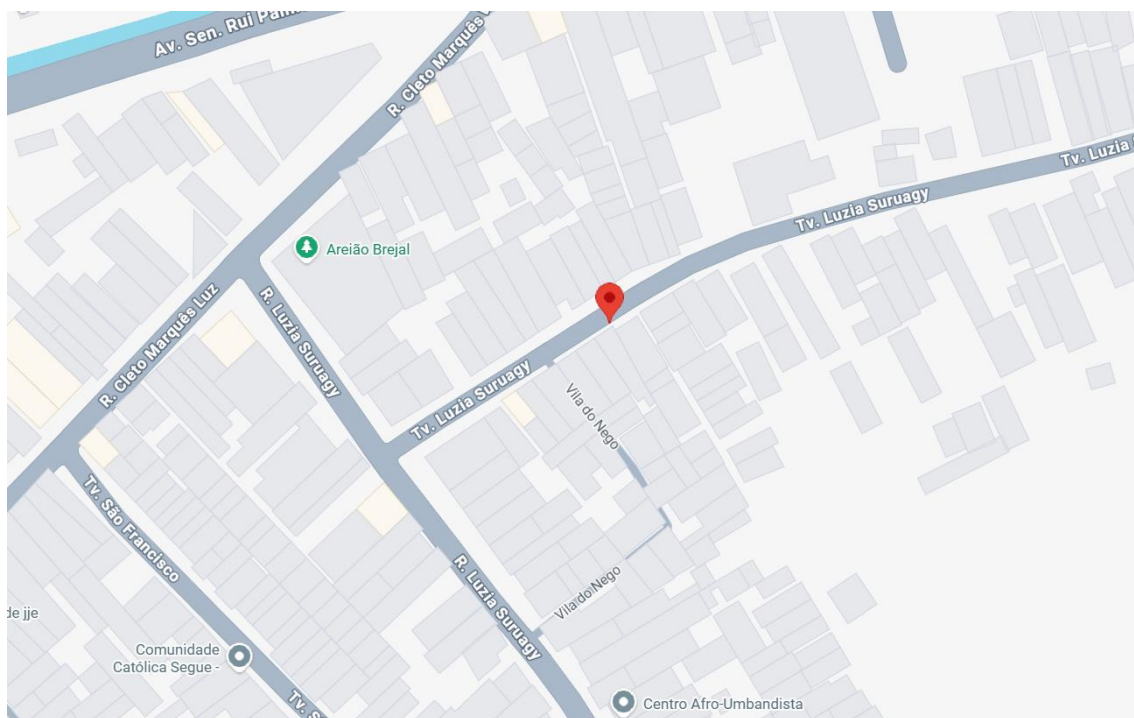
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/9ugVCJteSU7k932SA>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 262/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Rodrigo Santos Cunha, Vice-prefeito de Maceió e representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE REPARO E DESOBSTRUÇÃO DE GALERIA NA RUA CLETO MARQUES
LUZ, 280, BOM PARTO”**


JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem como finalidade a realização de reparo e desobstrução da galeria de águas pluviais, que se encontra comprometida, causando constantes alagamentos e escoamento inadequado das águas da chuva.

Tal situação tem provocado sérios transtornos aos moradores da região, com registros de acúmulo de água, mau cheiro, deterioração do asfalto e riscos à saúde pública, além de favorecer a proliferação de insetos e roedores. A via afetada é de grande circulação local e a persistência do problema pode gerar danos estruturais às residências próximas.

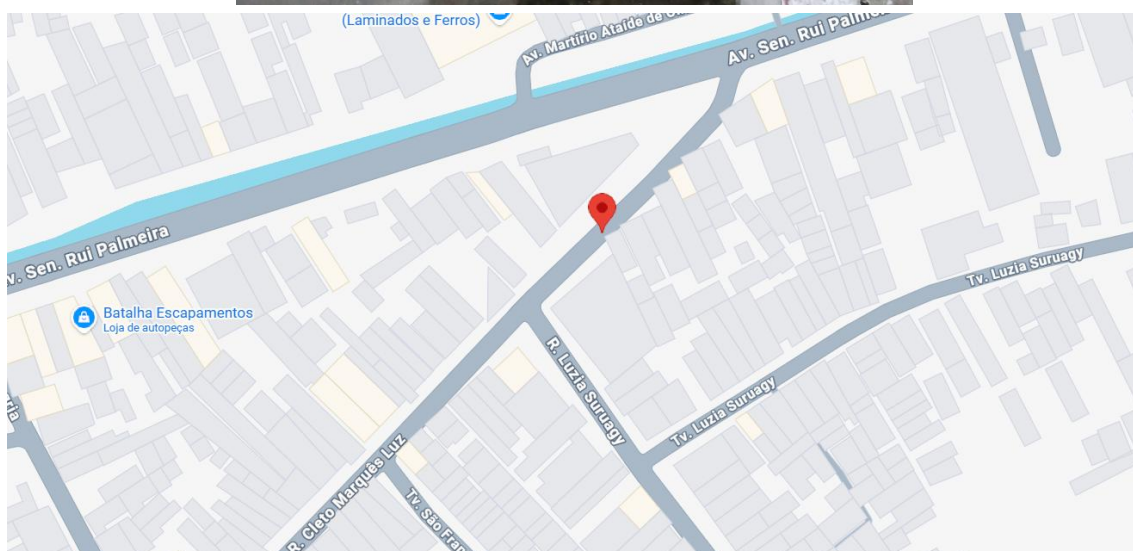
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/A1gmV7uX81ZwLnih8>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 258/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Moacir Teófilo Neto, representante da Autarquia de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana, para a adoção das devidas providências:

“SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA E RETIRADA DE VEGETAÇÃO CONSTITUÍDA DE PLANTAS NÃO CULTIVADAS, DE PORTE MÉDIO E SEM QUALQUER SERVENTIA, DENOMINADA MATO, NA RUA JOÃO BÉDA DE MENDONÇA, 28, PONTA GROSSA”


JUSTIFICATIVA

O acúmulo de mato de porte médio, sem qualquer serventia, compromete a estética urbana, dificulta a circulação de pedestres e veículos, além de favorecer a proliferação de insetos, roedores e animais peçonhentos, gerando riscos à saúde pública e à segurança dos moradores.

A execução do serviço solicitado é medida necessária para garantir melhores condições de higiene, acessibilidade e bem-estar à comunidade local, contribuindo para a valorização do espaço público e prevenção de problemas decorrentes da falta de manutenção.

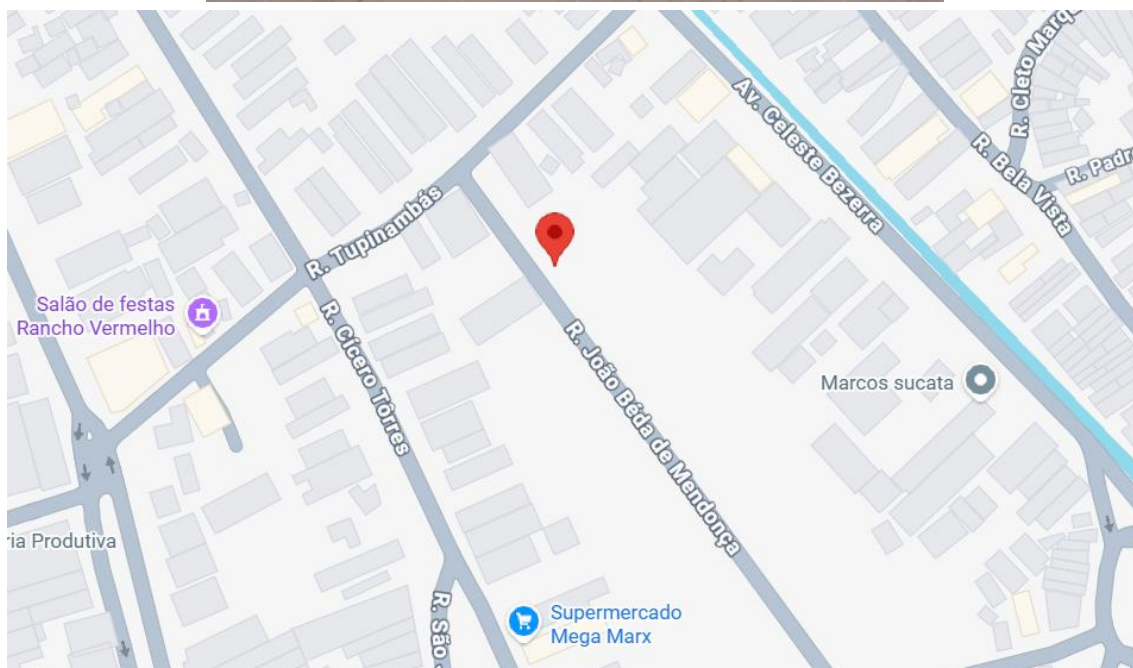
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/NrCacMjMbWDPdU8r6>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 261/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Moacir Teófilo Neto, representante da Autarquia de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA/RETIRADA DE LIXO E ENTULHO EM VIELA NA RUA
DOUTOR ANTÔNIO GÓES BARBOSA, 34, MANGABEIRAS”**

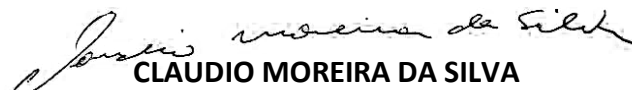
JUSTIFICATIVA

A solicitação de retirada de entulho justifica-se pela necessidade de promover a limpeza urbana, a segurança dos transeuntes e a prevenção de problemas ambientais e sanitários. O acúmulo de resíduos sólidos no local tem causado obstrução da via pública e calçadas, dificultando a mobilidade de pedestres e veículos, além de comprometer a estética urbana.

Além disso, a permanência do entulho favorece a proliferação de vetores de doenças, como ratos, baratas e mosquitos, gerando riscos à saúde da comunidade. Também há risco de acidentes, especialmente à noite, em virtude da baixa visibilidade da obstrução.

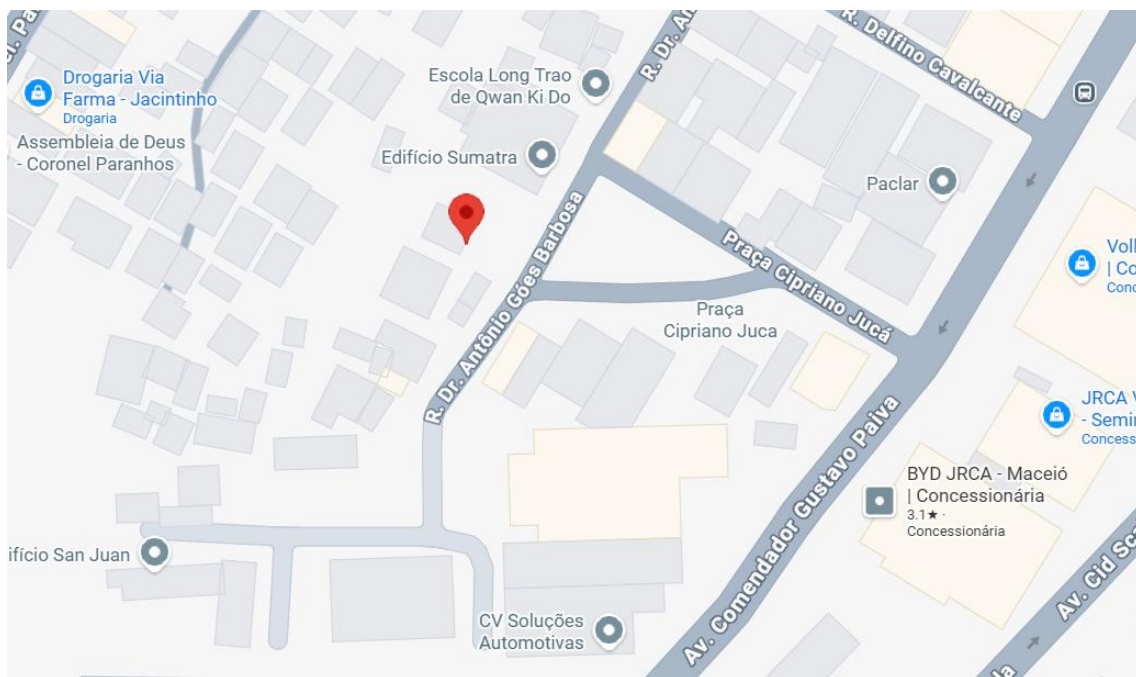
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/zCvSANUY8BdscYiJA>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 257/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Rodrigo Santos Cunha, Vice-prefeito de Maceió e representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE REPARO DE GALERIA PRÓXIMA A ESCADARIA, NAS PIABAS,
JACINTINHO”**


JUSTIFICATIVA

A solicitação de reparo de galeria deve-se à identificação de falhas estruturais que vêm comprometendo o escoamento adequado das águas pluviais. Essa situação tem provocado alagamentos recorrentes, danos ao pavimento e riscos à segurança de pedestres e veículos.

Além disso, a falta de manutenção da galeria pode agravar problemas de infiltração e erosão, afetando as residências vizinhas. A intervenção é necessária para garantir a funcionalidade do sistema de drenagem, prevenir transtornos à população e preservar a infraestrutura urbana local.

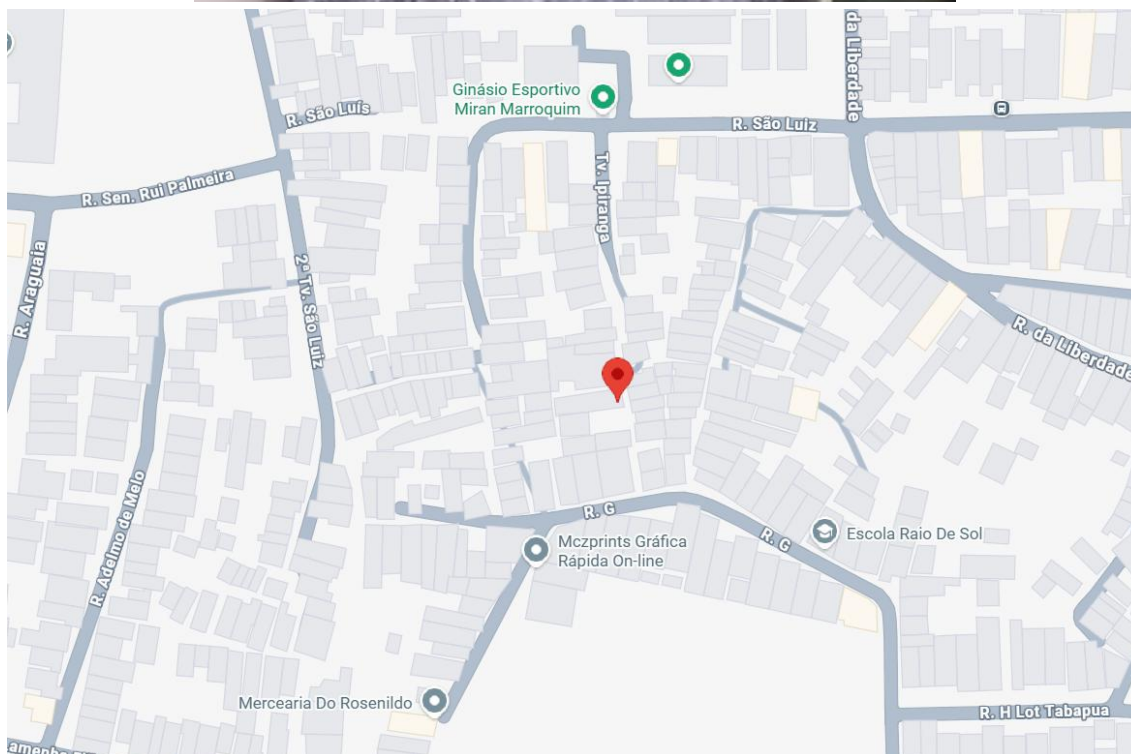
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/9E8CxeNG6s9YyLbPA>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 264/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Moacir Teófilo Neto, representante da Autarquia de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE LIMPEZA/RETIRADA DE LIXO E ENTULHO NA RUA HUMBERTO
SANTA CRUZ, 356, VERGEL”**

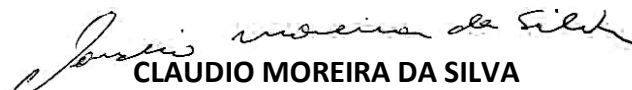
JUSTIFICATIVA

A solicitação de retirada de entulho justifica-se pela necessidade de promover a limpeza urbana, a segurança dos transeuntes e a prevenção de problemas ambientais e sanitários. O acúmulo de resíduos sólidos no local tem causado obstrução da via pública e calçadas, dificultando a mobilidade de pedestres e veículos, além de comprometer a estética urbana.

Além disso, a permanência do entulho favorece a proliferação de vetores de doenças, como ratos, baratas e mosquitos, gerando riscos à saúde da comunidade. Também há risco de acidentes, especialmente à noite, em virtude da baixa visibilidade da obstrução.

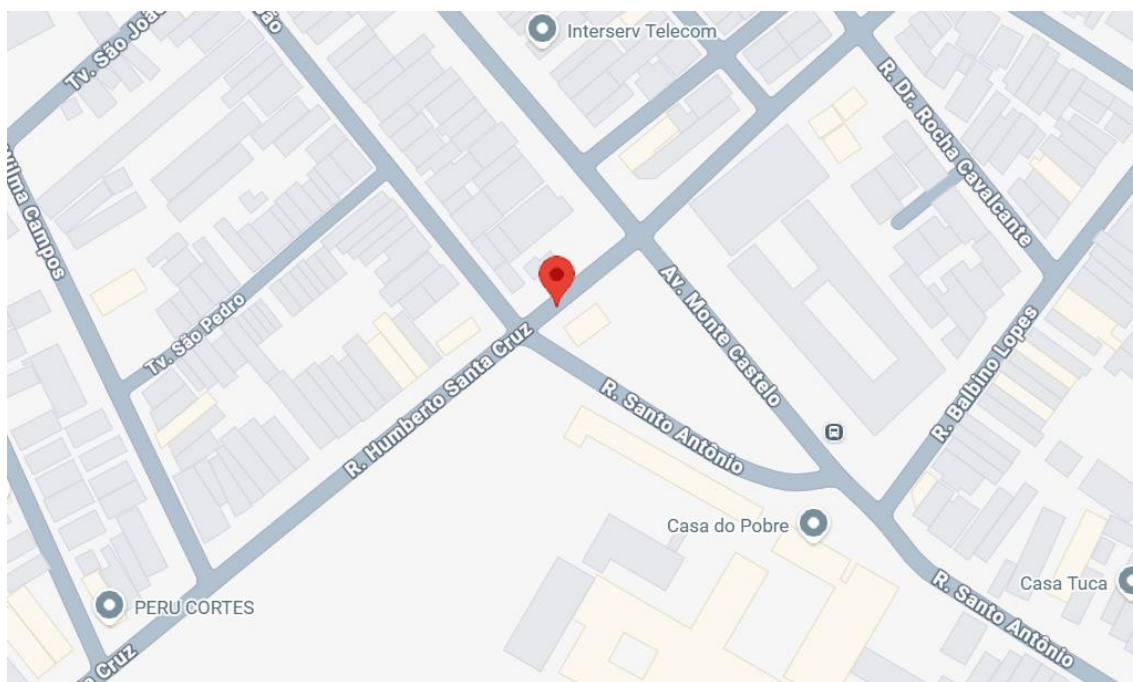
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/SHdCKTgPa1j9v75L8>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 260/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Rodrigo Santos Cunha, Vice-prefeito de Maceió e representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a adoção das devidas providências:

**“SOLICITAÇÃO DE REPARO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA NOVA VILA, 170,
BOM PARTO”**

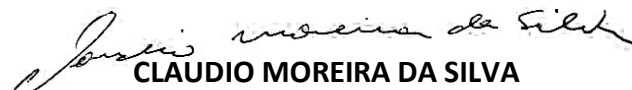
JUSTIFICATIVA

A pavimentação asfáltica do local em questão se encontra-se deteriorada, apresentando buracos e irregularidades que comprometem o tráfego seguro de veículos e o deslocamento de pedestres. Essa situação ocasiona riscos de acidentes, danos materiais e dificuldades de mobilidade urbana, além de afetar a fluidez do trânsito e a qualidade de vida da população.

A adoção de medidas de reparo é fundamental para garantir maior segurança, preservar a infraestrutura viária e assegurar condições adequadas de circulação. Trata-se de providência indispensável para a manutenção da ordem urbanística e para o bem-estar dos cidadãos que utilizam diariamente as vias públicas.

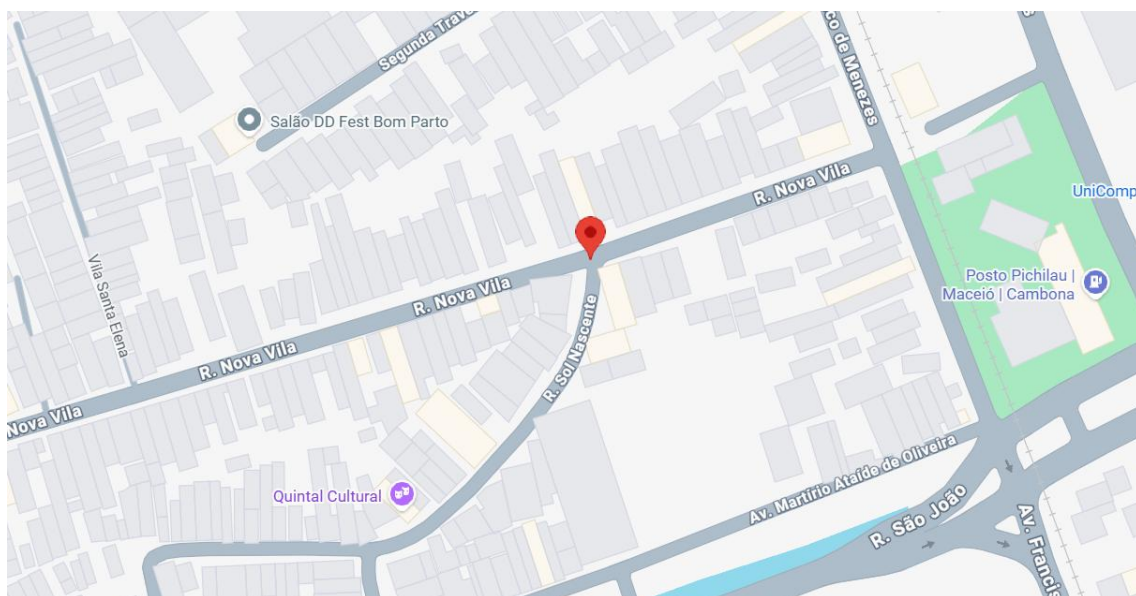
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/JcvXBMXaggMbWH8d9>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 256/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Rodrigo Santos Cunha, Vice-prefeito de Maceió e representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a adoção das devidas providências:

“SOLICITAÇÃO DE REPARO DE VIA EM RAZÃO DO AFUNDAMENTO DE SOLO DEVIDO AO ROMPIMENTO DE GALERIA, NA RUA DA LIBERDADE, 245, JACINTINHO”

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem como finalidade requerer a realização de reparo urgente na via em questão, em razão do visível afundamento do solo provocado pelo rompimento de galeria subterrânea.

A deformação da pavimentação tem comprometido o tráfego seguro de veículos e pedestres, representando risco iminente de acidentes, especialmente em dias chuvosos, quando o problema tende a se agravar. Além disso, a continuidade do desgaste pode provocar danos estruturais mais severos e onerosos ao poder público, caso não haja uma intervenção imediata.

Considerando o impacto negativo à mobilidade urbana, à segurança dos transeuntes e à integridade da infraestrutura local, solicita-se a adoção das providências necessárias para o reparo da via e a devida recomposição da galeria, com a maior brevidade possível.

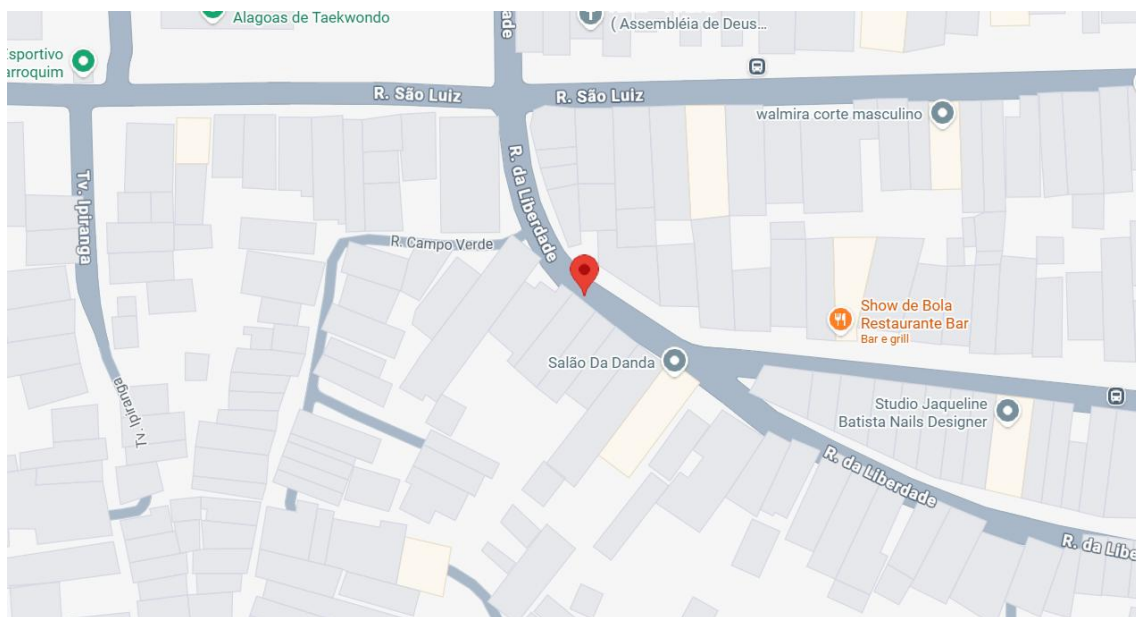
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/23DS3NUXdnTBCKV39>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

INDICAÇÃO Nº 263/2025 – GVCM/CMM

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Venho perante Vossa Excelência e os demais vereadores, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, apresentar esta INDICAÇÃO e, após aprovação pelo Plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor João Henrique Holanda Caldas (JHC), Prefeito de Maceió, e ao Ilustríssimo Senhor Rodrigo Santos Cunha, Vice-prefeito de Maceió e representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a adoção das devidas providências:

“SOLICITAÇÃO DE REPARO DE VIA EM RAZÃO DO AFUNDAMENTO DE SOLO DEVIDO AO ROMPIMENTO DE GALERIA, NA RUA SÃO LUIZ, 475, JACINTINHO”

JUSTIFICATIVA

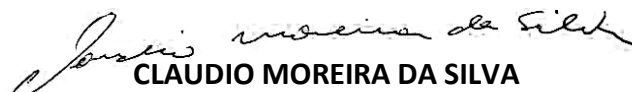
A presente solicitação tem como finalidade requerer a realização de reparo urgente na via em questão, em razão do visível afundamento do solo provocado pelo rompimento de galeria subterrânea.

A deformação da pavimentação tem comprometido o tráfego seguro de veículos e pedestres, representando risco iminente de acidentes, especialmente em dias chuvosos, quando o problema tende a se agravar. Além disso, a continuidade do desgaste pode provocar danos estruturais mais severos e onerosos ao poder público, caso não haja uma intervenção imediata.

Considerando o impacto negativo à mobilidade urbana, à segurança dos transeuntes e à integridade da infraestrutura local, solicita-se a adoção das providências necessárias para o reparo da via e a devida recomposição da galeria, com a maior brevidade possível.

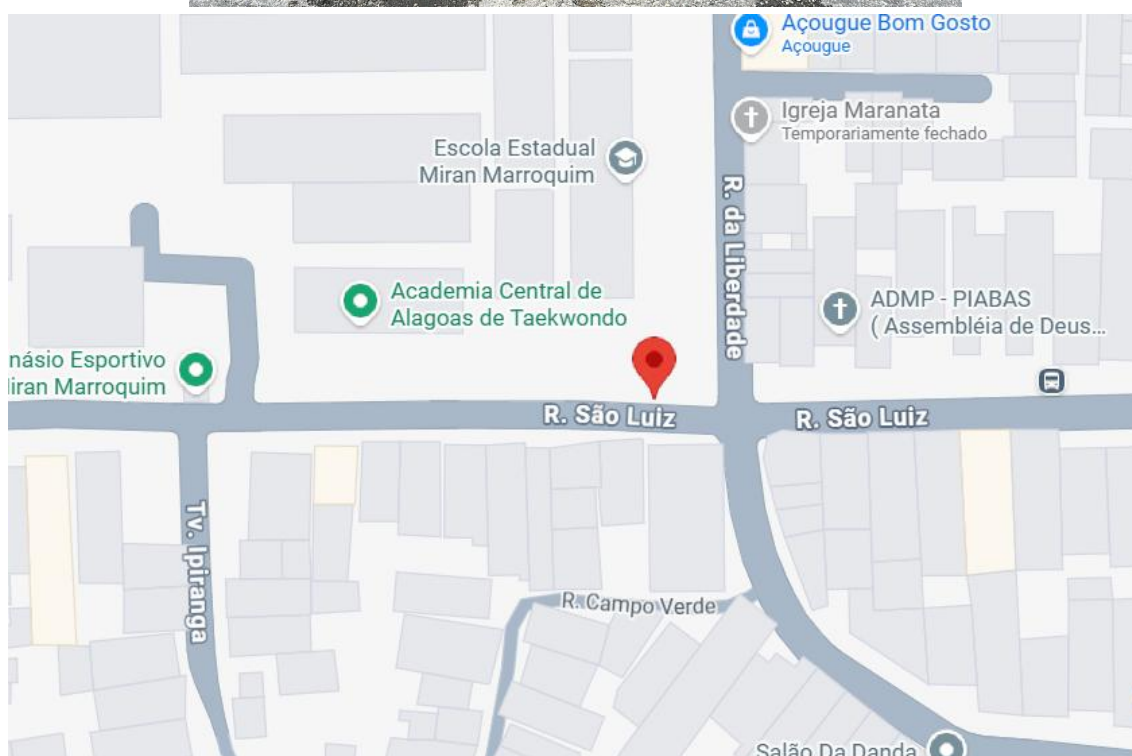
Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões.
Maceió, 07 de outubro de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA



<https://maps.app.goo.gl/wErSy36nBuF2LULr7>



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL

INDICAÇÃO Nº 119/2025

Maceió/AL, 07 de outubro de
2025

À Vossa Excelência, o Senhor

FRANCISCO HOLANDA COSTA FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió

Rua Sá e Albuquerque, nº 564 - Jaraguá, Maceió - AL, 57022-180

Senhor Presidente, apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 216, I do Regimento Interno, a presente INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito João Henrique Caldas, com cópia para o Senhor Diretor Presidente do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito André Santos Costa, **Solicitando a revitalização do terminal de ônibus do conjunto henrique equelman, CEP: 57083-410.**

Referido terminal encontra-se em estado avançado de abandono, com sua estrutura comprometida, cobertura danificada, bancos quebrados, ausência de iluminação pública, e intenso acúmulo de lixo e entulhos, o que transforma o local em um ambiente insalubre e inseguro.

Além das más condições físicas, o espaço tem sido alvo de ações de vandalismo e, pela falta de presença do poder público, tem servido como ponto de uso de entorpecentes e outros ilícitos, causando medo e insegurança à população local. Muitos usuários do transporte coletivo, inclusive, relatam evitar o desembarque no local por receio de assaltos e violência, o que agrava ainda mais o problema da mobilidade urbana na região.

Tais ações não apenas resgatariam a funcionalidade do terminal, mas também contribuiriam para a valorização do espaço urbano, além de proporcionar mais dignidade, segurança e conforto aos cidadãos que dependem do transporte público.

Pelos motivos expostos, espero pela aprovação da presente Indicação pelo Plenário desta Casa Legislativa e posterior atendimento ao pleito pelo Poder Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL
ANEXO:





CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, ____DE
____DE 2025.**

DAVID EMPREGOS AL
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR GALBA NOVAES

INDICAÇÃO Nº 054/2025

SOLICITA O ENCAMINHAMENTO DE OFÍCIO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - SEMINFRA, PARA QUE REALIZE O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA DO QUADRO, TABULEIRO DO MARTINS, CEP 57061-120, NESTE MUNICÍPIO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicita, nos termos do art. 216 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, o encaminhamento de Ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização - SEMINFRA, para que *REALIZE O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA DO QUADRO, TABULEIRO DO MARTINS, CEP 57061-120, NESTE MUNICÍPIO.*

É consabido que a revitalização das ruas é obrigação do Chefe do Executivo Municipal, tendo este o dever de proporcionar à população segurança e desenvolvimento estrutural na cidade em que coordena.

Sendo assim, reitera-se o requerimento de encaminhamento de Ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização - SEMINFRA, para que *REALIZE O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA DO QUADRO, TABULEIRO DO MARTINS, CEP 57061-120, NESTE MUNICÍPIO.*

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço, ao tempo que me coloco à disposição.

Maceió(AL), 07 de outubro de 2025.


GALBA NETTO
Vereador – PL



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR GALBA NOVAES

ANEXO





GABINETE DO VEREADOR MARCELO PALMEIRA

INDICAÇÃO

Nº 034/2025 – GV/MP.

A sua Excelência, o senhor:

Francisco Holanda Costa Filho

Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió

Rua Sá e Albuquerque, 564 – Jaraguá.

57022-180, Maceió/AL.

Senhor Presidente, em cumprimento aos preceitos regimentais, apresento a Vossa Excelência a presente **INDICAÇÃO** – *ad referendum* do plenário – a ser encaminhada ao Excelentíssimo Prefeito João Henrique Caldas, para que junto ao setor competente, solicitando a pavimentação, localização Loteamento alto da boa vista q, a quadra b e c, no bairro rio novo.

A solicitação, ora apresentada, tem por finalidade promover melhorias à comunidade do Município de Maceió, solicitando benefícios para todos os moradores que residem naquela região.

Pelos motivos apresentados, anseio pela aprovação da presente Indicação pelo Plenário desta Casa Legislativa e consecutivo atendimento ao pleito pelo Poder Executivo.

Maceió/AL, 07 de outubro de 2025.

MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE

Vereador



GABINETE DO VEREADOR MARCELO PALMEIRA





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

INDICAÇÃO Nº 151/2025 – GVMR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requesto a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, após ouvido Plenário, em virtude de provocação dos Moradores, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, com cópia para a Autarquia Municipal de Iluminação Pública – ILUMINA, com o intuito de serem adotadas as providências necessárias visando a substituição das luminárias comuns por luminárias de LED no Residencial Parque Petrópolis II, no bairro Petrópolis.

JUSTIFICATIVA

Tal iniciativa visa propiciar mais economia no consumo de energia para este Município, bem como maior conforto e segurança dos moradores daquela localidade, tendo em vista que a iluminação pública é essencial à qualidade de vida em comunidades organizadas, atuando como instrumento de cidadania, estando diretamente ligada à segurança pública, oportunizando, também, melhores condições de trafegabilidade para os que ali circulam, motivo pelo qual solicito a aprovação desta proposição nos termos supra.

Imagens do logradouro mencionado seguem em página anexada.

Diante do exposto, pedimos o apoio de nossos pares a esta indicação, tendo em vista a importância deste pleito.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 07 de outubro de 2025.

MILTON RONALSA
Vereadora por Maceió



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

Imagens:





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

INDICAÇÃO Nº 150/2025 – GVMR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requesto a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, após ouvido Plenário, em virtude de provocação dos moradores, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, com cópia para Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA para que sejam adotadas as providências necessárias com o intuito de ser realizada a Operação tapa-buraco na Rua Alípio Barbosa da Silva, principal via do Pontal da Barra.

JUSTIFICATIVA

O que justifica a presente é o fato de trazer mais segurança e comodidade para todos, já que referido logradouro se encontra desnivelado, ocasionando acúmulo de águas da chuva e causando transtornos no trânsito.

Deste modo, tendo em vista o benefício que a referida solicitação, ao ser atendida, trará para a população local, peço a aprovação desta.

Imagens da via mencionada seguem em página anexada.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 07 de outubro de 2025.

MILTON RONALSA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

Imagens:





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

INDICAÇÃO Nº 149/2025 – GVMR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requesto a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, após ouvido Plenário, em virtude de provocação dos moradores, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, com cópia para a Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana – ALURB, com o intuito de serem adotadas as providências necessárias visando a realização de um mutirão de limpeza no bairro do Pontal da Barra, próximo ao campo de futebol de areia e futevôlei.

JUSTIFICATIVA

A presente motiva-se em razão do acúmulo de sujeira e o crescimento excessivo da vegetação que têm dificultado o acesso ao local, gerando transtornos e riscos para os moradores que utilizam o campo diariamente.

Além dos obstáculos físicos, a situação compromete a segurança e pode representar riscos à saúde da população, por isso a execução desses serviços é essencial para garantir condições adequadas de circulação e bem-estar dos moradores.

Apresento imagens da localidade em página anexada.

Diante do exposto, solicito aos meus pares que esta indicação seja aprovada, nos termos supra.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 07 de outubro de 2025.

MILTON RONALSA
Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR MILTON RONALSA

Imagens:





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

OFÍCIO N° 369/2025/GVTD

Maceió, 07 de Outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Chico Filho

Presidente da Câmara Municipal de Maceió.

INDICAÇÃO N° 0368/2025
GVTD/CMM

**SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A
AMPLIAÇÃO DE DA CMEI TOBIAS
GRANJA NO BAIRRO CLIMA BOM.**

O vereador abaixo subscrito, no uso das atribuições que lhe confere, de acordo com o Art. 216, do regimento Interno desta Câmara Municipal de Maceió, vem requerer que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, e à Secretaria Municipal de Infraestrutura – **SEMINFRA**, na pessoa do Sr. Rodrigo Cunha, após ouvido o plenário, a decisão desta Câmara, a indicação:

JUSTIFICATIVA

A presente indicação objetiva destacar a necessidade urgente da Ampliação da CMEI Tobias Granja, no Bairro Clima Bom.

Considerando a existência de um espaço ocioso na referida CMEI e grande demanda de crianças no bairro.

Considerando ainda a importância de condições estruturais e mais salas para o desenvolvimento infantil e a qualidade da educação pública municipal.

Considerando o direito de crianças a educação pública de qualidade garantidos na Constituição Federal, na LDB e o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Salientamos ainda, a importância da referida ampliação, dever do executivo municipal garantir condições adequadas na CMEI, no Bairro Clima Bom.

THALES DINIZ

Vereador

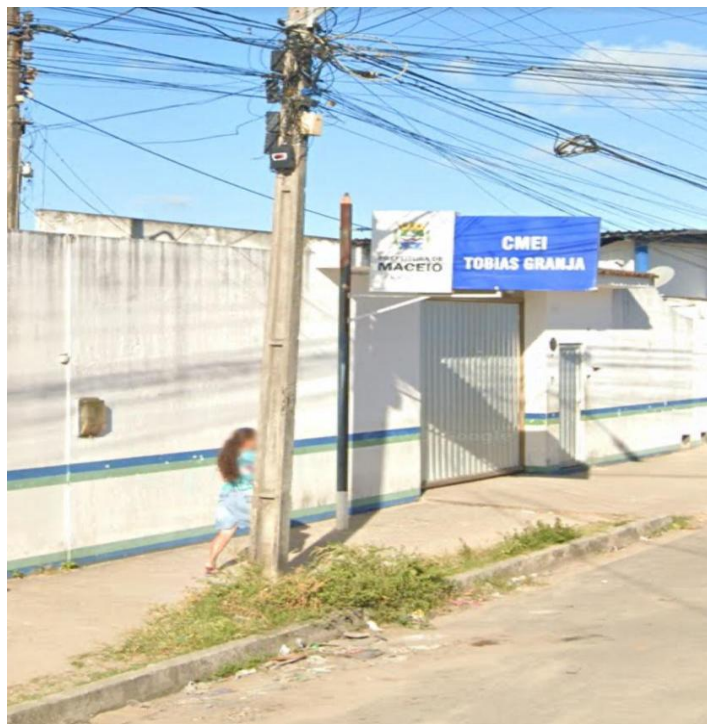
Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió-AL | CEP: 57022-180

E-mail: gab.thalesdiniz@maceio.al.leg.br



GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

ANEXO:



Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió-AL | CEP: 57022-180

E-mail: gab.thalesdiniz@maceio.al.leg.br



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

OFÍCIO Nº 373/2025/GVTD

Maceió, 07 de Outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Chico Filho

Presidente da Câmara Municipal de Maceió.

INDICAÇÃO Nº 0372/2025
GVTD/CMM

**SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A
LIMPEZA URBANA NA RUA DO CAMPO,
NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA
ESTADUAL OVÍDIO EDGAR DE
ALBUQUERQUE, NO BAIRRO
TABULEIRO DO MARTINS**

O vereador abaixo subscrito, no uso das atribuições que lhe confere, de acordo com o Art. 216, do regimento Interno desta Câmara Municipal de Maceió, vem requerer que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, e à Autarquia de desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana – **ALURB**, na pessoa do Sr. Moacir Teófilo Neto, após ouvido o plenário, a decisão desta Câmara, a indicação:

JUSTIFICATIVA

A presente indicação objetiva destacar a necessidade urgente da Limpeza Urbana na Rua do Campo, nas imediações da Escola Estadual Ovídio Edgar de Albuquerque no Bairro Tabuleiro do Martins.

Considerando o acúmulo de lixo, destroços, entulhos e matagal na referida localidade.

Considerando a falta de manutenção constante da limpeza urbana e na referida localidade, comprometendo a segurança e saúde pública, ocasionando acúmulo de lixo, focos de mosquito, a infestação de ratos, baratas, urubus e demais animais peçonhentos, que podem ocasionar doenças aos moradores e frequentadores da referida localidade.

Considerando ainda ser dever do Executivo Municipal promover a Limpeza Urbana de áreas públicas e diante da atual situação de falta de manutenção constante da localidade supra citada acima, mister se faz providências imediatas para realização da Limpeza Urbana , retirada dos entulhos , lixo e destroços na Rua do Campo ,nas imediações da Escola Estadual Ovídio Edgar de Albuquerque no Bairro Tabuleiro do Martins.



THALES DINIZ

Vereador



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

OFÍCIO Nº 371/2025/GVTD

Maceió, 07 de Outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Chico Filho

Presidente da Câmara Municipal de Maceió.

INDICAÇÃO Nº 0370/2025
GVTD/CMM

**SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A
CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE
BÁSICA DE SAÚDE NO ALTO DA
ALEGRIA, NO BAIRRO BENEDITO
BENTES**

O vereador abaixo subscrito, no uso das atribuições que lhe confere, de acordo com o Art. 216, do regimento Interno desta Câmara Municipal de Maceió, vem requerer que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, e à Secretaria Municipal de Infraestrutura – **SEMINFRA**, na pessoa do Sr. Rodrigo Cunha, após ouvido o plenário, a decisão desta Câmara, a indicação:

JUSTIFICATIVA

A presente indicação objetiva destacar a necessidade urgente da construção de uma Unidade Básica de Saúde no Alto da Alegria, no Bairro Benedito Bentes.

Considerando a necessidade de assistência médica para atender a população da Grota da Alegria.

Considerando ainda ser dever do Executivo municipal promover condições estruturais para promoção de uma saúde pública de qualidade, mister se faz providências urgentes para a Construção da Unidade Básica de Saúde supra citada acima no alto da Alegria no Bairro Benedito Bentes

THALES DINIZ

Vereador



GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

ANEXO:



Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió-AL | CEP: 57022-180

E-mail: gab.thalesdiniz@maceio.al.leg.br



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

OFÍCIO Nº 370/2025/GVTD

Maceió, 07 de Outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Chico Filho

Presidente da Câmara Municipal de Maceió.

INDICAÇÃO Nº 0369/2025
GVTD/CMM

**SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A
REFORMA COMPLETA E INSTALAÇÃO
DE ILUMINAÇÃO DE LED NO
TERMINAL DE ÔNIBUS DO SANATÓRIO,
EM FRENTE AO ANTIGO HOSPITAL
SANATÓRIO, NO BAIRRO FAROL.**

O vereador abaixo subscrito, no uso das atribuições que lhe confere, de acordo com o Art. 216, do regimento Interno desta Câmara Municipal de Maceió, vem requerer que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, e à Secretaria Municipal de Infraestrutura – **SEMINFRA**, na pessoa do Sr. Rodrigo Cunha, após ouvido o plenário, a decisão desta Câmara, a indicação:

JUSTIFICATIVA

A presente indicação objetiva destacar a necessidade urgente da Reforma Completa e Instalação de Iluminação de led terminal de ônibus do Sanatório, em frente ao antigo Hospital Sanatório no Bairro Farol.

Considerando que o referido local encontra-se necessitando de reforma e está às escuras, sem iluminação pública adequada para garantir a segurança pública da comunidade.

Considerando ainda ser dever do Executivo Municipal promover estrutura de funcionamento adequado para acomodar os usuários de transporte coletivo com segurança e ser ainda dever a instalação de iluminação pública no referido terminal de ônibus, garantindo a segurança da população, mister se faz providências imediatas pelo executivo municipal para reforma completa e instalação de iluminação de led no referido terminal de ônibus, no Sanatório, no Bairro Farol.


THALES DINIZ

Vereador

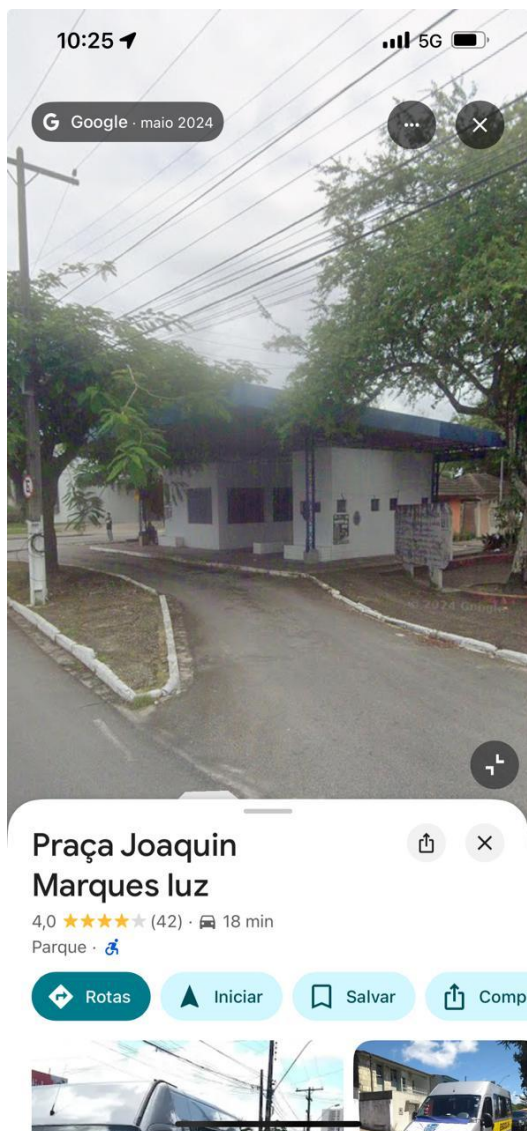
Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió-AL | CEP: 57022-180

E-mail: gab.thalesdiniz@maceio.al.leg.br



GABINETE DO VEREADOR THALES DINIZ

ANEXO:



Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió-AL | CEP: 57022-180

E-mail: gab.thalesdiniz@maceio.al.leg.br



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

INDICAÇÃO Nº 226/2025 – GVTP

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

INDICAÇÃO

Senhor presidente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, venho, respeitosamente, submeter à apreciação a presente **INDICAÇÃO** e, após aprovação pelo plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS (JHC)**, com cópia ao Senhor **MOACIR TEÓFILO NETO – Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (ALURB)**, para que sejam adotadas as providências cabíveis no sentido de:

REALIZAR A LIMPEZA E RETIRADA DE ENTULHOS NA RUA SANTO ANTÔNIO, Nº 123, BAIRRO JACINTINHO, EM MACEIÓ/AL.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação se justifica diante da necessidade de **zeladoria e limpeza urbana**, tendo em vista o acúmulo de entulhos e resíduos sólidos na localidade, que comprometem o tráfego de pedestres e veículos, além de favorecer a proliferação de insetos e roedores.

Essa carência tem ocasionado **riscos à saúde pública e à segurança dos moradores e transeuntes**, além de impactar negativamente a paisagem urbana e o meio ambiente.

Trata-se de uma medida **simples, de baixo custo e preventiva**, mas de grande relevância, que visa **garantir melhores condições de higiene, segurança e bem-estar à**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

população local, refletindo o compromisso do Poder Público com a manutenção dos espaços públicos limpos e adequados.

Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 08 de outubro de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO

Vereador





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO





MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

INDICAÇÃO Nº 227/2025 – GVTP

Ao Excelentíssimo Senhor
Francisco Holanda Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal de Maceió

INDICAÇÃO

Senhor presidente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, venho, respeitosamente, submeter à apreciação a presente **INDICAÇÃO** e, após aprovação pelo plenário, solicitar o seu envio ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS (JHC)**, com cópia ao Senhor **MOACIR TEÓFILO NETO – Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (ALURB)**, para que sejam adotadas as providências cabíveis no sentido de:

REALIZAR A LIMPEZA E RETIRADA DE ENTULHOS NA RUA EM PROJETO B, BAIRRO JACINTINHO, EM MACEIÓ/AL.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação se justifica diante da necessidade de **zeladoria e limpeza urbana**, considerando o acúmulo de galhos, restos de poda e lixo doméstico na localidade, o que compromete o trânsito de pedestres e veículos e favorece a **proliferação de insetos, roedores e outros vetores de doenças**.

Essa carência tem ocasionado **riscos à saúde pública e à segurança da população**, além de prejudicar a imagem do bairro e causar desconforto aos moradores do entorno.

Trata-se de uma medida **simples, de baixo custo e preventiva**, mas de grande importância, que visa **manter a área limpa e livre de acúmulo de resíduos**, reforçando



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

o compromisso do Poder Público com a **qualidade de vida e o bem-estar da comunidade**.

Diante do exposto, solicito apreciação e encaminhamento desta indicação ao setor competente para as providências cabíveis.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 08 de outubro de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO

Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ZÉ MÁRCIO FILHO

INDICAÇÃO 015/2025 GVZM

Maceió, 02 de outubro de 2025.

Ao Senhor

CHICO FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Maceió

Assunto: Solicitação de instalação de lâmpadas de LED nas Quadras A e B do Loteamento Alto da Colina – Bairro Santa Amélia

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Por meio deste, venho respeitosamente solicitar a Vossa Excelência que encaminhe à Autarquia Municipal de Iluminação Pública – **ILUMINA** o pedido de instalação de lâmpadas de LED nas Quadras **A e B** do Loteamento Alto da Colina, situado no bairro Santa Amélia, CEP 57.063-060, nesta capital.

A presente solicitação revela-se de extrema importância, considerando que estas quadras são as únicas da localidade que ainda permanecem sem iluminação pública. Essa carência tem ocasionado grande insegurança, expondo a comunidade à vulnerabilidade diante de atos de violência e aumentando a sensação de medo entre os moradores.

Ressalte-se que a iluminação pública, além de ser um serviço essencial, representa uma ferramenta fundamental para a promoção da segurança, da mobilidade urbana e do bem-estar social. A instalação de lâmpadas de LED, por sua eficiência energética e maior durabilidade, contribuirá não apenas para a redução de custos com manutenção, mas também para a valorização do espaço urbano, o fortalecimento da convivência comunitária e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Cumpre destacar que a ausência de iluminação adequada tem sido alvo de constantes reivindicações da população, conforme demonstram as fotografias anexas. Assim, a adoção desta medida atenderá a uma demanda legítima e urgente da comunidade local.

Certo da atenção e do compromisso de Vossa Excelência com o interesse público, aguardo as providências cabíveis, renovando, na oportunidade, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

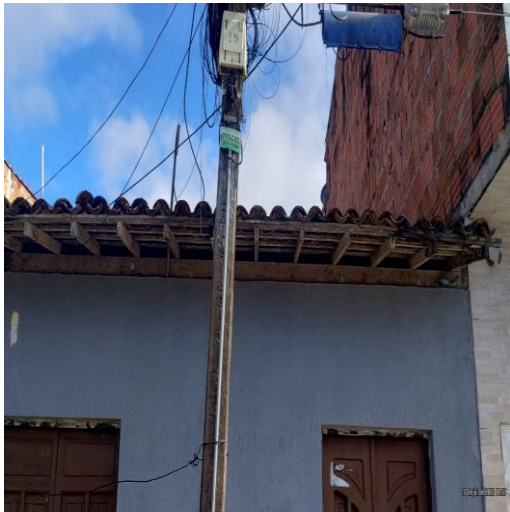
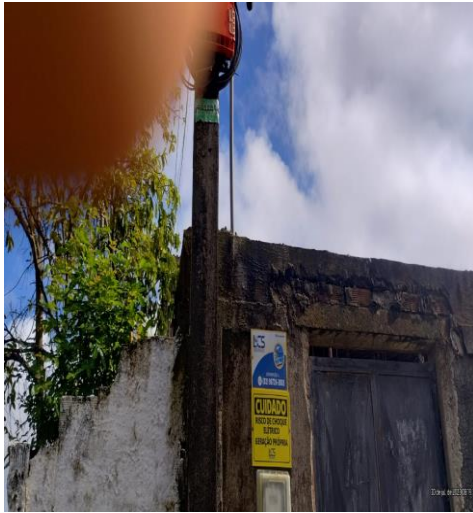
Atenciosamente,

José Marcio de Medeiros Maia Junior
VEREADOR DE MACEIÓ – MDB

ANEXO I



ANEXO II





CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL
REQUERIMENTO 003/2025

À Vossa Excelência, o Senhor

FRANCISCO HOLANDA COSTA FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió

Rua Sá e Albuquerque, nº 564 - Jaraguá, Maceió - AL, 57022-180

Venho através deste, requerer a Vossa Excelência, que seja designada data para a realização de audiência pública com o tema: **INFÂNCIA EM RISCO: COMBATE À EXPLORAÇÃO INFANTIL NAS RUAS DE MACEIÓ**, com fulcro no art. 196 e seguintes do regimento interno desta Casa Legislativa, a ser realizada no plenário Galba Novaes de Castro na Câmara Municipal de Maceió.

Verifica-se que nas principais vias da cidade de Maceió, em sinais de grande circulação, adultos colocam crianças para pedir esmola, tirando o menor das escolas, do lazer e retirando sua infância.

Vislumbrando que a propositura da audiência pública visa combater o trabalho infantil, tendo como o objetivo sensibilizar e motivar uma reflexão da sociedade sobre as consequências do trabalho infantil e a importância de garantir às crianças e adolescentes o direito de brincar, estudar e sonhar, vivências que são próprias da infância e que contribuem decisivamente para o seu desenvolvimento.

Destaca-se que, serão convidados a participar desta audiência, representante do poder judiciário, membro do ministério público, conselho tutelar, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar e sociedade civil, com fito de encontrar soluções para tirar as crianças das ruas, podendo devolver a vivência de ter o direito de ser criança.



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL

Diante disso, a realização desta audiência pública reafirma o compromisso da Câmara Municipal de Maceió e da Prefeitura com o combate ao trabalho infantil. O evento será um espaço fundamental para debater as principais demandas e propor ações concretas que no combate ao trabalho infantil.

Maceió/AL, 30 de setembro de 2025

DAVID EMPREGOS AL

Vereador



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA FÁTIMA SANTIAGO**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ.

A **VEREADORA DRA. FÁTIMA SANTIAGO**, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** que seja realizada no início de todas as sessões no mês de Campanha Outubro Rosa uma nota explicativa referente a importância da prevenção ao câncer de mama e do colo do útero; ainda **REQUER** que a sede da Câmara de Vereadores esteja com uma iluminação e decoração em rosa em alusão à campanha em comento.

Justificativa

O Outubro Rosa é uma campanha internacionalmente reconhecida que tem como objetivo alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e do colo do útero, doenças que figuram entre as principais causas de mortalidade feminina. Ademais, o fortalecimento das ações municipais nesse período contribui para salvar vidas, promover acesso à saúde de qualidade e conscientizar a população sobre a relevância do cuidado preventivo.

Diante do exposto, conto com a aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 1º de outubro de 2025.

DRA. FÁTIMA SANTIAGO



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2025 – GVAP/CMM

Concessão da Comenda **MARIO GUIMARÃES**
ao Administrador de empresas e Conselheiro do
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

A Sua Excelência o Senhor,
Francisco Holanda Costa Filho,
Presidente da Câmara Municipal de Maceió,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O Excelentíssimo Vereador **ALLAN PIERRE VASCONCELOS**, com endereço eletrônico gab.allanpierre@maceio.al.leg.br, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, perante Vossas Excelências, com fulcro no Art. 219 – Inciso II, Art. 221 - Parágrafo Único, inciso IX , Art. 311 § 1º, Inciso I e art. 312 § 1º, Inciso I, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, vem apresentar o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, para apreciação e deliberação deste Soberano Plenário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº ____/2025/CMM

Com os melhores cumprimentos, valemo-nos do presente, para respeitosamente fazer chegar ao conhecimento de Vossa Excelência, o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, de nossa iniciativa que visa à concessão de Título Honorífico, A **COMENDA MARIO GUIMARÃES**, (Decreto Legislativo Nº 07 de 11/ 10/ 1983) a ser
Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

conferida a personalidades nacionais, que tenham, por qualquer meio, prestado serviços relevantes em prol do desenvolvimento de Maceió, em qualquer ramo de Atividade, no que pretendemos outorgar o referido Título ao Ilustríssimo Sr. **OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS**, maceioense, casado, atualmente atua como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

JUSTIFICATIVA

Otávio Lessa de Geraldo Santos nasceu em Maceió-AL, tem 64 anos, casado, formado em Administração de Empresas, pela FAESP/IPCA – Faculdade de Administração de Empresas do Estado de São Paulo, filho do casal Geraldo Santos e Noélia Lessa Santos.

Sua trajetória profissional se iniciou em 1976 onde atuou nas áreas contábil, econômica, financeira, administrativa pública e privada. Passou um longo período na Financeira e Banco General Motors do Brasil, onde galgou todos os postos, de Escriturário a Gerente. Posteriormente, como empresário, atuou na área da construção civil, sendo sócio gerente responsável pelas áreas contábil, econômica e financeira.

Retornando à sua terra natal – Alagoas – desenvolveu uma notória carreira na área pública, ocupando diversos postos. Foi Secretário Municipal do Instituto de Planejamento, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Maceió, Secretário da Unidade Executora Municipal do Prodetur da Prefeitura Municipal de Maceió, com obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

No Governo do Estado de Alagoas assumiu a Secretaria Estadual de Infraestrutura e a Secretaria Geral de Governo, onde coordenou as ações das demais secretarias de estado e a interlocução com os demais poderes.

O Sr. Otávio Lessa ingressou no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no cargo de Conselheiro em 22.04.2002, por força da edição do Decreto Legislativo nº 3299/2002, da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, datado em 19.04.2002 e

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.

E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE

publicado no Diário Oficial em 22.04.2002. Na Corte de Contas alagoana exerceu a função de Conselheiro Corregedor e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas biênio 2003/2004, foi reeleito Corregedor para o biênio 2005/2006; assumiu o mandato de Coordenador Geral do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios – PROMOEX do biênio 2007/2008, eleito pelo plenário, em 15/12/2006; assumiu a Vice- Presidência do Tribunal de Contas nos biênios 2008/2009 e 2009/2010, bem como, presidiu a Segunda Câmara Deliberativa do TCE/AL, criada através da Resolução Normativa No. 005/2011, publicada no D.O.E, no dia 14/04/2011 nos biênios 2011/2012 e 2013/2014.

A exemplo de atuações diretas de desenvolvimento da Corte de Contas Alagoana integrou a Comissão encarregada de promover e coordenar a realização do concurso público para os cargos de Procurador do Ministério Público Especial junto ao TCE/AL (*Portaria 265/2004, datada 24/10/2004 e publicada no Diário Oficial do Estado em 21/10/2004. Em 01/01/2007); presidiu a Comissão encarregada de promover e coordenar à realização do concurso público para os cargos de Procurador do ministério Público Especial junto ao TCE/AL, Auditor, Analista de Sistema, Bibliotecário e Programador (*Portaria 177/2007, datada 01/06/2007 e publicada no Diário Oficial do Estado em 04.06.2007, revogada a Portaria nº 265/2004); presidiu a Comissão encarregada de organizar as atividades oficial e festiva, dos 60 anos do TCE/AL, (Portaria 307/2007, datada 13/09/2007 e publicada no Diário Oficial do Estado em 14/09/2007 e presidiu a Comissão encarregada de proceder estudos com vistas a formulação de proposta para reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do TCE/AL (Portaria 106/2009, datada 11/05/2009 e publicada no Diário Oficial do Estado em 12/05/2009; na Sessão Plenária de 15.12.2015, foi eleito para ocupar o cargo de Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no biênio 2015/2016, tomando posse em 01.01.2016; foi eleito para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça no biênio

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE

2017/2018, tomando posse em 01.01.2017. e por fim, em 27.12.2018, na Sessão Extraordinária ocorrida no Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas foi eleito pela segunda vez Conselheiro-Presidente da Corte de Contas para o biênio 2019/2020, tomando posse em 01.01.2019, reeleito para o biênio 2021/2022, com data de posse em 01.01.2021. Em 2023 foi eleito ao Cargo de Vice-Presidente da casa, para os biênios em 2023/2024, cargo que ocupa até presente data.

Na esfera nacional, como representante do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, assumiu, ainda, a Vice-Presidência da Atricon Região Nordeste, no biênio 2010/2011; foi eleito 2º. Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa (IRB) para o biênio 2012/2013, com eleição realizada no XXVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, no dia 23/11/2011; Assumiu vaga no Comitê Executivo da ASUR/ASUL – Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, no biênio 2010/2011 e foi empossado como Secretário Executivo daquela entidade para o biênio 2012/2014.

Além da diversificada atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, o Conselheiro Otávio Lessa de G. Santos, recebeu diversos títulos e homenagens de distintas instituições governamentais e não governamentais, pela sua notável atuação diante da sociedade, títulos estes listados a seguir: Título Benemérito pela Casa da Palavra; Título de Sócio Benemérito da Associação Alagoana de Imprensa, no ano de 1997; Diploma de Agradecimento pela Excelente Cooperação Prestada à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2001; Colar de Mérito da corte de Contas Ministro José Maria de Alkimin – Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais, no ano de 2003; Medalha de Mérito Judiciário Militar da Justiça Militar do Estado de Alagoas pelos Relevantes Serviços e/ou colaboração Prestados ao Direito Militar e à Justiça Militar Estadual, no ano de 2004; Destaque como Amigo da Cruz Vermelha Brasileira – Filial Alagoas, no ano de 2007, assumindo, posteriormente, no ano de 2014, o cargo de Conselheiro dessa Entidade; Iniciado na Maçonaria em 04.02.2008, assumindo como Venerável-Mestre

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE

da Loja Maçônica Perfeita Amizade Alagoana em 13.06.2013, com mandato até 13.06.2015 e em 2018 elevado ao elevado ao grau 33, conferido pelo Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o rito Escocês Antigo e Aceito,; foi eleito Membro Efetivo na Academia Maçônica de Letras de Alagoas – AMLA, em 31 de agosto de 2013, onde ocupa a cadeira de nº. 11, da respectiva Academia e foi eleito em novembro de 2020, Deputado Federal da SAFL–GOB, representante da A...R...L...S.... e Grão Mestre Estadual Eleito – Grande Oriente do Brasil –Alagoas – em 2023/2027.

Recebeu ainda as Comendas Escritor Cipriano Jucá em 2014, Comenda Celebridade em 2015 e Comenda Cavaleiro de Diamante Comemorativa ao Jubileu de Diamante em 2015, concedidas pela Academia Maceioense de Letras; recebeu a Outorga da Medalha Comemorativa dos 145 anos de Tratado entre o Supremo Conselho do Brasil e Inglaterra e Diploma/Título de Reconhecimento Maçônico concedido através do Ato nº. 077/2015 do Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito em 2015; a Medalha do Mérito Institucional “Zumbi dos Palmares” em reconhecimento à notável contribuição para o engrandecimento da Polícia Militar de Alagoas em 2016; o Diploma de Amigo da Engenharia Alagoana, concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas e Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA – MÚTUA em 2015; o Título em Agradecimento à Participação Ativa no Evento da “Proclamação da Revitalização do Rio São Francisco” – Rotary Clube de Maceió em 2017; o Título de Honraria a Escultura-Símbolo – “O Gaucho”, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em 2017; o Diploma de Mérito SRRF04 em Reconhecimento aos Relevantes Serviços Prestado à Receita Federal e à Sociedade conferido pela Superintendência Regional da receita Federal do Brasil 4ª Região fiscal em 2018; o Prêmio Raimundo Faoro, concedido pela Associação Nacional dos Procuradores Municipais em 2018 e o Colar do Mérito Estadual Governador Siqueira Campos, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins em 2018; o Diploma de Mérito SRRF04 em

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

Reconhecimento aos Relevantes Serviços Prestado à Receita Federal e à Sociedade conferido pela Superintendência Regional da receita Federal do Brasil 4ª Região fiscal em 2018; a Comenda da Grande Ordem Cultural Gente da Gente outorgada pelo Grupo Cultural Gente da Gente 2019; a Homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Alagoas pela Realização através da Escola de Contas Públicas da 1ª Jornada Itinerante de Aperfeiçoamento Profissional em 2019 e a Comenda Municipalista Graciliano Ramos outorgada pela Associação dos Municípios Alagoanos, pelo valoroso trabalho de estímulo a projetos de capacitação para servidores municipais em 2019.

Como representante do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, recebeu em 01.07.2021, certificado emitido pelo Observatório Social de Brasília que considerou o TCE/AL o 2º Melhor na categoria Mais Econômico. Recebeu em 06 de fevereiro de 2021, o Diploma e a medalha comemorativa do Mérito pelo reconhecimento e importância dos relevantes serviços prestados ao Judiciário de Pernambuco – Recife.

Em 16 de agosto de 2021 foi homenageado com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, através do Ato nº 03/2021- MMJ de 31 de maio de 2021 – Recife – Pe. foi homenageado com o Diploma da Medalha de Mérito de Contas Rui Barbosa em reconhecimento aos Relevantes Serviços Prestados para o sistema de Controle Externo Brasileiro – em Brasília -DF 09 de novembro de 2021. Participou do Curso de Extensão universitária da modalidade de difusão: desenvolvimento econômico: porque o brasil parou de crescer e o que fazer para destravar o país. em 31 de março de 2022, Curso de Extensão universitária da modalidade de difusão: ciclo de autos estudos do tribunal de contas: importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do Brasil, em 26 de agosto de 2022, Em 28 de abril de 2022 foi homenageado com a Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme Resolução nº 8/2022 do Colégio de Procurados de Justiça. Foi homenageado com a Medalha ATRICON 30 anos, pelos relevantes serviços prestados ao sistema aos Tribunais de Contas do Brasil, em 09 de

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

setembro de 2022 –Maceió – AL. Foi homenageado com o Troféu ATRICON 30 anos, pelos relevantes serviços prestados ao sistema aos Tribunais de Contas do Brasil, ao ensejo da comemoração da sua fundação, concede ao presidente Otávio Lessa de Geraldo Santos, em 09 de setembro de 2022– Maceió – AL.

Foi homenageado com o Troféu ATRICON 30 anos, pelos relevantes serviços prestados ao sistema aos Tribunais de Contas do Brasil, ao ensejo da comemoração da sua fundação, concede ao Conselheiro decano Otávio Lessa de Geraldo Santos, em 09 de setembro de 2022 – Maceió – AL. Participou do Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos dos Tribunais de Contas: Geopolítica mundial, conflitos, perspectiva e o papel do Brasil, em 30 de setembro de 2022, participou do Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos dos Tribunais de Contas: As desigualdades e assimetrias brasileiras - desafios para tornar o Brasil mais inclusivo e equilibrado, em 21 de outubro de 2022, São Paulo São Paulo. Foi homenageado com o Diploma Dona Rosa da Fonseca, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Marechal Deodoro, em 15 de novembro de 2022. Foi homenageado com Diploma de Pedro Ernesto, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 2022. Participou do Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos dos Tribunais de Contas: Aquecimento global, agenda ambiental e desenvolvimento econômico, em 25 de novembro de 2022, São Paulo, Participou do 19º Encontro Internacional de Jurista 22 a 26 de janeiro de 2023, em Funchal, Portugal, participou do Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos dos Tribunais de Contas: Governo digital, novas tecnologias de Big Data, Blockchain e inteligência artificial – como aproveitar os ganhos de produtividade e promover a inclusão digital, em 13 de fevereiro de 2023, em São Paulo, Participou do VII Congresso internacional de Controle e Política Pública, em Salvador – BA, 01 a 03 de março de 2023, Participou da primeira reunião Anual do Secretariado Permanente dos Tribunais de Contas,

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE

Órgãos e Organismos Públicos do Controle Externo da República Argentina, em 15, 16 e 17 de março de 2023, em El Calafate, Argentina. Participou do Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos A ética integridade como elementos fundantes da atuação das instituições, em 28 de abril de 2023. Participou do Curso de Extensão Universitária da modalidade de Difusão: Ciclo de Altos Estudos dos Tribunais de Contas: Federalismo, Centralização, e Descentralização – As vantagens de ser grande sem sufocar as preferências locais, em 31 de maio de 2023, em São Paulo. Participou 2º Laboratório de boas praticas dos Tribunais de Contas – LabTCs, em 21 a 23 de junho de 2023 ,em Cuiabá- MT, Participou Curso de Extensão universitária da modalidade de difusão: democracia, populismo, informação e desinformação risco e possibilidades, em 25 de agosto de 2023. No ano de 2023 participou do VII Seminário Ibero-americano de Direito e Controle, de 18 à 21 de setembro em Lisboa – Portugal, participou do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2023, em Fortaleza- CE, participou da 2ª reunião da Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON – Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas - ENCCO 2024, nos dias 18 a 20 de junho em Aracaju - Sergipe, participou do XII Fórum de Lisboa, nos dias 25 a 29 de junho de 2024 em Portugal, participou da Segunda Reunião Anual de Secretariado Permanente de Tribunais de Contas – nos dias 03, 04 e 05 de julho em Buenos Aires/Argentina. Participou do 1º Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas, nos dias 1 e 2 de agosto de 2024, em Recife – PE.

O Venerável Mestre da Loja Maçônica Segredo 33 N°4, foi homenageado com um diploma e medalha Jubileu de Safira, comemorativa aos 65 anos da A.:R.:L.:S.: Segredo 33 n°4, pelos relevantes e extraordinários serviços prestados a essa. Dado, em Maceió- AL, no dia 06 setembro de 2024. participou da 3ª Reunião da Diretoria da Associação dos Membros Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, Biênio 2024/2025, no dia 8 de outubro de 2024

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

em João Pessoa – Paraíba. Participou do IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil entre os dias 11 a 14 de novembro de 2024, realizada na cidade de Foz do Iguaçu- PR. Ministério Público do Estado de Alagoas concede menção honrosa á OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS pelos relevantes serviços prestados ao Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos de Alagoas (PLID/AL), no dia 24 de fevereiro de 2025, cerimônia realizada na cidade de Maceió -AL. Recebeu a nomeação de Eminente Vice-Cônsul de Honra do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz por meio da resolução nº 123 do dia 29 de março de 2025.

Pelos motivos acima expostos, nada mais justo que esta casa legislativa, reconheça a importância do trabalho e dos serviços relevante prestados pelo profissional exemplar e por sua contribuição ao município de Maceió. Esperamos contar com o acolhimento e endosso dos nobres pares para aprovação desta justa homenagem, aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e apreço.

Sala de Reuniões,
Às Comissões Competentes.

Maceió, 12 de Maio de 2025.

ALLAN PIERRE
Vereador de Maceió MDB-AL

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 01 de junho de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 01 de junho de 2025 às 17h47.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 23 de junho de
2025 às 10h57.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER Nº 50/2025 - CCJRF

PROCESSO Nº: 05140022/2025

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº: 85/2025

AUTOR: VEREADOR ALLAN PIERRE

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para análise o Projeto de Decreto Legislativo nº 85/2025 de autoria do ilustre Vereador ALLAN PIERRE, que **"CONCESSÃO DA COMENDA MÁRIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS."**

II – ANÁLISE

O Projeto de Decreto Legislativo em estudo, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura foi encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para análise e parecer, na forma do art. 63, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Justificando sua proposição, o nobre Vereador tem como objetivo destacar o impacto positivo que Otávio Lessa de Geraldo Santos tem no município alagoano. Com amplos serviços na área Pública de nosso município, assumiu alguns cargos de Secretaria e de chefia ao longo dos anos.

III - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Tratamos aqui de uma proposta de Lei Ordinária e, por isso, salvaguardado pelo artigo 38 da Lei Orgânica do Município – LOM, e artigo 221, Parágrafo Único, IX, do Regimento Interno, garante-se a legitimidade desta proposição.

In verbis:

Art. 38 . Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão elaborados e expedidos na conformidade de que dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 221. Os Projetos de Decreto Legislativo, destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenha efeito externo. A iniciativa dos projetos compete:

[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

Parágrafo único. Constituem matéria de Projeto de Decreto Legislativo:

(...)

IX IX - concessão de títulos honoríficos;

(...)

Podemos destacar a autonomia do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o disposto no artigo 30 da nossa Carta Magna vigente.

In verbis:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Cumpre salientar que esta Comenda esta positivada no Regimento Interno desta casa em seu art. 312, §2º, I.

IV - VOTO

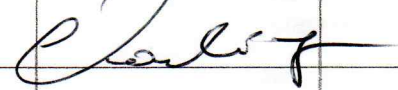
Portanto, pelos motivos aqui apresentados, **VOTO PELO PROSSEGUIMENTO** do projeto de Decreto Legislativo nº. 85/2025.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 26 de Agosto de 2025.

ALDO LOUIRO
ALDO LOUREIRO
Relator

	Favorável	Contrário	Abstenção
OLIVIA TENORIO			
SILVANIA BARBOSA			
DEL THIAGO PRADO			
CAL MOREIRA			
SIDERLANE MENDONÇA			
LEONARDO DIAS			



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá – Maceió – Alagoas – CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESPACHO

PROCESSO Nº:05140022/2025

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº: 85/2025

AUTOR: VEREADOR ALLAN PIERRE

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

Assunto: PROJETO DE LEI QUE “CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS”.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para providências.

Maceió, 02 de setembro de 2025

Aldo LOUREIRO
ALDO LOUREIRO

Vereador



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Maceió/AL, 02 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 02 de setembro
de 2025 às 11h52.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº:05140022/2025.

PARECER

PROCESSO Nº:05140022/2025.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº: 85/2025

AUTOR: VEREADOR ALLAN PIERRE

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para análise o Projeto de Decreto Legislativo nº 85/2025 de autoria do ilustre Vereador ALLAN PIERRE, que “**CONCESSÃO DA COMENDA MÁRIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.**”

II – ANÁLISE

O Projeto de Decreto Legislativo em estudo, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura foi encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para análise e parecer, na forma do art. 63, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Justificando sua proposição, o nobre Vereador tem como objetivo destacar o impacto positivo que Otávio Lessa de Geraldo Santos tem no município alagoano. Com amplos serviços na área Pública de nosso município, assumiu alguns cargos de Secretaria e de chefia ao longo dos anos.

III - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Tratamos aqui de uma proposta de Lei Ordinária e, por isso, salvo guardado pelo artigo 38 da Lei Orgânica do Município – LOM, e artigo 221, Parágrafo Único, IX, do Regimento Interno, garante-se a legitimidade desta proposição.

In verbis:

Art. 38 . Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão elaborados e expedidos na conformidade de que dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 221. Os Projetos de Decreto Legislativo, destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenha efeito externo. A iniciativa dos projetos compete:

[...]

Parágrafo único. Constituem matéria de Projeto de Decreto Legislativo:

(...)

IX IX - concessão de títulos honoríficos;

(...)

Podemos destacar a autonomia do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o disposto no artigo 30 da nossa Carta Magna vigente.

In verbis:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Cumpra salientar que esta Comenda está positivada no Regimento Interno desta casa em seu art. 312, §2º, I.

IV – VOTO

Portanto, pelos motivos aqui apresentados, **VOTO PELO PROSSEGUIMENTO** do projeto de Decreto Legislativo nº.

85/2025.
É o Parecer.
S.M.J.
Sala das Comissões, em 26 de agosto de 2025.

ALDO LOUREIRO
Relator

VOTOS FAVORÁVEIS:
DELEGADO THIAGO PRADO
CAL MOREIRA
LEONARDO DIAS

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:09AA9374

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município
de Maceió no dia 10/09/2025. Edição 7247
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Maceió/AL, 17 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF Nº 030.845.004-36 em 17 de setembro
de 2025 às 13h29.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE
PARECER Nº 25 DE 2025

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE, SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ALLAN PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA MÁRIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.”

Relatora: **Vereadora Teca Nelma**

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Mário Guimarães, instituída pelo Decreto Legislativo nº 07/1983, ao Sr. **Otávio Lessa de Geraldo Santos**, Administrador de Empresas e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em reconhecimento à sua notória trajetória profissional e aos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento de Maceió e de Alagoas.

Nascido em Maceió, Otávio Lessa é formado em Administração de Empresas pela FAESP/IPCA e possui extensa carreira nas áreas contábil, econômica, financeira e de gestão pública e privada. Atuou no setor bancário e empresarial antes de retornar a Alagoas, onde exerceu cargos estratégicos na Prefeitura de Maceió e no Governo do Estado.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Em 2002 ingressou como Conselheiro do TCE/AL, onde exerceu funções de Corregedor, Ouvidor, Vice-Presidente e Presidente da Corte em mais de um mandato. Também atuou em entidades nacionais e internacionais ligadas ao controle externo, como Atricon, IRB e ASUR/ASUL.

Recebeu inúmeras homenagens, títulos e comendas ao longo de sua carreira, incluindo reconhecimentos de instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil. Sua atuação o consagrou como liderança de destaque na gestão pública e no controle de contas.

O projeto justifica-se pela relevância da trajetória do homenageado e pela simbologia da Comenda Mário Guimarães, destinada a personalidades que contribuíram para o progresso de Maceió.

II – ANÁLISE

A proposição encontra amparo no Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, que autoriza a concessão de comendas a cidadãos que se destacam por méritos pessoais e profissionais.

Do ponto de vista jurídico, não há vícios de constitucionalidade ou ilegalidade, visto que a concessão de honrarias é competência legislativa da Câmara. Do ponto de vista social e institucional, a homenagem é plenamente pertinente, considerando a trajetória de Otávio Lessa e sua contribuição para a administração pública e o fortalecimento do controle externo.

Ademais, a medida possui caráter simbólico, sem implicar em custos para o erário, o que garante sua plena regularidade orçamentária.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Diante disso, a Comissão entende que a proposição é juridicamente adequada, socialmente meritória e institucionalmente relevante.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por se tratar de matéria legal, constitucional, socialmente meritória e de relevante valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 25 de setembro de 2025.

Teca Nelma
Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

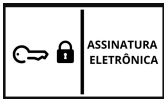
Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no Diário Oficial.

Maceió/AL, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 29 de setembro de 2025 às 16h53.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
PARECER Nº 25 DE 2025.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, TURISMO E ESPORTE, SOBRE O
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
008/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ALLAN
PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA MÁRIO
GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE
EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS,
OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.”

RELATORA: VEREADORA TECA NELMA

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Mário Guimarães, instituída pelo Decreto Legislativo nº 07/1983, ao Sr. **Otávio Lessa de Geraldo Santos**, Administrador de Empresas e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em reconhecimento à sua notória trajetória profissional e aos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento de Maceió e de Alagoas.

Nascido em Maceió, Otávio Lessa é formado em Administração de Empresas pela FAESP/IPCA e possui extensa carreira nas áreas contábil, econômica, financeira e de gestão pública e privada. Atuou no setor bancário e empresarial antes de retornar a Alagoas, onde exerceu cargos estratégicos na Prefeitura de Maceió e no Governo do Estado.

Em 2002 ingressou como Conselheiro do TCE/AL, onde exerceu funções de Corregedor, Ouvidor, Vice-Presidente e Presidente da Corte em mais de um mandato. Também atuou em entidades nacionais e internacionais ligadas ao controle externo, como Atricon, IRB e ASUR/ASUL.

Recebeu inúmeras homenagens, títulos e comendas ao longo de sua carreira, incluindo reconhecimentos de instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil. Sua atuação o consagrou como liderança de destaque na gestão pública e no controle de contas.

O projeto justifica-se pela relevância da trajetória do homenageado e pela simbologia da Comenda Mário Guimarães, destinada a personalidades que contribuíram para o progresso de Maceió.

II – ANÁLISE

A proposição encontra amparo no Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, que autoriza a concessão de comendas a cidadãos que se destacam por méritos pessoais e profissionais.

Do ponto de vista jurídico, não há vícios de constitucionalidade ou ilegalidade, visto que a concessão de honrarias é competência legislativa da Câmara. Do ponto de vista social e institucional, a homenagem é plenamente pertinente, considerando a trajetória de Otávio Lessa e sua contribuição para a administração pública e o fortalecimento do controle externo.

Ademais, a medida possui caráter simbólico, sem implicar em custos para o erário, o que garante sua plena regularidade orçamentária.

Diante disso, a Comissão entende que a proposição é juridicamente adequada, socialmente meritória e institucionalmente relevante.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por se tratar de matéria legal, constitucional, socialmente meritória e de relevante valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 25 de setembro de 2025.

TECA NELMA
Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:
LEONARDO DIAS
DAVID EMPREGOS
JÔNATAS OMENA

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:CDF0DB76

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05140022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 85/2025

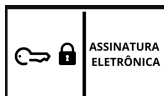
Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS.

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia.

Maceió/AL, 01 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 01 de outubro de 2025 às 11h03.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2025 – GVAP/CMM

Concessão da Comenda **SENADOR AURÉLIO VIANA** à Economista e Empresária **LARISSA MARANHÃO ROCHA**.

A Sua Excelência o Senhor,
Francisco Holanda Costa Filho,
Presidente da Câmara Municipal de Maceió,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O Excelentíssimo Vereador **ALLAN PIERRE VASCONCELOS**, com endereço eletrônico gab.allanpierre@maceio.al.leg.br, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, perante Vossas Excelências, com fulcro no Art. 219 – Inciso II, Art. 221- Parágrafo Único, inciso IX, Art. 311 § 1º, Inciso I e art. 312 § 1º, Inciso IX, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, vem apresentar o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, para apreciação e deliberação deste Soberano Plenário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº ____/2025/CMM

Com os melhores cumprimentos, valemo-nos do presente, para respeitosamente fazer chegar ao conhecimento de Vossa Excelência, o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, de nossa iniciativa que visa à concessão de Título Honorífico, **À COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA (DECRETO**

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.

E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

LEGISLATIVO Nº 311 DE 26/11/2003), destinada a personalidades, entidades e instituições nacionais e locais, que tenham prestado relevantes serviços na área de educação e conhecimento em prol do Município de Maceió, no que pretendemos outorgar o referido Título à Ilustríssima Sra. **LARISSA MARANHÃO ROCHA**, maceioense, casada, atualmente sócia da Empresa Startup Bilionária BREX, sediada no Vale Silício, Califórnia - Estados Unidos, atuando no ramo de finanças.

JUSTIFICATIVA

A Economista e Empresária, **LARISSA MARANHÃO ROCHA**, alagoana da Cidade de Maceió, filha de Renata Ehrhardt Maranhão Rocha e de Tarcísio José Oliveira Rocha, casada com Griffin Kilber, possui uma história admirável, a qual sempre foi pautada pela dedicação incessante aos estudos e trabalho.

A alagoana sempre foi uma aluna exemplar, com início de sua vida estudantil em 1996, na Escola Monteiro Lobato, a qual permaneceu até 2007, e finalizou o ensino médio de 2008 a 2011 no Colégio Motivo. Durante o ensino médio, em Maceió, Larissa passava boa parte do dia se preparando para o SAT (Scholastic Assessment Test), exame que é requisito de admissão para universidades americanas.

Larissa soube desde pequena que queria estudar Economia, influenciada pelo avô, enquanto outras crianças tinham interesse pelo universo espacial, esporte ou em seguir os passos dos pais, os Sistemas Econômicos era o que despertavam a sua curiosidade. Toda sua dedicação aos estudos lhe redeu excelentes resultados, com nota 1000 em redação no ENEM, esta foi aprovada em Economia na UFRJ, bem como prestou exame e conseguiu aprovação em diversas universidades como: Harvard, Columbia, UPenn, Brown, Georgetown, Tufts, Northeastern, entre outras. Optou por estudar em Harvard, fez intercâmbio voluntário e mergulhou em atividades extracurriculares.

Além disso, registra-se que Larissa Maranhão foi tesoureira da turma de graduação de 2017 (cargo vitalício), Presidente do tradicional dormitório Eliot House, Co-fundadora e membro da Brazil Conference e estudou com professores renomados, como Larry Summer, ex-secretário do tesouro dos EUA, que foi seu orientador no TCC e hoje investidor na Brex.

Esta Alagoana foi sócia e primeira contratada da Brex, startup bilionária brasileira que atua oferecendo crédito para outras startups.

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

O esforço deu frutos, hoje ela lidera parcerias estratégicas e mora no Vale do Silício, onde continua a expandir sua atuação no cenário global de tecnologia e inovação.

Entre as suas premiações e reconhecimentos, destacam-se: em 2012 recebeu o Prêmio Jovens Inspiradores da Veja & Fundação Estudar; em 2020, foi eleita pela Forbs como uma das 90 jovens mais promissoras do Brasil; entre 2021 e 2023, fez parte do Conselho da Fundação Estudar, ajudando a inspirar e guiar novas gerações de líderes brasileiros; e, reconhecida por Nizan Guanaes, como “a Davos Brasileira”.

Pelos motivos acima expostos, nada mais justo que esta casa legislativa, reconheça a importância do trabalho, bem como dos relevantes serviços prestados pela profissional exemplar e por sua contribuição tanto ao município de Maceió quanto para todo o Brasil. Esperamos contar com o acolhimento e endosso dos nobres pares para aprovação desta justa homenagem, aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e apreço.

Sala de Reuniões,
Às Comissões Competentes.

Maceió, 12 de maio de 2025.

ALLAN PIERRE
Vereador de Maceió MDB-AL

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo Nº : 05150034 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 87/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 04 de junho de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 04 de junho de 2025 às 18h49.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05150034 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 87/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 28 de agosto de
2025 às 15h36.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJRF
PARECER Nº 048/2025 GVCM

Processo: 05150034

Projeto de Decreto Legislativo: 87/2025

Autor(a): Vereador Allan Pierre

Relator: Vereador Cal Moreira

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 87/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que "CONCEDE A COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA".

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a proposição visa homenagear a cidadã mencionada, em reconhecimento a seus relevantes serviços prestados à sociedade, por meio da concessão de honraria simbólica conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em exame está amparada no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a prerrogativa de regular, mediante decreto legislativo, matérias de sua competência exclusiva, como é o caso da concessão de honrarias e títulos simbólicos.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

Nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município de Maceió, é de competência do Poder Legislativo a concessão de comendas, medalhas e outras formas de reconhecimento público, cabendo ao plenário decidir sobre a aprovação da matéria, mediante a tramitação regular do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.

Ressalta-se que a proposição em análise não cria obrigações para o Poder Executivo, não implica aumento de despesas públicas, tampouco interfere na esfera de competência de outros entes federativos, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que a impeçam de seguir sua tramitação.

Sendo assim, nos aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise está em conformidade com os princípios normativos aplicáveis, não apresentando vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam sua tramitação e eventual aprovação.

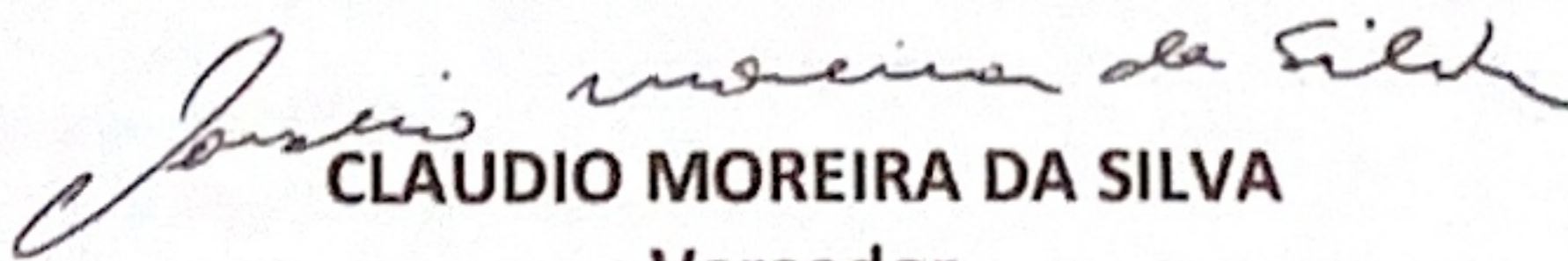
Por fim, cumpre esclarecer que a presente Comissão de Constituição e Justiça limita-se à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito. Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título honorífico, a avaliação do mérito da homenagem deverá ser realizada pelas comissões temáticas específicas, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

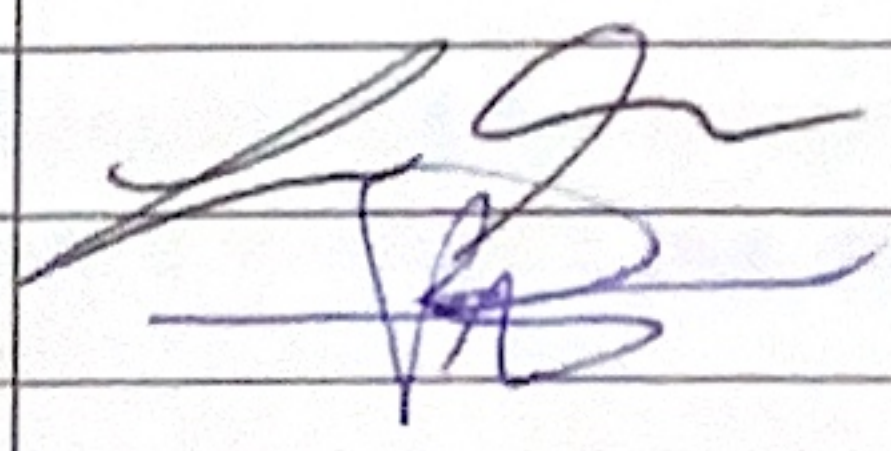
III - VOTO

Pelo exposto, o voto é pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que “CONCEDE A COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA”.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador

VEREADOR(A)	VOTOS FAVORÁVEIS	VOTOS CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
OLÍVIA TENÓRIO			
LEONARDO DIAS			
THIAGO PRADO			
SIDERLANE MENDONÇA			
ALDO LOUREIRO	aldo loureiro		
SILVANIA BARBOSA			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05150034 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 87/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 28 de agosto de
2025 às 15h37.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –
CCJRF / PROCESSO: 05150034.

PARECER

PROCESSO: 05150034.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO: 87/2025

AUTOR(A): VEREADOR ALLAN PIERRE

RELATOR: VEREADOR CAL MOREIRA

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 87/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que “CONCEDE A COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA”.

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a proposição visa homenagear a cidadã mencionada, em reconhecimento a seus relevantes serviços prestados à sociedade, por meio da concessão de honraria simbólica conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em exame está amparada no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a prerrogativa de regular, mediante decreto legislativo, matérias de sua competência exclusiva, como é o caso da concessão de honrarias e títulos simbólicos.

Nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município de Maceió, é de competência do Poder Legislativo a concessão de comendas, medalhas e outras formas de reconhecimento público, cabendo ao plenário decidir sobre a aprovação da matéria, mediante a tramitação regular do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.

Ressalta-se que a proposição em análise não cria obrigações para o Poder Executivo, não implica aumento de despesas públicas, tampouco interfere na esfera de competência de outros entes federativos, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam de seguir sua tramitação.

Sendo assim, nos aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise está em conformidade com os princípios normativos aplicáveis, não apresentando vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam sua tramitação e eventual aprovação.

Por fim, cumpre esclarecer que a presente Comissão de Constituição e Justiça limita-se à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito. Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título honorífico, a avaliação do mérito da homenagem deverá ser realizada pelas comissões temáticas específicas, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

III - VOTO

Pelo exposto, o voto é pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que “CONCEDE A COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA”.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.

CLAUDIO MOREIRA DA SILVA

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS:

Leonardo Dias

Thiago Prado

Aldo Loureiro

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:22B2EDCA

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/09/2025. Edição 7240

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE
PARECER Nº 23 DE 2025

**PARECER DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E
ESPORTE, SOBRE O PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº ____/2025,
DE AUTORIA DO VERADOR ALLAN
PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA
SENADOR AURÉLIO VIANA À
ECONOMISTA E EMPRESÁRIA
LARISSA MARANHÃO ROCHA”**

Relatora: Vereadora Teca Nelma

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº ____/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Senador Aurélio Viana, instituída pelo Decreto Legislativo nº 311/2003, à Sra. Larissa Maranhão Rocha, em reconhecimento à sua destacada trajetória acadêmica, profissional e empresarial, bem como pela relevante contribuição ao desenvolvimento educacional, tecnológico e econômico, no Brasil e no exterior.

Natural de Maceió, Larissa Maranhão Rocha construiu um currículo de excelência, sendo aprovada em diversas universidades renomadas, dentre elas Harvard, Columbia, UPenn e Brown, optando por cursar Economia em Harvard. Durante sua formação, atuou como tesoureira vitalícia da turma, presidente do dormitório Eliot House, co-fundadora da Brazil Conference e aluna de grandes referências, como Larry Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Atualmente, Larissa é sócia da startup bilionária Brex, sediada no Vale do Silício (EUA), onde lidera parcerias estratégicas e contribui para o fortalecimento do ecossistema de inovação global. Entre seus reconhecimentos destacam-se:

- Prêmio Jovens Inspiradores (Veja & Fundação Estudar, 2012);
- Inclusão na lista da Forbes como uma das 90 jovens mais promissoras do Brasil (2020);
- Participação no Conselho da Fundação Estudar (2021-2023);
- Destaque nacional como liderança feminina referência no setor de tecnologia.

O projeto tem como objetivo valorizar uma profissional que leva o nome de Maceió para o cenário mundial, reforçando o papel da educação, da inovação e do empreendedorismo como vetores de desenvolvimento humano, social e econômico.

II – ANÁLISE

A proposição está em plena conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió e com a legislação vigente, cabendo ao Poder Legislativo conceder comendas e honrarias a personalidades que se destacam pelo mérito de suas ações.

Sob o ponto de vista educacional, cultural e institucional, a homenagem à Sra. Larissa Maranhão Rocha revela-se plenamente pertinente, considerando sua trajetória marcada pela excelência acadêmica e pelo impacto de sua atuação no cenário internacional.

Além disso, a Comenda Senador Aurélio Viana tem natureza simbólica, sem qualquer impacto financeiro para o erário, o que garante a regularidade orçamentária e a viabilidade da proposta.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

A Comissão entende que o projeto é juridicamente adequado, socialmente relevante e culturalmente meritório, cumprindo integralmente os requisitos legais e regimentais.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº ____/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por entender que a matéria é legal, constitucional, socialmente meritória e de reconhecido valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 03 de setembro de 2025.

Teca Nelma
Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05150034 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 87/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no Diário Oficial.

Maceió/AL, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 29 de setembro de 2025 às 16h49.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
PARECER Nº 23 DE 2025.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, TURISMO E ESPORTE, SOBRE O
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
____/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ALLAN
PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA
SENADOR AURÉLIO VIANA Á ECONOMISTA E
EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA”

RELATORA: VEREADORA TECA NELMA

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº ____/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Senador Aurélio Viana, instituída pelo Decreto Legislativo nº 311/2003, à Sra. Larissa Maranhão Rocha, em reconhecimento à sua destacada trajetória acadêmica, profissional e empresarial, bem como pela relevante contribuição ao desenvolvimento educacional, tecnológico e econômico, no Brasil e no exterior.

Natural de Maceió, Larissa Maranhão Rocha construiu um currículo de excelência, sendo aprovada em diversas universidades renomadas, dentre elas Harvard, Columbia, UPenn e Brown, optando por cursar Economia em Harvard. Durante sua formação, atuou como tesoureira vitalícia da turma, presidente do dormitório Eliot House, co-fundadora da Brazil Conference e aluna de grandes referências, como Larry Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA.

Atualmente, Larissa é sócia da startup bilionária Brex, sediada no Vale do Silício (EUA), onde lidera parcerias estratégicas e contribui para o fortalecimento do ecossistema de inovação global. Entre seus reconhecimentos destacam-se:

- Prêmio Jovens Inspiradores (Veja & Fundação Estudar, 2012);
- Inclusão na lista da Forbes como uma das 90 jovens mais promissoras do Brasil (2020);
- Participação no Conselho da Fundação Estudar (2021-2023);
- Destaque nacional como liderança feminina referência no setor de tecnologia.

O projeto tem como objetivo valorizar uma profissional que leva o nome de Maceió para o cenário mundial, reforçando o papel da educação, da inovação e do empreendedorismo como vetores de desenvolvimento humano, social e econômico.

II – ANÁLISE

A proposição está em plena conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió e com a legislação vigente, cabendo ao Poder Legislativo conceder comendas e honrarias a personalidades que se destacam pelo mérito de suas ações.

Sob o ponto de vista educacional, cultural e institucional, a homenagem à Sra. Larissa Maranhão Rocha revela-se plenamente pertinente, considerando sua trajetória marcada pela excelência acadêmica e pelo impacto de sua atuação no cenário internacional.

Além disso, a Comenda Senador Aurélio Viana tem natureza simbólica, sem qualquer impacto financeiro para o erário, o que garante a regularidade orçamentária e a viabilidade da proposta.

A Comissão entende que o projeto é juridicamente adequado, socialmente relevante e culturalmente meritório, cumprindo integralmente os requisitos legais e regimentais.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº ____/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por entender que a matéria é legal, constitucional, socialmente meritória e de reconhecido valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 03 de setembro de 2025.

TECA NELMA

Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

**LEONARDO DIAS
DAVID EMPREGOS
JÔNATAS OMENA**

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:1E5FCC59

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05150034 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 87/2025

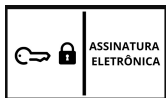
Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA SENADOR AURÉLIO VIANA À ECONOMISTA E EMPRESÁRIA LARISSA MARANHÃO ROCHA.

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia

Maceió/AL, 01 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 01 de outubro de 2025 às 10h56.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2025 – GVAP/CMM

Concessão da Comenda **MARIO GUIMARÃES**
ao diretor-geral do Tribunal de Contas do Estado
de Alagoas. **DANIEL RAYMUNDO DE
MENDONÇA BERNARDES.**

A Sua Excelência o Senhor,
Francisco Holanda Costa Filho,
Presidente da Câmara Municipal de Maceió,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O Excelentíssimo Vereador **ALLAN PIERRE VASCONCELOS**, com endereço eletrônico gab.allanpierre@maceio.al.leg.br, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, perante Vossas Excelências, com fulcro no Art. 219 – Inciso II, Art. 221 - Parágrafo Único, inciso IX , Art. 311 § 1º, Inciso I e art. 312 § 1º, Inciso I, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, vem apresentar o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, para apreciação e deliberação deste Soberano Plenário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº ____/2025/CMM

Com os melhores cumprimentos, valemo-nos do presente, para respeitosamente fazer chegar ao conhecimento de Vossa Excelência, o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, de nossa iniciativa que visa à concessão de Título Honorífico, A **COMENDA MARIO GUIMARÃES**, (Decreto Legislativo Nº 07 de 11/ 10/ 1983) a ser

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

conferida a personalidades nacionais, que tenham, por qualquer meio, prestado serviços relevantes em prol do desenvolvimento de Maceió, em qualquer ramo de Atividade, no que pretendemos outorgar o referido Título ao Ilustríssimo Sr. **DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES**, maceioense, casado, atualmente, Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

JUSTIFICATIVA

Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes, natural de Maceió (AL), nasceu em 21 de julho de 1956. É casado com Renata Bernardes e pai de dois filhos: Mariana Bernardes, consultora de gastronomia, e Lucas Bernardes, mestre em Sociologia. Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica de Pernambuco – FESP, em julho de 1982, construiu uma sólida trajetória no setor público e privado, marcada pela competência técnica, espírito empreendedor e compromisso com o desenvolvimento urbano e social.

Antes de ingressar no serviço público como gestor, foi empresário e proprietário de uma construtora especializada em engenharia elétrica, atendendo grandes construtoras, propriedades rurais e, entre seus principais contratos, destaca-se a prestação de serviços à Companhia Energética de Alagoas (CEAL).

Na administração pública, foi responsável por relevantes contribuições à cidade de Maceió. Criou a Superintendência de Iluminação Pública de Maceió (SIMA) e liderou, por meio de convênio com a Eletrobras e o Programa Procel, a substituição de 18.000 lâmpadas da rede de iluminação, promovendo eficiência energética e modernização urbana.

Coordenou também as obras de requalificação do bairro histórico do Jaraguá, por meio de parceria entre a Prefeitura de Maceió — à época sob o comando do atual vice-governador, Eng. Ronaldo Lessa — e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No âmbito da Unidade Executora de Maceió (UEM/Prodetur), liderou projetos de restauração da Associação Comercial, do Museu da Imagem e do Som (MISA), da Praça Dois Leões

Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.

E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

(com recuperação das estátuas e posteação original em ferro fundido), da Intendência Municipal na Praça dos Martírios, da Praça Marcílio Dias e de outros espaços históricos da cidade, além de obras de infraestrutura urbana como drenagem, calçadas e calçamentos.

À frente da Agência de Habitação e Urbanismo do Estado de Alagoas, promoveu a regularização fundiária dos conjuntos Benedito Bentes e áreas adjacentes, garantindo escritura pública e registro imobiliário aos moradores, fortalecendo o direito à moradia e à cidadania.

Ao longo de sua carreira pública, ocupou os seguintes cargos:

- Diretor Geral e Diretor Técnico da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas;
- Secretário Executivo da Unidade Executora de Maceió/Prodetur;
- Secretário de Planejamento, Infraestrutura e Governo da Prefeitura de Maceió;
- Secretário Metropolitano e Secretário Geral do Governo do Estado de Alagoas;
- Secretário Adjunto de Educação e de Articulação do Governo do Estado;
- Superintendente de Energia e Iluminação Pública de Maceió;
- Presidente da Agência de Habitação do Estado de Alagoas;
- Assessor Especial do Prefeito de Maceió.

No setor privado, além de sua própria empresa, atuou como engenheiro eletricista em empresas como Cintel Comércio e Instalações Elétricas Ltda., Habital Indústria e Comércio Ltda., Studio Informática Ltda. e Arquitec Arquitetura Engenharia e Projetos Ltda.

Atuação Maçônica

Iniciado na Augusta e Respeitável Loja Simbólica Perfeita Amizade Alagoana nº 181, Daniel Bernardes trilhou com honra o caminho da maçonaria regular. Alcançou os graus de Elevação (2015), Exaltação (2016) e Instalação (2021), exercendo com dedicação os

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALLAN PIERRE**

cargos de Tesoureiro (2017–2019), Primeiro Vigilante (2019–2021) e Venerável Mestre nos biênios de 2021–2023 e 2023-2025. Em reconhecimento aos seus relevantes e excepcionais serviços prestados à maçonaria e às entidades paramaçônicas, recebeu o **Diploma Laelso Rodrigues**, outorgado pela Presidente Nacional da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul.

Com sua conduta íntegra, espírito fraterno e compromisso com os ideais maçônicos, Daniel Bernardes tornou-se referência de liderança, respeito e devoção à Ordem.

Pelos motivos acima expostos, nada mais justo que esta casa legislativa, reconheça a importância do trabalho e dos serviços relevante prestados pelo profissional exemplar e por sua contribuição ao município de Maceió. Esperamos contar com o acolhimento e endosso dos nobres pares para aprovação desta justa homenagem, aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e apreço.

Sala de Reuniões,
Às Comissões Competentes.

Maceió, 15 de maio de 2025.

ALLAN PIERRE
Vereador de Maceió MDB-AL

**Rua Sá e Albuquerque nº 564 – Jaraguá – CEP: 57022-180 – Maceió AL.
E-mail: gab.allanpierre@maceio.al.leg.br**



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo Nº : 05150022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 86/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 01 de junho de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 01 de junho de 2025 às 17h47.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05150022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 86/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 23 de junho de
2025 às 10h55.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJRF
PARECER Nº 047/2025 GVCM

Processo: 05150022

Projeto de Decreto Legislativo: 86/2025

Autor(a): Vereador Allan Pierre

Relator: Vereador Cal Moreira

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 86/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que "CONCEDE A COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES".

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a proposição visa homenagear o cidadão mencionado, em reconhecimento a seus relevantes serviços prestados à sociedade, por meio da concessão de honraria simbólica conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em exame está amparada no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a prerrogativa de regular, mediante decreto legislativo, matérias de sua competência exclusiva, como é o caso da concessão de honrarias e títulos simbólicos.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

Nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município de Maceió, é de competência do Poder Legislativo a concessão de comendas, medalhas e outras formas de reconhecimento público, cabendo ao plenário decidir sobre a aprovação da matéria, mediante a tramitação regular do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.

Ressalta-se que a proposição em análise não cria obrigações para o Poder Executivo, não implica aumento de despesas públicas, tampouco interfere na esfera de competência de outros entes federativos, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que a impeçam de seguir sua tramitação.

Sendo assim, nos aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise está em conformidade com os princípios normativos aplicáveis, não apresentando vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam sua tramitação e eventual aprovação.

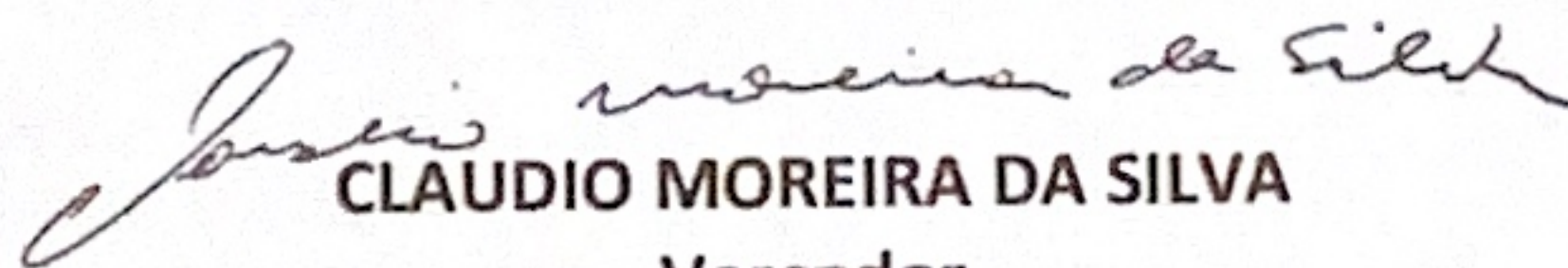
Por fim, cumpre esclarecer que a presente Comissão de Constituição e Justiça limita-se à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito. Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título honorífico, a avaliação do mérito da homenagem deverá ser realizada pelas comissões temáticas específicas, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

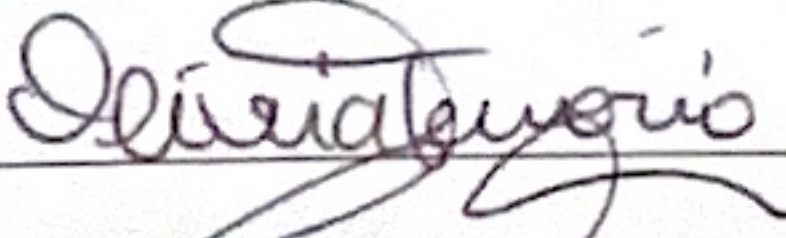

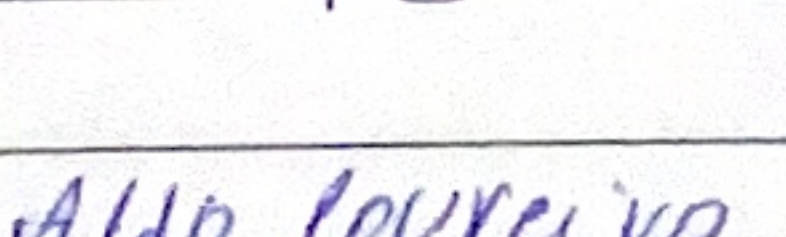
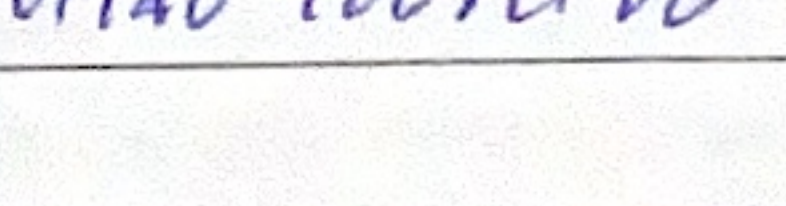
III - VOTO

Pelo exposto, o voto é pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que "CONCEDE A COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES".

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador

VEREADOR(A)	VOTOS FAVORÁVEIS	VOTOS CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
OLÍVIA TENÓRIO			
LEONARDO DIAS			
THIAGO PRADO			
SIDERLANE MENDONÇA			
ALDO LOUREIRO			
SILVANIA BARBOSA			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05150022 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 86/2025

Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 28 de agosto de
2025 às 15h34.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –
CCJRF / PROCESSO: 05150022.

PARECER

PROCESSO: 05150022.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO: 86/2025

AUTOR(A): VEREADOR ALLAN PIERRE

RELATOR: VEREADOR CAL MOREIRA

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 86/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que “CONCEDE A COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES”.

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a proposição visa homenagear o cidadão mencionado, em reconhecimento a seus relevantes serviços prestados à sociedade, por meio da concessão de honraria simbólica conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em exame está amparada no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a prerrogativa de regular, mediante decreto legislativo, matérias de sua competência exclusiva, como é o caso da concessão de honrarias e títulos simbólicos.

Nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município de Maceió, é de competência do Poder Legislativo a concessão de comendas, medalhas e outras formas de reconhecimento público, cabendo ao plenário decidir sobre a aprovação da matéria, mediante a tramitação regular do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.

Ressalta-se que a proposição em análise não cria obrigações para o Poder Executivo, não implica aumento de despesas públicas, tampouco interfere na esfera de competência de outros entes federativos, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que a impeçam de seguir sua tramitação.

Sendo assim, nos aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise está em conformidade com os princípios normativos aplicáveis, não apresentando vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam sua tramitação e eventual aprovação.

Por fim, cumpre esclarecer que a presente Comissão de Constituição e Justiça limita-se à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito.

Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título honorífico, a avaliação do mérito da homenagem deverá ser realizada pelas comissões temáticas específicas, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

III - VOTO

Pelo exposto, o voto é pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Allan Pierre, que “CONCEDE A COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES”.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.

CLAUDIO MOREIRA DA SILVA

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS:

Olívia Tenório,

Leonardo Dias,

Thiago Prado

Aldo Loureiro

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:F8721738

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/09/2025. Edição 7240

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE
PARECER Nº 26 DE 2025

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE, SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ALLAN PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA MÁRIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.”

Relatora: Vereadora Teca Nelma

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Mário Guimarães, instituída pelo Decreto Legislativo nº 07/1983, ao Sr. **Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes**, Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em reconhecimento à sua destacada trajetória profissional, pública e social.

Natural de Maceió, Daniel Bernardes é engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica de Pernambuco (FESP) e possui ampla experiência tanto no setor privado quanto na administração pública. Atuou como empresário no ramo de engenharia elétrica e foi responsável por importantes contratos e serviços para a Companhia Energética de Alagoas (CEAL).

Na gestão pública, foi o criador da Superintendência de Iluminação Pública de Maceió (SIMA), liderando projetos de eficiência energética com a substituição de 18.000 lâmpadas da rede de iluminação, em parceria com a Eletrobras/Procel. Também coordenou obras de requalificação do bairro histórico do Jaraguá e atuou na Unidade Executora Municipal do



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Prodetur, viabilizando projetos de restauração de espaços históricos e de infraestrutura urbana.

Ocupou diversos cargos estratégicos no Estado e no Município, entre os quais: Secretário Executivo do Prodetur, Secretário de Planejamento, Infraestrutura e Governo de Maceió, Secretário Metropolitano, Secretário Geral do Governo do Estado, Secretário Adjunto de Educação, além de Diretor Técnico e Diretor-Geral da Escola de Contas do TCE/AL.

No campo social, Daniel Bernardes também se destaca por sua atuação na maçonaria, onde exerceu cargos de liderança, como Venerável Mestre, e recebeu diversas honrarias por sua dedicação e serviços prestados.

A proposição, portanto, busca reconhecer sua contribuição ao desenvolvimento urbano, social e institucional de Maceió e de Alagoas.

II – ANÁLISE

A proposição está em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, que prevê a concessão de comendas a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à cidade.

Do ponto de vista jurídico, não há vícios de constitucionalidade ou ilegalidade, uma vez que a concessão de honrarias é de competência da Câmara Municipal.

Sob a perspectiva social e institucional, a homenagem é plenamente adequada, considerando a relevância da trajetória profissional e pública de Daniel Bernardes e os impactos positivos de sua atuação para a sociedade alagoana.

Ademais, a concessão da Comenda tem caráter simbólico, não gera impacto orçamentário para o erário municipal, e reforça o papel do Legislativo em reconhecer cidadãos que contribuem para o desenvolvimento local.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Assim, a Comissão entende que a proposição é juridicamente viável, socialmente justa e institucionalmente meritória.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por se tratar de matéria legal, constitucional, socialmente meritória e de relevante valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 25 de setembro de 2025.

Teca Nelma
Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

VOTOS CONTRÁRIOS:



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05150022 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 86/2025

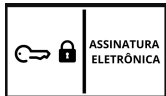
Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no Diário Oficial.

Maceió/AL, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 29 de setembro de 2025 às 16h52.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
PARECER Nº 26 DE 2025.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, TURISMO E ESPORTE, SOBRE O
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
008/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ALLAN
PIERRE, QUE “CONCEDE A COMENDA MÁRIO
GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
ALAGOAS, DANIEL RAYMUNDO DE
MENDONÇA BERNARDES.”

RELATORA: VEREADORA TECA NELMA

I – RELATÓRIO

O presente parecer trata da análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de iniciativa do Vereador Allan Pierre, que propõe a concessão da Comenda Mário Guimarães, instituída pelo Decreto Legislativo nº 07/1983, ao Sr. **Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes**, Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em reconhecimento à sua destacada trajetória profissional, pública e social.

Natural de Maceió, Daniel Bernardes é engenheiro eletricitista formado pela Escola Politécnica de Pernambuco (FESP) e possui ampla experiência tanto no setor privado quanto na administração pública. Atuou como empresário no ramo de engenharia elétrica e foi responsável por importantes contratos e serviços para a Companhia Energética de Alagoas (CEAL).

Na gestão pública, foi o criador da Superintendência de Iluminação Pública de Maceió (SIMA), liderando projetos de eficiência energética com a substituição de 18.000 lâmpadas da rede de iluminação, em parceria com a Eletrobras/Procel. Também coordenou obras de requalificação do bairro histórico do Jaraguá e atuou na Unidade Executora Municipal do Prodetur, viabilizando projetos de restauração de espaços históricos e de infraestrutura urbana.

Ocupou diversos cargos estratégicos no Estado e no Município, entre os quais: Secretário Executivo do Prodetur, Secretário de Planejamento, Infraestrutura e Governo de Maceió, Secretário Metropolitano, Secretário Geral do Governo do Estado, Secretário Adjunto de Educação, além de Diretor Técnico e Diretor-Geral da Escola de Contas do TCE/AL.

No campo social, Daniel Bernardes também se destaca por sua atuação na maçonaria, onde exerceu cargos de liderança, como Venerável Mestre, e recebeu diversas honrarias por sua dedicação e serviços prestados.

A proposição, portanto, busca reconhecer sua contribuição ao desenvolvimento urbano, social e institucional de Maceió e de Alagoas.

II – ANÁLISE

A proposição está em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, que prevê a concessão de comendas a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à cidade.

Do ponto de vista jurídico, não há vícios de constitucionalidade ou ilegalidade, uma vez que a concessão de honrarias é de competência da Câmara Municipal.

Sob a perspectiva social e institucional, a homenagem é plenamente adequada, considerando a relevância da trajetória profissional e pública de Daniel Bernardes e os impactos positivos de sua atuação para a sociedade alagoana.

Ademais, a concessão da Comenda tem caráter simbólico, não gera impacto orçamentário para o erário municipal, e reforça o papel do Legislativo em reconhecer cidadãos que contribuem para o desenvolvimento local.

Assim, a Comissão entende que a proposição é juridicamente viável, socialmente justa e institucionalmente meritória.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto desta relatoria é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2025, de autoria do Vereador Allan Pierre, por se tratar de matéria legal, constitucional, socialmente meritória e de relevante valor para o Município de Maceió.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 25 de setembro de 2025.

TECA NELMA

Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

**LEONARDO DIAS
DAVID EMPREGOS
JÔNATAS OMENA**

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:DC44B093

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05150022 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 86/2025

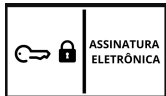
Interessado : VEREADOR ALLAN PIERRE

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA MARIO GUIMARÃES AO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES.

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia.

Maceió/AL, 01 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 01 de outubro de 2025 às 11h08.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE VEREADOR DAVI DAVINO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº /2024

**CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA
GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE**

AUTORIA: **Vereador Davi Davino**

**O PRESIDENTE FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MACEIÓ APROVOU E ELE SANCIONA O SEGUINTE DECRETO
LEGISLATIVO:**

Art.1º Concede a Comenda Ismar Malta Gatto (Decreto Legislativo nº 582/2015) à Sra. RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE como forma de reconhecimento pelo seu histórico de luta em defesa da proteção dos animais em nosso município.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Vereador Davi Davino, Câmara Municipal de Maceió, em 13 de Novembro de 2024.


Davi Davino
Vereador



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE VEREADOR DAVI DAVINO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº /2024

**CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA
GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE**

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Decreto Legislativo nº 582/2015 foi instituída por esta casa a Comenda Ismar Malta Gatto, com o objetivo de reconhecimento e valorização da atuação de pessoas e Instituições que vêm se destacando na Proteção aos animais.

Assim, este vereador, no uso de suas atribuições previstas no artigo 312 do Regimento Interno desta Casa, requer a concessão da Comenda Ismar Malta Gatto ao Sra. **Renata de Oliveira Andrade**.

Renata atua como escrivã de polícia, com vasta experiência em trabalho cartorário. Atualmente, exerce a função de chefe de cartório na Delegacia de Crimes Ambientais e Proteção Animal (DCAPA), onde suas competências e conhecimentos têm sido fundamentais para a organização e andamento dos processos cartorários, contribuindo significativamente para a eficácia das investigações e cumprimento das leis ambientais.

Formada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduação que concluiu em 2012, Renata possui uma sólida base acadêmica que complementa sua atuação na gestão cartorária. Em 2021, concluiu o mestrado em Psicologia, com ênfase em Processos Psicossociais, também pela UFAL, o que contribuiu para o desenvolvimento de habilidades sociais e psicológicas importantes em seu trabalho com o público e na gestão de conflitos.

Além disso, Renata tem investido continuamente em sua formação profissional por meio de especializações em áreas essenciais para sua atuação policial. Em 2021, completou uma pós-graduação em Inteligência Policial e Segurança Pública pela Faculdade Cristã da Amazônia (FCA) e pela Escola Superior de Direito Policial, qualificando-se em técnicas de inteligência e



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE VEREADOR DAVI DAVINO

estratégias de segurança. Desde 2022, está em processo de conclusão de três pós-graduações pela Faculdade UniBF: Direito Administrativo e Gestão Pública, Direito Constitucional, e Investigação Criminal e Psicologia Forense. Essas qualificações têm contribuído para que Renata desempenhe suas funções com ainda mais competência e excelência, trazendo uma visão ampla e multidisciplinar para sua atuação policial.

Diante de sua trajetória profissional e acadêmica, marcada pela dedicação ao serviço público e pelo constante aperfeiçoamento, Renata de Oliveira Andrade é merecedora desta homenagem, que busca reconhecer sua contribuição à sociedade alagoana e à Polícia Civil de Alagoas.

Diante o exposto, e em forma de reconhecimento pelo seu histórico de luta em defesa da proteção dos animais em nosso município, suas contribuições significativas para a segurança pública e preservação ambiental no nosso município, se reitera o requerimento à concessão da Comenda Ismar Malta Gatto à Sra. Renata de Oliveira Andrade.

Gabinete do Vereador Davi Davino, Câmara Municipal de Maceió, 13 de Novembro de 2024.


Davi Davino
Vereador



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : GABINETE DO VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJF.

Maceió/AL, 21 de novembro de 2024.



*Despacho Assinado Digitalmente por : ANA GABRIELA
BENTO PINTO BRITO, CPF Nº 091.205.574-00 em 21 de
novembro de 2024 às 10h56.*



ANA GABRIELA BENTO PINTO BRITO
Natureza Especial



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : GABINETE DO VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Ao Vereador Aldo Loureiro, para emitir parecer.

Maceió/AL, 11 de dezembro de 2024.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF Nº 029.000.564-70 em 11 de dezembro de 2024 às 13h10.



Francisco Holanda Costa Filho
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER Nº 68/2024 - CCJRF

PROCESSO Nº: 11180015/2024

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 153/2024

AUTOR: VEREADOR DAVI DAVINO

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n. 153/2024 de autoria do ilustre DAVI DAVINO, que “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE.”

I – ANÁLISE

A proposição em análise, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura, foi encaminhado a esta Comissão para análise e parecer, na forma do art. 63, I do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Formada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Mestre em Psicologia, com ênfase em Processos Psicossociais, também pela UFAL, Pós-Graduada em Inteligência Policial e Segurança Pública pela Faculdade Cristã da Amazônia – FCA e em processo para mais três Pós-Graduações – sempre visando o aprimoramento de seu trabalho e serviços voltados para a eficácia das investigações e cumprimento das leis ambientais.

Renata Oliveira atua como escrivã da Polícia Civil e encontra-se na condição de Chefe de Cartório na Delegacia de Crimes Ambientais e Proteção Animal (DCAPA).

III - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

É sabido que tratamos de uma proposta de Lei Ordinária e, por isso, salvaguardado pelo artigo 32 da Lei Orgânica do Município – LOM, e artigo 231, II, b, do Regimento Interno, garante-se a legitimidade desta proposição.

In verbis:

Art. 32. A iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito ou aos cidadãos do Município, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

Art. 231. A iniciativa dos projetos compete:

[...]

III - Os Projetos de Decreto Legislativo e Resolução:

[...]

b) a qualquer vereador;

Nesse diapasão, ainda podemos destacar a autonomia do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o disposto no artigo 30 da nossa Carta Magna vigente.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A comenda em tela, está positivada no Regimento Interno desta casa legislativa sob o artigo 312, §2º, XXXIII, e tem por objetivo reconhecer e valorizar a atuação de pessoas e instituições que vêm se destacando na proteção aos animais.

IV - VOTO

Diante do acima exposto, não existindo óbices à tramitação da matéria em exame, meu VOTO é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2024 e **COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE**, o qual submeto a meus nobres pares.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 26 de Dezembro de 2024.




Aldo Loureiro
ALDO LOUREIRO

Relator

Votos favoráveis

Votos contrários

Abstenção

CHICO FILHO			
SILVANIA BARBOSA			
TECA NELMA			
OLÍVIA TENÓRIO			
OLIVEIRA LIMA			
LEONARDO DIAS			



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá – Maceió – Alagoas – CEP: 57022-180.

PROCESSO Nº: 11180015/2024

PROJETO DE LEI Nº 153/2024

INTERESSADO: VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto: PROJETO DE LEI que “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE”.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Maceió, 26 de dezembro de 2024

ALDO LOUREIRO
ALDO LOUREIRO

Vereador



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo Nº : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : GABINETE DO VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Encaminhe-se para a publicação no diário oficial o parecer de autoria do vereador Aldo Loureiro.

Maceió/AL, 27 de dezembro de 2024.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF Nº 029.000.564-70 em 27 de dezembro de 2024 às 11h53.



Francisco Holanda Costa Filho
Vereador

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº: 11180015/2024.

PARECER

PROCESSO Nº: 11180015/2024.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 153/2024

AUTOR: VEREADOR DAVI DAVINO

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n. 153/2024 de autoria do ilustre DAVI DAVINO, que “**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE.**”

II – ANÁLISE

A proposição em análise, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura, foi encaminhado a esta Comissão para análise e parecer, na forma do art. 63, I do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Formada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Mestre em Psicologia, com ênfase em Processos Psicossociais, também pela UFAL, Pós-Graduada em Inteligência Policial e Segurança Pública pela Faculdade Cristã da Amazônia – FCA e em processo para mais três Pós-Graduações – sempre visando o aprimoramento de seu trabalho e serviços voltados para a eficácia das investigações e cumprimento das leis ambientais.

Renata Oliveira atua como escritã da Polícia Civil e encontra-se na condição de Chefe de Cartório na Delegacia de Crimes Ambientais e Proteção Animal (DCAPA).

III - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

É sabido que tratamos de uma proposta de Lei Ordinária e, por isso, salvo o que dispõe o artigo 32 da Lei Orgânica do Município – LOM, e artigo 231, II, b, do Regimento Interno, garante-se a legitimidade desta proposição.

In verbis:

Art. 32. A iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito ou aos cidadãos do Município, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 231. A iniciativa dos projetos compete:

[...]

III - Os Projetos de Decreto Legislativo e Resolução:

[...]

b) a qualquer vereador;

Nesse diapasão, ainda podemos destacar a autonomia do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o disposto no artigo 30 da nossa Carta Magna vigente.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

A comenda em tela, está positivada no Regimento Interno desta casa legislativa sob o artigo 312, §2º, XXXIII, e tem por objetivo reconhecer e valorizar a atuação de pessoas e instituições que vêm se destacando na proteção aos animais.

IV – VOTO

Diante do acima exposto, não existindo óbices à tramitação da matéria em exame, meu VOTO é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2024 e **COMENDA ISMAR**

**MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA
ANDRADE**, o qual submeto a meus nobres pares.
É o Parecer.
S.M.J.
Sala das Comissões, em 26 de dezembro de 2024.

ALDO LOUREIRO
Relator

VOTOS FAVORÁVEIS:
CHICO FILHO
OLIVEIRA LIMA
LEONARDO DIAS

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:E84EB46A

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município
de Maceió no dia 10/09/2025. Edição 7247
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Maceió/AL, 17 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da Fonseca
Dias, CPF Nº 030.845.004-36 em 17 de setembro de 2025 às
13h19.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

PARECER Nº 025/2025 – GVJO - CMM
PROCESSO Nº: 11180015/2025
PROJETO: 153/2024
AUTOR: DAVI DAVINO
RELATOR: JÔNATAS OMENA

**“CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR
MALTA GATTO À SRA RENATA DE
OLIVEIRA ANDRADE.”**

I - RELATÓRIO

Encontra-se sob análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 154/2024, de autoria do Vereador Davi Davino, que propõe a concessão da **Comenda Ismar Malta Gatto** à Sra. Renata de Oliveira Andrade, em reconhecimento ao seu histórico de luta em defesa da proteção dos animais no município de Maceió, bem como às suas contribuições relevantes para a segurança pública e preservação ambiental.

A homenageada é escrivã de polícia e atualmente exerce a função de chefe de cartório na Delegacia de Crimes Ambientais e Proteção Animal (DCAPA), onde desempenha papel fundamental no andamento de processos e investigações relacionados à causa animal. Possui formação sólida em Administração e Psicologia, além de especializações em áreas ligadas à segurança pública, inteligência policial, direito e investigação criminal, demonstrando dedicação e preparo técnico em sua atuação profissional.

Compete a esta Comissão a análise da matéria quanto ao **mérito**, destacando-se que não é de sua atribuição a avaliação de aspectos jurídicos ou regimentais.

II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer a apreciação do mérito de proposições relativas à cultura e ao reconhecimento de personalidades que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento das áreas abrangidas por esta Comissão.

Ressaltamos que a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa é de competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, à qual caberá manifestar-se sobre os aspectos jurídicos do projeto.



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

III – MÉRITO

O Projeto de Decreto Legislativo apresentado revela-se **justo e meritório**, considerando que a concessão da Comenda Ismar Malta Gatto tem como finalidade homenagear pessoas e instituições que se destacam na proteção animal em Maceió.

A trajetória profissional e acadêmica da Sra. Renata de Oliveira Andrade evidencia não apenas competência técnica e dedicação ao serviço público, mas também um compromisso permanente com a defesa dos animais e com a proteção ambiental. Sua atuação contribui significativamente para o fortalecimento da cidadania e para a promoção de valores de respeito, ética e cuidado com a vida, em consonância com os princípios que norteiam a política de proteção animal.

Dessa forma, a concessão da Comenda é plenamente justificada, pois reconhece e valoriza uma atuação de relevância social, cultural e ambiental para o município de Maceió.

IV – CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esportes manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2024, que concede a Comenda Ismar Malta Gatto à Sra. Renata de Oliveira Andrade, em reconhecimento à sua contribuição em defesa dos animais, à preservação ambiental e à segurança pública no município de Maceió.

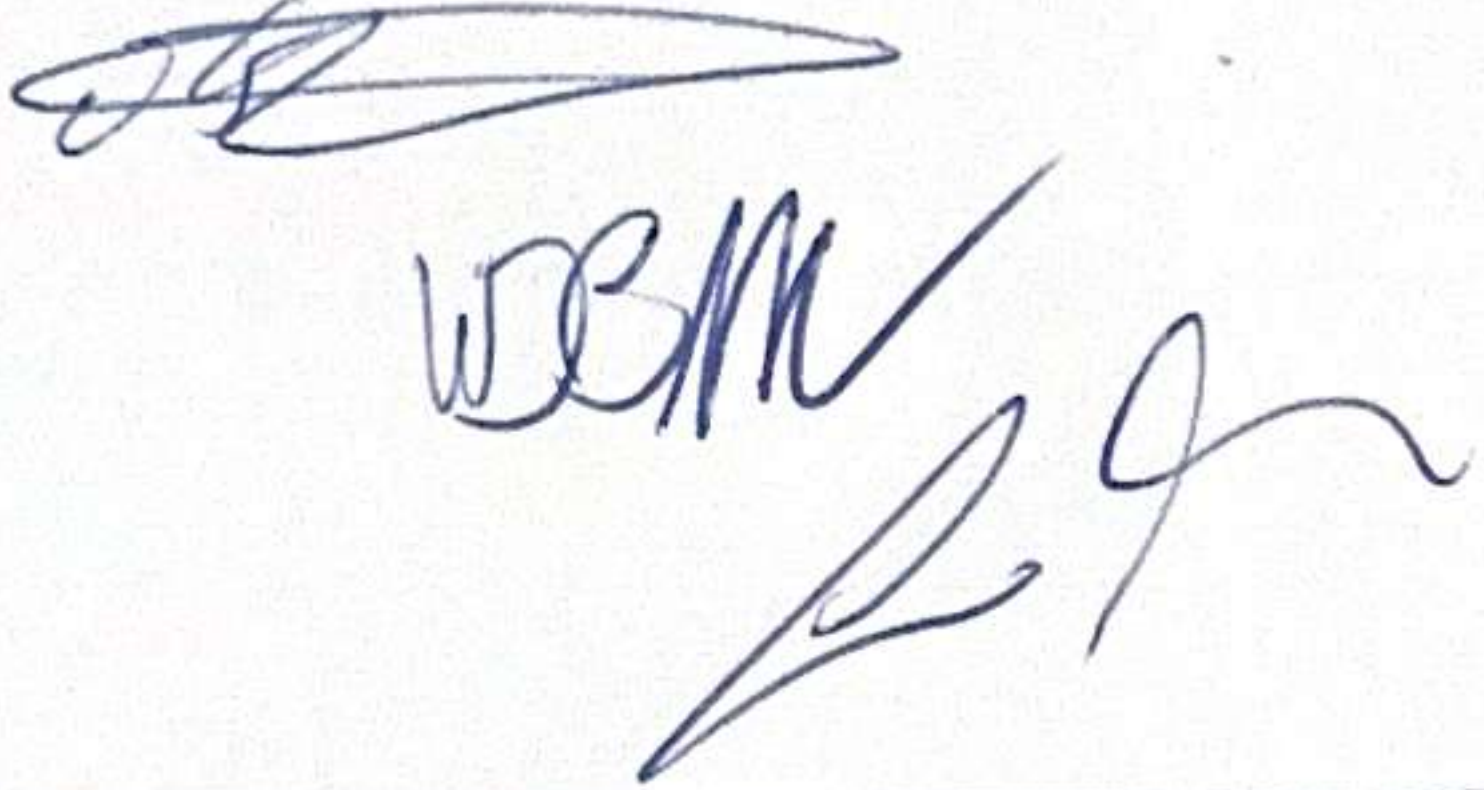
Este é o parecer.

Assinado na data do protocolo.

JÔNATAS OMENA
Vereador – Câmara Municipal de Maceió



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
	



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no Diário Oficial.

Maceió/AL, 01 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 01 de outubro de 2025 às 15h40.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
PARECER Nº 025/2025 – GVJO – CMM / PROCESSO Nº: 11180015/2025.

PROJETO: 153/2024
AUTOR: DAVI DAVINO
RELATOR: JÔNATAS OMENA

“CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE.”

I - RELATÓRIO

Encontra-se sob análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 154/2024, de autoria do Vereador Davi Davino, que propõe a concessão da **Comenda Ismar Malta Gatto** à Sra. Renata de Oliveira Andrade, em reconhecimento ao seu histórico de luta em defesa da proteção dos animais no município de Maceió, bem como às suas contribuições relevantes para a segurança pública e preservação ambiental.

A homenageada é escritora de polícia e atualmente exerce a função de chefe de cartório na Delegacia de Crimes Ambientais e Proteção Animal (DCAPA), onde desempenha papel fundamental no andamento de processos e investigações relacionados à causa animal. Possui formação sólida em Administração e Psicologia, além de especializações em áreas ligadas à segurança pública, inteligência policial, direito e investigação criminal, demonstrando dedicação e preparo técnico em sua atuação profissional.

Compete a esta Comissão a análise da matéria quanto ao **mérito**, destacando-se que não é de sua atribuição a avaliação de aspectos jurídicos ou regimentais.

II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer a apreciação do mérito de proposições relativas à cultura e ao reconhecimento de personalidades que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento das áreas abrangidas por esta Comissão.

Ressaltamos que a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa é de competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, à qual caberá manifestar-se sobre os aspectos jurídicos do projeto.

III – MÉRITO

O Projeto de Decreto Legislativo apresentado revela-se **justo e meritório**, considerando que a concessão da Comenda Ismar Malta Gatto tem como finalidade homenagear pessoas e instituições que se destacam na proteção animal em Maceió.

A trajetória profissional e acadêmica da Sra. Renata de Oliveira Andrade evidencia não apenas competência técnica e dedicação ao serviço público, mas também um compromisso permanente com a defesa dos animais e com a proteção ambiental. Sua atuação contribui significativamente para o fortalecimento da cidadania e para a promoção de valores de respeito, ética e cuidado com a vida, em consonância com os princípios que norteiam a política de proteção animal.

Dessa forma, a concessão da Comenda é plenamente justificada, pois reconhece e valoriza uma atuação de relevância social, cultural e ambiental para o município de Maceió.

IV – CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, **quanto ao mérito**, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esportes** manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2024, que concede a Comenda Ismar Malta Gatto à Sra. Renata de Oliveira Andrade, em reconhecimento à sua contribuição em defesa dos animais, à preservação ambiental e à segurança pública no município de Maceió.

Este é o parecer.

JÔNATAS OMENA

Vereador – Câmara Municipal de Maceió

VOTOS FAVORÁVEIS:

DAVID EMPREGOS

JEANYNNE BELTRÃO

LEONARDO DIAS

VOTOS DESFAVORÁVEIS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:28757D1F

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 03/10/2025. Edição 7262

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 11180015 / 2024

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 153/2024

Interessado : VEREADOR DAVI DAVINO

Assunto : CONCESSÃO DA COMENDA ISMAR MALTA GATTO À SRA RENATA DE OLIVEIRA ANDRADE

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia.

Maceió/AL, 06 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 06 de outubro de 2025 às 15h38.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DO VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Processo Nº : 03100036 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

REQUERIMENTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº __/2025

Ao Sr.

FRANCISCO HOLANDA COSTA FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

Art. 1º – Fica Concedido a COMENDA DO MÉRITO CÍVICO ao SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade maceioense.

Art. 2º – O Título ora outorgado será entregue em sessão solene do Legislativo Municipal em data a ser designada por seu Presidente.

Parágrafo Único – A entrega do título deverá ser realizada até 120 (cento e vinte) dias após a sanção do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Art. 3º – Este Projeto de Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário

Maceió/AL, 10 de março de 2025.



*Documento Assinado Digitalmente por : JOSÉ SIDERLANE
ARAÚJO DE MENDONÇA, CPF Nº 035.168.514-65 em 13 de
março de 2025 às 06h44.*



JOSÉ SIDERLANE ARAÚJO DE MENDONÇA
VEREADOR - 3º SECRETÁRIO



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DO VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Processo N° : 03100036 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

REQUERIMENTO

Histórico e Justificativa para Concessão de Comenda ao Diretor-Presidente GUTENBERG DE MELO BEZERRA

Filho de Irlan Bezerra dos Santos e Cledna de Melo Bezerra, e possui uma trajetória profissional marcada pela dedicação, competência e compromisso com o serviço público. Formado em Engenharia Elétrica, com especialização em Segurança do Trabalho, ele tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e a modernização da administração pública em Maceió.

Sua carreira teve início como estagiário na antiga Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (SIMA), atualmente denominada Autarquia Municipal de Iluminação Pública (Ilumina). Esse início humilde e promissor foi a base para uma trajetória exemplar.

No âmbito da Prefeitura de Maceió, o Secretário Gutemberg demonstrou sua versatilidade e capacidade técnica ao atuar em diferentes órgãos e setores. Na Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), agora Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), assumiu o cargo de coordenador de operações de trânsito, contribuindo para a organização e segurança no trânsito da capital. Posteriormente, na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), trabalhou como engenheiro eletricista, reforçando sua atuação multidisciplinar em prol da eficiência e do bem-estar da população.

Sua trajetória na Ilumina é um testemunho de seu crescimento profissional e de sua liderança. Após ocupar cargos de assessor técnico e diretor-executivo, atualmente exerce o cargo de diretor-presidente da autarquia, onde se destaca por liderar projetos de modernização e expansão da iluminação pública em Maceió, promovendo segurança, economia de energia e qualidade de vida para os cidadãos.

O Secretário Gutemberg Bezerra reúne méritos incontestáveis para a entrega desta comenda, não apenas por sua sólida formação acadêmica e vasta experiência, mas também por seu compromisso em servir a comunidade e sua capacidade de liderar mudanças que impactam positivamente o município.

Portanto, é com grande honra que apresentamos este histórico para fundamentar a concessão da comenda, reconhecendo suas notáveis contribuições à cidade de Maceió e sua exemplar dedicação ao serviço público.

Maceió/AL, 10 de março de 2025.



*Documento Assinado Digitalmente por : JOSÉ SIDERLANE
ARAÚJO DE MENDONÇA, CPF Nº 035.168.514-65 em 13 de
março de 2025 às 06h45.*



JOSÉ SIDERLANE ARAÚJO DE MENDONÇA
VEREADOR - 3º SECRETÁRIO



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo Nº : 03100036 / 2025

Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 18 de março de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues
Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 18 de março de 2025 às
19h12.*



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 03100036 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Maceió/AL, 25 de março de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 25 de março de
2025 às 15h39.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER Nº 16/2025 - CCJRF

PROCESSO Nº: 03100036/2025

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025

AUTOR: VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025, protocolizado através do Processo nº 03100036/2025, de autoria do ilustre Vereador SIDERLANE MENDONÇA, que: **“CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SENHOR GUTENBERG DE MELO BEZERRA”**.

II – ANÁLISE

Cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura em Plenário, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025 foi encaminhado a esta Comissão para análise e parecer conforme o artigo 63, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Gutenberg de Melo Bezerra é Engenheiro Eletricista de formação, com especialização em segurança do trabalho. Servidor Público do Município de Maceió, atualmente compõe a equipe de Secretários do Município de Maceió.

Filho de Irlan Bezerra dos Santos e Cledna de Melo Bezerra, possui uma trajetória profissional marcada pela dedicação, competência e compromisso com o serviço público.

Iniciou sua carreira como estagiário na antiga Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (SIMA), hoje denominada Autarquia Municipal de Iluminação Pública (Ilumina)

Na Prefeitura de Maceió, Gutemberg demonstrou versatilidade e capacidade técnica ao atuar em diferentes órgãos e setores. Na Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), agora Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), atuou como



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

coordenador de operações de trânsito, contribuindo para a organização e segurança no trânsito da capital. Posteriormente, na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), trabalhou como engenheiro eletricista, reforçando sua atuação multidisciplinar em prol da eficiência e do bem-estar da população.

III - VOTO

Portanto, tendo em vista que a Comenda do Mérito Cívico foi idealizada para homenagear as pessoas que possuem serviços prestados para o aprimoramento da vida cívica em Maceió, VOTO pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025, proposição protocolizada através do Processo nº 03100036/2025 e concessão da honraria disposta no art. 312, XI do Regimento Interno deste Poder Legislativo, o qual submeto a meus nobres pares.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 01 de Abril de 2025.

Aldo Loureiro

ALDO LOUREIRO

Relator

Favorável

Contrário

Abstenção

OLÍVIA TENÓRIO	<i>Olivia Tenório</i>		
SILVANIA BARBOSA			
THIAGO PRADO	<i>Thiago Prado</i>		
SIDERLANE MENDONÇA			
CAL MOREIRA	<i>Cal Moreira</i>		
LEONARDO DIAS	<i>Leonardo Dias</i>		



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá – Maceió – Alagoas – CEP: 57022-180.

DESPACHO

PROCESSO Nº 03100036/2025

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025

INTERESSADO VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

RELATOR VEREADOR ALDO LOUREIRO

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO QUE “**CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA**”.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para providências.

Maceió, 02 de abril de 2025

Aldo Loureiro
ALDO LOUREIRO

Vereador



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 03100036 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Maceió/AL, 02 de abril de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 02 de abril de
2025 às 17h37.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº: 03100036/2025.

PARECER

PROCESSO Nº: 03100036/2025.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025

AUTOR: VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025, protocolizado através do Processo nº 03100036/2025, de autoria do ilustre Vereador SIDERLANE MENDONÇA, que: **“CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SENHOR GUTENBERG DE MELO BEZERRA”**.

II – ANÁLISE

Cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura em Plenário, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025 foi encaminhado a esta Comissão para análise e parecer conforme o artigo 63, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Gutenberg de Melo Bezerra é Engenheiro Eletricista de formação, com especialização em segurança do trabalho. Servidor Público do Município de Maceió, atualmente compõe a equipe de Secretários do Município de Maceió.

Filho de Irlan Bezerra dos Santos e Cledna de Melo Bezerra, possui uma trajetória profissional marcada pela dedicação, competência e compromisso com o serviço público.

Iniciou sua carreira como estagiário na antiga Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (SIMA), hoje denominada Autarquia Municipal de Iluminação Pública (Ilumina)

Na Prefeitura de Maceió, Gutemberg demonstrou versatilidade e capacidade técnica ao atuar em diferentes órgãos e setores. Na Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), agora Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), atuou como coordenador de operações de trânsito, contribuindo para a organização e segurança no trânsito da capital. Posteriormente, na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), trabalhou como engenheiro eletricista, reforçando sua atuação multidisciplinar em prol da eficiência e do bem-estar da população.

III – VOTO

Portanto, tendo em vista que a Comenda do Mérito Cívico foi idealizada para homenagear as pessoas que possuem serviços prestados para o aprimoramento da vida cívica em Maceió, VOTO pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo de nº 47/2025, proposição protocolizada através do Processo nº 03100036/2025 e concessão da honraria disposta no art. 312, XI do Regimento Interno deste Poder Legislativo, o qual submeto a meus nobres pares.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 2025.

ALDO LOUREIRO

Relator

VOTOS FAVORÁVEIS

OLÍVIA TENÓRIO

DELEGADO THIAGO PRADO

CAL MOREIRA

LEONARDO DIAS

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:6AA2CED9

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 04/04/2025. Edição 7143

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03100036 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Maceió/AL, 08 de abril de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 08 de abril de
2025 às 15h22.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE
PARECER Nº 05 DE 2025

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES, SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025, DE INICIATIVA DO VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA, QUE CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

Relatora: Vereadora Teca Nelma

I – RELATÓRIO

O presente parecer versa sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025**, de autoria do vereador **Siderlane Mendonça**, que tem por objetivo conceder a **Comenda do Mérito Cívico** ao Sr. **Gutemberg de Melo Bezerra**, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à cidade de Maceió, notadamente no campo da administração pública municipal.

A proposição foi regularmente protocolada sob o Processo nº 03100036/2025 e acompanhada de justificativa que detalha a trajetória do homenageado, engenheiro eletricista com especialização em segurança do trabalho, cuja carreira foi desenvolvida em diversos órgãos do Executivo municipal, culminando no exercício da presidência da Autarquia Municipal de Iluminação Pública – Ilumina.

Após análise preliminar, o projeto foi encaminhado a esta Comissão para emissão de parecer quanto ao mérito da matéria, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

II – ANÁLISE

A presente proposição encontra respaldo no **Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió**, que, em seu **art. 53, inciso II**, atribui às comissões permanentes competência para apreciar o **mérito das proposições legislativas**, especialmente aquelas afetas aos temas de sua atuação específica. No caso da **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, é legítima e pertinente a análise de matérias relativas ao **reconhecimento público de personalidades com trajetória de contribuição relevante à sociedade maceioense**, conforme se insere o escopo das homenagens e honrarias.

A concessão de comendas no Poder Legislativo configura-se como um **instrumento simbólico e político de valorização pública**, exercido com base no princípio da legalidade, mas também do mérito e da moralidade administrativa. Nesse sentido, a **Comenda do Mérito Cívico** representa uma distinção que deve ser atribuída a pessoas físicas cuja atuação, notoriamente reconhecida, tenha promovido avanços concretos no serviço público, na cidadania ou na identidade coletiva de Maceió.

No caso específico do Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025, observa-se que o homenageado, Sr. **Gutemberg de Melo Bezerra**, possui uma trajetória **vinculada diretamente à modernização da gestão pública municipal**, com ênfase em setores estratégicos como mobilidade urbana, saúde e infraestrutura urbana.

Engenheiro eletricista de formação, com especialização em segurança do trabalho, o Sr. Gutemberg ingressou no serviço público como estagiário da antiga Superintendência Municipal de Iluminação Pública (SIMA), atual Ilumina. Sua evolução funcional o levou a ocupar cargos de assessoramento técnico, coordenação e direção executiva, culminando no exercício atual da presidência da autarquia. Também exerceu funções relevantes na então SMTT (hoje DMTT), contribuindo para a organização e a segurança do trânsito na capital, bem como na Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando **perfil técnico e multifuncional**.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

Sua atuação mais recente como diretor-presidente da Ilumina evidencia uma liderança comprometida com a **eficiência energética, a sustentabilidade urbana e a segurança pública**, por meio da expansão e modernização da iluminação da cidade. Essa atuação repercute diretamente na vida cotidiana da população maceioense, notadamente nas regiões de maior vulnerabilidade social.

É importante destacar que o art. 72, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, ao tratar das proposições de iniciativa parlamentar, permite a apresentação de projetos de decreto legislativo voltados à **concessão de homenagens e distinções honoríficas**, desde que respeitados os critérios de relevância pública e interesse institucional. Tais requisitos estão plenamente atendidos na presente proposta, que foi apresentada com **justificativa adequada, trajetória comprovada e compatibilidade com os princípios republicanos**.

Do ponto de vista da **Lei Orgânica do Município de Maceió**, embora não haja vedação expressa a esse tipo de proposição, é possível enquadrá-la como manifestação do **poder simbólico da Câmara enquanto representação da sociedade civil**, atribuindo sentido institucional às homenagens prestadas a servidores e agentes públicos de notório reconhecimento.

Ressalta-se, por fim, que a concessão desta comenda contribui para o fortalecimento de uma cultura pública de valorização da dedicação, da ética e do compromisso com o bem comum, devendo, portanto, ser entendida como uma política simbólica de estímulo à meritocracia e à excelência no serviço público.

III – VOTO

Considerando o conjunto dos elementos apresentados na justificativa e na trajetória do homenageado, que demonstram de forma inequívoca sua dedicação ao serviço público municipal, a presente proposta se insere com mérito no rol das homenagens de natureza cívica que esta Casa tem o dever de outorgar.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

O Sr. Gutemberg de Melo Bezerra consolidou uma carreira marcada pela competência técnica, ética pública e compromisso institucional, tendo exercido funções estratégicas no âmbito da administração de Maceió, com impacto direto na melhoria dos serviços essenciais à população. Sua atuação como engenheiro, gestor e servidor público transcende o desempenho funcional, pois representa o modelo de profissional comprometido com a eficiência, a inovação e a responsabilidade social.

A concessão da **Comenda do Mérito Cívico**, neste contexto, não se trata apenas de um reconhecimento individual, mas de uma afirmação institucional da Câmara Municipal de Maceió acerca da importância de se valorizar servidores e lideranças que, por sua conduta, elevam o padrão do serviço público e reforçam os vínculos de confiança entre a administração e a sociedade.

Diante do exposto, e reconhecendo a regularidade formal da proposição, bem como a legitimidade e a relevância da homenagem pretendida, **esta Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025**, por entender que a outorga da Comenda do Mérito Cívico ao Sr. Gutemberg de Melo Bezerra se reveste de pleno mérito, legalidade e pertinência institucional.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 09 de abril de 2025.

Teca Nelma
Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03100036 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de abril de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da Fonseca
Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 28 de abril de 2025 às
11h34.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025.

PARECER Nº 05 DE 2025.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES, SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2025, DE INICIATIVA DO VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA, QUE CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

.

Relatora: Vereadora Teca Nelma

I – RELATÓRIO

O presente parecer versa sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025**, de autoria do vereador **Siderlane Mendonça**, que tem por objetivo conceder a **Comenda do Mérito Cívico** ao Sr. **Gutemberg de Melo Bezerra**, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à cidade de Maceió, notadamente no campo da administração pública municipal.

A proposição foi regularmente protocolada sob o Processo nº 03100036/2025 e acompanhada de justificativa que detalha a trajetória do homenageado, engenheiro eletricista com especialização em segurança do trabalho, cuja carreira foi desenvolvida em diversos órgãos do Executivo municipal, culminando no exercício da presidência da Autarquia Municipal de Iluminação Pública – Ilumina.

Após análise preliminar, o projeto foi encaminhado a esta Comissão para emissão de parecer quanto ao mérito da matéria, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

II – ANÁLISE

A presente proposição encontra respaldo no **Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió**, que, em seu **art. 53, inciso II**, atribui às comissões permanentes competência para apreciar o **mérito das proposições legislativas**, especialmente aquelas afetas aos temas de sua atuação específica. No caso da **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, é legítima e pertinente a análise de matérias relativas ao **reconhecimento público de personalidades com trajetória de contribuição relevante à sociedade maceioense**, conforme se insere o escopo das homenagens e honrarias.

A concessão de comendas no Poder Legislativo configura-se como um **instrumento simbólico e político de valorização pública**, exercido com base no princípio da legalidade, mas também do mérito e da moralidade administrativa. Nesse sentido, a **Comenda do Mérito Cívico** representa uma distinção que deve ser atribuída a pessoas físicas cuja atuação, notoriamente reconhecida, tenha promovido avanços concretos no serviço público, na cidadania ou na identidade coletiva de Maceió.

No caso específico do Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025, observa-se que o homenageado, Sr. **Gutemberg de Melo Bezerra**, possui uma trajetória **vinculada diretamente à modernização da gestão pública municipal**, com ênfase em setores estratégicos como mobilidade urbana, saúde e infraestrutura urbana.

Engenheiro eletricista de formação, com especialização em segurança do trabalho, o Sr. Gutemberg ingressou no serviço público como estagiário da antiga Superintendência Municipal de Iluminação Pública (SIMA), atual Ilumina. Sua evolução funcional o levou a ocupar cargos de assessoramento técnico,

coordenação e direção executiva, culminando no exercício atual da presidência da autarquia. Também exerceu funções relevantes na então SMTT (hoje DMTT), contribuindo para a organização e a segurança do trânsito na capital, bem como na Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando **perfil técnico e multifuncional**.

Sua atuação mais recente como diretor-presidente da Ilumina evidencia uma liderança comprometida com a **eficiência energética, a sustentabilidade urbana e a segurança pública**, por meio da expansão e modernização da iluminação da cidade. Essa atuação repercute diretamente na vida cotidiana da população maceioense, notadamente nas regiões de maior vulnerabilidade social.

É importante destacar que o art. 72, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, ao tratar das proposições de iniciativa parlamentar, permite a apresentação de projetos de decreto legislativo voltados à **concessão de homenagens e distinções honoríficas**, desde que respeitados os critérios de relevância pública e interesse institucional. Tais requisitos estão plenamente atendidos na presente proposta, que foi apresentada com **justificativa adequada, trajetória comprovada e compatibilidade com os princípios republicanos**.

Do ponto de vista da **Lei Orgânica do Município de Maceió**, embora não haja vedação expressa a esse tipo de proposição, é possível enquadrá-la como manifestação do **poder simbólico da Câmara enquanto representação da sociedade civil**, atribuindo sentido institucional às homenagens prestadas a servidores e agentes públicos de notório reconhecimento.

Ressalta-se, por fim, que a concessão desta comenda contribui para o fortalecimento de uma cultura pública de valorização da dedicação, da ética e do compromisso com o bem comum, devendo, portanto, ser entendida como uma política simbólica de estímulo à meritocracia e à excelência no serviço público.

III – VOTO

Considerando o conjunto dos elementos apresentados na justificativa e na trajetória do homenageado, que demonstram de forma inequívoca sua dedicação ao serviço público municipal, a presente proposta se insere com mérito no rol das homenagens de natureza cívica que esta Casa tem o dever de outorgar.

O Sr. Gutemberg de Melo Bezerra consolidou uma carreira marcada pela competência técnica, ética pública e compromisso institucional, tendo exercido funções estratégicas no âmbito da administração de Maceió, com impacto direto na melhoria dos serviços essenciais à população. Sua atuação como engenheiro, gestor e servidor público transcende o desempenho funcional, pois representa o modelo de profissional comprometido com a eficiência, a inovação e a responsabilidade social.

A concessão da **Comenda do Mérito Cívico**, neste contexto, não se trata apenas de um reconhecimento individual, mas de uma afirmação institucional da Câmara Municipal de Maceió acerca da importância de se valorizar servidores e lideranças que, por sua conduta, elevam o padrão do serviço público e reforçam os vínculos de confiança entre a administração e a sociedade.

Diante do exposto, e reconhecendo a regularidade formal da proposição, bem como a legitimidade e a relevância da homenagem pretendida, **esta Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2025**, por entender que a outorga da Comenda do Mérito Cívico ao Sr. Gutemberg de Melo Bezerra se reveste de pleno mérito, legalidade e pertinência institucional.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 09 de abril de 2025.

TECA NELMA

Vereadora

VOTOS FAVORÁVEIS:

**JÔNATAS OMENA
LEONARDO DIAS
JEANNYNE BELTRÃO**

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:A827DB72

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 29/04/2025. Edição 7156
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03100036 / 2025

N° PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 47/2025

Interessado : VEREADOR SIDERLANE MENDONÇA

Assunto : CONCEDE A COMENDA DO MÉRITO CÍVICO AO SR. GUTENBERG DE MELO BEZERRA.

DESPACHO

Maceió/AL, 29 de abril de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 29 de abril de
2025 às 12h20.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PROJETO DE LEI Nº ____/2025
(BRIVALDO MARQUES / PL- AL)

“INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.”

A Câmara Municipal de Maceió decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Maceió/AL, o Programa “Voltar a Estudar Muda Tudo”, voltado à valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao estímulo à matrícula e permanência dos estudantes nessa modalidade.

Art. 2º O Programa tem como objetivos:

- I– promover campanhas de incentivo à matrícula e combate à evasão na EJA;
- II– divulgar relatos de vida de estudantes e ex-alunos da EJA que tenham superado desafios por meio da educação;
- III– combater o preconceito e estimular a autoestima dos jovens, adultos e idosos que retornam à sala de aula;
- IV– sensibilizar a sociedade sobre a importância da EJA como política pública de inclusão social.

Art. 3º As ações do Programa poderão ser executadas por meio de:

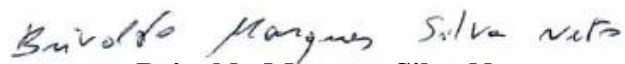
- I– campanhas publicitárias em rádios, redes sociais, TV, painéis digitais e espaços públicos;
- II– parcerias com instituições de ensino, universidades, entidades sociais e empresas privadas;
- III– eventos e ações educativas em escolas, centros comunitários e espaços públicos.

Art. 4º A implementação do Programa poderá ser realizada pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Comunicação, respeitada a legislação orçamentária vigente.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, no que couber, inclusive quanto ao cronograma, critérios e formatos de divulgação das campanhas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 19 de maio de 2025.



Brivaldo Marques Silva Neto

VEREADOR – PL-AL

JUSTIFICATIVA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social, ao oferecer uma nova chance de escolarização para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos na idade adequada. Apesar de sua importância, essa modalidade ainda enfrenta desafios significativos, como o preconceito, a falta de informação e os elevados índices de evasão.

Muitas pessoas que poderiam se beneficiar da EJA sequer conhecem esse direito ou sentem-se desmotivadas a voltar à escola, muitas vezes por vergonha, insegurança ou baixa autoestima. Diante desse cenário, campanhas públicas de valorização e incentivo são ferramentas essenciais para ampliar o alcance da EJA, estimular matrículas e reconhecer a trajetória dos estudantes que retornam à sala de aula.

É com esse objetivo que o presente projeto propõe a criação do Programa “Voltar a Estudar Muda Tudo”, voltado à divulgação de histórias reais de superação e conquista de ex-alunos da EJA. A ideia é sensibilizar a sociedade e inspirar outras pessoas a retomarem seus estudos, reforçando a educação como um direito de todos ao longo da vida.

A proposta está alinhada aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal (art. 208) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 4º), que asseguram o dever do Estado de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência do aluno na escola. Trata-se de uma medida autorizativa, que respeita os limites de atuação do Legislativo Municipal e deixa a cargo do Poder Executivo a regulamentação e a implementação da política, conforme sua estrutura e disponibilidade orçamentária.

Ao valorizar a EJA e incentivar o retorno à escola, o projeto contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a educação como instrumento de transformação.

Portanto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Maceió, 19 de maio de 2025.


Brivaldo Marques Silva Neto

VEREADOR – PL-AL



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 05190060 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 28 de maio de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 28 de maio de 2025 às 00h18.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05190060 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Maceió/AL, 24 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 24 de junho de
2025 às 15h20.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº 05190060/2025.

PROJETO DE LEI Nº 249/2025.

INTERESSADO: Vereador Brivaldo Marques.

RELATOR: Vereador Delegado Thiago Prado.

ASSUNTO: Projeto de lei que institui o programa “voltar a estudar muda tudo”, com o objetivo de promover campanhas de incentivo à matrícula e valorização da educação de jovens e adultos (EJA), no âmbito do município de Maceió/AL.

I – Relatório

Trata-se de análise, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, do Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Vereador Brivaldo Marques, que visa instituir, no âmbito do Município de Maceió, o Programa “Voltar a Estudar Muda Tudo”, com o propósito de promover campanhas de incentivo à matrícula e valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O programa pretende desenvolver campanhas publicitárias, divulgar relatos de superação de estudantes da EJA, combater o preconceito e estimular a autoestima dos jovens, adultos e idosos que retornam à sala de aula, bem como sensibilizar a sociedade sobre a importância dessa modalidade educacional.

As ações do programa poderão ser realizadas por meio de campanhas em mídias diversas, parcerias com instituições públicas e privadas e eventos educativos, sendo a implementação atribuída ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Comunicação, respeitada a legislação orçamentária vigente.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

II – Análise

A competência legislativa do Município de Maceió está prevista nos arts. 6º, III e VII, e 7º, II, da Lei Orgânica do Município, os quais autorizam o Município a dispor sobre assuntos de interesse local e a assegurar meios de acesso geral à educação.

Ademais, a iniciativa do presente projeto se reveste de caráter meramente autorizativo, não impondo obrigações concretas e imediatas ao Poder Executivo, mas apenas conferindo-lhe a faculdade de implementar o programa, respeitada a autonomia administrativa e financeira do Município, em observância ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da Lei Orgânica do Município).



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

Verifica-se que o projeto também não invade a competência privativa do Chefe do Executivo, uma vez que não cria obrigações, despesas ou estrutura administrativa, limitando-se a autorizar a realização de campanhas de incentivo e valorização da EJA, cujas ações, de fato, somente serão concretizadas mediante regulamentação do Poder Executivo, nos termos do art. 5º do projeto.

A iniciativa está, ainda, alinhada aos princípios constitucionais e legais que asseguram o direito à educação e incentivam políticas públicas voltadas à inclusão e combate à evasão escolar, conforme dispõe o art. 208 da Constituição Federal e o art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

No que tange à técnica legislativa e à redação, o projeto observa os requisitos formais previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, não havendo vícios ou impropriedades que comprometam sua tramitação.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Ilustre Vereador Brivaldo Marques, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 30 de julho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO
VEREADOR

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
Olivia Tenório			
Aldo Loureiro			
Cal Moreira			
Leonardo Dias			
Silvania Barbosa			
Siderlane Mendonça			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05190060 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Maceió/AL, 02 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 02 de setembro
de 2025 às 10h32.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº 05190060/2025.

PARECER

PROCESSO Nº 05190060/2025.

PROJETO DE LEI Nº 249/2025.

INTERESSADO: VEREADOR BRIVALDO MARQUES.

RELATOR: VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

I – Relatório

Trata-se de análise, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, do Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Vereador Brivaldo Marques, que visa instituir, no âmbito do Município de Maceió, o Programa “Voltar a Estudar Muda Tudo”, com o propósito de promover campanhas de incentivo à matrícula e valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O programa pretende desenvolver campanhas publicitárias, divulgar relatos de superação de estudantes da EJA, combater o preconceito e estimular a autoestima dos jovens, adultos e idosos que retornam à sala de aula, bem como sensibilizar a sociedade sobre a importância dessa modalidade educacional.

As ações do programa poderão ser realizadas por meio de campanhas em mídias diversas, parcerias com instituições públicas e privadas e eventos educativos, sendo a implementação atribuída ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Comunicação, respeitada a legislação orçamentária vigente.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

II – Análise

A competência legislativa do Município de Maceió está prevista nos arts. 6º, III e VII, e 7º, II, da Lei Orgânica do Município, os quais autorizam o Município a dispor sobre assuntos de interesse local e a assegurar meios de acesso geral à educação.

Ademais, a iniciativa do presente projeto se reveste de caráter meramente autorizativo, não impondo obrigações concretas e imediatas ao Poder Executivo, mas apenas conferindo-lhe a faculdade de implementar o programa, respeitada a autonomia administrativa e financeira do Município, em observância ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da Lei Orgânica do Município).

Verifica-se que o projeto também não invade a competência privativa do Chefe do Executivo, uma vez que não cria obrigações, despesas ou estrutura administrativa, limitando-se a autorizar a realização de campanhas de incentivo e valorização da EJA, cujas ações, de fato, somente serão concretizadas mediante regulamentação do Poder Executivo, nos termos do art. 5º do projeto.

A iniciativa está, ainda, alinhada aos princípios constitucionais e legais que asseguram o direito à educação e incentivam políticas públicas voltadas à inclusão e combate à evasão escolar, conforme dispõe o art. 208 da Constituição Federal e o art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

No que tange à técnica legislativa e à redação, o projeto observa os requisitos formais previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, não havendo vícios ou impropriedades que comprometam sua tramitação.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Ilustre Vereador Brivaldo Marques, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 30 de julho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS:

OLIVIA TENÓRIO
ALDO LOUREIRO
CAL MOREIRA
LEONARDO DIAS

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:3D129BBC

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 03/09/2025. Edição 7242

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05190060 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Maceió/AL, 04 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 23 de setembro
de 2025 às 17h23.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE

PARECER Nº 027 DE 2025

Processo nº: 05190060/2025

Projeto de Lei Nº: 249/2025

Autor da Matéria: Vereador BRIVALDO MARQUES

Ementa: INSTITUI O PROGRAMA "VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO", COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

Relatora: Vereadora Jeannyne Beltrão

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Vereador BRIVALDO MARQUES, que visa INSTITUI O PROGRAMA "VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO", COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

Feita toda análise legal e regimental, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o referido Projeto foi encaminhado para esta Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte, em conformidade com o que determina o Regimento Interno.

II – ANÁLISE E VOTO

A presente propositura tem por objeto INSTITUIR, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, O "OUTUBRO VIOLETA PELA VIDA E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR", DEDICADO À CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VIDA, DA SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Maceió, o Programa "Voltar a Estudar Muda Tudo", que busca promover campanhas de incentivo à matrícula, permanência e valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A proposta contempla ações de divulgação, sensibilização e valorização da modalidade EJA, podendo ser realizadas em parceria com instituições de ensino, universidades, entidades sociais e empresas privadas, mediante regulamentação e execução pelo Poder Executivo.

O Projeto de Lei é meritório, uma vez que reforça a importância da EJA como política pública essencial para garantir a inclusão social, a cidadania e a oportunidade de retorno à escolarização para jovens, adultos e idosos.

A proposição não gera vício de iniciativa, pois se trata de medida autorizativa, que apenas institui diretrizes a serem regulamentadas pelo Poder Executivo. Ressalta-se ainda que a matéria está em consonância com a Constituição Federal (art. 208) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 4º).

Dessa forma, entende-se que o Projeto de Lei contribui para a valorização da educação e para o combate à evasão escolar, devendo, portanto, ser aprovado.

Atendendo o disposto no Art. 53, II; Art. 66, III; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais preceitos legais pertinentes, a vereadora **Relatora Jeannynne Beltrão**, emite **PARECER FAVORÁVEL**.

III – CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o Projeto de Lei nº 249/2025 seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, em _____ de 2025.


VEREADORA JEANNYNNE BELTRÃO
Relatora



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE

COMISSÃO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
Leonardo Dias			
Teca Nelma	 TECA NELMA		
David Empregos			
Jônatas Omena			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05190060 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Maceió/AL, 22 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF Nº 030.845.004-36 em 23 de setembro
de 2025 às 17h23.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
PROCESSO Nº: 05190060/2025.

PARECER Nº 027 DE 2025
PROCESSO Nº: 05190060/2025.
PROJETO DE LEI Nº: 249/2025
AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

RELATORA: VEREADORA JEANNYNE BELTRÃO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 249/2025, de autoria do Vereador BRIVALDO MARQUES, que visa INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

Feita toda análise legal e regimental, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o referido Projeto foi encaminhado para esta Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte, em conformidade com o que determina o Regimento Interno.

II – ANÁLISE E VOTO

A presente propositura tem por objeto INSTITUIR, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, O “OUTUBRO VIOLETA PELA VIDA E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR”, DEDICADO À CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VIDA, DA SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Maceió, o Programa “Voltar a Estudar Muda Tudo”, que busca promover campanhas de incentivo à matrícula, permanência e valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A proposta contempla ações de divulgação, sensibilização e valorização da modalidade EJA, podendo ser realizadas em parceria com instituições de ensino, universidades, entidades sociais e empresas privadas, mediante regulamentação e execução pelo Poder Executivo.

O Projeto de Lei é meritório, uma vez que reforça a importância da EJA como política pública essencial para garantir a inclusão social, a cidadania e a oportunidade de retorno à escolarização para jovens, adultos e idosos.

A proposição não gera vício de iniciativa, pois se trata de medida autorizativa, que apenas institui diretrizes a serem regulamentadas pelo Poder Executivo. Ressalta-se ainda que a matéria está em consonância com a Constituição Federal (art. 208) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 4º).

Dessa forma, entende-se que o Projeto de Lei contribui para a valorização da educação e para o combate à evasão escolar, devendo, portanto, ser aprovado.

Atendendo o disposto no Art. 53, II; Art. 66, III; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais preceitos legais pertinentes, a vereadora **Relatora Jeannyne Beltrão**, emite **PARECER FAVORÁVEL**.

III – CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o Projeto de Lei nº 249/2025 seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, em 19 de setembro de 2025.

VEREADORA JEANNYNE BELTRÃO

Relatora

VOTOS FAVORÁVEIS:

Leonardo Dias
Jônatas Omena
David Empregos
Teca Nelma

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÃO:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:C5C202A2

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 23/09/2025. Edição 7254

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 05190060 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 249/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI O PROGRAMA “VOLTAR A ESTUDAR MUDA TUDO”, COM O OBJETIVO DE PROMOVER CAMPANHAS DE INCENTIVO À MATRÍCULA E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 23 de setembro
de 2025 às 17h24.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PROJETO DE LEI Nº ____/2025
(BRIVALDO MARQUES / PL- AL)

**“INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE
EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA
MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.”**

A Câmara Municipal de Maceió decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Maceió, o Dia Municipal da Juventude Digital, a ser celebrado anualmente no dia 17 de maio, data em que também se comemora o Dia Mundial da Sociedade da Informação.

Art. 2º O Dia Municipal da Juventude Digital tem como objetivos:

I – Valorizar e promover o protagonismo juvenil no contexto das tecnologias da informação e da comunicação (TICs);

II – Incentivar o acesso democrático às ferramentas digitais como instrumentos de educação, inclusão social, inovação e empreendedorismo;

III – Estimular a reflexão crítica sobre o uso responsável, ético e seguro das tecnologias digitais;

IV – Fomentar ações públicas e privadas que promovam a capacitação digital dos jovens maceioenses.

Art. 3º No âmbito das comemorações do Dia Municipal da Juventude Digital, o Poder Público poderá, em parceria com instituições públicas e privadas, promover:

I – Oficinas, cursos e seminários sobre cultura digital, empreendedorismo, programação, segurança da informação e inovação tecnológica;

II – Feiras e exposições de projetos desenvolvidos por jovens nas áreas de tecnologia e inovação;

III – Campanhas educativas sobre cidadania digital, proteção de dados e combate às fake news;

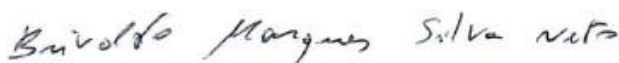
IV – Ações de inclusão digital, especialmente em comunidades vulneráveis.

Art. 4º As comemorações alusivas ao Dia Municipal da Juventude Digital poderão ser articuladas com as políticas públicas municipais de juventude, educação, cultura, ciência e tecnologia.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 04 de junho de 2025.



Brivaldo Marques Silva Neto

VEREADOR – PL-AL

JUSTIFICATIVA

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente a vida em sociedade, criando novos espaços de interação, aprendizado, trabalho e inovação, especialmente entre os jovens. A chamada “Juventude Digital” não apenas consome tecnologia, mas também cria, empreende e protagoniza importantes mudanças sociais e econômicas por meio do ambiente digital.

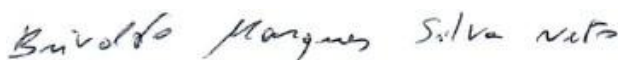
Em Maceió, é fundamental reconhecer e incentivar esse protagonismo, promovendo ações que ampliem o acesso à cultura digital, estimulem o empreendedorismo jovem e fortaleçam a educação para o uso ético e seguro das tecnologias.

A escolha do dia 17 de maio se justifica por já ser, internacionalmente, o Dia Mundial da Sociedade da Informação, data promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), com o objetivo de ampliar a conscientização sobre as possibilidades que o uso da internet e das TICs podem oferecer para as sociedades e economias, bem como formas de reduzir a exclusão digital.

Este Projeto está em consonância com o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013), que assegura aos jovens o direito à profissionalização, ao trabalho, à cultura, à educação e à participação social, reconhecendo as novas tecnologias como ferramentas essenciais para o desenvolvimento da juventude. Além disso, reforça o compromisso de Maceió com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

Assim, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta importante iniciativa, que reconhece a juventude digital como força vital para o desenvolvimento e a transformação de nossa cidade.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Maceió, 04 de junho de 2025.



Brivaldo Marques Silva Neto

VEREADOR – PL-AL



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 06040047 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 290/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 16 de junho de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 16 de junho de 2025 às 17h48.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 06040047 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 290/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

Maceió/AL, 21 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 21 de junho de
2025 às 21h17.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 06040047 / 2025

Nº PROJETO DE LEI: 290/2025

INTERESSADO: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

ASSUNTO: INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

RELATORIA: VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/2025
INSTITUI O “DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
DIGITAL” NO CALENDÁRIO OFICIAL DE
EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ. **PELA
CONSTITUCIONALIDADE.**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 290/2025 de iniciativa parlamentar do Vereador Brivaldo Marques, que institui, o “Dia Municipal da juventude digital” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Maceió.

Após o trâmite, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara e em cumprimento ao disposto no artigo 241, §1º do Regimento Interno, encaminhou a esta comissão para exarar parecer ao Projeto de Lei, o qual deve ser analisado sob o aspecto constitucional, legal e regimental, conforme art. 63, I do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A propositura objetiva instituir no calendário oficial de eventos de Maceió o “Dia Municipal da juventude digital”, a ser comemorado no dia 17 de maio. Tem como objetivo promover o protagonismo juvenil nas tecnologias da informação, ampliar o acesso democrático às ferramentas digitais, estimular o uso responsável e ético dessas tecnologias e incentivar ações que capacitem digitalmente os jovens de Maceió.

A área temática deste Projeto de Lei é **Juventude, Inclusão Digital e Inovação Tecnológica.**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Cumprе destacar inicialmente, que a presente análise busca explicar sob o aspecto constitucional, legal e regimental do Projeto de Lei.

Primeiramente, se faz necessário examinar as regras de competência municipal para legislar, cuja previsão encontra-se no art. 30, I e II, da CF/88, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O art. 6º, III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Nota-se que o Projeto de Lei em questão tem como objetivo fixar data comemorativa no calendário oficial do Município, assunto de interesse local. Neste aspecto, a instituição de datas comemorativas por iniciativa parlamentar é possível desde que a sua instituição não implique em fixação de feriados.

Como visto acima, a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, estabelece que compete aos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local", o que inclui a criação de datas comemorativas que promovam a valorização da juventude e incentivem políticas públicas alinhadas às demandas sociais e tecnológicas da comunidade local.

Além disso, o inciso II do mesmo artigo autoriza o Município a suplementar a legislação federal e estadual no que couber, especialmente nas áreas de educação, cultura e inclusão social, diretamente relacionadas aos objetivos do projeto.

Dessa forma, ao instituir uma data voltada à juventude digital, o Município de Maceió atua dentro de sua esfera de competência constitucional, promovendo ações que fortalecem a cidadania, a inovação e o desenvolvimento local.

Vale destacar que o Supremo Tribunal Federal já firmou jurisprudência, através do tema 917, no sentido de que Vereadores podem propor leis que criem despesas para o município, senão vejamos:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, §1º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal)”.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Assim, quanto ao aspecto constitucional e legal, o presente projeto não possui vícios formais, visto que não fixa a data com feriado, os quais poderiam apresentar limitações, mas apenas institui data comemorativa sem criar despesas e obrigações ao Poder Executivo Municipal.

III – VOTO

Face o exposto, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei n. 290/2025 de autoria do vereador Brivaldo Marques, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente.

Sugiro que, após votação nesta comissão, se faz necessário, na forma do art. 66, do Regimento Interno, que este Projeto de Lei seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para ulterior análise.

É o que tenho a manifestar.

Sala das Comissões, 19 de AGOSTO de 2025.

OLÍVIA TENÓRIO

Relatora

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
Cal Moreira			
Thiago Prado			
Aldo Loureiro	Aldo Loureiro		
Silvânia Barbosa			
Leonardo Dias			
Siderlane			
Mendonça			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 06040047 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 290/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

Maceió/AL, 26 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 26 de agosto de
2025 às 16h38.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº: 06040047 / 2025.

PARECER

PROCESSO Nº: 06040047 / 2025.

Nº PROJETO DE LEI: 290/2025

INTERESSADO: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

**ASSUNTO: INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE
EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA
MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.**

RELATORIA: VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/2025
INSTITUI O “DIA MUNICIPAL DA
JUVENTUDE DIGITAL” NO CALENDÁRIO
OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE
MACEIÓ. PELA CONSTITUCIONALIDADE.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 290/2025 de iniciativa parlamentar do Vereador Brivaldo Marques, que institui, o “Dia Municipal da juventude digital” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Maceió.

Após o trâmite, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara e em cumprimento ao disposto no artigo 241, §1º do Regimento Interno, encaminhou a esta comissão para exarar parecer ao Projeto de Lei, o qual deve ser analisado sob o aspecto constitucional, legal e regimental, conforme art. 63, I do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A propositura objetiva instituir no calendário oficial de eventos de Maceió o “Dia Municipal da juventude digital”, a ser comemorado no dia 17 de maio. Tem como objetivo promover o protagonismo juvenil nas tecnologias da informação, ampliar o acesso democrático às ferramentas digitais, estimular o uso responsável e ético dessas tecnologias e incentivar ações que capacitem digitalmente os jovens de Maceió.

A área temática deste Projeto de Lei é **Juventude, Inclusão Digital e Inovação Tecnológica**.

Cumpra destacar inicialmente, que a presente análise busca explicar sob o aspecto constitucional, legal e regimental do Projeto de Lei.

Primeiramente, se faz necessário examinar as regras de competência municipal para legislar, cuja previsão encontra-se no art. 30, I e II, da CF/88, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O art. 6º, III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Nota-se que o Projeto de Lei em questão tem como objetivo fixar data comemorativa no calendário oficial do Município, assunto de interesse local. Neste aspecto, a instituição de datas comemorativas por iniciativa parlamentar é possível desde que a sua instituição não implique em fixação de feriados.

Como visto acima, a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, estabelece que compete aos Municípios “legislar sobre assuntos de interesse local”, o que inclui a criação de datas comemorativas que promovam a valorização da juventude e incentivem políticas públicas alinhadas às demandas sociais e tecnológicas da comunidade local.

Além disso, o inciso II do mesmo artigo autoriza o Município a suplementar a legislação federal e estadual no que couber, especialmente nas áreas de educação, cultura e inclusão social, diretamente relacionadas aos objetivos do projeto.

Dessa forma, ao instituir uma data voltada à juventude digital, o Município de Maceió atua dentro de sua esfera de competência constitucional, promovendo ações que fortalecem a cidadania, a inovação e o desenvolvimento local.

Vale destacar que o Supremo Tribunal Federal já firmou jurisprudência, através do tema 917, no sentido de que Vereadores podem propor leis que criem despesas para o município, senão vejamos:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, §1º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal)”.

Assim, quanto ao aspecto constitucional e legal, o presente projeto não possui vícios formais, visto que não fixa a data com feriado, os quais poderiam apresentar limitações, mas apenas institui data comemorativa sem criar despesas e obrigações ao Poder Executivo Municipal.

III – VOTO

Face o exposto, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei n. 290/2025 de autoria do vereador Brivaldo Marques, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente.

Sugiro que, após votação nesta comissão, se faz necessário, na forma do art. 66, do Regimento Interno, que este Projeto de Lei seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para ulterior análise.

É o que tenho a manifestar.

Sala das Comissões 19 de agosto de 2025.

OLÍVIA TENÓRIO

Relatora

VOTOS FAVORÁVEIS:

CAL MOREIRA

ALDO LOUREIRO

LEONARDO DIAS

THIAGO PRADO

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:35AD134C

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 29/08/2025. Edição 7239

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo N° : 06040047 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 290/2025

Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE para deliberação.

Maceió/AL, 02 de setembro de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF N° 029.000.564-70 em 02 de setembro de 2025 às 14h06.



**Francisco Holanda Costa Filho
Presidente**



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

PARECER Nº 023/2025 – GVJO - CMM

PROCESSO Nº: 06040047/2025

PROJETO: 290/2025

AUTOR: BRIVALDO MARQUES

RELATOR: JÔNATAS OMENA

**“INSTITUI NO CALENDÁRIO
OFICIAL DE EVENTOS DO
MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA
MUNICIPAL DA JUVENTUDE
DIGITAL.”**

I - RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão o Projeto de Lei nº 290/2025, de autoria do Vereador Brivaldo Marques (PL-AL), que institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Maceió, o **Dia Municipal da Juventude Digital**, a ser celebrado anualmente em **17 de maio**, data que também coincide com o **Dia Mundial da Sociedade da Informação**. A proposição define objetivos voltados à valorização do protagonismo juvenil nas *Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)*, ao incentivo ao acesso democrático às ferramentas digitais como instrumentos de educação, inclusão social, inovação e empreendedorismo; à reflexão crítica sobre o uso responsável, ético e seguro das tecnologias; e ao fomento de ações de capacitação digital para jovens maceioenses. Prevê, ainda, a possibilidade de realização de oficinas, cursos, feiras e campanhas educativas, inclusive com foco em cidadania digital, proteção de dados e combate às fake news, bem como ações de inclusão digital, especialmente em comunidades vulneráveis, em articulação com políticas municipais de juventude, educação, cultura, ciência e tecnologia.

Compete a esta Comissão apreciar **exclusivamente o mérito** da matéria no que toca às políticas de educação, cultura, turismo e esportes. As análises **jurídica, orçamentária e de técnica legislativa** não se inserem no escopo deste parecer.

II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer a apreciação do mérito de proposições relativas à cultura e ao reconhecimento de personalidades que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento das áreas abrangidas por esta Comissão.

Ressaltamos que a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa é de competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, à qual caberá manifestar-se sobre os aspectos jurídicos do projeto.



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

III – MÉRITO

No mérito, a iniciativa revela-se **pertinente, oportuna e de interesse público**, por dialogar diretamente com diretrizes contemporâneas de **educação integral e cultura digital**, estimulando o desenvolvimento de competências tecnológicas, o pensamento crítico e a cidadania no ambiente on-line.

A instituição de uma data oficial dedicada à **Juventude Digital** cria ambiente favorável para ações continuadas de **formação, inovação e empreendedorismo juvenil**, potencializando parcerias com instituições públicas e privadas e ampliando o alcance de atividades em **escolas, centros culturais, equipamentos públicos e territórios vulneráveis**.

O foco em uso ético e seguro das tecnologias, proteção de dados e combate à desinformação contribui para a formação cidadã e para a segurança informacional de estudantes e jovens, reforçando políticas educacionais e culturais do município. Ressalte-se, por fim, que a escolha do 17 de maio favorece a articulação simbólica e programática com agendas nacionais e internacionais de inclusão e literacia digital, ampliando a visibilidade das ações locais e favorecendo o engajamento intersetorial. Registra-se, de modo expresso, que esta Comissão não emite juízo jurídico nem de adequação financeira/orçamentária, limitando-se à análise de mérito.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esportes manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 290/2025, por reconhecer sua relevância pedagógica, cultural e social para a juventude maceioense.

Ficam ressalvadas as análises **jurídica, de técnica legislativa e orçamentária**, a cargo das instâncias competentes.



Este é o parecer.

Assinado na data do protocolo.

JÔNATAS OMENA
Vereador – Câmara Municipal de Maceió



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, TURISMO E ESPORTES
PARECER

FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
 	



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 06040047 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 290/2025

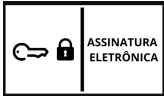
Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no Diário Oficial.

Maceió/AL, 02 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 06 de outubro de 2025 às 15h32.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
PARECER Nº. 023/2025 – GVJO - / CMM PROCESSO Nº: 06040047/2025.
PROJETO: 290/2025.

AUTOR: BRIVALDO MARQUES RELATOR: JÔNATAS OMENA

“INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE
EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA
MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.”

I - RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão o Projeto de Lei nº 290/2025, de autoria do Vereador Brivaldo Marques (PL-AL), que institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Maceió, o **Dia Municipal da Juventude Digital**, a ser celebrado anualmente em **17 de maio**, data que também coincide com o **Dia Mundial da Sociedade da Informação**. A proposição define objetivos voltados à valorização do protagonismo juvenil nas *Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)*, ao incentivo ao acesso democrático às ferramentas digitais como instrumentos de educação, inclusão social, inovação e empreendedorismo; à reflexão crítica sobre o uso responsável, ético e seguro das tecnologias; e ao fomento de ações de capacitação digital para jovens maceioenses. Prevê, ainda, a possibilidade de realização de oficinas, cursos, feiras e campanhas educativas, inclusive com foco em cidadania digital, proteção de dados e combate às fake news, bem como ações de inclusão digital, especialmente em comunidades vulneráveis, em articulação com políticas municipais de juventude, educação, cultura, ciência e tecnologia.

Compete a esta Comissão apreciar **exclusivamente o mérito** da matéria no que toca às políticas de educação, cultura, turismo e esportes. As análises **jurídica, orçamentária e de técnica legislativa** não se inserem no escopo deste parecer.

II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer a apreciação do mérito de proposições relativas à cultura e ao reconhecimento de personalidades que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento das áreas abrangidas por esta Comissão.

Ressaltamos que a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa é de competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, à qual caberá manifestar-se sobre os aspectos jurídicos do projeto.

III – MÉRITO

No mérito, a iniciativa revela-se **pertinente, oportuna e de interesse público**, por dialogar diretamente com diretrizes contemporâneas de **educação integral e cultura digital**, estimulando o desenvolvimento de competências tecnológicas, o pensamento crítico e a cidadania no ambiente on-line.

A instituição de uma data oficial dedicada à **Juventude Digital** cria ambiente favorável para ações continuadas de **formação, inovação e empreendedorismo juvenil**, potencializando parcerias com instituições públicas e privadas e ampliando o alcance de atividades em **escolas, centros culturais, equipamentos públicos e territórios vulneráveis**.

O foco em uso ético e seguro das tecnologias, proteção de dados e combate à desinformação contribui para a formação cidadã e para a segurança informacional de estudantes e jovens, reforçando políticas

educacionais e culturais do município. Ressalte-se, por fim, que a escolha do 17 de maio favorece a articulação simbólica e programática com agendas nacionais e internacionais de inclusão e literacia digital, ampliando a visibilidade das ações locais e favorecendo o engajamento intersetorial. Registra-se, de modo expresso, que esta Comissão não emite juízo jurídico nem de adequação financeira/orçamentária, limitando-se à análise de mérito.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **quanto ao mérito**, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esportes** manifesta-se **FAVORÁVEL** à **aprovação** do Projeto de Lei nº 290/2025, por reconhecer sua relevância pedagógica, cultural e social para a juventude maceioense. Ficam ressalvadas as análises **jurídica, de técnica legislativa e orçamentária**, a cargo das instâncias competentes.

Este é o parecer.

Assinado na data do protocolo.

JÔNATAS OMENA

Vereador – Câmara Municipal de Maceió

VOTOS FAVORÁVEIS:

DAVID EMPREGOS

JEANYNNE BELTRÃO

LEONARDO DIAS

VOTOS DESFAVORÁVEIS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:59411801

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 03/10/2025. Edição 7262

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 06040047 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 290/2025

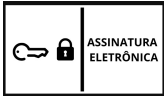
Interessado : VEREADOR BRIVALDO MARQUES

Assunto : INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ O DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE DIGITAL.

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia.

Maceió/AL, 06 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 06 de outubro de 2025 às 15h32.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 6º desta lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º

§ 1º Para fins de comprovação da aquisição do fardamento previsto nesta Lei, os Guardas, Subinspetores e Inspetores deverão apresentar-se uniformizados, conforme o padrão especificado para cada tipo de serviço da Guarda Civil Municipal, em estrita conformidade com o respectivo Regulamento de Uniforme e com o art. 6º do Decreto nº 7.191, de 25 de outubro de 2010 – Código de Ética e Disciplina Profissional dos Servidores da Guarda Municipal de Maceió.

§ 2º O servidor da Guarda Civil Municipal que não se apresentar devidamente uniformizado, nos termos do § 1º deste artigo, deverá restituir à Administração Pública o valor integral recebido a título de auxílio fardamento, no prazo de 30 (trinta) dias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 30 de maio de 2025.



CHICO FILHO
Vereador Autor



CÂMARA

Municipal de Maceió

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por objetivo alterar os §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 6.877, de 18 de março de 2019, que dispõe sobre o auxílio fardamento dos Guardas Municipais no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã – SEMSC, do Município de Maceió, especificamente no que se refere à forma de prestação de contas da aquisição dos uniformes.

Ressalta-se que a alteração proposta visa desburocratizar o procedimento de comprovação da utilização do auxílio, tornando-o mais eficiente e adequado à realidade funcional da Guarda Civil Municipal de Maceió, além de harmonizá-lo com os mesmos parâmetros adotados por outras instituições integrantes do sistema de segurança pública.

Esclarece-se que o presente projeto não acarreta impacto financeiro ou orçamentário, tampouco implica aumento de despesas para o erário municipal. No tocante à iniciativa, por não tratar de matéria de competência privativa do Poder Executivo, a proposição encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maceió e com o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Diante do exposto e considerando a relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.

CHICO FILHO
Vereador Autor



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 06020075 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 281/2025

Interessado : VEREADOR CHICO FILHO

Assunto : ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 04 de junho de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 04 de junho de 2025 às 18h49.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 06020075 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 281/2025

Interessado : VEREADOR CHICO FILHO

Assunto : ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 23 de junho de
2025 às 10h09.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº 06020075/2025.

PROJETO DE LEI Nº 281/2025.

INTERESSADO: Vereador Chico Filho.

RELATOR: Vereador Delegado Thiago Prado.

ASSUNTO: Projeto de lei que altera os §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 6.877, de 18 de março de 2019, que institui o auxílio fardamento para aquisição de uniforme dos guardas municipais no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SEMSC), e dá outras providências.

I – Relatório

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador Chico Filho, que visa alterar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei Municipal nº 6.877/2019, a qual institui o auxílio fardamento para aquisição de uniformes dos Guardas Municipais de Maceió.

A proposta substitui a atual exigência de apresentação de notas fiscais para comprovação da aquisição dos uniformes pela obrigação de apresentação pessoal, devidamente uniformizado, conforme os padrões estabelecidos pelo Regulamento de Uniforme e pelo Código de Ética e Disciplina dos Servidores da Guarda Municipal de Maceió.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

II – Análise

Compete ao Município, conforme art. 6º, III, da Lei Orgânica do Município de Maceió, dispor sobre assuntos de interesse local, o que abrange a regulamentação administrativa e funcional dos servidores públicos municipais, em especial dos agentes da Guarda Municipal.

A Lei Municipal nº 6.877/2019 regulamenta o pagamento do auxílio fardamento, prevendo contrapartidas, formas de comprovação e penalidades em caso de descumprimento. O Projeto de Lei sob análise não cria nova despesa pública, apenas altera a forma de comprovação da utilização do benefício, sem impacto orçamentário, conforme expressamente justificado pelo autor.

Ademais, o Projeto busca desburocratizar o procedimento, harmonizando a comprovação com a realidade operacional da Guarda Civil Municipal e com práticas adotadas em outras instituições de segurança, o que se mostra razoável e alinhado ao interesse público.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

Quanto à iniciativa, observa-se que o Projeto não versa sobre matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 234 do Regimento Interno da Câmara ou art. 19 da Lei Orgânica do Município. Trata-se de proposição de natureza geral, cuja iniciativa parlamentar é legítima.

Por fim, não se verifica afronta à Constituição Federal, à Constituição do Estado de Alagoas, à Lei Orgânica Municipal ou às normas regimentais, estando o Projeto formal e materialmente em conformidade com o ordenamento jurídico.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Ilustre Vereador Chico Filho, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 30 de julho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO
VEREADOR

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
Olivia Tenório			
Aldo Loureiro			
Cal Moreira			
Leonardo Dias			
Silvania Barbosa			
Siderlane Mendonça			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 06020075 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 281/2025

Interessado : VEREADOR CHICO FILHO

Assunto : ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Maceió/AL, 02 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 02 de setembro
de 2025 às 10h41.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO
PARECER

PARECER Nº 021/2025 – GVJO - CMM

PROCESSO Nº: 06020075/2025

PROJETO: 281/2025

AUTOR: CHICO FILHO

RELATOR: JÔNATAS OMENA

**“ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA
LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE
2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO
FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO
DE UNIFORME DOS GUARDAS
MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador **Chico Filho**, propõe alteração dos **§§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 6.877, de 18 de março de 2019**, que trata do auxílio fardamento dos Guardas Municipais de Maceió.

A alteração tem como finalidade **modernizar e simplificar a forma de comprovação da utilização do auxílio fardamento**, substituindo exigências burocráticas pela comprovação prática do uso do uniforme, em conformidade com o **Regulamento de Uniformes da Guarda Civil Municipal** e o **Código de Ética e Disciplina Profissional** (Decreto nº 7.191/2010).

O projeto também define que o servidor que não se apresentar devidamente uniformizado deverá restituir à Administração o valor integral recebido a título de auxílio fardamento, no prazo de 30 dias.

FUNDAMENTO

A proposição encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maceió e com o Regimento Interno da Câmara Municipal, uma vez que não trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo. No mérito, observa-se que a alteração proposta revela-se pertinente e oportuna, pois busca desburocratizar o processo de comprovação da utilização do auxílio fardamento, substituindo exigências meramente formais pela apresentação prática do servidor devidamente uniformizado, em conformidade com o Regulamento de Uniformes da Guarda Civil Municipal e com o Código de Ética e Disciplina Profissional instituído pelo Decreto nº 7.191/2010.

Tal medida, além de simplificar o procedimento administrativo, promove maior eficiência e transparência, harmonizando a legislação municipal com práticas já consolidadas em outras instituições integrantes do sistema de segurança pública. Cumpre



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO
PARECER

destacar que a previsão de restituição integral dos valores recebidos, nos casos de descumprimento da obrigação de utilização correta do uniforme, protege o erário municipal e garante a adequada aplicação dos recursos públicos. Importa registrar, ainda, que a proposição não acarreta impacto financeiro ou orçamentário adicional, uma vez que trata apenas de ajuste na forma de prestação de contas, sem impor novas despesas ao Município.

Do ponto de vista da juridicidade, da constitucionalidade e da técnica legislativa, não se identifica qualquer vício que impeça a tramitação e a aprovação da matéria, estando o projeto plenamente adequado às normas que regem a atuação legislativa municipal.

CONCLUSÃO


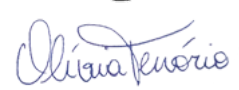
Diante do exposto, este presidente no âmbito da *Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público*, manifesta parecer favorável à aprovação do **Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador Chico Filho**, por entender que a proposição atende ao interesse público, reforça a eficiência administrativa e valoriza a atuação da Guarda Civil Municipal.

Este é o parecer.

Assinado na data em que foi protocolado.

JÔNATAS OMENA
PRESIDENTE

Vereador – Câmara Municipal de Maceió

FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
 	

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO
SERVIDOR PÚBLICO / PROCESSO Nº: 06020075/2025.

PARECER Nº 021/2025 – GVJO - CMM
PROCESSO Nº: 06020075/2025.
PROJETO: 281/2025
AUTOR: CHICO FILHO
RELATOR: JÔNATAS OMENA

“ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador **Chico Filho**, propõe alteração dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 6.877, de 18 de março de 2019, que trata do auxílio fardamento dos Guardas Municipais de Maceió.

A alteração tem como finalidade **modernizar e simplificar a forma de comprovação da utilização do auxílio fardamento**, substituindo exigências burocráticas pela comprovação prática do uso do uniforme, em conformidade com o **Regulamento de Uniformes da Guarda Civil Municipal** e o **Código de Ética e Disciplina Profissional** (Decreto nº 7.191/2010).

O projeto também define que o servidor que não se apresentar devidamente uniformizado deverá restituir à Administração o valor integral recebido a título de auxílio fardamento, no prazo de 30(trinta) dias.

FUNDAMENTO

A proposição encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maceió e com o Regimento Interno da Câmara Municipal, uma vez que não trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo. No mérito, observa-se que a alteração proposta revela-se pertinente e oportuna, pois busca desburocratizar o processo de comprovação da utilização do auxílio fardamento, substituindo exigências meramente formais pela apresentação prática do servidor devidamente uniformizado, em conformidade com o Regulamento de Uniformes da Guarda Civil Municipal e com o Código de Ética e Disciplina Profissional instituído pelo Decreto nº 7.191/2010.

Tal medida, além de simplificar o procedimento administrativo, promove maior eficiência e transparência, harmonizando a legislação municipal com práticas já consolidadas em outras instituições integrantes do sistema de segurança pública. Cumpre destacar que a previsão de restituição integral dos valores recebidos, nos casos de descumprimento da obrigação de utilização correta do uniforme, protege o erário municipal e garante a adequada aplicação dos recursos públicos. Importa registrar, ainda, que a proposição não acarreta impacto financeiro ou orçamentário adicional, uma vez que trata apenas

de ajuste na forma de prestação de contas, sem impor novas despesas ao Município.

Do ponto de vista da juridicidade, da constitucionalidade e da técnica legislativa, não se identifica qualquer vício que impeça a tramitação e a aprovação da matéria, estando o projeto plenamente adequado às normas que regem a atuação legislativa municipal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **este presidente no âmbito da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, manifesta parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador Chico Filho**, por entender que a proposição atende ao interesse público, reforça a eficiência administrativa e valoriza a atuação da Guarda Civil Municipal.

Este é o parecer.

VOTOS FAVORÁVEIS:

- OLIVIA TENÓRIO
- SAMYR MALTA

VOTOS DESFAVORÁVEIS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:4142BE41

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo N° : 06020075 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 281/2025

Interessado : VEREADOR CHICO FILHO

Assunto : ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, considerando que já consta anexado o parecer em PDF com as respectivas assinaturas, providencie-se a juntada da publicação do Diário Oficial ao Projeto de Lei, para regularidade do processo.

Maceió/AL, 06 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 06 de outubro de 2025 às 13h48.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº 06020075/2025.

PARECER

PROCESSO Nº 06020075/2025.

PROJETO DE LEI Nº 281/2025.

INTERESSADO: VEREADOR CHICO FILHO.

RELATOR: VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE ALTERA OS §§ 1º E 2º DO ART. 6º DA LEI Nº 6.877, DE 18 DE MARÇO DE 2019, QUE INSTITUI O AUXÍLIO FARDAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SEMSC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – Relatório

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Vereador Chico Filho, que visa alterar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei Municipal nº 6.877/2019, a qual institui o auxílio fardamento para aquisição de uniformes dos Guardas Municipais de Maceió.

A proposta substitui a atual exigência de apresentação de notas fiscais para comprovação da aquisição dos uniformes pela obrigação de apresentação pessoal, devidamente uniformizado, conforme os padrões estabelecidos pelo Regulamento de Uniforme e pelo Código de Ética e Disciplina dos Servidores da Guarda Municipal de Maceió.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

II – Análise

Compete ao Município, conforme art. 6º, III, da Lei Orgânica do Município de Maceió, dispor sobre assuntos de interesse local, o que abrange a regulamentação administrativa e funcional dos servidores públicos municipais, em especial dos agentes da Guarda Municipal.

A Lei Municipal nº 6.877/2019 regulamenta o pagamento do auxílio fardamento, prevendo contrapartidas, formas de comprovação e penalidades em caso de descumprimento. O Projeto de Lei sob análise não cria nova despesa pública, apenas altera a forma de comprovação da utilização do benefício, sem impacto orçamentário, conforme expressamente justificado pelo autor.

Ademais, o Projeto busca desburocratizar o procedimento, harmonizando a comprovação com a realidade operacional da Guarda Civil Municipal e com práticas adotadas em outras instituições de segurança, o que se mostra razoável e alinhado ao interesse público.

Quanto à iniciativa, observa-se que o Projeto não versa sobre matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, prevista no art. 234 do Regimento Interno da Câmara ou art. 19 da Lei Orgânica do Município. Trata-se de proposição de natureza geral, cuja iniciativa parlamentar é legítima.

Por fim, não se verifica afronta à Constituição Federal, à Constituição do Estado de Alagoas, à Lei Orgânica Municipal

ou às normas regimentais, estando o Projeto formal e materialmente em conformidade com o ordenamento jurídico.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Ilustre Vereador Chico Filho, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 30 de julho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS:

OLIVIA TENÓRIO

ALDO LOUREIRO

CAL MOREIRA

LEONARDO DIAS

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:C542AF55

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 03/09/2025. Edição 7242

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO

PROJETO DE LEI Nº 276/2025

**Considera de Utilidade Pública o Instituto
Cidadela Brasil.**

À Câmara Municipal de Maceió Decreta:

Art. 1º. Fica considerado de Utilidade Pública o **Instituto Cidadela Brasil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ 09.027.627/0001-00, com sede e foro na cidade de Maceió (AL), na Avenida Fernandes Lima, sn, Sala 03, Centro de Desportos e Recreação – CDR/CEPA, Farol, CEP 57000-000.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador Eduardo Canuto, Câmara Municipal de Maceió/AL em 27 de maio de 2025.



Eduardo Canuto
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO

JUSTIFICATIVA

O Instituto Cidadela Brasil, tem por missão desenvolver programas, projetos e ações sociais voltadas ao atendimento e à promoção da qualidade de vida de indivíduos e comunidades, especialmente em situação de vulnerabilidade social, atuando nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e assistência social.

O Instituto Cidadela Brasil tem como objetivo:

1. Promover e apoiar atividades de assistência social, com foco na proteção da infância, adolescência, pessoas idosas e pessoas com deficiência (PCD).
2. Desenvolver projetos educacionais, culturais, esportivos, paradesportivos e de lazer, com especial atenção às comunidades em situação de risco social.
3. Incentivar a prática esportiva, tanto de base quanto de alto rendimento, nas modalidades olímpicas, paralímpicas e paradesportivas.
4. Organizar, gerenciar e executar competições esportivas, eventos culturais e atividades educacionais em âmbito nacional e internacional.
5. Fomentar a inclusão social por meio de ações de qualificação profissional, capacitação técnica e programas de geração de trabalho e renda.
6. Atuar na promoção da cidadania, da ética, dos direitos humanos, da paz, do voluntariado e da solidariedade.
7. Difundir valores culturais, ambientais e sociais, apoiando a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial.
8. Promover estudos, pesquisas, conferências, cursos, seminários e treinamentos, com vistas ao fortalecimento das capacidades das populações atendidas.
9. Estabelecer parcerias e convênios com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais e internacionais, para execução conjunta de programas e projetos.
10. Contribuir para o desenvolvimento econômico, social, educacional e ambiental das comunidades onde atua, promovendo a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social.

O Instituto Cidadela Brasil desenvolve todas as suas atividades de forma gratuita, democrática, transparente e acessível, sem discriminação de qualquer natureza, e aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Dessa forma, o Instituto Cidadela Brasil, através da observação contínua de seus objetivos e finalidades, tem desempenhado papel de grande importância a serviço da comunidade alagoana, em especial na área da saúde sendo elas física ou mental e na Educação, desenvolvendo um respeitável



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO

trabalho. É justo, pois, que se conceda o título de *Utilidade Pública* a essa associação que propicia tantos benefícios a nossa comunidade.

Gabinete do Vereador Eduardo Canuto, Câmara Municipal de Maceió/AL em 27 de maio de 2025.



Eduardo Canuto
Vereador



REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor José Eduardo Accioly Canuto
Câmara Municipal de Maceió
Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá, Maceió/AL.

Assunto: Solicitação de Declaração de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Cidadela Brasil

Prezado Senhor Vereador,

Eu, Valdeci Tomaz Monica, venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência que considere a proposta de declarar o Instituto Cidadela Brasil como entidade de utilidade pública municipal.

O Instituto Cidadela Brasil é uma instituição sem fins lucrativos que atua em Maceió/AL, desenvolvendo projetos sociais que visam à promoção da cidadania, educação e inclusão social, prioritariamente através do esporte, porém tendo os seguintes pilares como fundação: ESPORTE, EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE. Desde a sua fundação, o instituto tem contribuído significativamente para o bem-estar da comunidade local, oferecendo apoio a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade.

A declaração de utilidade pública municipal traz consigo diversos benefícios, como a possibilidade de firmar convênios com o poder público, acesso a recursos e incentivos fiscais, que são essenciais para a continuidade e expansão de suas atividades.

Diante do exposto, solicito que esta proposta seja analisada e, se possível, que seja apresentada à Câmara Municipal para deliberação. Acredito que a aprovação desta solicitação será um passo importante para fortalecer as ações do Instituto Cidadela Brasil em prol da nossa comunidade.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

Valdeci Tomaz Monica
Presidente
(82)99699-3279

Documento assinado digitalmente
gov.br VALDECI TOMAZ MONICA
Data: 16/10/2024 15:42:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Avenida Fernandes Lima, sn, Farol. Maceió/AL. CEP: 57050-000.
Fone: (82) 99699-3279.
CNPJ: 09.027.627/0001-00. E-mail: institucidadelabrasil@gmail.com

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL de PESQUISA APLICADA

Ata da assembléia Geral de constituição do **CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL de PESQUISA APLICADA**, realizada no dia 08 de fevereiro de 2003.

Aos 17 dias do mês de julho de 2003, (dois mil e três) às 20 horas (vinte horas), na avenida Fernandes Lima S/Nº, CEP. 57050-000, no bairro do Farol, cidade de Maceió, estado de Alagoas, reuniram-se em Assembléia Geral de constituição e fundação, as senhoras e senhores membros e fundadores do **CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL de PESQUISA APLICADA**. Assumiu a presidência do trabalho, por aclamação unânime, o senhor **JOSÉ DENIS LIMA DA SILVA**, brasileiro, casado, professor, portador do CPF Nº 207.996.334-87 e R. G. Nº 231.780 SSP/AL, convidando a mim **MARIA DO CARMO PORTELLA CAVALCANTI**, brasileira, divorciada, portadora do CPF Nº 167.177.714 - 15 e R. G. Nº 231.892 SSP/AL, residente e domiciliada nesta cidade para secretariar a sessão, o que aceitei. A pedido do presidente li a ordem do dia para a qual fora convocada esta Assembléia Geral e que tem o seguinte teor: A) discussão e aprovação do projeto do estatuto social; B) constituição e fundação definitiva do clube; C) eleição da Diretoria e Conselho Fiscal; D) outros assuntos relacionados com a constituição e fundação do clube. Iniciando os trabalhos, o presidente me solicitou que procedesse a leitura do Projeto do Estatuto Social do Clube, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura e discussão, em seguida, a votação, tendo o mesmo o seguinte teor:

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL de PESQUISA APLICADA

CAPÍTULO I

DA SOCIEDADE E DE SEUS FINS

Art.1º - O Clube Esportivo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada, fundado em 08 de Julho de 2003, com sede social à avenida Fernandes Lima S/Nº - Farol, na cidade de Maceió, estado de Alagoas, identificado neste estatuto de CECEPA, é um clube de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e objetivo esportivo, podendo incrementar qualquer modalidade esportiva, regida por este estatuto e pela legislação em vigor.

Daniel Paes Corqueira
4º Tabelião Oficial de Registro
de Títulos e Documentos e Outros Papéis
Rua Tibério Valença, 101/105 - Centro
Maceió - Alagoas

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, DIREITOS E DEVERES

Art.2º - Serão considerados sócios fundadores todos os membros formadores da primeira diretoria e departamentos especiais.

Art.3º - São sócios efetivos os demais integrantes da sociedade .

Art.4º - Os sócios não responderão, solidariamente ou subsidiariamente , pelas obrigações Sociais do clube .

Art.5º - São obrigações dos sócios, entre outras :

- a) Portar-se com decoro e disciplina no uso do nome do clube.
- b) Comparecer as reuniões previamente convocadas pela diretoria .
- c) Observar as disposições da presente estatuto .

Art.6º - São direitos dos sócios :

- a) Frequentar as dependências da sede do clube e tomar parte em todos os empreendimentos que o mesmo venha patrocinar ou participar .
- b) Tomar parte nas assembléias Geral e Extraordinária .
- c) Votar e ser votado, na forma do Art. 14 deste estatuto .

CAPÍTULO III

DA ADMISSÃO, PUNIÇÃO E ELIMINAÇÃO DO SÓCIO

Art.7º - A admissão será precedida de sua inscrição como candidato (a), seguido da apreciação da diretoria com o seu parecer favorável .

Art.8º - As penalidades impostas aos sócios, aplicáveis segundo a gravidade do ato faltoso, estarão previstas no Regimento Interno do Clube, previamente aprovado em assembléia geral.

Art.9º - Serão punidos os sócios que, injustificadamente faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas .

Art.10º - O sócio que infringir o presente Estatuto será penalizado, a depender da gravidade da infração, com advertência , suspensão e eliminação sumária como membro do Clube.

Art.11º - Constitui também, motivo para eliminação imediata do sócio :

§ 1º - A prática de atos com efeito desabonador à imagem do Clube ou que lhe traga prejuízo de qualquer natureza .

§ 2º - O sócio uma vez eliminado, não poderá , em hipótese alguma ser readmitido no Clube .

Daniel Pass Cerqueira
4º Tabelião Público e Oficial de Registro
Títulos, Documentos e Outros Papeis
Rua Tocantins Veloso, 101/105 - Centro
Maceió - Alagoas

CAPÍTULO IV

DA RECEITA E DA DESPESA

Art.12º - Compreende-se como receita do clube :

- a) Os donativos recebidos de qualquer espécie ;
- b) Os bens móveis ou outros que venha a possuir .
- c) Saldo das promoções esportivas .

Art.13º - O ano financeiro encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano .

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.14º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo presidente ou seu substituto legal e reunir-se-á na segunda quinzena de Julho de cada ano para eleger os membros da diretoria.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA, ELEIÇÃO , POSSE E SUBSTITUIÇÃO

Art.15º - A administração do CECEPA é presidida por 03 (três) poderes a saber:

- a) Assembléia Geral
- b) Conselho Fiscal
- c) Diretoria

Art.16º - A Assembléia Geral é constituída do corpo de associação em situação regular;

Art.17º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

- a) Extraordinariamente em qualquer tempo, sempre que se fizer necessário;
- b) A Assembléia Geral está constituída legalmente com o comparecimento de 2/3 dos associados na primeira chamada e na segunda reunir-se-á com qualquer número, e será presidida pelo sócio mais antigo;

Art.18º - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos da confiança do presidente;

§ 1º - No impedimento do presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo membro de maior idade;

Daniel Paes Cerqueira
4º Tabelião Público e Oficial de Registro
de Títulos e Documentos e Outros Papéis
Rua Tibúrcio Valente, 101/105 - Centro
Maceió - Alagoas

Art.19º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Aprovar as contas da diretoria;
- b) Julgar os relatórios recebido pelo presidente e emitido pelo tesoureiro;
- c) Investigar denúncias de má administração da tesouraria , quando autorizados pela Assembléia Geral;
- d) Convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre quando se fizer necessário;
- e) Dirigir o Clube no impedimento do presidente;

Art.20º - A Diretoria é composta por 08 (oito) membros, a saber:

- a) Presidente
- b) Vice-presidente
- c) 1º Secretário
- d) 2º Secretário
- e) Tesoureiro
- f) Vice-Tesoureiro
- g) Diretor de Esportes
- h) Orador

Parágrafo único - A diretoria será eleita em escrutínio secreto , para um mandato de 02 (dois) anos.

Art.21º - A diretoria pode ser reeleita por mais um único mandato .

Art.22º - Compete ao Presidente:

- a) Logo após a sua eleição, escolher sócios para os departamentos especiais.
- b) Despachar e expedir, bem como presidir e manter ordem nas sessões onde só terá voto de desempate;
- c) Convocar reuniões da assembléia geral e da diretoria, presidindo os trabalhos;
- d) Assinar cheques, ordem de pagamento e todo e qualquer documento que envolva responsabilidade financeira;
- e) Representar o CECEPA – Clube Esportivo Centro educacional de Pesquisa Aplicada em qualquer reunião cívica, social e esportiva;

Art.23º - A renúncia ou eliminação do presidente será preenchida pelo vice-presidente e no impedimento deste, pelo presidente do Conselho Fiscal.

Art.24º - Ao vice presidente compete:

- a) Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.

Art.25º - O presente estatuto só poderá ser reformulado em Assembléia Geral, especialmente convocada para esta finalidade, devendo a reforma ser aceita por 2/3 (dois terços) de todos os sócios em gozo de seus direitos;

Art.26º - Ao 1º Secretário compete:

- a) Ler nas sessões, as atas, o expediente e demais documentos e lavrar atas minuciosas das sessões;
- b) Redigir, organizar e remeter todas as correspondências;
- c) Substituir o vice-presidente em sua ausência e impedimentos;

Daniel Pires
4º Tabelião Público e Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Juiz de Paz
Rua Tirol, Valeniano, 101123 - Cor.
Maceió - Alagoas.

Art.27º - Ao 2º Secretário compete:

- a) Coadjuvar com o 1º Secretário ou substituí-lo em suas faltas e impedimentos;

Art.28º - Ao Tesoureiro compete:

- a) Escriturar em livro e com clareza toda receita e despesas do CECEPA;
- b) Efetuar pagamento das despesas mediante recibos e documentos previamente visados pelo Presidente;
- c) Assinar os cheques e recibos para retiradas dos depósitos pertencentes ao CECEPA que estiver a seu cargo;

Art.29º - Ao Vice-Tesoureiro compete:

- a) Substituir o tesoureiro em suas faltas e impedimentos;

Art.30º - Ao Diretor de Esportes compete:

- a) Promover e difundir todos os esportes que venham em proveito do desenvolvimento físico dos associados;
- b) Organizar encontros entre conjuntos locais e vindos de fora fazendo sentir de que o esporte tenha vida ativa nesta cidade;
- c) Nomear um coordenador de modalidade para cada departamento esportivo;
- d) Organizar e registrar em livro próprio, os resultados dos jogos realizados e outros detalhes;
- e) Administrar os diversos departamentos esportivos exercendo permanente fiscalização sobre os mesmos;

Art.31º - Ao Orador Oficial compete interpretar os sentimentos do clube em discursos públicos;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.32º - É expressamente proibido aos associados qualquer discussão, ou mesmo discórdia por assuntos religiosos .

Art.33º - O clube poderá ser dissolvido por motivo de dificuldades internas, para qual, será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária, específica para esta decisão.

Art.34º - No caso de dissolução do Clube, todos os seus bens serão doados a uma instituição de caridade.

Art.35º - O presente Estatuto foi aprovado pela diretoria composta dos seguintes diretores: Presidente, Vice Presidente e do Conselho Fiscal.

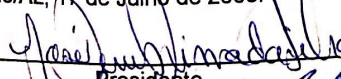
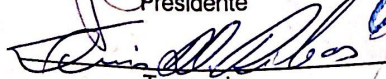
Art.36º - Fica eleito por foro da Comarca de Maceió, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham surgir com respeito ao presente Estatuto. A seguir, o Presidente declarou definitivamente constituído e fundado o CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA APLICADA (CECEPA), procedendo-se então a eleição

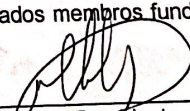
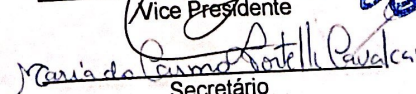
Daniel Paes Corqueira
4º Tabelião Público e Oficial de Registro
de Títulos e Documentos e Outros Papeis
Rua Teófilo Otonari, 101/105 - Centro
Maceió - Alagoas

declarou definitivamente constituído e fundado o CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA APLICADA (CECEPA), procedendo-se então a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o primeiro período de gestão que chegou a seguinte composição: Diretoria - Presidente o Sr. JOSÉ DENIS LIMA DA SILVA, brasileiro, casado, portador do CPF 207.966.334-87 e RG nº 231.780 SSP/AL, residente e domiciliado na Av. Governador Lamenha Filho, 2369, Feitosa, nesta cidade de Maceió/AL; Vice Presidente o Sr. MÁRCIO CÁSSIO MEDEIROS GÓES, brasileiro, casado, portador do CPF 210.947.994-91 e RG nº 307.723 SSP/AL, residente e domiciliado no Conjunto José Tenório, Bloco 68, apart. 202, Serraria, nesta cidade de Maceió/AL.; 1ª Secretária a Sr.ª MARIA DO CARMO PORTELLA CAVALCANTI, brasileira, divorciada, portadora do CPF nº 164.177.714 - 15 e R.G. nº 231.892 SSP/AL, residente e domiciliada no Conjunto Antônio Magalhães, Quadra L45, Feitosa, nesta cidade de Maceió/AL; 2ª Secretária a Sra. JAIRA FREITAS CAVALCANTE, brasileira, casada, portadora do CPF 208.884.814-20 e RG nº 264.908 SSP/AL, residente e domiciliada na rua Professor Virgínio de Campos, 718, Ed. Tebas, Apto. 202, Farol, nesta cidade de Maceió/AL; Tesoureiro o Sr. LUIS ANTÔNIO CAMARGO RIBAS, brasileiro, casado, portador do CPF nº 305.858.649-34 e RG nº 3.534.363-6 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Conj. José Tenório bloco 121apto.302, Serraria, nesta cidade de Maceió/AL; Vice-Tesoureiro a Sr.ª MIRIAM REGINA MARINOVIC BRSCAN, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 064 258 008 -10 e R.G. nº 10.350.843-0 SSP/SP, residente e domiciliada na rua Professor Silvio Macedo, 131, apto.301, Jatiúca, nesta cidade de Maceió/AL.; Diretor de Esportes o Sr ANDRÉ LUIS PITANGA SANTOS PORTO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 177.282.584-00 e R.G. nº 275.015 SSP/AL, residente e domiciliado na Av. presidente Getulio Vargas, 293, bloco C, apto 202, Serraria, nesta cidade de Maceió/AL; Oradora a Sr.ª MOADJA MARIA DE ALBUQUERQUE LUNA, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 431.813.764-34 e R.G. nº 429.807 SSP/AL, residente e domiciliada na Rua Ferroviário Manoel Gonçalves Filho, 212, apto. 103, Mangabeiras, nesta cidade de Maceió/AL.

O Conselho Fiscal Efetivo: a Sr.ª EDNA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Leão, 866, Apto. 302, bloco B, Gruta de Lourdes, nesta cidade de Maceió/AL, 122.643.504-15 e RG nº 242.3449 SSP/AL; o Sr. LOURDES, nesta cidade de Maceió/AL, 122.643.504-15 e RG nº 242.3449 SSP/AL; o Sr. JOUDEVALDO ARAÚJO SILVA LESSA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 097.194.744-91 e RG nº 187.076 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Lopes Pinho, 283, Gruta de Lourdes, nesta cidade de Maceió/AL; o Sr. MARCOS ANTONIO SORIANO VIANA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 163.883.994-87 e RG nº 266.461 SSP/AL, residente e domiciliado no Condomínio Solares I nº 1205, Bloco 3, Apto. 03, Cruz das Almas, nesta cidade de Maceió/AL.

O Presidente, após apurados os eleitos deu-lhes posse imediata, para as suas funções e atribuições que se iniciam nesta data. Ficando livre a palavra e como ninguém desejasse fazer uso da mesma, o presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata o que eu o fiz como secretária, aos 17 (dezesete) dias do mês de Julho de 2003, em seis vias de igual teor e forma. E, após reaberta a sessão a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo Presidente da Assembléia, por mim secretária e todos os demais presentes, que passamos a ser considerados membros fundadores Maceió/AL, 17 de Julho de 2003.


Presidente

Tesoureiro


Vice Presidente

Secretária

Reconheço a(s) Firma(s) Luiz Paes Fonseca de Machado
Bel. Luiz Paes Fonseca de Machado
Em test. Daniel Paes Corqueira
 sinal da verdade.
 Maceió (AL), 06 AGO, 2003
 Bel. Lumar Fonseca de Machado
 4º Tabelião Público
 Bel. Luiz Paes Fonseca de Machado
 Daniel Paes Corqueira
 Adv. Costa Wasc...



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIO-AL
 Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105 - Centro - Cep: 57020-200, Maceió - Al
 Fone: (082) 221-7725 / Fone/Fax: (082) 221-3568
 OFICIAL: LUMAR FONSECA DE MACHADO
 SUBSTITUTO: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO



APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº. 57247
 CUI CERTIFICADO E DOU FÉ.



**CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)**

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol – Maceió/AL

CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436

CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

**Ata da Assembleia Geral Eletiva Para Eleição da Diretoria e Conselho
Fiscal Para o Triênio 2023/2026.**

Aos seis dias do mês de setembro de 2023, na sede do clube situada a Avenida Fernandes Lima, s/n, Farol, Maceió/AL, reuniram-se em Assembleia Geral Eletiva, às 19:30 em 2º convocação os membros do Clube Esportivo Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas (CECEPA), CNPJ nº 09.027.627/0001-00, sendo convidado para presidir esta Assembleia Geral Eletiva, a Comissão Eleitoral constituída em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02 de agosto de 2023 o Sr. Ricardo Luiz de Souza (Presidente), Sr. Antônio Paulo Bidart (Vice Presidente), Sra. Vanyne Jessica Lopes dos Santos (1ª Secretária), Sr. Adalberto Gomes de Lima Júnior (2ª Secretário) e Sr. Bruno Rafael S. dos Santos Ribeiro (Auditor). A convocação da assembleia atendeu todas as formalidades previstas no estatuto em seus artigos 20 e 11, alínea “a”. Também foi obedecido o quórum de instalação previsto no artigo 11 do estatuto social do clube.

O presidente deu início à reunião com a leitura da Ordem do dia:

- a) Abertura dos trabalhos e composição da mesa;
- b) Composição da Mesa de Condução da Eleição – Comissão Eleitoral;
- c) Apresentação das Chapas Inscritas;
- d) Eleição da Diretoria Executiva e dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal para o triênio 2023/2026;
- e) Dar posse aos eleitos.

O presidente então falou da necessidade de realizar nova eleição, tendo em vista a conclusão do mandato anterior. Assim foi apresentada a única chapa inscrita, denominada de (RE)CONSTRUÇÃO, composta pelos seguintes membros: Diretoria Executiva - Valdeci Tomaz Monica (Presidente), Halysson Mendes Gama (Vice-presidente), Adiel Roque Nascimento (1º Secretário), Flávio Anderson Pedrosa de Melo (2º Secretário), Paulo Henrique Oliveira de Lima (Tesoureiro), Tiago Caldas Ribeiro (Vice Tesoureiro), Ricardo de Medeiros Soares (Diretor de Esportes), Eduardo Ribeiro da Silva (Diretor Social). Conselho Fiscal Efetivo: Antônio Paulo Pacheco Bidart, Afrânio Roque Nascimento, Cleyton Bezerra Lopes; e Conselho Fiscal Suplente: Sdney Cesar de Andrade Santana, Carlos César Alves de Souza.

Após a indicação dos membros, foram submetidos à votação, sendo aprovados por todos. Os membros eleitos foram empossados para cumprirem o mandato de 3 (três) anos, de 06/09/2023 a 06/09/2026, no triênio 2023-2026. Realizada a aclamação, fica assim a diretoria constituída:

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: Valdeci Tomaz Monica, brasileiro, solteiro, professor de Educação Física, CPF: 925.334.344-34, RG nº 1229454/AL, residente e domiciliado na Rua José Alfredo Marques, 441, bairro do Antares, CEP: 57048-230. Maceió/AL. Fone: (82)99699-3279. E-mail: zicobiotenis@gmail.com.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Processos Jurídicos de Maceió-AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Emergentes Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta



**CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)**

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol – Maceió/AL
CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436
CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

VICE-PRESIDENTE: Halysson Mendes Gama, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 758.138.664-34, RG nº 1106885/AL, residente e domiciliado no Conjunto Senador Rui Palmeira, Bloco 3B, Apartamento 301, bairro da Serraria, CEP: 57046-340. Maceió/AL. Fone: (82)99930-3394. E-mail: mendesgama75@gmail.com.

1º SECRETÁRIO: Adiel Roque Nascimento, brasileiro, casado, empresário, CPF: 777.459.574-00, RG nº 99001184228/AL, residente e domiciliado no Conjunto José Tenório, Bloco 18, Apartamento 201, bairro da Serraria, CEP: 57046-350. Maceió/AL. Fone: (82)98824-8619. E-mail: adiel_roque@hotmail.com.

2º SECRETÁRIO: Flávio Anderson Pedrosa de Melo, brasileiro, casado, professor, CPF: 064.748.834-56, RG nº 98001277007/AL, residente e domiciliado na Av. Dr. Júlio Marques Luz, 92, bairro da Jatiúca, CEP: 57.035-700. Maceió/AL. Fone: (82)99913-3940. E-mail: flavioedf06@yahoo.com.br.

TESOUREIRO: Paulo Henrique Oliveira de Lima, brasileiro, solteiro, professor, CPF: 678.500.144-72, RG nº 913714/AL, residente e domiciliado na Rua Tenente Antônio Oliveira, 171, bairro do Farol, CEP: 57.055-360. Maceió/AL. Fone: (82)98864-7684. E-mail: paulinhou23@gmail.com.

VICE TESOUREIRO: Tiago Caldas Ribeiro, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 010.469.804-75, RG nº 98001244583/AL, residente e domiciliado na Rua Edson de Carvalho, 24, Apartamento 806, bairro do Poço, CEP: 57025-776. Maceió/AL. Fone: (82)99985-8686. E-mail: caldashand@hotmail.com.

DIRETOR DE ESPORTES: Ricardo de Medeiros Soares, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 473.398.704-82, RG nº 618.255/AL, residente e domiciliado na Rua Arthur Bulhões, 107, bairro da Jatiúca, CEP: 57035-856. Maceió/AL. Fone: (82)99947-9492. E-mail: ricardosoares33@yahoo.com.br.

DIRETOR SOCIAL: Eduardo Ribeiro da Silva, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 725.002.204-00, RG nº 751125/AL, residente e domiciliado na Trav. Prof. José da Silveira Camerino, 551, Residencial Ilha Vitória, Bloco H, Apartamento 204, bairro do Farol, CEP: 57057-420. Maceió/AL. Fone: (82)99669-8010. E-mail: ribeiroeuu@gmail.com.

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Antônio Paulo Pacheco Bidart, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 010.564.044-18, RG nº 2000001096847/AL, residente e domiciliado na Travessa Menino Marcelo, 695, Bloco Amendoeira, Apartamento 1702, bairro da Serraria, CEP: 57046-002. Maceió/AL. Fone: (82)99836-5792. E-mail: antonio_bidart@hotmail.com.

Cleyton Bezerra Lopes, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 056.685.114-80, RG nº 99001183850/AL, residente e domiciliado na Rua Carteiro José

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pescoços Jurídicos de Maceió-AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió-AL - CEP 57020-440
Substituta



**CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)**

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol – Maceió/AL

CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436

CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

Barbosa da Silva, 10, bairro da Santa Lúcia, CEP: 57082-085. Maceió/AL.
Fone: (82)99663-1740. E-mail: cleyton13al@hotmail.com.

Afrânio Roque Nascimento, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 028.804.924-16, RG nº 98001415876/AL, residente e domiciliado na Avenida Professor Vital Barbosa, 144, Apartamento 801, bairro da Ponta Verde, CEP: 57035-400. Maceió/AL. Fone: (82)99637-4813. E-mail: afranioroque@gmail.com.

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Sdney Cesar de Andrade Santana, brasileiro, casado, professor de Educação Física, CPF: 410.856.634-34, RG nº 621921/AL, residente e domiciliado na Rua Armando de Farias Lobo, 78, bairro do Feitosa, CEP: 57042-840. Maceió/AL. Fone: (82)99611-3727. E-mail: sdneufutsal@gmail.com.

Carlos César Alves de Souza, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 177.788.244-34, residente e domiciliado na Rua São Francisco de Assis, 225, Ed. Charles Garnier, Apartamento 503, bairro da Jatiúca, CEP: 57035-680. Maceió/AL. Fone: (82)99900-5577. E-mail: cesarsouza.maceio@gmail.com.

Em seguida o Presidente da Comissão Eleitoral Sr. Ricardo Souza convidou os eleitos para assinar o termo de posse, lendo o mesmo e informando que os eleitos assinariam juntamente com ele os termos. Após as assinaturas dos termos, o professor Ricardo Souza declarou empossada a nova Diretoria Executiva e os Membros do Conselho Fiscal, que foi seguida com uma salva de palmas dos presentes. O professor Ricardo Souza parabenizou os eleitos desejando boa sorte e sucesso nesta nova gestão. A ex-presidente Josefa Márcia Medeiros Lessa parabenizou o Presidente eleito e colocou-se à disposição do CECEPA para quaisquer informação ou colaboração. O professor Ricardo Souza passou a palavra para o Presidente eleito, Valdeci Tomaz Monica, que agradeceu a todos pela confiança e afirmou que sua gestão será baseada no processo de desenvolvimento e massificação do esporte alagoano iniciado pelos seus antecessores, que deseja a colaboração de toda a diretoria e apoio das entidades públicas e privadas, falou também de novas metas que pretende implantar no CECEPA para o triênio 2023/2026 e que urge ser realizada a reforma estatutária para que o mesmo seja adequado a nova legislação civil e esportiva brasileira, que será sua primeira ação frente ao CECEPA. O Presidente da Comissão Eleitoral Sr. Ricardo Souza, pediu a palavra agradeceu mais uma vez e se colocou à disposição do CECEPA, enquanto alagoano e vice-presidente da Confederação Sul e Centro Americana de Handebol (COSCABAL). Não havendo mais quem fizesse uso da palavra disse que a Assembleia foi encerrada as 21:10, tendo eu Vanynne Jessica Lopes dos Santos, lavrado a presente ata que vai devidamente assinada pelos presentes em anexo na lista de frequência desta ata, devendo ser devidamente registrada para produzir os efeitos legais pertinentes.

Vanynne Jessica Lopes dos Santos
Vanynne Jessica Lopes dos Santos
Secretária Ad hoc

Ricardo Luiz de Souza
Ricardo Luiz de Souza
Presidente da AG e Eletiva 2023

BEL* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió-AL
Av. da Paz, 1864 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substância



FIRMA(S) PETRO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE MACEIÓ
CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA

Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 42 - Centro
CEP 57.020-140 - Maceió - Alagoas
Fones: (82) 3223-2603 / 3221-5000

REC. DE FIRMA Nº 2023-116625

Reconheço por semelhança a firma de:

RICARDO LUIZ DE SOUZA*****

Em Testemunho da verdade: MACEIÓ - AL - 24/11/2023 11:18:43

SELO DIGITAL: AEG60961 - THGT

Confira os dados do selo em <http://selodigital.tjal.jus.br/> Total: R\$ 4,39



CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA - TITULAR



Reconheço a firma indicada de
VANYNNE JESSICA LOPES DOS SANTOS que
confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
Maceió, 28/11/2023
Em test^o da verdade: Mldyan Vieira
da Assunção (Escrivente Autorizada)
Selo Digital: AE26610-XVRK Confira em:
<https://selo.tjal.jus.br>
28/11/2023 10:22:33
***033.834.**



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ/AL
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho - Av. da Paz, 1864, Terra Brasília Corporate, Salas 14 e 15,
Centro de Maceió/AL, CEP 57020-440 - Tel.: (82) 3436-9777 (whatsapp) - sac@4oficiomaceio.not.br



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Ma/rom AFF87683 - FBEE
11/10/2024 16:40 Solicitante: **.7.827/0001-
00
Consulta: <https://selo.tjal.jus.br>

Protocolado nº. 6438203, livro A em 28/11/2023.
Averbado no registro sob nº. 79189. O que certifico
e dou fé. Maceió - AL - 11/10/2024, Bel. Lucymara A.
Cerqueira - Subst.

Qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL
Av. da Paz, 1864 - Sl. 15 - Terra Brasília Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta



**CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)**

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol – Maceió/AL

CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436

CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA REFORMA ESTATUTÁRIA E ALTERAÇÃO DA
DENOMINAÇÃO SOCIAL

Clube Esportivo Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas – CECEPA

CNPJ – 09.027.627/0001-00

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro de 2023, às 19:30, em 2ª chamada, encontrando-se o quórum específico, de acordo com a alínea ‘d’, artigo 11 do estatuto, que para alterar o mesmo foi devidamente cumprido o artigo 11, parágrafo único, atendendo o edital de convocação de 25 de setembro de 2023, publicado no mural da sua sede, nesta cidade, na Av. Fernandes Lima, s/nº - CDR, sala 03, Farol, Maceió – AL, reuniram-se os associados do Clube Esportivo Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas - CECEPA, relacionados conforme lista de presença anexa, nos termos do estatuto vigente, para deliberarem quanto a ordem do dia:

- 1- Leitura da proposta de reforma estatutária para adequação legal de acordo com a legislação em vigor: nova Lei Geral do Esporte (Lei 14.597/23) e demais legislação esportiva nacional;
- 2- Alteração da denominação social da entidade;
- 3- De acordo com o artigo 11, alínea “d”, deliberar sobre a reformulação estatutária;
- 4- Assuntos gerais.

Para presidir os trabalhos foi indicado o Sr. Valdeci Tomaz Monica, que escolheu a mim Adiel Nascimento Roque, para secretariá-lo.

Com a palavra, o senhor Presidente informa a necessidade de reformar o estatuto social do clube, em toda sua estrutura, devido ao mesmo está desatualizado frente as legislação brasileira, já que a última atualização se deu em 18 de julho de 2005 e averbada em 31 de julho de 2007, estando defasado quanto a Lei Geral do Esporte (Lei 14.597/2023), a principal lei esportiva do Brasil, tendo a mesma já sido atualizada em 2011 e 2023, além da necessidade de modernizar quanto a gestão e governança, o compliance, a transparência, adequando-o as normas e portarias interministeriais, para poder ter acesso a recursos públicos, pleitear projetos a serem incentivados pela Lei de Incentivo ao Esporte, filiar-se ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), possibilitando a manutenção das atividades do clube; o qual distribuiu a todos os presentes, minutas do Estatuto com as alterações necessárias. Após a

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió-AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 154 Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta



**CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)**

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol – Maceió/AL
CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436
CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

devida distribuição, a assembleia entrou em deliberação para debate e estudo cuidadoso de item por item da minuta proposta. O Presidente informou a todos, citando a legislação e normas, que a reforma estatutária seguiu rigorosamente o que determina a legislação civil e esportiva em vigor, tendo como guia a Cartilha de Governança em Entidades Esportivas Lei 9.615/98, (Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/arquivos/cartilha_de_governanca_em_entidades_esportivas_ministerio_do_esporte.pdf), atendendo os seguintes princípios: Princípio da Transparência e Controle Social, Princípio da Democracia e Equidade, Princípio da Prestação de Contas (Accountability) e Princípio da Responsabilidade Social; Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm; Lei Nº 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm; Lei Nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm; Assim restando com a aprovação do novo estatuto, alçando-o para o atendimento a legislação e modernidade que a gestão esportiva atual exigem.

Após a deliberação da reforma estatutária, o Presidente deu continuidade a ordem do dia com a proposta de alteração da denominação social da entidade. A proposta vem ao encontro da reforma estatutária, para que a entidade passe a ter abrangência nacional e seja feita uma nova identidade visual. A proposta de nova denominação apresentada foi INSTITUTO CIDADELA BRASIL (ICB). O Presidente informou que Cidadela significa local estratégico, fortaleza, elementos encontrados em estreita relação com o esporte.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Oficial de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Iguaraçu-AL
Av. da Paz, 1884 - St. 15 - Emergentes Terra
Brasilis Corporate - Iguaraçu-AL - CEP 57020-440
Substituta



CLUBE ESPORTIVO CENTRO EDUCACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS
(CECEPA)

Fundado em 17 de julho de 2003

Avenida Fernandes Lima, S/N, - Bairro Farol - Maceió/AL
CEP: 57050-000 Fone: 0XX(82)3338.4436
CNPJ 09.027.627/0001-00 E-mail: cecepa.org@hotmail.com

Cumpridas a etapas de leitura e discussão da reforma estatutária e da mudança da denominação social da entidade, o Presidente colocou em deliberação da Assembleia para votar. Restando aprovados por unanimidade dos presentes a reforma do estatuto social e a nova denominação social da entidade, agora INSTITUTO CIDADELA BRASIL, que segue anexo como parte inseparável desta ata. O momento é seguido por uma salva de palmas e confraternização dos presentes.

Por fim, o Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral especialmente convocada para o fim de reformar o estatuto e para a alteração na denominação social, observaram rigorosamente as disposições contidas no estatuto social em vigor. Após, passou a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia a ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada as 21:30 a presente assembleia geral extraordinária, determinando a mim, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pelo presidente do clube e da assembleia, como sinal de aprovação.

Maceió/AL, 26 de outubro de 2023

Valdeci Tomaz Monica

Presidente

Adiel Roque Nascimento

Secretário



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho - Av. da Paz, 1864, Terra Brasilis, Centro, Maceió, Alagoas, 57020-000, Sôla 14 e 15,
Centro de Maceió/AL, CEP 57020-000. Tel.: (82) 3436-9777 (WhatsApp) - sac@oficiomaceio.net.br

Poder Judiciário de Alagoas

Selo Notom AFF87684 - K881

14/10/2024 08:14 Solicitante: ..-7.827/0001-

00
Consulta: <https://selo.tj.al.jus.br>

Protocolado nº 6438208, livro A em 28/11/2024,
Averbado no registro sob nº 79189. O que certifico
e dou fé. Maceió, AL, 14/10/2024. Bel. Lucymary A.
Carvalho - Subst.

Qualquer remenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

BEL. LUCYMARIA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió - AL
Av. da Paz, 1864 - 9º 16 - Empreendimento Terra
Brasilis Company - Maceió - CEP 57020-000
Substituta



1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE MACEIÓ
CELSE SARMENTO PONTES DE MIRANDA

Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 42 - Centro
CEP 57.020-140 - Maceió - Alagoas
Fones: (82) 3223-2603 / 3221-5000

REC. DE FIRMA Nº 2023-116613

Reconheço por semelhança as firmas de:

VALDECI TOMAZ MONICA
ADIEL ROQUE NASCIMENTO

Em Testemunho _____ de verdade. MACEIO - AL - 24/11/2023 11:11:29

SELO DIGITAL: AEG60948-TQG4, AEG60949-P:IN5

Cópia do dados do ato em: <http://selodigital.tj.al.jus.br/> Total: R\$ 4,39

CELSE SARMENTO PONTES DE MIRANDA - TITULAR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.027.627/0001-00 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 31/07/2007</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL INSTITUTO CIDADELA BRASIL - ICB</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CECEPA</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO AV FERNANDES LIMA</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 03 - CDR/CEPA</div>	
<div>CEP 57.055-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO FAROL</div>	<div>MUNICÍPIO MACEIO</div>	<div>UF AL</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ZICOBOTENIS@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (82) 9699-3279</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/03/2023</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/10/2024 às 10:18:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente, o INSTITUTO CIDADELA BRASIL, com sede nesta capital, CNPJ nº 09.027.627/0001-00, por seu presidente abaixo firmado, **COMPROMETE-SE**, para fins do inciso IV do art. 2º da Lei Municipal 4.294 de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta a concessão do reconhecimento de utilidade pública, **em publicar semestralmente** o demonstrativo com aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo poder público.

Maceió 15 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br VALDECI TOMAZ MONICA
Data: 27/05/2025 13:04:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Valdeci Tomaz Monica
Presidente



Relatório de Execução de Atividades do Instituto Cidadela Brasil

Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pelo Instituto Cidadela Brasil nos anos de 2023 e 2024, destacando as aulas e participações em campeonatos nas modalidades de atletismo, beach tennis, handebol, voleibol e natação. A intenção é demonstrar o impacto social e esportivo do Instituto, em apoio à solicitação de reconhecimento como entidade de utilidade pública no município de Maceió.

Metodologia

As atividades foram realizadas por meio de aulas regulares, campeonatos e eventos sociais, com foco na inclusão e formação esportiva de crianças e adolescentes da comunidade. As aulas foram planejadas para promover o desenvolvimento físico, social e emocional dos participantes.

Atividades Realizadas

1. Atletismo

- Aulas: Realizadas semanalmente, com foco em técnicas de corrida, salto e arremesso. Participaram aproximadamente 120 alunos.
- Campeonatos:
 - Campeonato Municipal de Atletismo (Junho de 2023): 30 alunos participaram, com 5 medalhas conquistadas.
 - Torneio Interescolar de Atletismo (Setembro de 2023): 20 alunos participaram, com 3 medalhas.

2. Beach Tennis

- Aulas: Iniciadas em Março de 2023, com 50 alunos participando semanalmente.
- Eventos:
 - 1º Campeonato de Beach Tennis da Cidadela (Dezembro de 2023): 40 participantes, promovendo interação e socialização entre alunos e familiares.

3. Handebol

- Aulas: 2 vezes por semana, com 60 alunos inscritos.
- Campeonatos:
 - Campeonato Alagoano de Handebol 2023 e 2024. Equipe formada por 16 alunos participou, alcançando o sexto lugar em 2023. O campeonato de 2024 está em andamento.



4. Handebol em Cadeira de Rodas

- Aulas: Iniciadas em Abril de 2023, com 20 alunos, promovendo inclusão e diversidade no esporte.

- Campeonatos:

Campeonato Brasileiro 2023

Jogos Paralímpicos de Alagoas 2023

Campeonato Brasileiro 2024

5. Voleibol

- Aulas: Oferecidas em 2023, com 80 alunos. Em 2024 temos 90 alunos divididos em 5 turmas, nos naipes feminino e masculino.

- Competições:

- Campeonato Estadual de Voleibol 2023: sub 17 feminino, sub 18 masculino, sub 19 feminino e masculino;

Torneio no Pilar 2023 Participação de 24 alunos (feminino e masculino), com 2 medalhas de prata.

Torneio Colégio Marista Sub 18 Feminino, com 14 alunas.

Torneio 10 Anos de Volei Futuro em Quebrangulo Sub 18 Masculino, com 14 alunos.

6. Natação

- Aulas: Realizadas em piscina pública, com 70 alunos matriculados.

- Eventos:

- Campeonato Alagoano de Natação (Agosto de 2023): 50 alunos competiram, trazendo 10 medalhas para o Instituto.

Impactos Sociais e Esportivos

- Inclusão: As atividades proporcionaram acesso ao esporte para crianças e adolescentes de comunidades vulneráveis.

- Saúde e Bem-Estar: Promoção de hábitos saudáveis e melhoria na qualidade de vida dos participantes.

- Desenvolvimento de Habilidades: Aprendizado de técnicas esportivas e desenvolvimento de habilidades sociais, como trabalho em equipe e disciplina.



Conclusão

O Instituto Cidadela Brasil tem se empenhado em promover atividades esportivas e sociais de qualidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das crianças e adolescentes de Maceió. Com este relatório, solicitamos o reconhecimento como entidade de utilidade pública, o que possibilitará maior apoio e recursos para expandir nossas atividades e alcançar mais jovens na comunidade.

Agradecemos a atenção e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.



Documento assinado digitalmente

VALDECI TOMAZ MONICA

Data: 17/10/2024 00:52:54-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Valdeci Tomaz Monica
Presidente



BR

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2569439052

2 e 1ª NOME E SOBRENOME

VALDECI TOMAZ MONICA

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

29/04/1973, URUACU, GO

4a DATA EMISSÃO

30/01/2023

4b VALIDADE

30/01/2033

ACC



5 DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF

1229454 SSP AL

4d CPE

925.334.344-34

5 1º REGISTRO

00139623072

3 CAT HAB

B

NACIONALIDADE

BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO

SEBASTIAO TOMAZ DE CANTUARIA

ASSINATURA DO PORTADOR










CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1ª HABILITAÇÃO








22/06/1992

MARIA CALIXTA MONICA

9
10
11
12

ACC 			
A 			
A1 			
B 		30/01/2033	
B1 			
C 			
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12

OBSERVAÇÕES

LOCAL

MACEIO, AL

ALAGOAS

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

41859841256

ALO29233968

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. a. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth / DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4. Data de Emissão / Issuing Date / DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4. Data de Validade / Expiration Date / DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4. Documento Identificação – Órgão emissor / Identity Document – Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridade Expedidora – 4.d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

```
I<BRA001396230<723<<<<<<<<<<<
7304291M3301306BRA<<<<<<<<<<O
VALDECI<<TOMAZ<MONICA<<<<<<<<
```

SUBGRUPO: B1

TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL MONOMIA

CLASSIFICACAO: Residencial Pleno

SUBCLASSE: RESIDENCIAL NORMAL

GRUPO TENSÃO: B

TENSÃO NOMINAL: 380 V - TRI

TIPO DE FORNECIMENTO:

Trifasico

INSTALACAO: 4595084

UL/SEQ: MC14B001-1210

VALDECI TOMAZ MONICA

R. HUGO CORREIA PAES 534 AP 0304 ED MARIA MONTERIOGRUT

A DE LOURDES CEP: 57052-827 MACEIO -AL

CPF: ***.334.34*-**

Para atendimento,
informe este número.

Conta Contrato

4595084

Parceiro de Negócio

9817271

Conta mês

11/2024

Total a pagar

R\$ 285,21

Vencimento

01/01/2025



NOTA FISCAL N. 042814847 - SERIE 000

DATA EMISSAO: 22/11/2024

Consulte pela Chave de Acesso em:

<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>

Chave de acesso:

2724112272084000100660000428148472034528323

EMISSAO EM CONTINGENCIA

Pendente de autorizacao

Datas das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	22/10/2024	22/11/2024	31	23/12/2024

Itens de Fatura	Quant.	Preço unit c/ trib.	Tarifa unit.(R\$)	PIS/COFINS	ICMS	Valor (R\$)
Consumo (kWh)	196	1,141224	0,862930	9,81	44,74	223,68
Adicional Bandeira				0,15	0,69	3,46
Adicional Bandeira				0,26	1,18	5,92



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE DESPORTO E RECREAÇÃO Prof.^a CLEONICE BARROS – CDR-13^aGEE
Avenida Fernandes Lima, s/n, Maceió/AL CEP. 57050-000 (CEPA)
Email: cdrcleonicedebarros@educ.al.gov.br

Declaramos para os devidos fins que o **INSTITUTO CIDADELA BRASIL**, CNPJ: 09.027.627/0001-00, tem sede e funcionamento no endereço: Avenida Fernandes Lima, s/n, Sala 3, CDR/CEPA, Farol, Maceió/AL, CEP: 57050-000.

RICARDO DE MEDEIROS SOARES- GESTOR

PORTARIA /SEDUC Nº 1431/2024, de 11 de janeiro de 2024

Ricardo de M. Soares
Gestor do CDR/CEPA
Mat. 86627-0
Portaria/SEDUC
13ª Região Mace



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento o INSTITUTO CIDADELA BRASIL, com CNPJ nº: 09.027.627/0001-00 com sede na Avenida Fernandes Lima, sn, Sala 03, CDR/CEPA, Farol, Maceió - AL, por seu presidente abaixo firmado, atendendo ao previsto no inciso III, do art. 2º da Lei Municipal nº 4.294, de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta, em Maceió, a concessão da Utilidade Pública Municipal, DECLARA que os ocupantes dos cargos de Diretoria, da entidade, não recebem remuneração alguma por seu trabalho prestado junto à instituição.

Maceió 15 de maio de 2025.



Documento assinado digitalmente
VALDECI TOMAZ MONICA
Data: 27/05/2025 13:06:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Valdeci Tomaz Monica
Presidente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 05280032 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 276/2025

Interessado : VEREADOR EDUARDO CANUTO

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 05 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues
Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 05 de junho de 2025 às
16h50.*



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05280032 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 276/2025

Interessado : VEREADOR EDUARDO CANUTO

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 23 de junho de
2025 às 10h02.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJRF
PARECER Nº 051/2025 GVCM

Processo: 05280032

Projeto de Lei: 276/2025

Autor(a): Vereador Eduardo Canuto

Relator: Vereador Cal Moreira

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei de nº 276/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Eduardo Canuto, que "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL".

Em sua justificativa, o instituto tem por missão desenvolver programas, projetos e ações sociais voltadas ao atendimento e à promoção da qualidade de vida de indivíduos e comunidades, especialmente em situação de vulnerabilidade social, atuando nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e assistência social.

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a presente proposição tem por finalidade reconhecer a importância e a relevância dos serviços prestados pela entidade mencionada, por meio da concessão do título de utilidade pública, como forma de valorização institucional conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em análise encontra respaldo no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a competência para dispor, mediante lei, sobre matérias de sua atribuição,



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DOS VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR CAL MOREIRA

dentre as quais se inclui a concessão de títulos de utilidade pública a entidades que demonstrem atuação de interesse coletivo e relevante para a sociedade local.

A concessão de títulos de utilidade pública no âmbito do Município de Maceió está disciplinada pela Lei nº 4.294, de 07 de fevereiro de 1994, que estabelece os critérios e requisitos para o reconhecimento oficial de entidades que prestam relevantes serviços à coletividade, sem fins lucrativos, e com comprovada atuação social.

Assim, sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise apresenta-se em conformidade com os princípios normativos vigentes, não havendo óbices à sua tramitação nem à sua eventual aprovação.

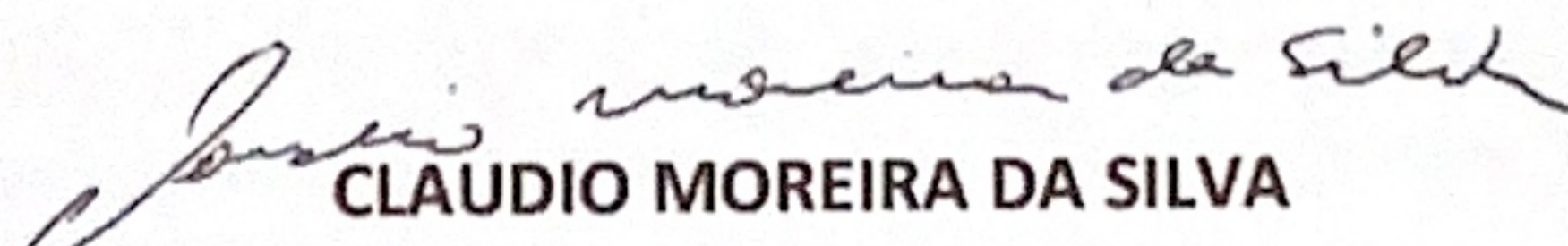
Por fim, cumpre salientar que esta Comissão de Constituição e Justiça se limita à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito. Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título de utilidade pública, a avaliação do mérito quanto à entidade deverá ser realizada pelas comissões temáticas competentes, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

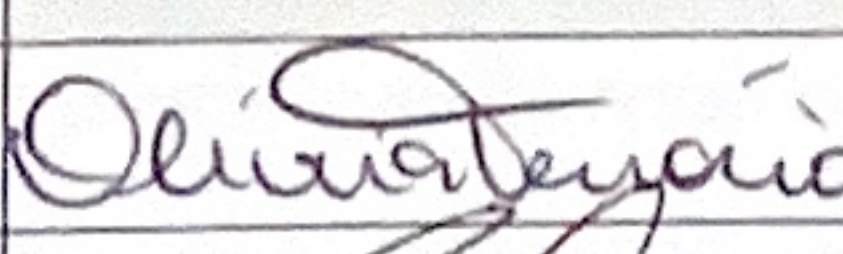

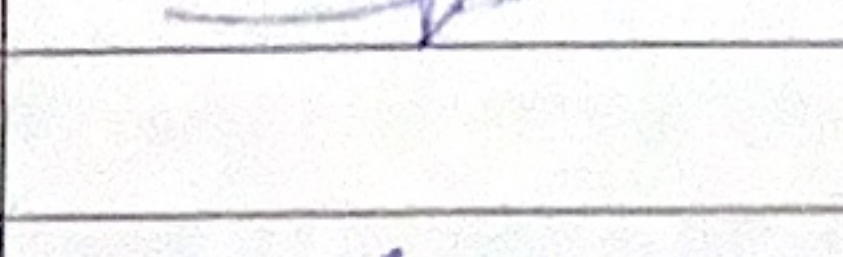
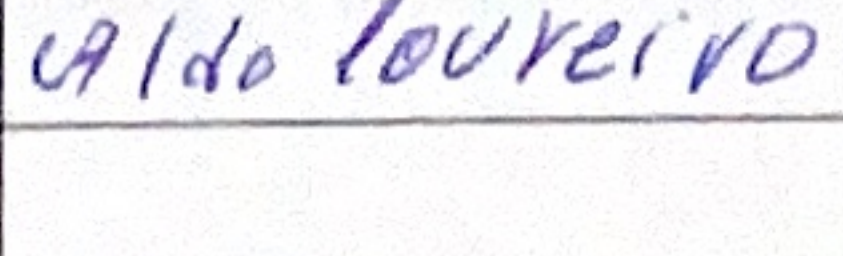
III - VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, votamos pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 276/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Eduardo Canuto, que "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL".

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.


CLAUDIO MOREIRA DA SILVA
Vereador

VEREADOR(A)	VOTOS FAVORÁVEIS	VOTOS CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
OLÍVIA TENÓRIO			
LEONARDO DIAS			
THIAGO PRADO			
SIDERLANE MENDONÇA			
ALDO LOUREIRO			
SILVANIA BARBOSA			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05280032 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 276/2025

Interessado : VEREADOR EDUARDO CANUTO

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 28 de agosto de
2025 às 15h53.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL –
CCJRF / PROCESSO: 05280032.

PARECER

PROCESSO: 05280032.

PROJETO DE LEI: 276/2025

AUTOR(A): VEREADOR EDUARDO CANUTO

RELATOR: VEREADOR CAL MOREIRA

I - RELATÓRIO:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final - CCJRF, na forma do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei de nº 276/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Eduardo Canuto, que “CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL”.

Em sua justificativa, o instituto tem por missão desenvolver programas, projetos e ações sociais voltadas ao atendimento e à promoção da qualidade de vida de indivíduos e comunidades, especialmente em situação de vulnerabilidade social, atuando nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e assistência social.

É o relatório.

II - ANÁLISE:

Nos termos do artigo 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, se manifestar sobre todos assuntos quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e regimental, não podendo tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos no Regimento Interno.

Antes de adentrar à análise específica de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, faz-se necessário, primeiramente, examinar as regras de competência municipal de legislar, as quais estão expressamente previstas na Constituição Federal, nos incisos I e II, do artigo 30, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Além disso, o artigo 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Maceió prevê que compete ao Município de Maceió dispor sobre os assuntos de interesse local e suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

Prosseguindo, a presente proposição tem por finalidade reconhecer a importância e a relevância dos serviços prestados pela entidade mencionada, por meio da concessão do título de utilidade pública, como forma de valorização institucional conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

A matéria em análise encontra respaldo no princípio da autonomia do Poder Legislativo Municipal, que assegura à Câmara Municipal a competência para dispor, mediante lei, sobre matérias de sua atribuição, dentre as quais se inclui a concessão de títulos de utilidade pública a entidades que demonstrem atuação de interesse coletivo e relevante para a sociedade local.

A concessão de títulos de utilidade pública no âmbito do Município de Maceió está disciplinada pela Lei nº 4.294, de 07 de fevereiro de 1994, que estabelece os critérios e requisitos para o reconhecimento oficial de entidades que prestam relevantes serviços à coletividade, sem fins lucrativos, e com comprovada atuação social.

Assim, sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei em análise apresenta-se em conformidade com os princípios normativos vigentes, não havendo óbices à sua tramitação nem à sua eventual aprovação.

Por fim, cumpre salientar que esta Comissão de Constituição e Justiça se limita à apreciação dos aspectos formais e constitucionais da proposição, não lhe cabendo, neste momento, a análise de mérito. Ressalta-se que, por se tratar de projeto que visa à concessão de título de utilidade pública, a avaliação do mérito quanto à entidade deverá ser realizada pelas comissões temáticas competentes, bem como, oportunamente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

III - VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, votamos pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 276/2025, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Eduardo Canuto, que “CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL”.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2025.

CLAUDIO MOREIRA DA SILVA

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS:

Olívia Tenório,

Leonardo Dias,

Thiago Prado

Aldo Loureiro

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:C2B61C39

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/09/2025. Edição 7240

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

ESTATUTO SOCIAL

INSTITUTO CIDADELA BRASIL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art.1º – O Instituto Cidadela Brasil – ICB, doravante denominado ICB, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.027.627/0001-00, com sede e foro na Avenida Fernandes Lima, sn, Sala 3, Centro de Desportos e Recreação – CDR/CEPA, Farol, CEP 57000-000, Maceió/AL, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Parágrafo Primeiro – O ICB – Instituto Cidadela Brasil, entidade privada sem fins lucrativos que, não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os apliquem integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, a ser regido por instrumento próprio.

Parágrafo Segundo - O ICB – Instituto Cidadela Brasil poderá atuar a nível nacional e poderá instalar e manter outros estabelecimentos, filiais em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO II

DO OBJETO

Art. 2º O ICB – Instituto Cidadela Brasil enquanto associação civil tem como objetivos desenvolver programas e ações sociais assistências à comunidade nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e meio ambiente, voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, por si ou por força de convênio, acordo ou contrato:

I- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando a proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social, recreativo, educacional, esportivo e paradesportivo, inclusive no que se refere ao esporte de alto rendimento;

II- Favorecer o desenvolvimento da igualdade de oportunidade entre as pessoas, mediante a elaboração e participação em programas e projetos educacionais e

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Oficial de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió-AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Centro Municipal Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituto

esportivos junto a comunidades carentes, destinados prioritariamente as camadas menos favorecidas da população;

III - Promover a ética, a paz, a cidadania, o voluntariado, os direitos humanos, e demais valores sociais relativos ao desenvolvimento dos objetos do ICB;

IV- Difundir a prática dos esportes em geral, especialmente as modalidades olímpicas e paraolímpicas;

V- Organizar e/ou manter equipes esportivas de competição das categorias de base e de alto rendimento, especialmente das modalidades olímpicas e paraolímpicas, inclusive cedendo e/ou buscando parcerias para uso de instalações, equipamentos e materiais;

VI- Promover a prática dos paradesportos para crianças, adolescentes, adultos e idosos PCD, sem distinção de gênero, desde a iniciação esportiva e categorias de base, ao alto rendimento, além das práticas recreativas, em todo o território nacional, especialmente em Alagoas;

VII- Organizar, gerenciar e executar competições esportivas nas mais variadas modalidades em território nacional e internacional;

VIII - Desenvolver, promover, difundir o esporte e lazer em todas as suas formas;

IX- Filiar-se e participar de entidades congêneres nacionais e internacionais;

X- Promoção da assistência social beneficente nas áreas da saúde, educação, esporte e cultura para pessoas em situação de risco/vulnerabilidade social, especialmente aquelas voltadas para a infância, adolescência, idosos e mulheres;

XI - Difundir atividades educativas, culturais, científicas, esportivas e de saúde, realizando pesquisas, conferências, cursos, treinamentos, editando publicações e vídeos, processamento de dados, assessoria técnico-educacional e sociocultural, bem como a comercialização de publicações, vídeos, serviço de assessoria, programas de informática, camisetas, adesivos, materiais destinados a divulgação e informático sobre o objetivo do ICB, desde que o produto desta comercialização reverta integralmente para a realização desse objeto;

XII- Venda de produtos, de produção própria ou não, bem como, licenciamento de marcas e produtos, que divulguem ou promovam o instituto, a prática desportiva, de atividades culturais, educacionais e de saúde, fazendo uso dos recursos obtidos, exclusivamente na consecução dos objetivos sociais do instituto;

XIII- Estabelecer, promover, coordenar ou executar atividades de capacitação profissional, cursos de aperfeiçoamento, cursos técnicos e pós-graduação ou outros, nas esferas nacional e internacional;

BEL* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas - Alagoas - AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta

XIV- Educar, gerenciar, supervisionar, organizar e promover ações para a promoção da qualificação profissional de jovens, adultos e idosos, voltadas ao trabalho;

XV- Dar assistência sócio educacional a crianças, adolescentes, adultos e idosos, em regime aberto, em complementação ao período escolar e outras atividades;

XVI- Estudar, promover e incentivar à pesquisa científica, tecnológica e cultural nas mais diversas áreas do conhecimento;

XVII – Assessorar e prestar serviços de consultoria e treinamento para empresas privadas, governos, organizações do terceiro setor e pessoas físicas, voltadas para o desenvolvimento, implantação e gestão de projetos sociais, culturais, desportivos e paradesportivos focados no âmbito da inclusão, educação, da participação e do rendimento;

XVIII- Acompanhar, representar e realizar consultoria na realização e produção de projetos nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, infraestrutura, trabalho, social e meio ambiente, apoiando na elaboração e formalização de projetos legislativos, convênios e contratos de instituições públicas nas esferas municipal, estadual e federal, e instituições privadas;

XIX- Incentivar, planejar e realizar atividades de qualquer natureza de caráter cultural e/ou com ênfase nas manifestações folclóricas locais, regionais, nacionais e internacionais;

XX- Cooperar com órgão ou entidade municipal, estadual, nacional ou internacional na execução de programações ou atividades que busquem o desenvolvimento educacional, esportivo, paradesportivo, cultural, social ou do meio ambiente daquelas esferas;

XXI- Promoção do desenvolvimento econômico, social e local das comunidades onde atuar;

XXII- Promoção e apoio a movimentos de assistência social, em todos os aspectos da vida humana e estímulo a alfabetização, educação e cultura em qualquer idade;

XXIII- Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

XXIV - Estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades que visem interesses comuns;

XXV- Promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais, para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativas às suas atividades;

XXVI – Executar projetos esportivos, culturais, educacionais e sociais para os públicos-alvo: PCD e pessoas em situação de vulnerabilidade social, junto aos órgãos governamentais e/ou instituições de natureza privada;

BEL.ª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió-AL
Av. da Paz, 1864 - SL. 16 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate Center - CEP 57020-440
Maceió-AL

XXVII- Contribuir para a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, em suas dimensões material e imaterial, através dos projetos, programas, ações e serviços pertinentes;

XXVIII- Promover, realizar, e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados às Artes Brasileiras e ao Patrimônio Histórico-cultural, bem como publicações científicas dos projetos do Instituto e de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Os objetos do ICB poderão ser realizados através de contratos, convênios, acordos ou auxílios financeiros a entidades públicas ou privadas, sendo expressamente vedado o exercício de atividades de natureza político-partidária, direta ou indiretamente.

Parágrafo Segundo - Na consecução dos seus objetos, o ICB elaborará programas e projetos, compatibilizando custos e eficiência em função dos recursos físicos, operacionais e financeiros disponíveis.

Parágrafo Quarto- O ICB se dedicará às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros.

Parágrafo Quinto- Captar recurso por meio de projetos esportivos, paradesportivos, culturais, educacionais e sociais elaborados para, por e com pessoas com deficiência e sem deficiência junto a qualquer órgão governamental ou de iniciativa privada, nacionais e internacionais.

Parágrafo Sexto- Estabelecer intercâmbios, parcerias e projetos com instituições de ensino, de todos os níveis, públicas e/ou privadas, especialmente com Escolas e Universidades Públicas, para ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo Sétimo- Realizar campanhas publicitárias dentro dos princípios definidos neste Estatuto e regimentos.

Parágrafo Oitavo- O ICB não distribuirá entre seus associados, diretores, empregados ou contribuintes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, que serão aplicados integralmente na consecução de seu objeto social.

Art. 3º- No desenvolvimento de suas atividades, o ICB observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não fará discriminação de qualquer natureza, implementará as atividades que forem necessárias, sempre com base nos seguintes princípios atendendo as exigências legais vigentes:

I. Transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;

BEL* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis AL
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió AL
Av. da Paz, 1064 - Sl. 15 - Emergentes Terra
Brasil Corporate - Maceió AL - CEP 57020-440
Substituta

II. Garantia da representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

III. Princípios definidores de gestão democrática;

IV. Instrumentos de controle social, como mecanismos de transparência, canais de denúncia e ouvidoria;

V. Transparência da gestão da movimentação de recursos;

VI. Possuir órgãos de fiscalização interna, autônomos, como conselho fiscal;

VII. Garantir a alternância nos cargos de direção;

VIII. Garantia a todos os associados e filiados de acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta;

IX. Colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos;

X. Fica vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto;

XI. Publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano;

XII. Criação de ouvidoria ou órgão equivalente, encarregado de receber, processar e responder as solicitações relacionadas à entidade;

XIII. Publicação anual de balanços financeiros e relatórios de gestão e execução orçamentária.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º- O ICB na consecução de seus objetivos e manutenção de suas prerrogativas de instituição sem fins econômicos, poderá participar de licitações, firmar convênios, contratos e outras espécies de ajustes, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional, observando as determinações legais.

Parágrafo Primeiro - Neste sentido, o ICB poderá aceitar auxílios, doações, contribuições, bem como poderá firmar convênios de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com organismos ou entidades públicas ou privadas,

desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos nem arrisquem sua independência.

Parágrafo Segundo - Nos projetos, serviços ou convênios que forem permitidos ou que exijam a dedicação exclusiva de algum membro ou associado, seja ele diretor ou não, para execução dos serviços descritos, a Diretoria Executiva poderá fixar um auxílio de custo/remuneração dentro do orçamento do projeto e/ou conforme valor do mercado, respeitada a expertise e habilidade profissional do membro associado.

Art. 5º - Poderá ser criado o órgão de ouvidores no Instituto, com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento e a melhoria contínua da qualidade da atuação da entidade, ficando a ouvidoria responsável por receber, processar e responder reclamações, sugestões, solicitações de informações e elogios, agindo com independência, imparcialidade, transparência e ética, podendo tal função ser remunerada, caso seja inviável a nomeação de associado para tal finalidade.

Art. 6º - O Instituto poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º - O Instituto é constituído por número ilimitado de associados, seja ela pessoa física ou jurídica, que são admitidos, a juízo da Diretoria, dentre pessoas idôneas da sociedade e que expressamente preencha os requisitos estatutários e expresse formalmente o desejo de ingressar na entidade

Art. 8º- Haverá as seguintes categorias de associados:

I- FUNDADORES: os que assinaram a ata de fundação do Instituto, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias;

II – EFETIVO: será considerado sócio efetivo, qualquer associado ou pessoa que não seja fundador, havendo sido admitido por indicações de dois associados. Possuem direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias.

III – CONTRIBUINTES: os que pagarem a mensalidade estabelecida pela diretoria, no limite lei.

IV- ATLETAS: atletas com ou sem deficiência, que pratiquem alguma modalidade desportiva ou paradesportiva, representando o Instituto em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Mato Grosso
Av. da Paz, 1884 - St. 15 - Empresarial Terra
Brasília Corporate - Mato Grosso - CEP 57020-440
Substituta

V - BENEMÉRITOS: as pessoas físicas ou jurídicas que, por sua relevante atuação em prol do ICB e/ou da comunidade em suas áreas de atuação, venham a ser admitidas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – O ICB poderá dispor de um quadro de voluntários que se filiem para exercer atividades não remuneradas sem necessariamente pertencer à categoria de associados.

Parágrafo Segundo - A filiação de pessoas físicas ou jurídicas ao ICB se dará mediante assinatura de Termo de Associação, que deverá conter a indicação da categoria do Associado, seu nome ou denominação social e a data de sua admissão, bem como os requisitos do artigo 9º.

Parágrafo Terceiro - Os sócios não respondem solidariamente ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo ICB.

Parágrafo Quarto – Poderão ser desenvolvidos programas de sócio torcedor, que serão tratados como cotas de patrocínios individuais de pessoas físicas ou jurídicas, não devendo ser confundidos com os Associados definidos no presente Artigo.

Art. 9º - São critérios para admissão do Associado:

I- Possuir conduta ilibada;

II - Vontade de prestar serviços assistenciais; e

III - Não possuir restrições civis ou penais em sentença transitada em julgado.

Parágrafo Único - Serão formalmente excluídos da entidade aqueles associados que descumprirem qualquer um dos itens citados neste artigo.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 10 - São direitos dos associados Fundadores e Efetivos:

I- Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, sendo que, em se tratando de sócios Efetivos, haverá obrigatoriedade de, no mínimo, dois anos de filiação, desde que esteja quite com suas obrigações estatutárias;

II - Ter acesso às atividades e dependências do Instituto;

III - Apresentar moções, propostas e reivindicações a quaisquer dos órgãos do Instituto;

IV - Convocar Assembleia geral, mediante requerimento assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios;

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Estado do
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maracá - CEP 57020-440
Substituta

V- Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas que estejam em consonância com o objeto social;

VI- Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários;

VII - Defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o respeito à liberdade de opinião à diversidade sociocultural, à solidariedade, ao diálogo entre povos, à paz e aos direitos humanos;

VIII - Participar de todas as atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;

IX - Ter acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, como aquelas relacionados à gestão da respectiva entidade de administração de desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico do Instituto, exceto com relação aos contratos comerciais celebrados com cláusula de confidencialidade;

Parágrafo Único - São direitos dos associados contribuintes e beneméritos os itens relacionados nas alíneas I, V, VI, VII e VIII

Art. 11 - São deveres dos Associados do ICB:

I- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as resoluções dos órgãos do Instituto;

II - Zelar pelo bom nome do Instituto, evitando ações ou situações que deponham contra seu conceito; e

III- Estar em dia com suas obrigações para com o ICB.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 12 - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, quando ficar comprovada a ocorrência de:

I- Violação do Estatuto Social;

II- Difamação do Instituto, de seus membros ou de seus associados;

III - Atividades contrárias às decisões das Assembleias Gerais;

IV - Desvio de bons costumes;

V- Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Estado de AL
Av. da Paz, 1864 - Sl. 16 - Empresarial Terra
Brasília Corporate - Brasília/DF - CEP 57020-440
Substituta

VI - Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas;

VII- Ausência sistemática as reuniões e tarefas agendadas;

VIII - Conduta sócio recreativa inadequada junto aos demais associados e usuários;

IX - Provocação de danos à imagem do Instituto.

Parágrafo Primeiro - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independente da apresentação de defesa, a representação será decidida na primeira Assembleia Geral Extraordinária após o prazo de defesa.

Parágrafo Terceiro - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for, podendo o Instituto exigir a restituição e/ou indenização caso o associado excluído tenha lesado a entidade;

Parágrafo Quarto - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria do Instituto.

Art. 13 - Extingue-se também a qualidade de Associado nos casos de requerimento do associado para sua exclusão ou falecimento, neste caso, sem necessidade de procedimento administrativo para justa causa.

Art. 14- Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - São órgãos da administração do Instituto:

I- Assembleia Geral;

II- Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

IV- Comissão de Atletas.

BEL* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Emp. Central Terra
Brasília-DF - CEP 57020-440
Substituta

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16 - A Assembleia Geral é o órgão superior do ICB, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e tomar todas as providências necessárias à defesa e desenvolvimento da entidade.

Art. 17 - Compete à Assembleia Geral:

I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, nos prazos estabelecidos no presente Estatuto;

II - Destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;

III - Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;

IV - Decidir sobre alterações do Estatuto, desde que por deliberação de dois terços dos presentes à Assembleia Geral, para esse fim especialmente convocada;

V- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, instituir ônus, hipotecar ou permutar bens patrimoniais, nos casos de bens móveis ou imóveis acima de 20 (vinte) salários mínimos vigentes a época da Assembleia;

VI - Decidir sobre a extinção da entidade e dar destino ao seu patrimônio, na forma prevista na lei e no estatuto;

VII- Aprovar as contas;

VIII - Aprovar o regimento Interno;

IX - Examinar e aprovar o relatório de gestão, execução orçamentária do exercício vindouro, assim como balanços e contas de exercício anterior.

X- Deliberar sobre a admissão, exclusão e licenciamento de associados ou aprovar indicação de associado benemérito;

XI - Deliberar sobre a reintegração de Associados Fundadores e Associados Beneméritos excluídos;

XII - Abrir e encerrar filiais e outros estabelecimentos do ICB no País; e

XIII- Deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto.

Art. 18 - A Assembleia Geral realizar-se-á:

I- Ordinariamente:

a) Anualmente para apreciar o relatório anual da Diretoria;

b) Anualmente para discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;

c) A cada quatro anos para eleger os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Representante da Comissão de Atletas.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e Registro de Títulos e
Documentos e Poderes Jurídicos de Menção-AL
Av. da Paz, 1004/1 - 15 - Empresarial Terra
Brasília Capital - Menção-AL - CEP 57020-440
Substituta

II- Extraordinariamente, quando convocada:

a) Pelo Presidente da Diretoria Executiva;

b) Pelo Conselho Fiscal;

c) Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados quites com as obrigações sociais;

Parágrafo Único - Em caso de vacância de toda Diretoria Executiva eleita serão convocadas eleições gerais no prazo de 90 (noventa) dias, contados da abertura da vaga.

Art. 19 - Compete privativamente à Assembleia Geral Extraordinária:

I- Destituir os administradores;

II - Alterar ou reformar o Estatuto, em todo ou em partes.

Parágrafo Único - Para deliberar sobre a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal é exigido o voto concorde de dois terços dos sócios presentes à Assembleia Geral, para esse fim especialmente convocada, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de dois terços nas convocações seguintes.

Art. 20 - A convocação da Assembleia Geral será feita por e-mail ou whatsapp ou meio eletrônico similar aos associados ou por edital afixado na sede da Instituição, por circulares ou outros meios conveniente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, que comprovem a eficácia para a convocação.

Parágrafo Primeiro - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, salvo nos casos em que o Estatuto ou a lei exigir o quórum especial.

Parágrafo Segundo - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e um Secretário. A Presidência da Assembleia Geral caberá ao Diretor-Presidente ou, em sua ausência, ao Vice Presidente. O Secretário será indicado pelo Presidente da Assembleia, podendo recair sobre qualquer um dos presentes.

Art. 21 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes, não computados os votos em branco, ressalvando os casos em que este Estatuto ou a legislação aplicável exigir quórum mais elevado.

Art. 22 - A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma remota por meios eletrônicos, através de qualquer ferramenta virtual válida, desde que, o link de acesso seja disponibilizado no Edital de Convocação, e que os participantes tenham acesso à internet e possam ser identificados no momento de sua realização.

Parágrafo Único - A manifestação dos participantes poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado pela Diretoria, que assegure a identificação do

BEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Mato Grosso do Sul
Av. da Paz, 1884 - St. 15 - Emergentes Terra
Brasília Corporate - Mato Grosso do Sul - CEP 57020-440
Substituta

participante e a segurança do voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23 – O Instituto será administrado por uma Diretoria eleita em Assembleia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleita para mais de um período consecutivo, composta dos seguintes membros:

- a) Presidente,
- b) Vice Presidente,

Parágrafo Primeiro - É vedada a eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até 2º grau ou por afinidade do presidente da entidade ou de quaisquer dos diretores.

Parágrafo Segundo - Os atletas devem sempre estar presentes nas decisões dos órgãos ou conselhos técnicos. No sítio eletrônico da entidade deverá estar claro quais os colegiados da direção são atletas.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e o Vice Presidente poderão ser reeleitos apenas uma única vez de forma consecutiva.

Parágrafo Quarto: No caso de renúncia ou destituição de algum Diretor eleito da entidade, o Instituto poderá nomear qualquer associado apto a ser eleito para o cargo vago, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, com a maioria simples de votos dos presentes, sendo que o associado nomeado irá exercer a Diretoria até o término do mandato da gestão, salvo o Presidente, que possui seu substituto legal instituído neste Estatuto.

Parágrafo Quinto: O Presidente nomeará um Corpo Diretivo para exercer funções específicas, devendo para isso fazê-lo em ato de nomeação próprio que conterá identificação nominal e documental, descrição de função e poderes.

Parágrafo Sexto - As reuniões da Diretoria se instalarão com a presença da maioria dos Diretores efetivos, estando necessariamente presente o Diretor-Presidente e/ou Vice- Presidente. As deliberações da Diretoria, como órgão colegiado, serão tomadas pela maioria dos votos, não computados os votos em branco, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de desempate.

Art. 24 - Compete a Diretoria Executiva:

- I- Elaborar e executar programas para realização das atividades do instituto;
- II - Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III -Estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Mato Grosso do Sul
Av. da Paz, 1864 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brazília Corporate - Brasília/DF - CEP 57020-440
Substituta

IV- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração e atividades de interesse comum;

V- Contratar e demitir funcionários;

VI - Convocar a Assembleia Geral;

VII - Elaborar o projeto de reforma estatutária, a ser submetido à Assembleia Geral, na forma deste estatuto;

VIII- Designar os membros das comissões que se tornarem necessárias para a solução de determinado assunto;

IX- Designar representação da categoria de atletas das respectivas modalidades em atividade, no âmbito dos órgãos e conselhos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

X - Administrar o ICB – Instituto Cidadela Brasil.

Paragrafo Primeiro - Nenhum membro da Diretoria poderá receber remuneração pelo exercício do cargo, nem serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens aos seus participantes, associadas ou mantenedoras, sob qualquer pretexto, devendo os recursos recebidos serem aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Paragrafo Segundo. Os membros da Diretoria não respondem, pessoalmente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da associação, salvo se apurado má-fé e dolo e apurada a responsabilidade da Diretoria para ocorrência de eventual dano a entidade.

Art. 25 - Compete ao Presidente:

I- Representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;

III - Convocar e Presidir a Assembleia Geral;

IV - Convocar a Presidir as reuniões da Diretoria;

V - Assinar os cheques, ordens de pagamento e títulos que representam obrigações financeiras do Instituto, bem como realizar a abertura de conta bancária e medida similar;

VI - Auxiliar na elaboração, condução, implantação e divulgação de suas ações, campanhas e projetos, inclusive através de mobilização de pessoas, entidades, empresas, organizações, entidades governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais.

VII - Exercer o direito de voto de minerva nas deliberações da Diretoria sempre que se verificar empate;

VIII- Admitir, contratar, nomear, designar, punir e demitir servidores ou qualquer funcionário da associação, de acordo com a orientação da Diretoria;

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Estado de AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Empreitada Terra
Brasília Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta

IX - Autorizar despesas até o limite estabelecido pela Diretoria;

X- Representar o ICB em congressos e eventos relacionados com os seus objetivos ou credenciar representantes.

Art. 26 - Compete ao Vice Presidente:

I- Substituir o Presidente, em todas as suas funções e competências, na ausência ou impedimento deste;

II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente;

IV - Auxiliar e colaborar com o Presidente em suas funções;

V- Lavrar e ler as atas das reuniões da Diretoria Executiva.

SECÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 27 - Conselho Fiscal é caracterizado por ser um órgão autônomo e independente, composto de 3 (três) membros e 2 (dois) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo -Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término. Ocorrendo 2 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convocará Assembleia Geral para preenchê-las.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser destituídos pela Assembleia Geral, mediante justa causa, caso comprovada a prática de atos lesivos aos interesses sociais do ICB.

Art. 28 - Compete ao Conselho Fiscal:

I-Examinar os livros de escrituração da entidade;

II - Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

III - Ter acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como aqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico do Instituto.

IV - examinar e fiscalizar as ações da Diretoria Executiva e dar parecer sobre as contas e balanços da administração, de modo a permitir sua discussão e votação pela assembleia e permear a aprovação de contas pelo conselho consultivo.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Município-AL
Av. da Paz, 1864 - SL 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió-AL - CEP 57020-440
Substituta

V- Observar se escrituração contábil obedeceu aos princípios fundamentais da contabilidade e normas Brasileira de Contabilidade.

Art. 29 - As atividades dos Diretores e Conselheiros bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. A Instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações, ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

SECÃO IV

DA COMISSÃO DE ATLETAS

Art. 30 - A Comissão de Atletas do ICB é órgão de representação, composta por todos os atletas ativos e fará parte integrante da Diretoria do Instituto, com membro(s) representante(s) eleito(s) em assembleia.

Parágrafo Primeiro – É garantida a representação da categoria atletas nos colegiados de direção, na eleição para os cargos da entidade e no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições por elas eventualmente organizadas.

Parágrafo Segundo – A Comissão de Atletas deverá reunir-se uma vez por semestre, ou sempre que houver necessidade identificada por seus membros ativos, para discutir as necessidades dos atletas, verificar o andamento das atividades, avaliar os trabalhos da equipe multidisciplinar e discutir possíveis mudanças necessárias, devendo o Representante dos Atletas ficar responsável por reunir as pautas, processar e dar devidos encaminhamentos junto à Diretoria Executiva ou outros colegiados do Instituto.

Art. 31 - Para integrar o Instituto como Representante(s) dos Atletas, deverão preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I- Ter mais de 21 (vinte e um) anos de idade;

II- Não estar punido pela sua respectiva Entidade Nacional, Estadual ou Internacional do desporto;

III- Conhecer e respeitar os princípios estabelecidos pelo Estatuto e Normas do Instituto;

IV- Estar ativo nas atividades esportivas do Instituto, em treinamentos e competições.

Parágrafo Primeiro – Compreende-se por estar ativo nas atividades do Instituto, ser atleta de rendimento, participante em 95% dos treinamentos, e ter participado das competições nacionais organizadas por Confederações nos últimos dois anos contados da data de eleição.

Parágrafo Segundo – A falta de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo poderá acarretar a perda da representação, respeitando o devido processo legal.

Parágrafo Terceiro – O mandato será de 04 (quatro) anos, coincidente com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, permitida apenas uma única recondução consecutiva.

SECÃO V DOS DEPARTAMENTOS

Art. 32 - A fim de cumprir suas finalidades, o Instituto se organizará em unidades de prestação de serviços, podendo ser criados quantos forem necessários, os quais serão denominados de departamentos, sendo estes regidos por regulamentos internos específicos e aprovados em Assembleia Geral.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

Art. 33 - A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, assim como o Representante da Comissão de Atletas serão eleitos, a cada quatro anos, pela Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, podendo compor chapa todos os associados efetivos e fundadores, mas concorrendo, cada filiado, apenas por uma única chapa, sendo os trabalhos eleitorais organizados por uma Comissão Eleitoral definida pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - O processo eleitoral deverá observar o princípio da razoabilidade, publicidade, legalidade, proporcionalidade, respeitando os princípios que regem a entidade.

Parágrafo Segundo – O processo eleitoral deverá ser imune a fraude.

Art. 34 - As inscrições das candidaturas aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, bem assim para os membros do Conselho Fiscal, deverão ser registradas até 15 (quinze) dias antes da data designada para a eleição, mediante instrumento firmado por no máximo 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral, que estejam em pleno gozo dos seus direitos, acompanhado do currículo dos candidatos e de carta subscrita pelos mesmos manifestando a aceitação em candidatar-se àquele cargo.

Parágrafo Único – O(s) Representante(s) da Comissão de Atletas deverá preencher o ofício em separado das chapas de Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, mediante instrumento firmado por no máximo 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral, que estejam em pleno gozo dos seus direitos, acompanhado do

currículo do candidato e de carta subscrita pelo mesmo manifestando a aceitação em candidatar-se àquele cargo.

CAPÍTULO VI

DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 35 -Constituem receitas do ICB:

I- As contribuições dos Associados, que subdividem nas mensalidades e extraordinárias;

II - As subvenções e auxílios que lhe forem destinados através de doações, legados, herança, cessão de direitos, cessão de créditos, por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III- Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação;

IV- Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

V - Os rendimentos proventos dos seus investimentos e da administração de seus bens em geral;

VI - Valores derivados de projetos, licitações e convênios realizados, seja ele público ou privado, que será revertido para manutenção da entidade;

VII – Subvenções, convênios, empréstimos, doações, auxílios e demais formas de parceria com o Poder Público;

VIII – Doações, empréstimos, parcerias, auxílios e verbas de patrocínio, bem como todas as possíveis fontes de renda oriundas de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

IX – Prestação de serviços contratados ou conveniados com pessoas físicas e jurídicas públicas e privadas;

X – Aluguel do patrimônio móvel ou imóvel;

XI – Rendas de distribuição e comercialização de produtos e materiais da própria Entidade ou de terceiros;

XII – Rendas de eventos e campanhas realizadas pelo Instituto;

XIII – Rendimento de aplicações financeiras em nome do Instituto;

XIV – Transferências e transações de atletas;

XV- Rendimentos de direitos autorais;

XVI – Outros recursos definidos pelo regulamento interno.

BEL.ª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Oficial de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Estado de AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta

Parágrafo Único - Nos casos das contribuições mensais, denominadas ordinárias, descritas no inciso I deste artigo, a mensalidade deverá ser fixada pela Diretoria Executiva, ou ainda, nos casos da contribuição extraordinária, esta deverá discutida e deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 36 - O patrimônio social do ICB será exclusivo e obrigatoriamente aplicado nas atividades estabelecidas no Capítulo I deste Estatuto.

Art. 37 - Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária e o patrimônio obtido apenas poderá ser utilizado na manutenção e consecução de suas finalidades, facultada, porém, a disponibilidade de patrimônio para a obtenção de rendas com a mesma finalidade e aplicação integral da Instituição.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 38 - O exercício social do ICB começará em 01 de Janeiro e terminará em 31 Dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 39 - o ICB dará publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos Federal, FGTS e Municipal e a CNDT, colocando-o a disposição para exame de qualquer cidadão.

Art. 40 - Para assegurar a transparência na aplicação dos recursos, o ICB deverá:

I- Observar a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II- Permitir a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, na aplicação dos eventuais recursos objeto de instrumento de acordo conforme previstos na legislação aplicável;

III - Prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas pelo ICB, que será realizada conforme determina o Art. 70 da Constituição Federal, bem como apresentar em tempo hábil, de acordo com o convênio firmado.

IV - Garantir o acesso irrestrito dos associados do ICB aos documentos e informações relativos à prestação de contas do ICB, bem como aqueles

BEL* LUCYMARA ALVES PERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Município de AL
Av. da Paz, 1864 - Ed. 15 - Edifício Terra
Brasília Corporativa - Brasília - DF - CEP 57020-440
Instituição

relacionados à sua gestão, os quais deverão ser divulgados através do website do Instituto;

V- Informar ao público em geral, quando solicitado, a destinação dos recursos e bens recebidos pelo ICB, com indicação dos (a) Instrumentos de formalização dos acordos; (b) valores recebidos pelo ICB; (c) prazo de vigência do instrumento; e (d) pessoa física e jurídica que celebrou o instrumento com o ICB;

VI - Publicar o balanço financeiro do ICB, para acompanhamento do público em geral da gestão do Instituto;

VII - Garantir que o Conselho Fiscal do ICB receba, processe e responda as solicitações do público em geral relacionadas à gestão do Instituto.

Art. 41 – O ICB adotará mecanismos de controle social, de transparência na gestão da movimentação de recursos e de fiscalização interna, de modo a assegurar o acompanhamento, do público em geral, da sua gestão.

CAPÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO

Art. 42 - A Entidade será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades ou pela maioria de 2/3 de todos os seus associados, sendo seus bens patrimoniais destinados a instituições similares, neste caso cabendo ao Presidente ser liquidante nato da associação, caso não haja entidade similar, o patrimônio remanescente, após a quitação de todas as despesas, deverá ser destinado à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo Primeiro - Antes da destinação do patrimônio remanescente, caso a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a dissolução da entidade autorize, poderão os associados receber em restituição, atualizado o respectivo valor, de acordo com o IPCA-E, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do Instituto, excluindo desde já o valor pago a título de contribuição mensal associativa.

Parágrafo Segundo - Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Estado de AL
Av. da Paz, 1884 - Sl. 15 - Edifício Terra
Brasão Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43 - A primeira eleição para os cargos descritos neste Estatuto será realizada por votação aberta, através de lista completa com nome dos membros que farão parte da Diretoria e demais cargos, as demais eleições seguirão o rito deste Estatuto

§ 1º A votação, a ser realizada na primeira eleição, será aberta e direta, sendo eleitos os integrantes da lista de candidatos que receberem a maioria dos votos entre os presentes;


§ 2º A próxima eleição se dará em novembro de 2026, as demais a cada quadriênio, conforme prevê este Estatuto.

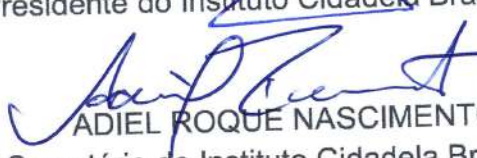
Art. 44 - O Presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, em todo ou em partes, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguidas, e entrará em vigor na data de seu registro.


Art. 45 - O Instituto manterá a escrituração de receita e despesa em livros revestidos de todas as formas legais que assegurem a sua exatidão e de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 46 - O Instituto poderá ministrar cursos, palestras e demais atividades de cunho profissional e acadêmico para outras entidades afins ou entes públicos e privados, podendo subcontratar profissionais com notório conhecimento para auxiliar e instruir tais cursos, pessoa física ou jurídica, filiada ou não a este instituto, sem que altere a sua finalidade estatutária.

Maceió (AL), 26 de outubro de 2023.


VALDECI TOMAZ MONICA
Presidente do Instituto Cidadela Brasil - ICB


ADIEL ROQUE NASCIMENTO
1º Secretário do Instituto Cidadela Brasil - ICB


Dr. CARLOS DOUGLAS NUNES DE OLIVEIRA PALAGANI
OAB/AL 15.788



BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Office de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Provas Jurídicas de Maceió - AL
Av. da Paz, 1864 - SL. 15 - Empresarial Terra Brasilis Corporate - Maceió - AL - CEP 57020-440
Substituto



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ/AL

Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho - Av. da Paz, 1864, Terra Brasília Corporate, Salas 14 e 15,
Centro de Maceió/AL, CEP 57020-440 - Tel.: (82) 3436-9777 [whatsapp] - sac@4oficiomaceio.not.br



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Merom AF587685 - YM8L
14/10/2024 08:16 Solicitante: **,7.627/0001-
00
Consulta: <https://selo.tj.al.jus.br>

Protocolado nº. 6438207, livro A em 28/11/2023.
Averbado no registro sob nº.79189. O que certifico
em 16, Maceió - AL, 14/10/2024. Bel. Lucymara A.
Cervantes - Subst.

Qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

BELª LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL
Av. da Paz, 1864 - Sl. 15 - Entresolo Terra
Brasília Corporate - Maceió/AL - CEP 57020-440
Substituta



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO

Processo N° : 05280032 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 276/2025

Interessado : VEREADOR EDUARDO CANUTO

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CIDADELA BRASIL

DESPACHO

Anexado o documento solicitado, encaminho os autos para prosseguimento dos trâmites. Atenciosamente,

Maceió/AL, 17 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Vereador, CPF N°
363.464.894-53 em 17 de setembro de 2025 às 17h25.*



Vereador
José Eduardo Accioly Canuto



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

PARECER Nº 010, DE 2025 – CSP
(ao Projeto de Lei n. 276/2025)

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, sobre o Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publica semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

Cumpre ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.


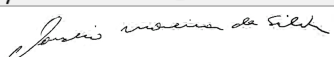
Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.


LEONARDO DIAS
Vereador

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Thales Diniz		
Cal Moreira		

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS / PARECER Nº 010, DE 2025 – CSP /
(AO PROJETO DE LEI N. 276/2025).

PARECER

Da **COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, sobre o Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços Públicos, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publicar semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).

Cumpra ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.

Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 276/2025, de autoria do Vereador Eduardo Canuto, que “Considera de Utilidade Pública o Instituto Cidadela Brasil”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.

LEONARDO DIAS

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS: Cal Moreira; e Thales Diniz

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:6209EB4B

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICIPAL DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR GALBA NETTO

PROJETO DE LEI Nº __/2025

DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP: 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de “**Praça Roberto de Carvalho**” a praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes De Melo, Q. 01, Rua “A”, Cep: 57072-360, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2025.


Vereador GALBA NETTO - PL



**MUNICIPAL DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR GALBA NETTO**

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo denominar a praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo com o nome de **Roberto de Carvalho**, em justa homenagem a um cidadão que dedicou grande parte de sua vida ao bem-estar da comunidade.

Nascido em Penedo-AL, em 22 de junho de 1950, Roberto de Carvalho construiu sua história com muito trabalho, dedicação e amor à família e à sociedade. Morador do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo por 39 anos, fez do bairro sua casa e sua missão, sempre engajado em melhorias para os moradores. Participante ativo da Associação de Moradores, ele não mediu esforços para garantir avanços para a comunidade, sendo uma voz atuante na busca por infraestrutura, segurança e qualidade de vida para todos.

Além de seu compromisso com o coletivo, Roberto de Carvalho era um homem de fé, um esposo dedicado, pai exemplar e amigo leal. Sua generosidade e disposição para ajudar ao próximo fizeram dele uma figura respeitada e admirada por todos. Com carinho e zelo, cuidou e preservou o espaço onde hoje se propõe a construção desta praça, tornando-o um ambiente limpo, arborizado e agradável para os moradores.

Dessa forma, nada mais justo do que eternizar seu nome nesse local, simbolizando seu legado e reconhecendo sua importância para a comunidade. A nomeação desta praça não apenas homenageia a memória de um cidadão exemplar, mas também reforça a valorização de pessoas que, como Roberto de Carvalho, dedicam sua vida ao bem comum.

Na certeza de contar com atenção e aprovação de todos os nobres colegas, nos colamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas que possam sobrevir.

Abaixo – Assinado

Ao Excelentíssimo Promotor.

Os cidadãos abaixo - assinados, brasileiros (as) , residentes e domiciliados no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, bairro: Cidade Universitária, solicitam de Vossa Excelência urgentes providências acerca da área verde e de uso comum da comunidade na RUA E-1 neste bairro. Solicitamos que na área seja construída uma praça conforme projeto e assim iniciada, para uma qualidade de vida a nós moradores. Na certeza de termos nossos pleitos atendendo, encaminhamos este documento assinado por todos os moradores.

Maceió – AL. Setembro de 2024

Nome	Endereço	RG ou CPF
MARCELO ALBUQUERQUE DOS SANTOS FILHO	EUST. GOMES Q:20 N:36	124.955.794-18
MARCELO A DOS SANTOS	EUST. GOMES Q:20 N:36	354.843.814-87
MARCELO DOS SANTOS	CONF. EUST. GOMES Q:20 N:36	459.004.854-04
Ana Patrícia A Brito	CONF. Eust. Gomes II, Q:19, N:29	031.457.614-20
Yasmin Santana	CONF. Jardim Planalto 253	184.855.964.04.
Genilda da Costa Araújo	Rua C1 N:15 Q:19	356.707.
Rosimere Oliveira	Rua Santa Clara 425	90317289420
Flávia S. S. S. S.	CONF. Eust. Q:20. N:46	577.352. KL
Flávia S. S. S. S.	CONF. Eust. Q:19. N:45	663029
Marcia Albuquerque da Silva	Eust. Gomes Q:20 N-36	091.099.344-05
ANDERSON AUGUSTO GAMA BDES	EUST. GOMES Q:20 N-36	095.305.754.29
Patricia Maria de Albuquerque	Eust. Gomes Q-20 N-36	469.175.004-53
Laurennes S. Alves	EUST. Gomes Q-19 N-55	860-769-224-00
Edilton Alves de Araújo	Eust. Gomes Q-19 N:421	9383.969.704-72
José Roberto S. S. S.	SANTOS DUARTE Q-A LOTE 31	970149
Jennifer Santos da Silva Moura	EUST. Gomes, Q:20 N-36	118.856.114-63
José Maria da Silva Albuquerque	Tabuleiro Rua do quadrado 211	144.986.014-16
FABRÍEC RENEQUE MATOS	EUST. GOMES Q-19 N-45	111.301.909-07
Danilo Alves de Lima	EUST. GOMES Q. 20 N-65	091.569.834-09
Thaiane V. da Silva	Eust Gomes Q:19 N:115	10413038408
Gustavo F. dos Santos	Eust. Gomes Q:19 N:115	087539274-19
Eliane de Lima Ramos	Eust. Gomes Q:19 N:115	534.350.284-91
Natanielle Lima da Silva	Eust. Gomes Q:19. N:125	025.215.764-84
MANJARYL RODRIGUES SILVA	Eust. Gomes 2, Rua C1 Q:20, N:136	331.713.604-97
Renan Alexandre Ramos	Eust. Gomes Q:19 N:115	129.404.024-34

Abaixo – Assinado

Ao Excelentíssimo Promotor.

Os cidadãos abaixo - assinados, brasileiros (as) , residentes e domiciliados no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, bairro: Cidade Universitária, solicitam de Vossa Excelência urgentes providências acerca da área verde e de uso comum da comunidade na RUA E-1 neste bairro. Solicitamos que na área seja construída uma praça conforme projeto e assim iniciada, para uma qualidade de vida a nós moradores. Na certeza de termos nossos pleitos atendendo, encaminhamos este documento assinado por todos os moradores.

Maceió – AL. Setembro de 2024

Nome	Endereço	RG ou CPF
Vitor Amaro dos Santos	Rua A. Qd 1	013.084.744-58
Janeiro Lopes de Siqueira	Rua A - Qd 1.	162-221558-02
Adilson de Siqueira		1602649
Loesice da Silva Costa	Rua A. Qd. 01. no 105	255.362
Roberto Vicente Gomes		046.383.404.66
Adriana de Sousa		
Adriana Holanda de Jesus	Rua A. Qd. 1	144.742.804-82
Adriana de Jesus	Rua A. Qd. 1	579 505 124 13
Arti Fernando Gomes de Oliveira	Rua E1	065.723.454-08
Márcia das Virgens	Rua E1	060 275 804-10
Luiz Gomes do. Silva	Rua. G. 1 46. pd. 18 -	(209.3) 404 535 pl.
Rita de Cássia Alves	R. E1, pd. 38 nº 86	328462 SSP/AL
Roberto de Jesus	R. E1. Qd. 13, nº 86	164.389.144-97
Bernete Ferreira	R. E1 Qd 18 N 126	713 124 984.48
Marcelle Ferreira	R. E1 Qd 18 N 126	987376456.
Marcelle Ferreira	R. E1 Qd 18 N 126	98274.0590
Deivid do S.	R. E1 Qd 18 N 126	98823 0030
Drafgne Ferreira	R. E1 Qd 18 N 126	987376450
Amândeo de Jesus	Qd. 18 N. 126 AL	98873.4543
PAULO SILVA GOMES	Qd 18 N 126	
Elisio Silva		433 703 RG
Roberto de Jesus	R. E1 Qd 18 126	
Roberto de Jesus	R. E1 Qd 12 126	98713 - 1306
Maria de Fátima da Silva		1199803 SSP/AL
Marcelle de Jesus	Rua E1. nº 96	241.243 SSP/AL
Bernete de Jesus	Rua E1 nº 96	200.100.1049 458
Maria Aparecida Gomes	R. E1 nº 146	230.616
Selma Francisca	R. E1 nº 186	652168 - SSP - AL

Abaixo – Assinado

Ao Excelentíssimo Promotor.

Os cidadãos abaixo - assinados, brasileiros (as) , residentes e domiciliados no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, bairro: Cidade Universitária, solicitam de Vossa Excelência urgentes providências acerca da área verde e de uso comum da comunidade na RUA E-1 neste bairro. Solicitamos que na área seja construída uma praça conforme projeto e assim iniciada, para uma qualidade de vida a nós moradores. Na certeza de termos nossos pleitos atendendo, encaminhamos este documento assinado por todos os moradores.

Maceió – AL. Setembro de 2024

Nome	Endereço	RG ou CPF
Vitor Amaro dos Santos	Rua A. Qd 1	013.084.744-58
Janeiro Lopes de Siqueira	Rua A - Qd 1.	162-221558-02
Adilson de Siqueira		1602649
Loesice da Silva Costa	Rua A. Qd. 01. no 105	255.362
Roberto Vitorino Gomes		046.383.404.66
Adriana de Sousa		
Adriana Holanda de Sousa	Rua A. Qd. 1 no 035	144.742.804-82
Adilson de Sousa	Rua A 1	579 505 124 13
Arti Fernando Gomes de Oliveira	Rua E 1	065.723.454-08
Márcia das Virgens	Rua E 1	060 275 804-10
Luiz Gomes do. Silva	Rua. G 1 46. pd. 18 -	(209.3) 404 535 pl.
Rita de Cássia Alves	R. E 1, pd. 38 nº 86	328462 SSP/AL
Roberto de Sousa	R. E 1. Qd. 13, nº 86	164.389.144-97
Bernete Ferreira	R. E 1 Q 18 N 126	713 124 984.48
Marcelle Ferreira	R. E 1 Q 18 N 126	987376456.
Marcelle Ferreira	R. E 1 Q 18 N 126	98274.0590
Deivid do S.	R. E 1 Q 18 N 126	98823 0030
Drafgne Ferreira	R. E 1 Q 18 N 126	987376450
Amândio de Sousa	Q. 18 N. 126 AL	98873.4543
PAULO SILVA GOMES	Q. 18 N. 126 AL	
Elisio Silva		433 703 RG
Roberto de Sousa	R. E 1 Q 18 126	
Roberto de Sousa	R. E 1 Q 12 126	98713 - 1306
Maria de Fátima da Silva		1199803 SSP/AL
Marcelle de Sousa	Rua E 1. no 96	241.243 SSP/AL
Bernete de Sousa	Rua E 1 nº 96	200.100.1049 458
Maria Aparecida Guedes	R. E 1 nº 146	230.616
Selma Francisca	R. E 1 nº 186	652168 - SSP - AL

Ao Excelentíssimo Promotor.

Ao Excelentíssimo Promotor.

Maceió – AL. Setembro de 2024

Nome	Endereço	RG ou CPF
Jose de Anchieta Silva Araújo	Cond. Eustaquio Gomes 2, Q-18, 96	024.008.384-96
LUCIANO JOSE F. CAMARAO	OS. CUST. QD 25 301	052.475.24-1 25
JAPER LUCIANO DE MORAES	CS. EUST. GOMES 301	105.764.174-08
Claudineite M. Jones de Almeida	Cond. Eustaquio Gomes 6 de Maio 126	69529745449
Josefina FRANCISCA de Siqueira	Cond. Eustaquio Gomes 2, Q-18-105	200000257956
Eliane Domingos da Silva Costa	Cond. Eustaquio Gomes 2, Q-18-85	030.93137403
Carmelita Maria Antero A.	Cond. Eustaquio Gomes II, Q-19-96	348.556.884.87
Gizelia X. Sales Silva	Cond. Eustaquio Gomes 2, RUA FL 220	065.948.904.09
Helena Helena Melo Perimato	Cond. Eustaquio Gomes 2, RUA C, 90	46055436434
Angela Sone Melo Perimato	Cond. Eustaquio Gomes 2, RUA C, 90	73021113400
Rosa Barros de O. Cabalcante	Cond. Eustaquio Gomes 2, RUA 4A, 250	22809511420
Valerio Cavalcante de S.	Novo Jardim, Mod. 03, n. 12, Q-5	89459302491
Thiago Santos Araujo	EUSTAGUIO 6. I, RUA V, Q-16, N. 46	041.916.484-70
Jilley Silva Ferveiro	EUSTAGUIO 2, Q-19, N. 86	635.659.004-15
Angela de S. F. F. F.	EUSTAGUIO II, Q-19, N. 36	700.587.764-00
Maria do Socorro da Silva Farias	Eustaquio Gomes II, Q-19, N. 36	802.810.609-87
João Carlos da Silva	Eustaquio III, 43, AV. Dr. W. W. W.	060-706-574-09
Antonio Carlos da Silva	APRA (CINEL) N. 43	050.471.470-17
Jose Elias	QD 30 N. 107	200.300.111.8007
Jose Hilton R. Araújo	QD 16 N. 107	149.823-AL
JAPER TENORIO L. L. L.	EUSTAGUIO 600 N. 107	
Mycaelle Thayana el P. Farias	EUSTAGUIO 1 000 N. 107	3254068-0
Adriana de Oliveira Silva	EUSTAGUIO 1 000 RUA H N. 15	075.036.964-78
Jose Alberto Calado	Eustaquio Gomes II, Q-18, 35	258.529.604-30

Nome	Endereço	Rg ou CPF
Antonio Gomes	Conj. Eustaquio G. Melo Q. IRABE 14	Rg: 324-487-55P/AL-
Roberto Oliveira	Conj. Eustaquio G. Melo Q. IRABE 14	Rg: 261-677-55P/AL
Jose Gomes da Silva	" " R. 18 REI 46	P.F. 287-644-024-91
Elisiane Gusma	Conj. Eustaquio Gomes Rua E	057 01336450
Jessica Moraes Sales	CPF 094.959.794.56	
Lucas dos Reis Ferreira	CPF 108.812.115.24	
Paulo F. Gomes	Q. 19 D. 01. N. 34	
Rosa Maria Gomes Machado	Q. 19 N. 126 Conj. Eust. Gomes	304134825.01
Maicon Vitorino	Q. 19. N. 126. " " "	349.120.964/15
Guilherme de Almeida	Q. 19. N. 126. " " "	339 672.964-15
GERSON FERREIRA DE SOUZA	Q. 48 cap. PER	273-305-55P RN.
Guemini P.R. Coelho	Quadra 23 N. 66	
Valdo Soares de Lima	EUSTACQUIO I Qd. 7 N. 25 RUA A	841.249.034.72
Agus Soares de Lima	Qd. 7 N. 25	494.774.394.87
Yvonia Soares de Lima	Eustaquio I Qd. 1 N. 25	96.0583
Mauro Gerath de S.S.	Qd. 19 N. 46 R. D1	829 796
Wanda Patricia Bene	Quadrul Q1 175	48-698-300-55P-AL
Nilson Vrias Barros	St. R. A. Qd. 1 135	523 736.284-81
Mauro de Almeida	Almeida 9	008 210 574-05
Mariene Prado		9-8854.2048
Cleio Rutilio Prado		99924.16.98
Arthur Henrique Prado		
Proco Honorato Almeida	Qd 18, RUA D1, N. 45	
Mano Goretta da Silva	Rua D1, Qd 18 N. 45	82 99436-0420
Daniel da Silva	Faria	505026204-63
Rafael Ferreira de Lima	RUA D1 Qd 18, 65	868 544
Daniel Costa		928346397-87
Maria Cleora Cavalcante	Rua D1 Qd 18. N. 125	99930 6628
Marcela M. Cavalcante	R. D1 Qd 18 N. 125	777 286534-25
Margareta Maria Cavalcante	R. Dum Qd 18 125	016 932 664 65
Cleora Maria Cavalcante	R. Dum Qd 18, 125	035 824 144 85
Quiteria Maria Cavalcante	R. Dum Qd 18, 125	039 686 224 13
Maitea Lucie Souza	R. Dum Qd 18, 125	777 286 634 34
Janiira M. C.	Conj. Eustaquio G. Melo Q. 19 N. 107	9345-9322
Mathews Tavares Farias da Silva	Conj. Eust. Gomes de Melo Q. 20 N. 146	R6-330761
Maria Jose do Nascimento	N. 16. Q. 23 Rua Augusta	3851438-9
Maria Bispoa	Rua Augusta N. 16 Q. 23	348540 SSP/AL
Juliana Mathias	Rua Augusto N. 16 Q. 23	4232174-04
Elizete Machado de Freitas Silva		2002002041086
Quiteria Marques da Silva	Rua Augusta Q. 23 N. 50	988816144
Leide de S. Melo - R. F1 R. 19 - N. 117		233350 090al
Helma Celia Marques de Silva	R. Augusta M. N. 36	9870/4446
Dalva Guarnaci S.	Rua Augusta	007.802.764.00
Manuella Maria	Qd. 13 N. 56	668.272
Eduardo Nery de	Qd. 13 N. 56	635-640.929-04
Jose Paulo Barros de Lima		534338.904-04
Militan Sales	Qd. 23 N. 96	101.420.588.5
		089-705-28466

Nome	Endereço	Rg ou CPF
Antônio Augusto	CONF. Qd 18 N° 166	3504058-2
Maria Leônia de Santana	R. A. Qd. 1 n° 135	280348564-87
Luís de Costa Almeida	com. Eustáquio Gomes, Q-18 N-86	185.149.584-39
Sérgio PEDRO DA	Qd 18 RUA E1, 106	679.752.244-72
Maria Leônia L. de Silva	com. Eustáquio Qd RA 125	78827426434
Luís Maria L. Soares	com. Eustáquio Q. 1 R. A 125	3211542-3
Maria Clara L. dos Santos	com. Eustáquio Q. 1 R. A 125	212609
José Domingos Leite	R. A. Qd. 1, 145	057009944-70
Verônica Custódia Silva	R. A. Qd. 1, 135	209.211.55PIAL.
Hilson Vinícius	Rua A, Qd 1, n° 135	008.210.574-05
Isabela Ferreira da Silva	Caj. Jardim Regal, Qd 4, Qd 10	087.816.504-50
Maria José da Conceição	Quilombo Velho, Qd M N° 10	410.766.489-87
João Gabriel Guimarães	S. L. L. Quadra I	086.267.874-39
Maria do Carmo	2001007001258	Q. 7 N° 271
Luís Carlos	Quilombo Velho, Qd 260	98882.0508
Maria do Carmo	Qd 31 RUA 1 N° 106	95278-1329
Raquel Amaral	Qd 31 N° 135	803.899.744-49
Maria do Carmo	Qd 31 N° 135	39 Q32-186
Michelle J. Calvo	Qd 31 N° 135	Rg 432783-SSP. AL
Luiz Carlos	Qd 32 N° 186	99972-2203
Tracy da Silva	Qd 32 N° 176	988718751
Nycolas Amaral	Rua T1, Qd 32 N° 156	8718-7849
Francielle dos Santos	Rua T1, Qd 32 N° 156	98821-2985
Maria Elvira dos Santos	Rua T1, Qd 32 N° 156	066.364.794-00
Priscila Louise da Silva	Rua A, Qd 1	348.556-884-87
Carmelita A. Araújo	n° 96 Qd 19 R-01	012.364.134-90
Edilzo Farias	Qd 25 N° 26 RUA 31	2.004.707.01-BA
Orlando Santos Silva	Qd 23 N° 25 RUA T1	24514612-X
Juan Manuel do Vale	Qd 23 N° 25 RUA T1	1607781 SSPIAL
José Roberto de Sousa	Rua T1, Qd 32 N° 156	02176846451
Flávia dos Santos	Rua T1, Qd 32 N° 156	565048534-82
AURASSY L. M. S. N. R.	Rua T1, Qd 32 N° 156	06591830467
Leizão Soares	Rua T1, Qd 32 N° 156	Rg. 386.573/AL
Rosilene Vieira B. Silva	Rua T1, Qd 32 N° 156	1049090585/AL
Flávia B. Silva	Rua T1, Qd 32 N° 156	Rg. 1972957
David de Silva	Rua T1, Qd 32 N° 156	Rg. 1.489.002 TE
Joana V. Constante	Rua T1, Qd 32 N° 156	CPF 036236114-30
M. das Graças de Sousa	Rua T1, Qd 32 N° 156	
Elene J. da Silva	Rua T1, Qd 32 N° 156	
GIOVANNA CALEGARI	Rua T1, Qd 32 N° 156	
Ramundo Augusto de Silva	Rua T1, Qd 32 N° 156	
Maria Cristina Holanda Brito	Rua T1, Qd 32 N° 156	
Tony Vinícius de Araújo	Rua T1, Qd 32 N° 156	

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Maria Leiriana de Santana Barros - 199.
233 SSP/AL - Rua A, Quadra 1, nº 135
Conj. Eust. G. de Melo I - Cidade Universitária.

Maria Leiriana de S. Barros

NILSON OLIVEIRA BARROS - 248355-AD 1, 135 E RUA GOMES DE MELO

Van Santana dos Santos - 30342090, R.A. Qd. 1, 135, Eust. G. Melo I

Isabela Ferreira da Silva - 3263492-7, Rua A, Qd. 1, nº 54, Eust. Gomes I

Maria José da Conceição - 410.766.484-87, Rua A, Qd. 1, nº 35, Eustáquio Gomes I

Rita de Fátima Alves - 328462 SSP/AL - Qda 18, Eustáquio Gomes II

Jose Marcelo Alves - 164.389.194-87 qd. 18 nº 86

Leandro Almeida - 115.199.584-39

Maria das Virgens Barbosa de Carvalho

Marcos de Sousa Almeida Fagundes - 918.71226

Denise da Silva Costa - 255.362 AL - Eustáquio I Rua A Qd. 1 nº 105
Jd. 99144 2125

Maria Eunice Lima do Nascimento - Eustáquio nº 95

Zelice M. S. Silva - Rua A, Qd. 1 nº 75 - Tel. 99433-8918

Thelmo Vento Gomes Viana - 99920-2023

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Daverson Pereira de Azevedo RUA F Nº 161

Wendtan da Silva de Sousa RUA G

Gilson Mamed S. dos Santos RUA Q1

Valdeci Americo do Nascimento 1011607 RUA Q 116

Thiago dos Santos B 105.021.334.00 RUA G

Daniel Silva - 1972957 RUA D UM 136

Felipe Jr Silva Eustogui 2015152154

MAZIOS A OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS SERRA DE OLIVEIRA R-32-4-35 RUA F 1

Nelson Costa Silva 315.721 RUA "J" 95

Paulo Paulo F. Silva 637.178 91472

Paulo Gustavo Fom Sml 094.935.334.03

José Carlos RUA M1

ISAIAS FELIPE DA SILVA R-41 R33 N°106

Antonio José da Costa Silva

Mário da Silva R-20 RUA 106-54377583

João Roberto Augusto 1339258 002 W 61

R- JULIA TEMORIO

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

José Carlos da Silva 828 Rua X 176
Dolysa Zely Farias de Araújo RG: 100001706082 / Rua 'K'
Jesengne Mariano Correia 122601-6 R-D 175
Christian Williams da Silva Melo 09957824406
Juciane Cordeiro da Silva 098941024-29 RUA 3 CASA PH N. 24
Jesengne Mariano Correia 10520955420 Rec. do Rio R. I N. 277
Juciane Cordeiro da Silva 051070564-23 Rua 54.
Freneng Brilhante A. Barbosa. 013.057.494-56 Q6 N. 215
Tatiana Alvim de Brito 03620650470 Rua R N. 125
Antônio Eugênio de N. Neto 038.513.624-64 Rua B N. 75
Jorge Daniel Guilherme de J. 20000106098 R. A N. 14
Jorge Daniel Guilherme de J. 99001082689 R. 5
Elber Dizean de C. Barbosa 111-386-394-00- R: 4
Beyller de Araújo Vago Q. 05 R. E
GERIVALDO RAMOS FERREIRA 008 184.162.82.
Jélio Luiz de Araújo Filho RUA F
David de Oliveira Pinto RUA F

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Emerson David de Silva	126.06139410	Rua J	
José Carlos Cabreiro da Silva	98001219414	Rua João de Oliveira	
Bismarck Pereira dos Santos	8543797-15		
Anderson Nogueira	12895422423	Conjunto Eustáquio	
Alcino Torgler Lima	0553076456	PR 4	
Paulo Henrique dos Santos	21095120412	R. 10	
Fernando Ribeiro de Freitas	CPF 060952464-46		
Roberto de Almeida	2003002041032	R. 12	
José Genival Ferreira da Silva	R. 11 QD 32		
Hirildo Guilherme de Sá	R. 12		
SAMERSON DE FARIAS XAVIER	2000003000222	QD. 30	
Breno Oliveira de Lima	3089715-7	QD 30	
Gilberto Carlos da Silva Junior	110683004-00	QD 32 R. 1	
Paulo Jorge Angelo Junior	109.525.064-75	QD 30	
Guilherme Gomes		QD 32 R. 1	
Sarah Cecilia E. da Silva	Q=32	RS	

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

[Assinatura] 20.7410 39420 H.M. 89-56
Márcia Maria Duarte 322 731 RH 96
Gilvan Mendonça 563 781-304-34 RT
Samy de Macedo Silva 099300194-72-Ed 94 RUA E
Jorge Luiz de Faria 299.941-58/AC-RUA T-Ed 15
Roberto Pereira Maia 007.548344-09 Ed 27 N. 117
Paulo José Acoly Feijó 028.365084-52
Joãoilton dos Santos 1.285447 RX
Luiz Carlos Rocha 2002901458 RX
Denerson Rocha da Silva RY
SEFERSON DE OLIVEIRA SOUZA RY
Leitician Igor Almeida D. R. D
Adryelson Luiz da S. Santos Q. I N. 8 - RE-306. 095.854
Michael Douglas da S. J. 11025240421 H.M. 8
Luiz Carlos Silva 067.014.104-64
Emílio Costa Soares 056.162.144-69
[Assinatura] Anderson T. Barbosa 734887794-61

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Alexandre J. Matas da Faria (49900326400) RUA W
WILKER Alexandre de Almeida (01971494424) RUA D1
Francisco Jansen 369338307-30 - Qd. 27 nº 137
Mauricio da Glorie E. de Mendonça 028556059-90
Dirlene Mauricio de Macedo 1.278.067-1082
Claudiney J. Torres de Almeida RG 665798 SPAL Qd 27 N=726
Gilda Torres Fernando. RG-219775-SSP. 9683
Gerson, SANDUBA DO PAPAÍ- 235114-Q-AL 9894
Emmanuel José Cordeiro de Amorim N=126
CPF 057211-514-67 Qd 27 PH 1
Gizelia Neves Silva Quadra 22 N=177
Albino Oliveira Silva 075.036.964.78 - RUA H N=15
Edileusa Bezerra 56380445404, Quadra 29, N=47-A
JOSE GEDSON FERREIRA DA SILVA 64709523487, RUA X, Q34
Philippe Rodrigues Ramos Pereira / RG: 1314454-12 / Qd 17, N=16
João Felipe Santos de São RG 1483982 / Qd 19 166
Antonio Silf. dos Santos 04 1045971 166

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura


Rosilene Vieira 9.274.11.434-04 Bl. 01 Apartº 107
M. Coutinho 144.872.334-53 End I.D. 03. 174
Carmelita Maria Antero Araújo - 92756 348556884-87, RDL
João Lourenço de S. Farias Junior 200100109/225 RUA DE
Mocais S. Naveira - 110-970-AL
André de Lima Nascimento 1.300.467 AL
Felix Farias 06070651409 | B. 33 N=43
Rui de Jesus Roberto Ramos QD 25/301 RUA A1
Romilton Muniz D. Santos 030006164/11 N: 24
ALEXANDRE JOSÉ ROSSATO 1667100 N: 24
maria jose Sena de Oliveira No 24-724-042804-49
Sérgio PEDRO DA SILVA QD 18, RUA A1, 106/673.752-244
Sérgio Batista da Silva RG-1049090-RUA D-1 A: 19
Eduardo Paulo de Lima Araújo Braga CPF: 132.529.694-59-AV- Fato 16/9
Vila Rica B42959 551-11 L
Eugênio Vieira Ramalho 146212044 08 RUA ENFERM
Ezequiel d. Silva 138.454.674-02 / N. 19

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Christiane D. Maria Bauer - 1718245 - Rua D1 - n:96 

Guigio Carlo Carvalho de Barros 730940804-72/PL

José de Anacleto Silva Araújo Filho - 024.008.584-86 - Rua D1 - N:96
24. RF N: 22

AURISY LIMA SANTOS 735.960.558 - AL 565048534-87

Frederico Joaquim de Figueira 2000003003072 R. 21. n:26

Iron Manuel do Vaz (RG 24514612-X) 11958702886


Eliege dos Santos (02176846451) (R10 N: 22

Regina Silvana de Souza. (20000011985) R: 109/10 n: 10

Orlando Sauly +2306709515-

Silas Guedes dos Santos 057771714-60 Rua E1 Ad.18

Margarida Guedes Santos 11215040431 Rua E1 Ad.18

Guillermo José Negrete R. de Rua D1 Ad.33 

Leone José Medeiros Rua E Ad.5 n:15 601.891 SSR/AL

Leila Cristina Correia dos Santos Rua D.1 075.253.104.17

Neus dos Santos - 540 297 324 53 - Q. 23, n:08-

Marcelo Antonio de Figueiredo - 10 21 N: 26 044.012

Francisco Silva dos Santos 98001003 284, Ad.33 014-85.

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

José Hilton Tavares RG. 315.521 SSP/Al. Nº 23
Marcelo Alexandre Pereira da Silva 06240663476 AD 21-RF1
Thiago Francisco RUI F1
PICETO ELIAS CARLHEMS ID. 79.5-997. R. D. 1
GENIVALDO TEODORO, RUA D1, 186, 308200224-20
Jonailton Domingos Pereira, 025939994-97, RUA X
José Hilton da Silva, RG 512939 - RUA - B, Nº 11
Genival Ferraz Sobrinho 89394410449 Rua F1. 38
Marcelo Ricardo da Silva Costa RG-3218651-7 Rua B1, n:106
Felipe Henrique Bernardino CPF. 122.533.324-59 Rua. F1
Luan Gabriel Lopes CPF. 127.969.384-33 - AV. DR. Fabris Wanderley
Leopoldo de Araujo Bezerra 78725634-15-N:32
Ulisses Oliveira R. 11 RG. 1.500.003
Jefferson Silva CPF 894-783-SS4-49-177
Yure Cifuentes Silva S. 11/2-596182404-56; N: 64
José Elton da Silva 200300916 - B002 RD. 30
Daniel Jesus da Silva 6046916 2º 260 Rua G

ABAIXO-ASSINADO PARA NOMEAÇÃO DA PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Os abaixo-assinados, moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, no bairro Cidade Universitária, vêm respeitosamente solicitar a nomeação oficial da praça localizada entre a Rua A-1 e a Rua E-1 como **Praça Roberto de Carvalho**, em homenagem ao cidadão que dedicou parte de sua vida ao cuidado e preservação deste espaço. Roberto de Carvalho foi uma pessoa querida pela comunidade e sempre demonstrou grande dedicação ao bem-estar coletivo, zelando pela área onde hoje se encontra a praça, garantindo que o local estivesse sempre limpo, organizado e pronto para o uso dos moradores. Contamos com o apoio do poder público para essa justa homenagem e assinamos abaixo em sinal de concordância.

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

CPF: 099325344-04

RAIMUNDO ARRABE DE BEITO - Q9 N.º 125 RUA K. Raimundo Arrabê de Beito

CPF: 092226.184-91

TANIA MARIA ARRABE DE BEITO - Q9 N.º 125 RUA K - Tânia M. Arrabê de Beito

CPF: 177509384-00

MARIA CRISTINA HOLANDA BEITO - Q9 N.º 125 RUA K - Maria Cristina Holanda Beito

CPF 089.444.204-08

Jonathan Rodrigues Oliveira - Qd. 08, nº 54, RUA I - Jonathan Rodrigues Oliveira

CPF 065.000.394-24

Rachel Bauer Qd 08, nº 54 Rua I - Rachel Bauer

Edna Valéria Carneiro de Souza R. E. D. 18. N.º 177

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito e à Câmara Municipal,

Nome | Documento (RG ou CPF) | Endereço | Assinatura

Amazone Barrios de Guayana 078.273.264-99

Edina Reis dos Santos - 431675274-04

2Xenonica Custodio 218 206 15400

Maier Felix dos Santos 044-229-284-81



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 25 de março de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 25 de março de 2025 às 17h55.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Maceió/AL, 23 de abril de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 23 de abril de
2025 às 12h30.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº 03190077/2025.

PARECER
PROCESSO Nº 03190077/2025.
PROJETO DE LEI Nº 120/2025
AUTORIA: Vereador Galba Neto.

EMENTA: Denomina de praça Roberto de Carvalho a praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, rua A, cep 57072-360 neste município.

RELATORIA: Vereadora Olívia Tenório

DENOMINA DE PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA ``A´´, CEP 57072-360 NESTE MUNICÍPIO. **PELA CONSTITUCIONALIDADE.**

I – Relatório

O presente Projeto de Lei nº 120/2025, refere-se à denominação da Praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, rua A, cep 57072-360 neste município.

No que interessa, é o relatório.

II – Análise

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre vereador Galba Neto, que dispõe sobre denominar a praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo com o nome de Roberto de Carvalho, em justa homenagem a um cidadão que dedicou grande parte de sua vida ao bem-estar da comunidade.

Assim, pela relevância dos serviços prestados à sua comunidade, presto esta homenagem a esse honroso cidadão, onde peço apoio e a aprovação dos nobres Edis na presente propositura.

Diante da relevância da matéria e do interesse público da qual esta se reveste, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação desta importante iniciativa.

III – Conclusão

Por todo o exposto, limitando-se à competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e diante dos fatos e fundamentos acima expostos, voto pela **CONSTITUCIONALIDADE.**

Sala das Comissões, em 02 de abril de 2025.

VEREADORA OLÍVIA COIMBRA TENÓRIO VILAÇA
Relatora

VOTOS FAVORÁVEIS:

LEONARDO DIAS
THIAGO PRADO
ALDO LOUREIRO

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:132A70F8

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município
de Maceió no dia 24/04/2025. Edição 7153
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Maceió/AL, 20 de maio de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Marcelo Palmeira
Cavalcante, CPF N° 012.248.124-09 em 20 de maio de 2025
às 16h12.*



Marcelo Palmeira Cavalcante
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

PARECER Nº 002 DE 2025

Processo nº: 03190077

Projeto de Lei Nº: 120/2025

Autor da Matéria: Vereador Galba Netto

Ementa: DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP: 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

Relatora: Vereadora Jeannyne Beltrão

I - RELATÓRIO

De autoria do nobre Vereador Galba Netto, o projeto em epígrafe, trata da denominação de "Praça Roberto de Carvalho" a Praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, Rua "A", CEP: 57072-360, neste município.

Feita toda análise legal e regimental, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o referido Projeto foi encaminhado para esta Comissão de Assuntos Urbanos, em conformidade com o que determina o Regimento Interno.

II – ANÁLISE E VOTO

Compete ao poder Público Municipal legislar sobre assuntos de interesse local dentro de suas competências constitucionais como pontua o Art. 30 I, II, III da Constituição Federal, Art 66, II do Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município de Maceió.

Trata a presente propositura da denominação de "Praça Roberto de Carvalho" a Praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, Rua "A", CEP: 57072-360, neste município.

Roberto de Carvalho morou no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo por 39 anos, um cidadão que dedicou grande parte da sua vida ao bem-estar da comunidade, sendo participante ativo da Associação de Moradores, atuando ativamente em busca de avanços para a comunidade, desde infraestrutura, segurança e qualidade de vida para todos.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

Com carinho e zelo, cuidou e preservou o espaço onde hoje se propõe construção desta praça, tornando-o um ambiente limpo, arborizado e agradável para os moradores. Esta homenagem busca valorizar e perpetuar sua memória, além de inspirar as futuras gerações a seguir exemplos de dedicação, zelo e cuidado com a comunidade.

Vale salientar, que quanto a denominação de logradouros públicos, consta no Art. 85, Paragrafo único, da Lei nº 5.593 de 2007, com redação acrescida pela Lei nº 7372/2023 "... deve ser comprovado o interesse local a fim de constatar a ligação da pessoa homenageada com a comunidade, observamos que foi anexado aos autos abaixo-assinado da comunidade, além de ter sido demonstrado que Roberto de Carvalho residiu por 39 anos na referida comunidade.

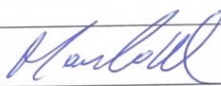
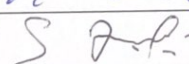
Atendendo o disposto no Art. 53, II; Art. 66, III; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais preceitos legais pertinentes, a vereadora **Relatora Jeannynne Beltrão**, emite **PARECER FAVORÁVEL**.

III – CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o Projeto de Lei nº 120/2025 seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, em _____ de 2025.


VEREADORA JEANNYNE BELTRÃO
Relatora

COMISSÃO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
MARCELO PALMEIRA			
SAMYR MALTA			



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

DAVI DAVINO			
BRIVALDO MARQUES	B		
ALLAN PIERRE	ADL		
DAVID EMPREGOS	DEM		



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Encaminhado para a emissão do parecer.

Maceió/AL, 18 de agosto de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Marcelo Palmeira Cavalcante, CPF N° 012.248.124-09 em 18 de agosto de 2025 às 12h23.



Marcelo Palmeira Cavalcante
Vereador



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS**

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Maceió/AL, 22 de agosto de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Marcelo Palmeira Cavalcante, CPF N° 012.248.124-09 em 22 de agosto de 2025 às 12h04.



**Marcelo Palmeira Cavalcante
Vereador**

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº. 026/2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió – DOEM, em 10 de maio de 2024,

CONSIDERANDO o **Processo Administrativo nº 12700.91198/2025**, encaminhado através do Sistema Unificado de Processo Eletrônico – SUPE,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR o segundo suplente do Conselho Tutelar da **Região Administrativa VI, ALLAN TENÓRIO ESTEVAM**, para comparecer perante à Gerência Administrativa dos Conselhos Tutelares da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar - SEMDES, situada na Av. Comendador Leão nº. 1.383, Bairro: Poço, Maceió/AL, com o intuito de dar prosseguimento aos trâmites administrativos necessários para assumir a titularidade no referido Conselho, durante o **AFASTAMENTO POR LICENÇA MÉDICA** do Conselheiro Tutelar **FERNANDO DOS SANTOS FREITAS**.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Maceió/AL, 21 de Agosto de 2025.

THAÍS MENDES CAVALCANTE
Presidente do CMDCA/Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:C5659E1E

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
MACEIÓ - CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 066/2025.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Orgânica de Assistência Social e nas Leis Municipais nº 4.485 de 26/02/1996 e nº 4.501 de 18/04/1996 e em conformidade com a reunião ordinária acontecida em 20/08/2025,

RESOLVE,

Homologar as inscrições das seguintes entidades:

Número do Processo	Entidades
350/2025	Associação Beneficente Casa Tuca

Maceió – AL, de 21 de Agosto de 2025.

KELY CRISTINA LOPES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:C045D200

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
MACEIÓ - CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 069/2025.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Orgânica de Assistência Social e nas Leis Municipais nº 4.485 de 26/02/1996 e nº 4.501 de 18/04/1996 e em conformidade com a reunião ordinária acontecida em 20/08/2025,

RESOLVE,

*Nomear a Comissão de Acompanhamento de Recursos Próprios da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar de Maceió para o Biênio 2025/2027.

*Denisson André da Silva Gomes – **SEMDES**

*Edilene Conceição de Melo Marques - **SEMED**
*Hegladja Mônica da Silva Souza - **SEMDES**
*Edvaldo Carlos de São Pedro – **Instituto Acudir**
*Jéssica Ribeiro Barboza – **Associação Beneficente Santa Lúcia**
*Kely Cristina Lopes dos Santos – **Associação dos Moradores do Jardim São Francisco**

Maceió – AL, de 21 de Agosto de 2025.

KELY CRISTINA LOPES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:39FF7500

**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS / PROCESSO Nº:
03190077.**

PARECER Nº 002 DE 2025.
PROCESSO Nº: 03190077.
PROJETO DE LEI Nº: 120/2025
AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR GALBA NETTO

EMENTA: DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP: 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

RELATORA: VEREADORA JEANNYNE BELTRÃO

I - RELATÓRIO

De autoria do nobre Vereador Galba Netto, o projeto em epígrafe, trata da denominação de “Praça Roberto de Carvalho” a Praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, Rua “A”, CEP: 57072-360, neste município. Feita toda análise legal e regimental, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o referido Projeto foi encaminhado para esta Comissão de Assuntos Urbanos, em conformidade com o que determina o Regimento Interno.

II – ANÁLISE E VOTO

Compete ao poder Público Municipal legislar sobre assuntos de interesse local dentro de suas competências constitucionais como pontua o Art. 30 I, II, III da Constituição Federal, Art 66, II do Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município de Maceió. Trata a presente proposição da denominação de “Praça Roberto de Carvalho” a Praça localizada no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Q. 01, Rua “A”, CEP: 57072-360, neste município. Roberto de Carvalho morou no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo por 39 anos, um cidadão que dedicou grande parte da sua vida ao bem-estar da comunidade, sendo participante ativo da Associação de Moradores, atuando ativamente em busca de avanços para a comunidade, desde infraestrutura, segurança e qualidade de vida para todos. Com carinho e zelo, cuidou e preservou o espaço onde hoje se propõe construção desta praça, tornando-o um ambiente limpo, arborizado e agradável para os moradores. Esta homenagem busca valorizar e perpetuar sua memória, além de inspirar as futuras gerações a seguir exemplos de dedicação, zelo e cuidado com a comunidade. Vale salientar, que quanto a denominação de logradouros públicos, consta no Art. 85, Parágrafo único, da Lei nº 5.593 de 2007, com redação acrescida pela Lei nº 7372/2023 “... deve ser comprovado o interesse local a fim de constatar a ligação da pessoa homenageada com a comunidade, observamos que foi anexado aos autos abaixo-assinado da comunidade, além de ter sido demonstrado que Roberto de Carvalho residiu por 39 anos na referida comunidade. Atendendo o disposto no Art. 53, II; Art. 66, III; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais

preceitos legais pertinentes, a vereadora **Relatora Jeannyne Beltrão**, emite **PARECER FAVORÁVEL**.

III – CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o Projeto de Lei nº 120/2025 seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, em _____ de 2025.

VEREADORA JEANNYNE BELTRÃO

Relatora

COMISSÃO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
MARCELO PALMEIRA			
SAMYR MALTA			
DAVI DAVINO			
BRIVALDO MARQUES			
ALLAN PIERRE			
DAVID EMPREGOS			

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:71508393

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL / COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO
E ESPORTE / PROCESSO Nº: 03260009.

PARECER Nº 042/2025 – CECTE

PROCESSO Nº: 03260009.

PROJETO DE LEI Nº: 131/2025

AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

EMENTA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À DEPENDÊNCIA OCASIONADA POR APOSTAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

RELATOR: VEREADOR LEONARDO DIAS

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 131/2025, de autoria do VEREADOR BRIVALDO MARQUES, que DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À DEPENDÊNCIA OCASIONADA POR APOSTAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

A matéria foi encaminhada à **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, para análise quanto ao seu mérito no âmbito das competências regimentais desta Comissão.

II - ANÁLISE

A presente proposição tem por objetivo de DISPOR SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À DEPENDÊNCIA OCASIONADA POR APOSTAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

Segundo o artigo 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é competente para se manifestar sobre matérias relacionadas à educação, cultura, patrimônio histórico, turismo, esportes e temas correlatos, além da concessão de títulos honoríficos e outorga de outras honrarias e prêmios.

No caso em apreço, observados os documentos instruídos, a Comissão reconhece a relevância da proposição, considerando a importância do tema, que contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió.

Atendendo ao disposto nos **Art. 53, II; Art. 66, I e Art. 116 do Regimento Interno** desta Casa Legislativa, bem como aos demais preceitos legais pertinentes, o Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 131/2025.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a relevância do projeto para a sociedade maceioense e a sua consonância com os objetivos institucionais da Câmara Municipal de Maceió, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte** manifesta-se favoravelmente à matéria, recomendando sua aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em _____.

LEONARDO DIAS

Relator

VOTOS FAVORÁVEIS

TECA NELMA

DAVID EMPREGOS

JEANNYNE BELTRÃO

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:75D8B2F6

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL / COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO
E ESPORTE / PROCESSO Nº: 05040004.

PARECER Nº 044/2025 – CECTE

PROCESSO Nº: 05040004.

PROJETO DE LEI Nº: 209/2025

AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR THIAGO PRADO

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA PATRIOTA MIRIM, QUE PROMOVE MOMENTOS CÍVICOS SEMANAIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MACEIÓ.

RELATOR: VEREADOR LEONARDO DIAS

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 209/2025, de autoria do VEREADOR THIAGO PRADO, que INSTITUI O PROGRAMA PATRIOTA MIRIM, QUE PROMOVE MOMENTOS CÍVICOS SEMANAIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MACEIÓ.

A matéria foi encaminhada à **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, para análise quanto ao seu mérito no âmbito das competências regimentais desta Comissão.

II - ANÁLISE

A presente proposição tem por objetivo de INSTITUIR O PROGRAMA PATRIOTA MIRIM, QUE PROMOVE MOMENTOS CÍVICOS SEMANAIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MACEIÓ.

Segundo o artigo 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é competente para se manifestar sobre matérias relacionadas à educação, cultura, patrimônio histórico, turismo, esportes e temas correlatos, além da concessão de títulos honoríficos e outorga de outras honrarias e prêmios.

No caso em apreço, observados os documentos instruídos, a Comissão reconhece a relevância da proposição, considerando a importância do tema, que contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió.

Atendendo ao disposto nos **Art. 53, II; Art. 66, I e Art. 116 do Regimento Interno** desta Casa Legislativa, bem como aos demais preceitos legais pertinentes, o Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 209/2025.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a relevância do projeto para a sociedade maceioense e a sua consonância com os objetivos



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE para deliberação.

Maceió/AL, 26 de agosto de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 26 de agosto de 2025 às 09h39.



**Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente**



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Maceió/AL, 26 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 25 de setembro
de 2025 às 15h35.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE

PARECER Nº 049/2025 – CECTE

Processo Nº: 03190077

Projeto de Lei Nº: 120/2025

Autor da Matéria: VEREADOR GALBA NETTO

Ementa: DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 120/2025, de autoria do VEREADOR GALBA NETTO, que DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

A matéria foi encaminhada à **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, para análise quanto ao seu mérito no âmbito das competências regimentais desta Comissão.

II - ANÁLISE

A presente proposição tem por objetivo denominar de “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

Segundo o artigo 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é competente para se manifestar sobre matérias relacionadas à educação, cultura, patrimônio histórico, turismo, esportes e temas correlatos, além da concessão de títulos honoríficos e outorga de outras honrarias e prêmios.

No caso em apreço, observados os documentos instruídos, a Comissão reconhece a relevância da proposição, considerando a importância do tema, que contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió.

Atendendo ao disposto nos **Art. 53, II; Art. 66, II e Art. 116 do Regimento Interno** desta Casa Legislativa, bem como aos demais preceitos legais pertinentes, o Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 120/2025.





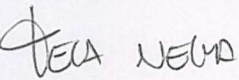
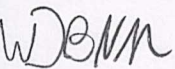
ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a relevância do projeto para a sociedade maceioense e a sua consonância com os objetivos institucionais da Câmara Municipal de Maceió, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte** manifesta-se favoravelmente à matéria, recomendando sua aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em _____.


LEONARDO DIAS
Relator

MEMBRO	VOTO FAVORÁVEL	VOTO CONTRÁRIO
JÔNATAS OMENA		
TECA NELMA		
JEANNYNE BELTRÃO		
DAVID EMPREGOS		



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03190077 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE "PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO" A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA "A", CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Maceió/AL, 25 de setembro de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Leonardo da
Fonseca Dias, CPF N° 030.845.004-36 em 25 de setembro
de 2025 às 15h35.*



Leonardo da Fonseca Dias
Vereador

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE /
PROCESSO Nº: 03190077.

PARECER Nº 049/2025 – CECTE
PROCESSO Nº: 03190077.
PROJETO DE LEI Nº: 120/2025
AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR GALBA NETTO

EMENTA: DENOMINA DE “PRAÇA
ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA
LOCALIZADA NO CONJUNTO
EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA
“A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 120/2025, de autoria do VEREADOR GALBA NETTO, que DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

A matéria foi encaminhada à **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, para análise quanto ao seu mérito no âmbito das competências regimentais desta Comissão.

II - ANÁLISE

A presente proposição tem por objetivo denominar de “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

Segundo o artigo 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é competente para se manifestar sobre matérias relacionadas à educação, cultura, patrimônio histórico, turismo, esportes e temas correlatos, além da concessão de títulos honoríficos e outorga de outras honrarias e prêmios.

No caso em apreço, observados os documentos instruídos, a Comissão reconhece a relevância da proposição, considerando a importância do tema, que contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió.

Atendendo ao disposto nos **Art. 53, II; Art. 66, II e Art. 116 do Regimento Interno** desta Casa Legislativa, bem como aos demais preceitos legais pertinentes, o Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 120/2025.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a relevância do projeto para a sociedade maceioense e a sua consonância com os objetivos institucionais da Câmara Municipal de Maceió, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte** manifesta-se favoravelmente à matéria, recomendando sua aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em _____.

LEONARDO DIAS
Relator

VOTOS FAVORÁVEIS:
TECA NELMA
JÔNATAS OMENA

DAVID EMPREGOS

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:9FBBC30E

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 26/09/2025. Edição 7257
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Processo N° : 03190077 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 120/2025

Interessado : VEREADOR GALBA NETTO

Assunto : DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO

DESPACHO

Encaminhe-se para Presidência para ser pautado na ordem dia.

Maceió/AL, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 030.845.004-36 - Leonardo da Fonseca Dias, Vereador em 29 de setembro de 2025 às 16h45.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

GABINETE DA VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO

PROJETO DE LEI N° ____/2025

Institui a **Motofaixa** nas vias públicas do Município de Maceió e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta e o Prefeito do Município de Maceió sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Motofaixa no âmbito do Município de Maceió, com o objetivo de organizar o fluxo de motocicletas e aumentar a segurança viária para todos os usuários das vias públicas.

Art. 2º A Motofaixa consistirá em um espaço sinalizado e delimitado entre as faixas de rolamento dos veículos automotores, destinado prioritariamente à circulação de motocicletas, com o objetivo de organizar o tráfego e reduzir acidentes.

Art. 3º A utilização da Motofaixa será facultativa pelos usuários, devendo ser respeitadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas regulamentares pertinentes.

Art. 4º Caberá ao Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) realizar os estudos técnicos necessários, definir os trechos a serem contemplados e providenciar a sinalização adequada horizontal e vertical das Motofaixas.

Parágrafo único. Para a implantação da Motofaixa, deverão ser observadas as disposições do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como as resoluções, normas e diretrizes técnicas expedidas pelos Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, especialmente o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades públicas e privadas para fins de implantação, manutenção e fiscalização da Motofaixa.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 05 de Maio de 2025.

OLÍVIA TENÓRIO
VEREADORA



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei propõe a implantação da **Motofaixa** nas vias urbanas de Maceió, medida inovadora voltada à **segurança viária**, à **mobilidade urbana eficiente** e à **valorização da vida dos motociclistas**.

A Motofaixa consiste em um corredor preferencial, delimitado entre as faixas de rolamento, para a circulação organizada de motocicletas — prática já observada informalmente nas vias de grande circulação. Ao oficializar e sinalizar esse espaço, o Município de Maceió poderá reduzir os conflitos entre modais, minimizar acidentes e aprimorar a fluidez do tráfego.

Destaca-se, ainda, o **aumento significativo do número de motocicletas na cidade de Maceió nos últimos anos**, seja como meio de transporte individual mais acessível, seja como ferramenta de trabalho, especialmente no setor de entregas e serviços por aplicativo. Esse crescimento, embora positivo sob a ótica da mobilidade, impõe ao Poder Público a necessidade de **adotar medidas eficazes para garantir a segurança viária desses condutores**, que figuram entre as maiores vítimas de acidentes de trânsito urbanos.

A nomenclatura “Motofaixa” torna o projeto mais acessível à população, com fácil reconhecimento e identificação de sua função. A proposta também contempla a diversidade da malha viária municipal, permitindo a adequação a diferentes tipos de via com base em estudos técnicos conduzidos pelo **Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT)**.

Cidades que adotaram medidas semelhantes, como São Paulo, têm registrado **quedas significativas nos índices de acidentes com motociclistas**, evidenciando o impacto positivo da medida tanto na preservação de vidas quanto na organização do trânsito.

Assim, apresento esta proposição legislativa com a convicção de que se trata de um passo necessário rumo a uma Maceió mais segura, moderna e humana no que diz respeito à mobilidade urbana.

OLÍVIA TENÓRIO
VEREADORA



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 05140011 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 233/2025

Interessado : VEREADORA OLIVIA TENORIO

Assunto : PL 001-2025- INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 21 de maio de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 21 de maio de 2025 às 17h58.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05140011 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 233/2025

Interessado : VEREADORA OLIVIA TENORIO

Assunto : PL 001-2025- INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de maio de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 28 de maio de
2025 às 14h31.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº 05140011/2025.

PROJETO DE LEI Nº 233/2025.

INTERESSADO: Vereadora Olívia Tenório.

RELATOR: Vereador Delegado Thiago Prado.

ASSUNTO: Projeto de lei que institui a motofaixa nas vias públicas do município de Maceió e dá outras providências.

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria da ilustre vereadora Olívia Tenório, que propõe a instituição da motofaixa nas vias públicas do Município de Maceió, com a finalidade de organizar o fluxo de motocicletas e aumentar a segurança viária para todos os usuários das vias públicas.

O projeto prevê a definição técnica da motofaixa, sua utilização facultativa, os critérios para sua implantação a cargo do Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), a possibilidade de firmar convênios para implementação e a regulamentação posterior pelo Executivo.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

No que interessa, é o relatório.

II – Análise

Nos termos do art. 6º, inciso III e VI, da Lei Orgânica do Município de Maceió, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e instituir, organizar e prestar serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte urbano. Ainda, o art. 19 da mesma Lei confirma a competência legislativa da Câmara, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de interesse do Município.

A proposta trata de uma medida de organização e sinalização viária com impacto direto na mobilidade urbana e na segurança do trânsito local. Trata-se, portanto, de matéria de interesse local, cabendo à Câmara Municipal legislar sobre o tema.

O projeto em tela trata de política pública de ordenamento viário e segurança no trânsito, mas não interfere na estrutura administrativa do Poder Executivo nem cria obrigações de despesa sem previsão legal. Assim, não se verifica vício de iniciativa, nos termos do art. 231, inciso II, do Regimento Interno da Câmara de Maceió, nem ofensa à reserva de iniciativa do Executivo prevista no art. 61, §1º, da CF/88 por simetria.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE DO VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

Não há, no projeto, qualquer afronta a dispositivos constitucionais, legais ou regimentais. Ao contrário, a proposição observa os limites da competência municipal e respeita as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), ao condicionar a implantação das motofaixas à observância das normas do CONTRAN e da SENATRAN.

Além disso, o projeto confere ao órgão técnico municipal – DMTT – a atribuição de realizar estudos técnicos e definir os trechos adequados, o que resguarda o princípio da razoabilidade e da eficiência administrativa.

Por fim, o projeto prevê expressamente que a Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo (artigo 6º), o que garante a adequação entre a norma legislativa e a sua futura aplicação concreta, sem invadir competência administrativa.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria da Ilustre Vereadora Olívia Tenório, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 17 de junho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO
VEREADOR

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO
Olívia Tenório			
Aldo Loureiro			
Cal Moreira			
Leonardo Dias			
Silvania Barbosa			
Siderlane Mendonça			



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05140011 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 233/2025

Interessado : VEREADORA OLIVIA TENORIO

Assunto : PL 001-2025- INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Maceió/AL, 26 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 26 de junho de
2025 às 15h12.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº 05140011/2025.

PARECER

PROCESSO Nº 05140011/2025.

PROJETO DE LEI Nº 233/2025.

INTERESSADO: Vereadora Olívia Tenório.

RELATOR: Vereador Delegado Thiago Prado.

ASSUNTO: Projeto de lei que institui a motofaixa nas vias públicas do município de Maceió e dá outras providências.

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria da ilustre vereadora Olívia Tenório, que propõe a instituição da motofaixa nas vias públicas do Município de Maceió, com a finalidade de organizar o fluxo de motocicletas e aumentar a segurança viária para todos os usuários das vias públicas.

O projeto prevê a definição técnica da motofaixa, sua utilização facultativa, os critérios para sua implantação a cargo do Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), a possibilidade de firmar convênios para implementação e a regulamentação posterior pelo Executivo.

Logo, propõe pela aprovação do referido Projeto de Lei, o qual, nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, dá-se opinião técnica a respeito do tema.

No que interessa, é o relatório.

II – Análise

Nos termos do art. 6º, inciso III e VI, da Lei Orgânica do Município de Maceió, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e instituir, organizar e prestar serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte urbano. Ainda, o art. 19 da mesma Lei confirma a competência legislativa da Câmara, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de interesse do Município.

A proposta trata de uma medida de organização e sinalização viária com impacto direto na mobilidade urbana e na segurança do trânsito local. Trata-se, portanto, de matéria de interesse local, cabendo à Câmara Municipal legislar sobre o tema.

O projeto em tela trata de política pública de ordenamento viário e segurança no trânsito, mas não interfere na estrutura administrativa do Poder Executivo nem cria obrigações de despesa sem previsão legal. Assim, não se verifica vício de iniciativa, nos termos do art. 231, inciso II, do Regimento Interno da Câmara de Maceió, nem ofensa à reserva de iniciativa do Executivo prevista no art. 61, §1º, da CF/88 por simetria.

Não há, no projeto, qualquer afronta a dispositivos constitucionais, legais ou regimentais. Ao contrário, a proposição observa os limites da competência municipal e respeita as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), ao condicionar a implantação das motofaixas à observância das normas do CONTRAN e da SENATRAN.

Além disso, o projeto confere ao órgão técnico municipal – DMTT – a atribuição de realizar estudos técnicos e definir os

trechos adequados, o que resguarda o princípio da razoabilidade e da eficiência administrativa.

Por fim, o projeto prevê expressamente que a Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo (artigo 6º), o que garante a adequação entre a norma legislativa e a sua futura aplicação concreta, sem invadir competência administrativa.

III – Conclusão

Posto isso, analisando a propositura em questão sob o aspecto constitucional, legal e regimental, entendo estar legítimo e **CONSTITUCIONAL** o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria da Ilustre Vereadora Olívia Tenório, pelos fundamentos acima. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 17 de junho de 2025.

DELEGADO THIAGO PRADO

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS

OLÍVIA TENÓRIO

CAL MOREIRA

SILVANIA BARBOSA

LEONARDO DIAS

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:0D110363

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 27/06/2025. Edição 7195

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS**

Processo N° : 05140011 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 233/2025

Interessado : VEREADORA OLIVIA TENORIO

Assunto : PL 001-2025- INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO

Encaminhado para a emissão do parecer.

Maceió/AL, 18 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Marcelo Palmeira
Cavalcante, CPF N° 012.248.124-09 em 18 de agosto de
2025 às 12h21.*



**Marcelo Palmeira Cavalcante
Vereador**



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PARECER Nº ____/2025

COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

PROCESSO Nº 05140011/2025

PROJETO DE LEI Nº 233/2025

AUTORIA: VEREADORA OLIVIA TENORIO

EMENTA: INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATORIA: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo analisar, no âmbito da Comissão de Assuntos Urbanos, o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria do nobre Vereadora Olivia Tenório, que **Institui a Motofaixa nas vias públicas do Município de Maceió e dá outras providências.**

Importante destacar que a análise da constitucionalidade e legalidade da matéria já foi objeto de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cabendo a esta comissão a apreciação do mérito urbanístico e da viabilidade técnica da proposta.

O projeto tem como objetivo organizar o fluxo de motocicletas, reduzir acidentes e ampliar a segurança viária, cabendo ao Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) a realização dos estudos técnicos, definição dos trechos e implantação da sinalização adequada.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do Art. 30, incisos I, II e III da Constituição Federal de 1988, do Art. 65, inciso VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, bem como da Lei Orgânica do Município, compete ao poder público municipal legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a mobilidade urbana.

A proposição encontra respaldo no Código de Trânsito Brasileiro e nas normas expedidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, especialmente o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), assegurando que sua implementação observe critérios técnicos e legais.

Sob a ótica urbanística e de mobilidade, a proposta se mostra pertinente diante do crescimento da frota de motocicletas em Maceió, utilizadas tanto como meio de transporte individual quanto como instrumento de trabalho, sobretudo no setor de entregas. Essa realidade impõe ao Poder Público a adoção



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

de políticas públicas que promovam organização do tráfego, prevenção de acidentes e melhoria da mobilidade urbana.

Experiências em outras capitais brasileiras, como São Paulo, já demonstraram resultados positivos na redução de acidentes envolvendo motociclistas com a implantação de motofaixas. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de parcerias e convênios, sem criar obrigações diretas de impacto orçamentário imediato.

3. VOTO DO RELATOR

Com base nas competências desta Comissão e nos dispositivos regimentais, em especial os artigos 53, II; 65, VI; e 116 do Regimento Interno, é juridicamente viável, socialmente relevante e urbanisticamente adequado, atendendo ao interesse público e contribuindo para a segurança e mobilidade do Município de Maceió, voto pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 233/2025.

4. CONCLUSÃO

Diante da análise do mérito e considerando a viabilidade da medida sob o ponto de vista urbanístico e da mobilidade urbana, esta Comissão de Assuntos Urbanos opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 233/2025, com o entendimento de que a proposta contribui para o aperfeiçoamento da circulação viária no Município de Maceió, desde que devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.

Brivaldo Marques Silva Neto

BRIVALDO MARQUES

Vereador Relator

VOTOS A FAVOR

VOTOS CONTRA

ABSTENÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PARECER Nº ____/2025

COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS

PROCESSO Nº 05140011/2025

PROJETO DE LEI Nº 233/2025

AUTORIA: VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO

EMENTA: INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIA: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo analisar, no âmbito da Comissão de Assuntos Urbanos, o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria do nobre Vereador Olívia Tenório, que **Institui a Motofaixa nas vias públicas do Município de Maceió e dá outras providências**.

Importante destacar que a análise da constitucionalidade e legalidade da matéria já foi objeto de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cabendo a esta comissão a apreciação do mérito urbanístico e da viabilidade técnica da proposta.

O projeto tem como objetivo organizar o fluxo de motocicletas, reduzir acidentes e ampliar a segurança viária, cabendo ao Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) a realização dos estudos técnicos, definição dos trechos e implantação da sinalização adequada.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do Art. 30, incisos I, II e III da Constituição Federal de 1988, do Art. 65, inciso VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, bem como da Lei Orgânica do Município, compete ao poder público municipal legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a mobilidade urbana.

A proposição encontra respaldo no Código de Trânsito Brasileiro e nas normas expedidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, especialmente o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), assegurando que sua implementação observe critérios técnicos e legais.

Sob a ótica urbanística e de mobilidade, a proposta se mostra pertinente diante do crescimento da frota de motocicletas em Maceió, utilizadas tanto como meio de transporte individual quanto como instrumento de trabalho, sobretudo no setor de entregas. Essa realidade impõe ao Poder Público a adoção



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

de políticas públicas que promovam organização do tráfego, prevenção de acidentes e melhoria da mobilidade urbana.

Experiências em outras capitais brasileiras, como São Paulo, já demonstraram resultados positivos na redução de acidentes envolvendo motociclistas com a implantação de motofaixas. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de parcerias e convênios, sem criar obrigações diretas de impacto orçamentário imediato.

3. VOTO DO RELATOR

Com base nas competências desta Comissão e nos dispositivos regimentais, em especial os artigos 53, II; 65, VI; e 116 do Regimento Interno, é juridicamente viável, socialmente relevante e urbanisticamente adequado, atendendo ao interesse público e contribuindo para a segurança e mobilidade do Município de Maceió, voto pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 233/2025.

4. CONCLUSÃO

Diante da análise do mérito e considerando a viabilidade da medida sob o ponto de vista urbanístico e da mobilidade urbana, esta Comissão de Assuntos Urbanos opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 233/2025, com o entendimento de que a proposta contribui para o aperfeiçoamento da circulação viária no Município de Maceió, desde que devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.

Brivaldo Marques Silva Neto
BRIVALDO MARQUES
Vereador Relator

VOTOS A FAVOR

VOTOS CONTRA

ABSTENÇÃO

S J

Mauá

DP

WDBMK

[Signature]

Salientando que a prática de "guardar vagas" também afeta a fluidez e a mobilidade urbana. A ocupação de vagas de forma não regulamentada e a coerção sobre motoristas para que paguem para estacionar dificultam o acesso e a livre circulação, princípios fundamentais da política de mobilidade.

III. VOTO DO RELATOR

Atendendo o disposto no Art. 53,II; Art.65, IV; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais preceitos legais pertinentes, o vereador relator Davi Davino diante da análise apresentada, considerando a importância do interesse público e urbanisticamente necessário contribuindo com a mobilidade do município de Maceió, este relator manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 210/2025.

IV. CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o projeto Legislativo 210/2025, seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, 19 de Agosto de 2025.

VEREADOR DAVI DAVINO

Relator

VEREADOR (A)	VOTOS FAVORÁVEIS	VOTOS CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
MARCELO PALMEIRA	MARCELO PALMEIRA		
SAMYR MALTA	SAMYR MALTA		
BRIVALDO MARQUES	BRIVALDO MARQUES		
JEANNYNE BELTRÃO	JEANNYNE BELTRÃO		
ALLAN PIERRE	ALLAN PIERRE		
DAVID EMPREGOS	DAVID EMPREGOS		

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:8B2908C9

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS / PROCESSO :
05040005/2025.

PARECER Nº 003/2025 GVDD

PROCESSO : 05040005/2025.

PROJETO DE LEI Nº 210/2025

AUTOR (A): VEREADOR DELEGADO THIAGO PRADO

RELATOR: VEREADOR DAVI DAVINO

Ementa: Dispõe sobre a proibição de exigência e cobranças para guardar, estacionar, vigiar ou lavar veículos automotor estacionado em via pública, sem autorização do Poder Público, e dá outras providências.

I. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei 210/2025 de autoria do Vereador Delegado Thiago Prado, que **“Dispõe sobre a proibição de exigência e cobranças para guardar, estacionar, vigiar ou lavar veículos automotor estacionado em via pública, sem autorização do Poder Público, e dá outras providências”**.

Vale destacar que a presente propositura foi submetida à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação final na qual foi exarado parecer favorável, cabendo a esta comissão a apreciação do mérito urbanístico e da viabilidade técnica da proposta.

De acordo com o autor do presente projeto de lei esta proposta surge como resposta às demandas relacionadas à ordem pública, segurança urbana e proteção dos direitos dos cidadãos trabalhadores informais no Município de Maceió. A regulamentação proposta visa equilibrar o respeito à livre iniciativa de guardadores e lavadores autônomos de veículos com a necessidade de coibir práticas abusivas, garantindo a tranquilidade e a integridade de usuários das vias públicas.

II. ANÁLISE E MÉRITO

A propositura deste projeto é de extrema relevância para Ordem Pública e Uso do Espaço Público: A via pública é um bem de uso

comum do povo, cuja gestão e regulamentação são de responsabilidade exclusiva do Poder Público. A cobrança informal, geralmente exercida por "flanelinhas" ou indivíduos não autorizados, configura uma apropriação indevida do espaço público e um constrangimento ilegal a motoristas. Tal prática contribui para a sensação de insegurança e desorganização urbana.

Embora se reconheça que muitos dos indivíduos que realizam essas cobranças vivem em situação de vulnerabilidade social, a solução para essa questão não deve ser a permissão de uma atividade ilegal. Em vez de tolerar a prática, o Poder Público deve atuar em duas frentes:

Na Fiscalização e Coibição: A aprovação deste projeto de lei dará respaldo legal para que os órgãos de fiscalização (Guarda Municipal, Polícia Militar, DMTT) atuem de forma mais eficaz na coibição dessa prática. A Comissão sugere que a aprovação deste projeto seja acompanhada de medidas sociais sejam planejadas e implementadas. Salientando que a prática de "guardar vagas" também afeta a fluidez e a mobilidade urbana. A ocupação de vagas de forma não regulamentada e a coerção sobre motoristas para que paguem para estacionar dificultam o acesso e a livre circulação, princípios fundamentais da política de mobilidade.

III. VOTO DO RELATOR

Atendendo o disposto no Art. 53,II; Art.65, IV; Art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como demais preceitos legais pertinentes, o vereador relator Davi Davino diante da análise apresentada, considerando a importância do interesse público e urbanisticamente necessário contribuindo com a mobilidade do município de Maceió, este relator manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 210/2025.

IV. CONCLUSÃO

Diante de entendimento da relevância da propositura apresentada, compreendemos que não haja óbices para que o projeto Legislativo 210/2025, seja levado ao Plenário.

Maceió/AL, 19 de Agosto de 2025.

VEREADOR DAVI DAVINO

Relator

VEREADOR (A)	VOTOS FAVORÁVEIS	VOTOS CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
MARCELO PALMEIRA			
SAMYR MALTA			
BRIVALDO MARQUES			
JEANNYNE BELTRÃO			
ALLAN PIERRE			
DAVID EMPREGOS			

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:D3346131

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS / PROCESSO Nº
05140011/2025.

PARECER Nº 233/2025

PROCESSO Nº 05140011/2025.

PROJETO DE LEI Nº 233/2025

AUTORIA: VEREADORA OLIVIA TENORIO

EMENTA: INSTITUI A MOTOFAIXA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATORIA: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo analisar, no âmbito da Comissão de Assuntos Urbanos, o Projeto de Lei nº 233/2025, de autoria do nobre Vereadora Olivia Tenório, que **Institui a Motofaixa nas vias públicas do Município de Maceió e dá outras providências.**

Importante destacar que a análise da constitucionalidade e legalidade da matéria já foi objeto de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cabendo a esta comissão a apreciação do mérito urbanístico e da viabilidade técnica da proposta.

O projeto tem como objetivo organizar o fluxo de motocicletas, reduzir acidentes e ampliar a segurança viária, cabendo ao Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) a realização dos estudos técnicos, definição dos trechos e implantação da sinalização adequada.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do Art. 30, incisos I, II e III da Constituição Federal de 1988, do Art. 65, inciso VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, bem como da Lei Orgânica do Município, compete ao poder público municipal legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a mobilidade urbana.

A proposição encontra respaldo no Código de Trânsito Brasileiro e nas normas expedidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, especialmente o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), assegurando que sua implementação observe critérios técnicos e legais.

Sob a ótica urbanística e de mobilidade, a proposta se mostra pertinente diante do crescimento da frota de motocicletas em Maceió, utilizadas tanto como meio de transporte individual quanto como instrumento de trabalho, sobretudo no setor de entregas. Essa realidade impõe ao Poder Público a adoção de políticas públicas que promovam organização do tráfego, prevenção de acidentes e melhoria da mobilidade urbana.

Experiências em outras capitais brasileiras, como São Paulo, já demonstraram resultados positivos na redução de acidentes envolvendo motociclistas com a implantação de motofaixas. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de parcerias e convênios, sem criar obrigações diretas de impacto orçamentário imediato.

3. VOTO DO RELATOR

Com base nas competências desta Comissão e nos dispositivos regimentais, em especial os artigos **53, II; 65, VI; e 116 do Regimento Interno**, é **juridicamente viável, socialmente relevante e urbanisticamente adequado**, atendendo ao interesse público e contribuindo para a segurança e mobilidade do Município de Maceió, **voto pelo PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 233/2025.

4. CONCLUSÃO

Diante da análise do mérito e considerando a viabilidade da medida sob o ponto de vista urbanístico e da mobilidade urbana, **esta Comissão de Assuntos Urbanos opina pela aprovação** do Projeto de Lei nº 233/2025, com o entendimento de que a proposta contribui para o aperfeiçoamento da circulação viária no Município de Maceió, desde que devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.

BRIVALDO MARQUES

Vereador Relator

VOTOS A FAVOR:

Marcelo Palmeira

David Empregos

Davi Davino

Alan Pierre

Jeannyne Beltrão

Brivaldo Marques

samyr malta

VOTOS CONTRA:

ABSTENÇÃO:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:A8DC8487

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE / PROCESSO Nº: 03190077.

PARECER Nº 049/2025 – CECTE

PROCESSO Nº: 03190077.

PROJETO DE LEI Nº: 120/2025

AUTOR DA MATÉRIA: VEREADOR GALBA NETTO

EMENTA: DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 120/2025, de autoria do VEREADOR GALBA NETTO, que DENOMINA DE “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

A matéria foi encaminhada à **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte**, para análise quanto ao seu mérito no âmbito das competências regimentais desta Comissão.

II - ANÁLISE

A presente proposição tem por objetivo denominar de “PRAÇA ROBERTO DE CARVALHO” A PRAÇA LOCALIZADA NO CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, Q. 01, RUA “A”, CEP 57072-360, NESTE MUNICÍPIO.

Segundo o artigo 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é competente para se manifestar sobre matérias relacionadas à educação, cultura, patrimônio histórico, turismo, esportes e temas correlatos, além da concessão de títulos honoríficos e outorga de outras honrarias e prêmios.

No caso em apreço, observados os documentos instruídos, a Comissão reconhece a relevância da proposição, considerando a importância do tema, que contribui para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió.

Atendendo ao disposto nos **Art. 53, II; Art. 66, II e Art. 116 do Regimento Interno** desta Casa Legislativa, bem como aos demais preceitos legais pertinentes, o Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 120/2025.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a relevância do projeto para a sociedade maceioense e a sua consonância com os objetivos institucionais da Câmara Municipal de Maceió, a **Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte** manifesta-se favoravelmente à matéria, recomendando sua aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em _____.

LEONARDO DIAS

Relator

VOTOS FAVORÁVEIS:

TECA NELMA

JÔNATAS OMENA

DAVID EMPREGOS

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:9FBBC30E



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

PROJETO DE LEI Nº /2025.

Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, decreta:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Municipal a **Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL**, fundada em 25 de maio de 2011, com sede e foro no Município de Maceió, Estado de Alagoas, Rua 14 de julho, nº 139, bairro Poço, inscrita no CNPJ nº 14.440.423/0001-37, é uma associação que tem por finalidade congregar os bombeiros militares estaduais de Alagoas (ativos e inativos), promovendo o fortalecimento da classe através do desenvolvimento de uma postura política, nas questões institucionais que envolvam seus interesses. É uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, e que reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 09 de junho de 2025.


Silvania Barbosa
Vereadora



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 25 de maio de 2011, sediada na Rua 14 de julho, nº 139, localizada no bairro do Poço, nesta cidade, com a finalidade de congregar os bombeiros militares (ativos e inativos), promovendo o fortalecimento da classe, através do desenvolvimento de uma postura política, nas questões institucionais que envolvam seus interesses.

Tem também como objetivo exercer a representação dos associados junto às autoridades constituídas e instituições oficiais ou privadas, celebrar convênios, contratos e outras formas de parceria com entidades públicas e privadas com a consecução dos objetivos da entidade.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação do mencionado Projeto.


Silvania Barbosa
Vereadora

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS – ABMAL
End: Rua Dona Rosa da Fonseca, 185 Prado, Maceió Alagoas.
C.N.P.J 14.440.423-0001/37 E-mail: abmalagoas@hotmail.com – Telefone 82 99114-9915
Fundada em 25 de maio de 2011

Ofício nº 04/2025 - ABMAL

Maceió-AL, 04 de junho de 2025.

A Vossa Senhoria
Vereadora Silvana Batinga de Oliveira Barbosa
Nesta

Assunto: **Solicitação de Título de Utilidade Pública Municipal**

Senhora Vereadora,

Através deste, venho solicitar a Vossa Senhoria no sentido de intervir junto ao Poder Legislativo Municipal, de que nos seja concedido o **Título de Utilidade Pública Municipal**, a fim de que possamos desenvolver ainda mais projetos e ações a nossos associados bem como seus dependentes e assim fortalecer a **Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL**.

Desde já, agradecemos pela atenção dispensada e por não medir esforços em nos ajudar.

Antecipadamente,



Documento assinado digitalmente

OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES

Data: 26/06/2025 17:36:36-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Olimpio Rafael Pinto Falcão Tavares

Presidente

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS

CAPÍTULO I - CONSTITUIÇÃO, SEDE, FINS E PATRIMÔNIO 29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro III, e Documentos
BPM - Bombeiros Militares do Estado de Alagoas, 3600
Centro - Maceió - AL
Fone: (33) 3377 / 221-4795

ART. 1º - A Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas, sob a sigla "ABMAL", fundada em 25 de maio de 2011, sediada na rua 14 de julho N° 139, Poço Maceió/AL, reger-se-á por este Estatuto, e constitui-se em uma Entidade Civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, devidamente inscrita no registro das pessoas jurídicas.

ART. 2º - São finalidades da Associação:

I - congregar os bombeiros militares estaduais de Alagoas (ativos e inativos), promovendo o fortalecimento da classe, através do desenvolvimento de uma postura política, nas questões institucionais que envolvam seus interesses, colaborando com as autoridades constituídas e demais entidades, no sentido de promover encontros, seminários, congressos, cursos e outros eventos, entre integrantes da sociedade civil e representantes das instituições públicas e privadas, para discussão de políticas e diretrizes de interesse institucional da entidade;

II - exercer a representação dos associados junto às autoridades constituídas e instituições oficiais ou privadas, atuando junto ao Poder Estatal, através de ações na esfera político-administrativa ou judicial, nos termos do inciso XXI do Art. 5º da CF, na defesa dos interesses coletivos de seus associados;

III - Celebrar convênios, contratos e outras formas de parceria com entidades públicas e privadas com a consecução dos objetivos da entidade e manter órgão de divulgação própria, podendo ainda filiar-se a entidades congêneres a nível regional, nacional e internacional;

IV - prestar lazer e, diretamente ou mediante parceria, assistência jurídica e social ao seu quadro de sócios e dependentes, vinculando possibilidade e necessidade.

ART. 3º - O patrimônio da Associação será constituído de:

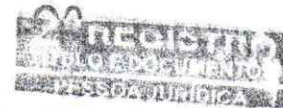
I - subvenções, donativos e contribuições dos associados;

II - bens móveis e imóveis que a associação possua ou vier a possuir;

III - quaisquer outros valores adventícios.

§ 1º - Todos os bens móveis e imóveis da Entidade serão devidamente escriturados em livros próprios por unidade, devendo constar a origem, utilidade, valor, número de nota fiscal expedida por ocasião de sua aquisição e número por ordem de sua

§ 1º - Todos os bens móveis e imóveis da Entidade serão devidamente escriturados em livros próprios por unidade, devendo constar a origem, utilidade, valor, número de nota fiscal expedida por ocasião de sua aquisição e número por ordem de especificação e não poderão ser alienados pela Diretoria, salvo em caso de comprovada necessidade após deliberação do Conselho Fiscal.



Rafaely Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentação
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL

SEÇÃO I - DAS CATEGORIAS DE SÓCIO

ART. 4º - A Associação possui as seguintes categorias de sócios:

I - Fundadores – São todos os sócios que se destacaram nos trabalhos de criação da associação. E que assinaram a Ata de Fundação em 25 de maio de 2011;

II - Contribuintes – Os que integram o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas e que pagam as mensalidades estabelecidas neste Estatuto;

III - Colaboradores – Os militares estaduais, pensionistas, que sejam admitidos ao Quadro Social da Entidade mediante inscrição e pagamento de mensalidades e taxas por ela fixadas, sendo vedados a eles o direito de votar e serem votados;

IV - Cíveis – Os cidadãos civis, mediante inscrição individual ou conveniado por empresa, com pagamento de mensalidades e taxas fixadas pela entidade, com direitos limitados exclusivamente à participação nas atividades culturais e recreativas da Entidade; exceto os conveniados por empresa que poderão ter direitos outros, de acordo com o convênio e nos termos do regimento interno da ABMAL, não podendo nenhum sócio civil, em hipótese alguma, votar e ser votado.

SEÇÃO II - DA FILIAÇÃO

ART. 5º - A filiação do associado dar-se-á mediante o preenchimento de uma proposta de adesão cuja admissão ficará a juízo da Diretoria da entidade.

SEÇÃO III - DO DESLIGAMENTO

ART. 6º - O associado pode desligar-se a qualquer tempo da associação, desde que pague pelos serviços prestados pela entidade bem como pelos serviços utilizados dos parceiros conveniados.

Parágrafo único: Será desligado do Quadro Social o associado que:

Isidoro Machado Soares Mendonça
DAB/AL 6461

I - excluído, licenciado ou expulso dos quadros efetivos das Instituições Militares Estaduais;

II - Prejudicar moralmente ou materialmente a ABMAL;

III - A pedido, quando estiver quite com os cofres da Entidade;



29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4793

SEÇÃO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

SUBSEÇÃO I - DOS DIREITOS

ART. 7º - São direitos do sócio:

I - Votar e ser votado nas eleições gerais da entidade, respeitadas as condições e exceções deste estatuto;

II - solicitar por escrito, a qualquer tempo, dos Órgãos da Administração da entidade, quaisquer informações pertinentes à administração da mesma;

III - Participar das Assembléias Gerais, debater, sugerir, apresentar propostas e votar matéria da Ordem do Dia;

IV - Participar das reuniões da Diretoria, como ouvinte;

V - Requerer convocação de Assembléia Geral junto ao Conselho Fiscal ou Diretoria Executiva, em documento assinado por no mínimo 1/10 dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, devidamente motivado.

SUBSEÇÃO II - DOS DEVERES

ART. 8º - São deveres do sócio:

I - Conhecer, cumprir e fazer cumprir este Estatuto, regimento interno e as normas complementares baixadas pelos órgãos da entidade;

II - Denunciar por escrito, ao Presidente do Conselho Fiscal ou Presidente Executivo, quaisquer irregularidades de que tenha conhecimento;

III - Respeitar os membros do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;

IV - Elevar o conceito da entidade perante o público externo.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE E SEUS DIRIGENTES

ART. 9º - São Órgãos da Associação:

I - Assembléia Geral;

Cristiano Machado Torres Men.
OAB/AL 6461



29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

II- Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

SEÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

ART. 10º - A Assembléia Geral é o poder de deliberação maior, e suas decisões terão força de lei, para os associados, para o Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, convocada em conformidade com as disposições estatutárias.

ART. 11º - Compete à Assembléia Geral:

- I - Appreciar os relatórios do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;
- II - Appreciar o Balanço do ano anterior, apresentado pela Diretoria Executiva;
- III - Elegar os dirigentes da Associação;
- IV - Appreciar recursos interpostos pelos sócios
- V - destituir do cargo, pelo voto da maioria absoluta dos sócios qualquer membro da Diretoria ou do Conselho nos casos previstos neste Estatuto;
- VI - Deliberar sobre a fusão ou incorporação da entidade com outras associações de idênticas finalidades, ou sobre a extinção da mesma e destinação de seu patrimônio;
- VII - Reformar este Estatuto, quando convocada para este fim.
- VIII - Auto-convocar-se.

ART. 12º - A Assembléia Geral reunir-se-á em sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes regularmente convocadas e nela serão apreciados os assuntos constantes da Ordem do Dia.

I - Em Sessão Ordinária a Assembléia se reunirá:

- a - Anualmente para exame da situação econômico-financeira da Associação e para discutir e votar o relatório da Diretoria e o Balanço do exercício anterior;
- b - trienalmente, na 1ª semana de junho para eleger o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva,

II - Em Sessão Extraordinária a Assembléia Geral se reunirá:

- a - Por convocação da Diretoria Executiva, para tratar de assuntos relevantes;
- b - A requerimento de 1/10 (um décimo) dos sócios no gozo de seus direitos, através de requerimento encaminhado à Diretoria Executiva, para apreciar e deliberar matéria restrita ao objeto de sua convocação.
- c - Por convocação do Conselho Fiscal, para apresentar relatórios, e pareceres relevantes.

Francisco

9365 D
Cristiano Machado Torres Mend
OAB/AL 6461

III – Em Sessão Solene realizada com qualquer número de associados presentes, a Assembléia Geral se reunirá:

Anualmente no dia 25 de maio de 2011, para comemorar a data de fundação da entidade.



29 JUL 2011

Raimundo Barbosa Alves Marinho
Tabelião de Registro Imobiliário e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

ART. 13º - As sessões Ordinárias e Extraordinárias somente se realizarão em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios no pleno gozo de seus direitos.

§ Único – Se, na hora designada, não houver quorum, a Assembléia Geral será instalada em Segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de sócios presentes.

ART. 14º - A Assembléia Geral, em qualquer caso, salvo no inciso VIII do art. 12 deste estatuto, será convocada através de Edital publicado obrigatoriamente em boletim geral ostensivo do Corpo de Bombeiros de Alagoas, amplamente divulgado mediante informativo e meio eletrônico com antecedência mínima de oito (08) dias, a contar do primeiro dia útil após a publicação, devendo constar a Ordem do Dia.

SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

DO CONSELHO FISCAL

ART. 15º - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, assim denominados:

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – Relator.

ART. 16º – Ao Conselho Fiscal compete:

I – Apreçar e dar parecer nos balanços da Entidade;

II – Examinar balanços, livros e documentos de caráter financeiro da Entidade que lhe forem encaminhados;

III – Comunicar aos Órgãos Executivos, os pareceres que emitir;

IV – Examinar, mensalmente, o livro de registro de patrimônio, emitir parecer à Diretoria Executiva, quando achar conveniente;

V – Fiscalizar qualquer setor da Entidade, quando convocado pela Diretoria Executiva ou pela Assembléia Geral;

VI – Dar parecer sobre descarga de material;

VII – Convocar Assembléia Geral, quando tiver motivos que justifique;

VIII – Denunciar os erros que constatar, sugerindo as medidas a serem adotadas;

IX - Emitir parecer anual sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva; e,

X – Investigar denúncias sobre irregularidades da Diretoria executiva ou de seus membros.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente no 10º dia de cada mês,

e extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou pela Diretoria Executiva.

SEÇÃO III- DA DIRETORIA EXECUTIVA

ART. 17º - A Diretoria Executiva é o órgão administrativo da Associação e é composta de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;

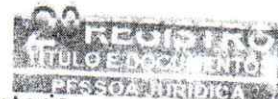
ART. 18º - À Diretoria Executiva compete executar o cumprimento deste Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais, os preceitos regimentais e as normas que instituir e:

- I - Adotar e executar as medidas necessárias à realização das finalidades da Associação, bem como superintender todos os serviços administrativos da Entidade;
- II - Elaborar plano anual de trabalho, orçamento e fiscalizar a execução;
- III - Reunir-se em sessão ordinária, quinzenalmente e, extraordinariamente quando convocada pelo Presidente.
- IV - Deliberar, de acordo com este Estatuto, sobre a admissão, exclusão e readmissão de sócios;
- V - Elaborar e encaminhar ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral o balanço e relatório anual das atividades da Associação;
- VI - Criar diretorias, departamentos e assessorias para trabalhos específicos;
- VII - Examinar mensalmente o balancete e encaminhá-lo à Comissão Fiscal para o devido parecer;
- VIII - Admitir e demitir funcionários;
- IX - Baixar resoluções, portarias, atos ou avisos sobre matéria administrativa;
- X - Discutir e aprovar a Ata de reunião anterior;

SUBSEÇÃO - I - DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DAS DIRETORIAS

ART. 19º Ao Presidente Executivo cabe:

- I - Representar a Associação, ativa e passivamente em juízo ou fora dele, e nas relações com terceiros, podendo delegar poderes;
- II - Fiscalizar a execução de todos os atos administrativos;
- III - Convocar reuniões extraordinárias da Diretoria Executiva;
- IV - Apresentar ao Conselho Fiscal, anualmente, na época estabelecida, a Previsão Orçamentária, para o ano seguinte;
- V - Ceder, ouvida a Diretoria, graciosamente, ou mediante pagamento, dependências da Associação para reuniões cívicas ou festivas;
- VI - Rubricar os livros, assinar correspondências e despachar o expediente; e,
- VII - Assinar, com o Tesoureiro, todos os documentos que representem valores, especialmente cheque, pagamentos de despesas ou retiradas de numerários, visando também os comprovantes de depósitos bancários.
- VIII - Autorizar despesas e os respectivos pagamentos;



29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

Manoel Faria

[Signature]
053-AL 9265A

[Signature]
Cristiano Machado Soares Mendonça
OAB/AL 8461

IX – criar diretorias, departamentos e coordenadorias, visando otimizar o desempenho da associação nomeando seus respectivos diretores.

ART. 20º – Ao Vice-Presidente:

- I – Substituir o Presidente em seu afastamento;
- II - Fiscalizar a escrituração dos bens da Associação, rubricando os livros e documentos, sem prejuízo das atribuições do Conselho Fiscal;
- III – Supervisionar as atividades dos funcionários.

ART. 21º - Ao 1º Secretário compete:

- I - Superintender e fiscalizar o serviço de Secretaria;
- II - Elaborar as listas dos votantes nas eleições da Associação;
- III - Redigir, assinar e divulgar juntamente com o Presidente, qualquer ata ou (ato) da Diretoria;
- IV - Secretariar e proceder à leitura das atas das reuniões da Diretoria;
- V - Prestar a quem de direito as informações pedidas por escrito, franqueando o exame os livros e documentos sem consentir que sejam retirados da sede;
- VI - Ter sob sua guarda e responsabilidade de todos os bens, livros e documentos da secretaria;
- VII - Manter em ordem o expediente, fornecer certidões, assinar diplomas e carteiras sociais.

ART. 22º - Ao 1º Tesoureiro compete:

- I - Superintender todos os serviços do Departamento Financeiro e ter sob sua guarda os livros e documentos;
- II - Assinar com o Presidente Executivo, todos os documentos que representem valores, especialmente cheque e pagamentos de despesas ou retiradas de numerários, visando também os comprovantes de depósitos bancários;
- III - Responder pelo dinheiro, títulos de créditos e valores a seu cargo;
- IV - Apresentar à Diretoria Executiva os balanços trimestrais e, anualmente, o balanço geral do exercício;
- V - Alertar por escrito, à Diretoria Executiva, sobre a situação econômico-financeira, da Associação, propondo redução ou adiamento de despesas quando imprevistas ou julgar inoportunas.

CAPÍTULO IV - DO ORÇAMENTO, DA RECEITA E DAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO

ART. 23º - Da previsão orçamentária da Associação, constará obrigatoriamente, todas as receitas e despesas devidamente codificadas, relativas ao exercício econômico-financeiro.

ART. 24 - A Receita da ABMAL é constituída de:

- I – mensalidade, taxas administrativas e de adesão;
- II – vendas de souvenirs;
- III - aluguel de bens móveis e imóveis;
- IV – promoções para arrecadação de recursos;



29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial de Registro Tít. e Documentos
R. Dr. Luis Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**62) 326-3377 / 221-4795

§ 3º os sócios colaboradores civis nos termos do art. 4º, inciso IV deste estatuto pagarão sua mensalidade na forma de débito em conta, mediante autorização por escrito;

ART. 25º - São Despesas da Associação:

- I - Os pagamentos relativos aos benefícios previstos neste Estatuto;
- II - Gastos com administração;
- III - Ordenados e gratificações;
- IV - Aquisição de móveis, equipamentos ou utensílios;
- V - Verbas destinadas às Seccionais do interior e capital;
- VI - Ampliações e benfeitorias;
- VII - Representações oficiais da Associação;
- VIII - Educação e capacitação de sócios, dependentes e funcionários; e;
- IX - Diversos.

29 JUL 2011
Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (911 82) 326-3377 / 221-4795

CAPÍTULO V - DAS REPRESENTAÇÕES

ART. 26º - Em cada GBM do interior poderá ser criada uma Seção da ABMAL aplicando-lhe o presente Estatuto e demais regulamentos.

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES

ART. 27º - As eleições gerais da ABMAL serão realizadas trienalmente, nas épocas previstas no Estatuto, devendo a convocação e o registro das chapas ocorrerem com sessenta (60) e trinta (30) dias, respectivamente, antes do pleito, e far-se-á por escrutínio secreto e voto universal e direto, obedecendo-se o princípio majoritário e aplicando-se a legislação eleitoral aos casos omissos, e atenderá as seguintes condições:

- I - Para candidatar-se, o associado deverá ter no mínimo 02 (dois) anos de filiação, sendo vedado o direito de candidatar-se com processo de execução civil ou criminal com o trânsito em julgado provido em seu desfavor.
 - II - O Presidente de qualquer órgão da Entidade que estiver sendo julgado em qualquer instância da mesma estará impedido de dirigir a sessão, assegurando-lhe o direito a voto;
 - III - O Conselho Fiscal, respeitados os princípios e regras deste Estatuto, editará normas específicas e nomeará, em cada eleição, um Presidente Eleitoral Geral que supervisionará os trabalhos eleitorais da Associação, em colaboração com a Diretoria, respeitadas as normas estatutárias ou outras que forem baixadas sobre a matéria;
 - IV - Toda e qualquer irregularidade constatada nas eleições, deverá ser imediatamente comunicada, por escrito, à junta respectiva, devendo a reclamação constar na Ata dos Trabalhos a fim de ser assegurado o direito de recurso ao Presidente Eleitoral Geral.
- § 1º - As eleições serão realizadas na sede da Associação na Capital. Na região metropolitana e interior, nas sedes dos Grupamentos de Bombeiros Militares (GBMs), onde serão instaladas as juntas eleitorais. Na sede, a junta eleitoral tornar-se-á junta apuradora. Em caso de urna eletrônica poderá ser emitido um boletim de apuração em cada seção.
- § 2º - É permitida uma única vez a candidatura à reeleição do Presidente Executivo e Conselho Fiscal.

Manoel

93657



29 JUL 2011

Rafael Barbosa Alves Marinho
Registro de Imóveis e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 28º – O membro da Diretoria Executiva é responsável civil e penalmente pelos prejuízos administrativos e financeiros por ele causados, expressa ou de forma intencional, à entidade;

Parágrafo único - Os demais membros só responderão pelas obrigações sociais da ABMAL, pelos atos ou omissões praticadas por ele individualmente que prejudique a entidade.

ART. 29º - Os atos internos do Presidente da Entidade e Diretores são baixados por portarias;

ART. 30º - São nulos todos os atos praticados pelos Associados, em nome da Associação, que expressamente contrarie ou violem as disposições deste estatuto.

ART. 31º - A Associação só será dissolvida se seu patrimônio tornar-se comprovadamente insuficiente para sua manutenção, mediante decisão da Assembléia Geral, convocada para tal fim, e mediante votos da maioria absoluta dos associados presentes, mediante termo por todos assinados e publicados em boletim geral ostensivo do Corpo de Bombeiros de Alagoas, sendo o patrimônio relacionado, avaliado e vendido para satisfazer os compromissos existentes; e o saldo, se houver, terá a destinação que lhe fixar a Assembléia Geral.

ART. 32º - A ABMAL comemorará solenemente e festivamente seu aniversário no dia 25 de maio.

ART. 33º – Fica instituído que o atual mandato provisório se completará em 25 de maio de 2015.

ART. 34º - Os casos relevantes não previstos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria executiva, em conformidade com as leis vigentes deste país.

ART. 35º - A assembléia geral, a diretoria executiva e o conselho fiscal são poderes constituídos da ABMAL.

Maceió – AL, 25 de maio de 2011

1º OFÍCIO

Marcos Andre Ramalho Martins
Presidente

Maxwell Assis de Gusmão
1º Secretário

1. OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luiz P. de Miranda, 421
Centro - Maceió - Alagoas
(Rec. p/ Semelhança 1 firma(s)):
MARCOS ANDRE RAMALHO MARTINS
MACEIO, 18 de julho de 2011.
Em Testemunho da verdade:

CELSON S. PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA P. DE M. L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -
Carimbo: 1289019 OF: Rosemilda
Total: R\$ 3,00

15. SERVIÇO NOTARIAL DE MACEIO - AL
Rua João Pessoa, 113, Centro
Fone: 3223-3031
RECONHEÇO A firma:
MAXWELL ASSIS DE GUSMÃO!
Maceió, 18 de Julho de 2011
Em Testemunho da verdade:
RAFAEL DE O. PEREIRA - Tabelião
Benedicto de Gusmão





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

RAINEY BARBOSA ALVES MARINHO - OFICIAL DO REGISTRO

Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 36 sala 003 - Centro - Maceió - Alagoas - 57020-140 - Fone / Fax (082) 326-3377

Protocolo: 2574

Registro: 1378

Livro: A-13

Data: 29/07/2011

Documento Protocolado e

Registrado conforme a Lei 6.015 de 31/12/1977

Rainey Barbosa Alves Marinho-Oficial

Av. Celso Silva Santos - 1º Substituta



29 JUL 2011

Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Documentos
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceió - Al.
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

RECEBIMOS DO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO
RAINEY BARBOSA ALVES MARINHO
O DOCUMENTO DE REGISTRO Nº 1378
DO LIVRO A-13
DE DATA 29/07/2011
E O SERVIÇO NOTARIAL DE MODELO Nº 1

ATA DE FUNDAÇÃO da Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas, realizada no dia 25 de Maio de 2011.



29 JUL 2011

Aos vinte cinco dias do mês de Maio de dois mil e onze, reuniram-se na sede da Associação das Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas-ASPRA-AL, Rua Guido Duarte, nº 46, sala 4, Centro, Maceió/AL. o Sr Marcos André **Ramalho** Martins, Brasileiro, solteiro, CPF 043.129.354-67, RGBM 783/03, terceiro sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 80759-1, residente e domiciliado na Rua Quatorze de julho, nº 139, Poço, Maceió/AL; **Rodrigo** de Oliveira Souto Moraes, Brasileiro, Casado, CPF 043.220.904-27, RGBM 827/03, Cabo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, Matrícula 80698-6, residente e domiciliado na Praça Ciro Acioli, nº 135, Ponta Grossa, Maceió/AL; José **Wesley** Feitosa Santos Clemente, Casado, CPF 060.612.954-56, RGBM 998/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 29518-3, residente e domiciliado na Rua Maria Julia Santos, nº 121, Jatiúca, Maceió/AL; **Walderlan** Moura costa, Brasileiro, solteiro, CPF 870.562.834-20, RGBM 1218/06, cabo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 29538-8, Residente e Domiciliado no Conjunto Benedito Bentes, Rua A 60, Quadra A58, nº183, Bairro Benedito Bentes, Maceió/AL; Marcelo **de Lima** Souza, Brasileiro, Divorciado, CPF 022.058.294-75, RGBM 774/03, terceiro sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 80764-8, residente e domiciliado na rua Pedro Américo, nº1212, Edifício Mediterrâneo, Bloco A, Apartamento 204, Poço, Maceió/AL; **Jorge Luiz** Barbosa dos Santos, Brasileiro, solteiro, CPF 041.262.224-64, RGBM 991/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 29546-9, residente e domiciliado no Conjunto Jose Maria de Melo, Quadra 15, rua R, nº40, Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL; **Maxwell** Assis de Gusmão, Brasileiro, Casado, CPF 034.021.284-54, RGBM 782/03, cabo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 80735-4, residente e domiciliado no Loteamento Durville, Quadra O, nº 25, Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL; Mario **Henrique Von** Sohsten Torres Neto, Brasileiro, solteiro, CPF 049.989.184-86, RGBM 813/03, , cabo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 80643-9, residente e domiciliado na rua Luiz Rizzo, nº251, Farol, Maceió/AL; **Sergio Ricardo** Barbosa, Brasileiro, casado, CPF 802.950.534-53, RGBM 349/95, Major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 71617-0, residente e domiciliado na rua Niterói, nº 191, Feitosa, Maceió/AL; **Luiz Diego** Ramos Rodrigues, Brasileiro, solteiro, CPF 053.480.444-66, RGBM 912/05, tenente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 80854-7, residente e domiciliado na rua João Juca, nº 216, Ap 201. Farol, Maceió/AL; **Thaís** Lins Morette, Brasileira, solteira, CPF 013.878.595-36, RGBM 1453/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 29203-6, residente e domiciliada no Conjunto Dom Adelmo Machado, Bloco 5, Ap 05, Cruz das almas, Maceió/AL;

José Augusto de Barros dos Santos, Brasileiro, solteiro, CPF 055.720.584-08, RGBM 1359/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 27939-6, residente e domiciliado no Conjunto Moacir Andrade, Quadra 4, Lot. 2 nº 2, Benedito Bentes, Maceió/AL; Bruno **Cesar Lira** Monteiro, Brasileiro, solteiro, CPF 038.500.924-02, RGBM 1219/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 21898-4, residente e domiciliado no Conjunto samambaia, rua Susy Nogueira, nº52, Serraria, Maceió/AL; Ana Elizabeth da **Penha** Silva, Brasileira, casada, CPF 041.598.694-08, RGBM 1259/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 26761-9, residente e domiciliada na rua Fortaleza, nº61, COHAB, Viçosa/AL; **Josivaldo** Feliciano de Almeida, Brasileiro, Divorciado, CPF 472.305.504-59, RGBM 018/95 coronel do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Alagoas matrícula 4832-1, residente e domiciliado na Avenida Universitária, nº165, Tabuleiro dos Martins; Sr **Paulo Roberto Rodrigues** de Souza, Brasileiro, Solteiro, CPF 057.664.094-86, RGBM 1445/06, soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, matrícula 28945-0, residente e domiciliado na rua professor Abdon Arroxelas, 305, apartamento 503, Ponta Verde, Maceió/AL; Sr Juliano Barbosa **Cardoso**, Brasileiro, Solteiro, CPF 026414824-01, RGBM 1451/06, soldado do Corpo de Bombeiro Militares do Estado de Alagoas, matrícula 28217-0, residente e domiciliado avenida Governado Afranio Lages, residencial Vale do Sol, bloco 04, apartamento 102, com a finalidade de fundar a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL, sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade representar judicialmente e extrajudicialmente os Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, que funcionará na rua 14 de julho Nº 139, Poço Maceió/AL e passará a ser regida pelo estatuto que fora discutido e aprovado nesta reunião, com teor que se segue anexo. Depois de discutido e aprovado o estatuto, foi constituída uma Diretoria provisória, que obteve unanimidade, e que de acordo com o artigo 33º do estatuto aprovado, necessitava de um prazo de Quarenta e oito meses, para convocar as eleições: Presidente Sr Marcos Andre **Ramallo** Martins; Vice-Presidente – Sr **Josivaldo** Feliciano de Ameida; Conselho Fiscal – Sr José **Wesley** Feitosa Santos Clemente; Vice-Presidente do conselho fiscal Sr **Walderlan** Moura costa; Suplentes do Conselho Fiscal – 1º suplente - Sr Marcelo **de Lima** Souza; 2º suplente - Sr Juliano Barbosa **Cardoso**; 3º Suplente - Sr **Paulo Roberto Rodrigues** de Souza; 4º suplente – Sr Bruno **Cesar Lira** Monteiro 1º Tesoureiro – Sr **Rodrigo** de Oliveira Souto Moraes; 2º Tesoureiro – Sr **Jorge Luiz** Barbosa dos Santos; 1º Secretário - **Maxwell** Assis de Gusmão; 2º Secretário – Sr Mario **Henrique Von** Sohsten Torres Neto; Diretoria Social – Sr **José Augusto** de Barros dos Santos; Diretoria Administrativa e de Patrimônio – Sr **Sergio Ricardo** Barbosa; Diretor Jurídico – Sr **Luiz Diego** Ramos Rodrigues.; Diretoria de Articulação Política – Sra Ana Elizabeth da **Penha** Silva; Diretoria de Comunicação – Srª **Thaís** Lins Morette, Nada mais havendo a tratar o Sr Presidente deu por encerrado esta sessão. Eu Maxwell Assis de Gusmão, secretario da mesa e para que tenha

2. REGISTRO
GRUPO DOCUMENTO
e pelo

Rainer Barbosa Alves Marinho
 Oficial do Registro Tt. e Documentos
 Dr. Luiz Poletes de Miranda, 3600
 Centro - Macelo - Al.
 Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795

Reconheço a(s) firma(s) Luiz Paes
de Luiz Paes 3a 3a
Beth da região 3a 3a
Em testº. da da verdade.
Maceió (AL), 06 JUN 2011
Luiz Paes
Bel. Luiz Paes FONSECA de MACHADO - Tabelião
Daniel Paes Cerqueira - Escrevente -
Mº José de Souza Santos Cordeiro - Escrevente
Givânia Vieira Lima Alexandre - Escrevente
Michelly Costa Santos - Escrevente

FIRMA(S) RETRO

firmas retro

1. SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - MACEIO
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N. 42
Centro - Maceio - Alagoas
RECONHECO por semelhança 001 firma(s) de:
JOSE AUGUSTO DE BARROS DOS SANTOS*****
MACEIO, 06 DE JUNHO DE 2011
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -
Carimbo: 1269371 - Operador: GENIL
Valor: R\$ 3,00



29 JUL 2011

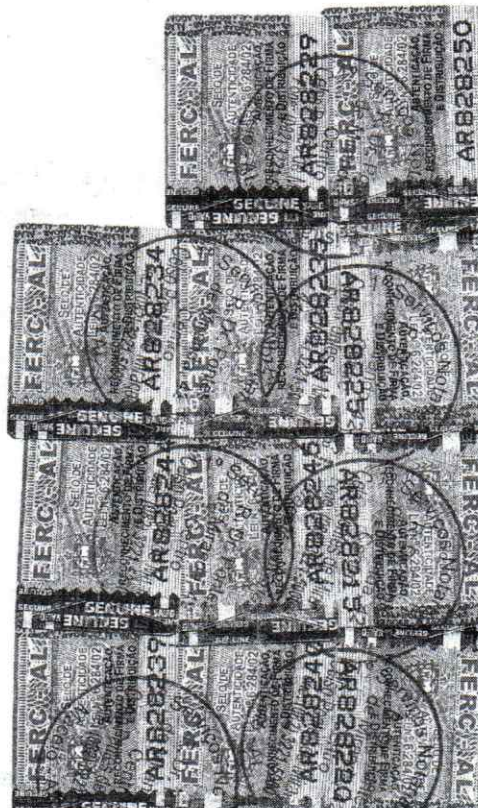
Rainey Barbosa Alves Marinho
Oficial do Registro Tit. e Document. s
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda, 3600
Centro - Maceio - AL
Tel: (0**82) 326-3377 / 221-4795



6º CARTÁRIO DE NOTAS DE MACEIO
R. Pedro Monteiro-235-Centro
RECONHECO A firma de:
MARIO HENRIQUE VIN GONSTEN L. NETO
IDOU Fd. Maceio 06 de Junho de 2011
EM TESTEMUNHO... DA VERDADE
JOSE ROBERTO MARTINS BARBOSA-TAB. PUBLICO
MARI DE FATIMA LINA BARBOSA-SUBSTITUTA
INIEDJA C.B. NAIA E CELIA B. DA COSTA-ESC.
FEITO POR: EDILEIDE DA LUZ



Reconheço a(s) firma(s) de:
Bruno Evar Joga
Monteiro
Dou Fé
06 JUN. 2011
Em testemunho da verdade
Mário Salete de Araújo Oliveira - Tabelião
Mércio Denise de Araújo Protásio - Substituto
Mário José Gouveia Maciel - Escrevente
Ozenilda Pereira Lima - Juramentada



FIRMA(S) RETRO

1. SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - MACEIO
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N. 42
Centro - Maceio - Alagoas
RECONHECO por semelhança 001 firma(s) de:
SERGIO RICARDO BARBOSA, JOSIVALDO
FELICIANO DE ALMEIDA, MARCOS ANDRE
RAMALHO MARTINS, JOSE WESLEY FEITOSA
SANTOS CLEMENTE, RODRIGO DE OLIVEIRA
SOUTO MORAES, WALDERLAN MOURA COSTA,
JORGE LUIZ BARBOSA DOS SANTOS, PAULO
ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA, JULIANO
BARBOSA CARDOSO, LUIZ DIEGO RANOS
RODRIGUES E THAISA LINS MORETTI*****
MACEIO, 06 DE JUNHO DE 2011
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -
Carimbo: 1268809 - Operador: CARLO
Valor: R\$ 3,00

Reconheço a firma por semelhança de:
Maxwell
den y
Em test. da verdade
Maceio AL 06 JUN. 2011
Veracidade
☐ Rafael de Oliveira Cerqueira - Tabelião Interino
☐ Gastone P. de Miranda Cerqueira - Substituto
☐ Benedita Maria da Silva - Escrevente Autorizada
☒ Dione Maria Bandeira T. Lins - Escrevente Autorizada



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
RAINÉY BARBOSA ALVES MARINHO - OFICIAL DO REGISTRO
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 36 sala 003 - Centro - Maceio - Alagoas - 57020-140 - Fone / Fax (82) 326-3377

Protocolo: 130081
Registro: 121983
Livro: B-708
Data: 29/07/2011
Documento: 130081
Registro: 121983
Lei: 6.015 de 31/12/1973
R. Dr. Luiz Pontes de Miranda - Oficial
Substituta
REGISTRAL
AA425058

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.440.423/0001-37		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
MATRIZ		DATA DE ABERTURA 29/07/2011	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ABMAL			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R 14 DE JULHO	NÚMERO 139	COMPLEMENTO	
CEP 57.025-360	BAIRRO/DISTRITO POCO	MUNICÍPIO MACEIO	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO gvdigao@gmail.com		TELEFONE (82) 9662-1413 / (82) 9309-3079	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/03/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/10/2019** às **12:40:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
IDENTIDADE FUNCIONAL

NOME

OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCÃO TAVARES

CARGO

3º SARGENTO

IDENTIDADE FUNCIONAL

1261/2006

CPF

053.006.234-82

Olímpio Rafael P.F. Tavares

ASSINATURA DO PORTADOR



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Thomas Corde

DECRETO Nº 92.379, DE 31 DE JULHO DE 2023.

PAI

JOSÉ OLÍMPIO FALCÃO TAVARES

MÃE

ROZILENE PINTO FALCÃO TAVARES

NATURALIDADE

MACEIÓ/AL

DATA DE NASCIMENTO

10/02/1985

TIPO SANGÜINEO

O +

RG CIVIL

2000003031440

TÍTULO DE ELEITOR

031874221732

VALIDADE

28/02/2034

DATA DE EXPEDIÇÃO

28/02/2024



João de Deus

COMANDANTE GERAL DO CBMAL

"VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL"



Fatura do Plano de Assistência à Saúde

Unimed Maceió



ANS nº 419443

Página 1 de 1

ANS nº 32768-9

Cliente: OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES		Entidade: ASSMAL	
CPF: 05300623482		Plano: ESTADUAL / ENFERMARIA	
Endereço: RUA PROFESSORA NADYR MAIA GOMES RÊGO, 9 QD 34 LOTE 20		Grupo: PRINCIPAL	
Bairro: JATIÚCA		Município: MACEIÓ	
UF: AL		CEP: 57036760	

Número do Documento	Data de Emissão	Competência	Valor do Documento (R\$)	Vencimento Original da Fatura
00078049	18/09/2024	10/2024	1.226,50	20/10/2024

Mensagem

Pagável em qualquer banco. Correntistas do Bradesco podem optar pelo débito automático. ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA DE 09:00 AS 18:00 E-mail: contato@g2cadministradora.com.br 2ª VIA DO BOLETO: www.g2cadministradora.com.br O pagamento desse boleto condiz ao mês vigente do vencimento e não quita ou isenta débitos anteriores. O não pagamento deste poderá acarretar na suspensão e/ou cancelamento de seu plano de saúde conforme lei 9656/98. Inclusão, alteração entrar em contato para orientação até dia 15 de cada mês. MANTENHA SEUS DADOS ATUALIZADOS

Avisos

Descrição da Fatura	CNS	Valor do Serviço (R\$)
Titular - OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES (065 001000791304-6)	702105701120090	R\$ 626,18
Dependente - MARIANNE MACIEL PINTO FALCAO TAVARES (065 001000791305-4)	700207466443128	R\$ 300,16
Dependente - LIZ CARNAUBA TAVARES (065 001000791306-2)	702003844368087	R\$ 300,16
Total:		R\$ 1.226,50

ANS - nº 419443

G2C ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA - CNPJ/MF: 16692996000183
Rua da Assembleia 10 Gr. 2001 a 2003 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011901
Tel (21) 25247559 - http://www.g2cadministradora.com.br

corte a linha pontilhada

CAIXA

104-0

10499.40271 80000.100018 00007.804958 9 98750000122650

Local de Pagamento				Vencimento	
Em qualquer banco até o vencimento ou Lotéricas				20/10/2024	
Beneficiário: G2C ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS (CNPJ: 16692996000183)				Agência/Código do Beneficiário	
Rua da Assembleia 10 Gr. 2001 a 2003 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011901				4263/940278-0	
Data do Documento	Número do Documento	Espécie doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
18/09/2024	00078049	DS	N	18/09/2024	11 / 24000000000078049-2
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor Moeda	(=) Valor Documento
	11	R\$			1.226,50
Instruções (Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário) Apos o vencimento sao acrescidos 2% de multa e 0,033% ao dia para juros de mora. O nao pagamento deste boleto podera acarretar na suspensao com posterior cancelamento de seu plano de saude. O pagamento deste boleto se refere ao periodo de cobertura do mes vigente ao vencimento e nao quita debitos anteriores.					(-) Desconto / Abatimentos
					(+) Mora / Multa
					(+) Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES (CPF/CNPJ: 05300623482) RUA PROFESSORA NADYR MAIA GOMES RÊGO, 9 QD 34 LOTE 20 AP 201 JATIÚCA - MACEIÓ - AL CEP: 57036760					Cód. Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação





ABMAL

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS

Administração: SGT BM Olímpio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES DA ABMAL TRIÊNIO 2024/2027,

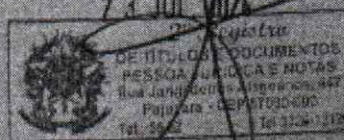
O Presidente da Associação dos Bombeiros Militares de Alagoas – ABMAL, no uso de suas atribuições legais e conforme rege o Estatuto Social vigente, convoca todos os associados para comparecerem ao processo eleitoral que elegerá a nova chapa gestora para o período do triênio 2024/2027, a ser realizado no dia 25 de junho de 2024, no período de 8h00min às 14h00min, nos seguintes locais: Quartel do Comando Geral, localizado na Av. Siqueira Campos, 1739 - TRAPICHE DA BARRA - CEP: 57010-405, e no Grupamento de Incêndio, localizado na BR 316, KM 275, AV. DEPUTADO SERZEDELO DE BARROS CORREIA, S/N, SANTOS DUMONT CEP: 57075-290.

Os associados que desejam inscrever Chapas para concorrer ao pleito, deverão protocolar o pedido para análise até o dia 10 de junho de 2024, através do endereço eletrônico abmalagoas@hotmail.com ou whatsapp 82991149915.

Maceió/AL, 24 de maio de 2024

Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares
OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCÃO TAVARES – 3º SGT BM

Presidente da ABMAL





ABMAL

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
Administração: SGT BM Olímpio

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DE ALAGOAS

ATA DE ELEIÇÃO DA ABMAL

Aos 25 dias do mês de junho de 2024, às 8h00min, deu-se início ao processo eleitoral da ABMAL, encerrando-se às 14h00min, nos seguintes locais: Quartel do Comando Geral, localizado na Av. Siqueira Campos, 1739 – Trapiche da Barra, tendo como mesário o 2º sargento BM Márcio Virgílio de Alencar Ferraz; e o Batalhão de Incêndio, localizado na BR 316, KM 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n, Santos Dumont, tendo como mesário o soldado BM Emanuel Alves da Silva. Nesta eleição houve apenas uma chapa inscrita, a chapa "A nossa LUTA é justa!".

A urna do Quartel do Comando Geral teve 35 votantes, sendo 35 votos para a Chapa "A nossa LUTA é justa!", não havendo votos brancos ou nulos.

A urna do Batalhão de Incêndio teve 03 votantes, sendo 03 votos para a Chapa "A nossa LUTA é justa!", não havendo votos brancos ou nulos.

Total de votantes: 38.

A "A nossa LUTA é justa!" recebeu 38 votos, sendo eleita para o triênio 2024/2027, cujos membros são:

Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares
OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCÃO TAVARES – 3º SGT BM

Presidente Executivo

Bruno Rafael Soares Pinheiro
BRUNO RAFAEL SOARES PINHEIRO – 3º SGT BM
Vice-presidente

Meidia Christine Mesquita dos Santos
MEIDIA CHRISTINE MESQUITA DOS SANTOS - TEN CEL BM
Presidente do Conselho Fiscal

Jerônimo Rocha de Melo Neto
JERÔNIMO ROCHA DE MELO NETO - TEN BM
Vice-presidente do Conselho Fiscal



Nada mais havendo para ser tratado eu, André Luiz Santos De Albuquerque - 2º SGT BM, Presidente da Comissão Eleitoral, lavrei a presente ata.

André Luiz Santos De Albuquerque
ANDRÉ LUIZ SANTOS DE ALBUQUERQUE – 2º SGT BM
Presidente da Comissão Eleitoral

ABMAL

Nem um passo adiante sem

**ABMAL**

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS

Administração: SGT. BM Olímpio

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DE ALAGOAS

ATA DE POSSE DA ABMAL PARA O TRIÊNIO 2024/2027

Aos 26 dias do mês de junho de 2024, às 9h00min, no escritório jurídico da ABMAL, localizado na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº1076, Edif. Norcon Empresarial, Sala 512, Mangabeiras, Maceió/AL reuniram-se os membros da Diretoria, eleitos durante assembleia geral realizada no dia 26 de junho de 2024, para procederem à assinatura oficial da Ata de Posse, cuja Diretoria fica constituída da seguinte forma: PRESIDENTE EXECUTIVO, Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares, brasileiro, casado, Bombeiro Militar, inscrito sob o CPF nº 053.006.234-82 e RGBM nº 1261/2006, residente e domiciliado na Av. Empresário Carlos da Silva Nogueira, 1256, Edif. Sílvia Cavalcanti Apto 201, Jatiúca - Maceió/AL; VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO, Bruno Rafael Soares Pinheiro, brasileiro, casado, Bombeiro Militar, inscrito sob o CPF nº 056.749.754-26 e RGBM nº 1282/2006, residente e domiciliado na Conjunto Carajás 1, Rua A, 105, Serraria - Maceió/AL; PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, Meidja Christine Mesquita Dos Santos, brasileira, casada, Bombeira Militar, inscrito sob o CPF nº 008.038.414-50 e RGBM nº 951/2006, residente e domiciliada na Avenida Presidente Getúlio Vargas 194, Condomínio Aldeia do Vale Quadra B lote 18, Serraria - Maceió/AL; VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, Jerônimo Rocha De Melo Neto, brasileiro, casado, Bombeiro Militar, inscrito sob o CPF nº 044.710.934-01 e RGBM nº 815/2003, residente e domiciliado na Avenida Catuçaba, nº 45, Barra Nova, Marechal Deodoro/AL e 1º TESOUREIRO, Ewerton Lima Firmino, brasileiro, casado, Bombeiro Militar, inscrito sob o CPF nº 060.775.924-04 e RGBM nº 1037/2006, residente e domiciliado na Rua Dona Marieta Lages, Nº 150, Edifício Salute, Apto 501, Farol - Maceió/AL.

Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares
OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCÃO TAVARES - 3º SGT BM

Presidente Executivo

Bruno Rafael Soares Pinheiro
BRUNO RAFAEL SOARES PINHEIRO - 3º SGT BM
Vice-presidente

Meidja Christine Mesquita Dos Santos
MEIDJA CHRISTINE MESQUITA DOS SANTOS - TEN CEL BM
Presidente do Conselho Fiscal

23 JUL 2024



ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS – ABMAL
End: Rua Dona Rosa da Fonseca, 185 Prado, Maceió Alagoas.
C.N.P.J 14.440.423-0001/37 E-mail: abmalagoas@hotmail.com – Telefone 82 99114-9915

Fundada em 25 de maio de 2011

TERMO DE COMPROMISSO

A Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas - ABMAL, fundada em 25 de maio de 2011, com sede em Maceió, Estado de Alagoas, Rua 14 de julho, nº 139, bairro Poço, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 14.440.423/0001-37, neste ato representado pela presidente abaixo assinado, **COMPROMETE-SE**, para os fins do inciso IV do art. 2º da Lei Municipal nº 4.294 de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta a concessão do reconhecimento de Utilidade Pública, em publicar semestralmente o demonstrativo com a publicação dos recursos recebidos a título de doação pelo poder público. Maceió, 02 de junho de 2025.



Documento assinado digitalmente
OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCÃO TAVARES
Data: 26/06/2025 17:35:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Olimpio Rafael Pinto Falcão Tavares

Presidente

Contato: 82 99103-6666

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS – ABMAL
End: Rua Dona Rosa da Fonseca, 185 Prado, Maceió Alagoas.
C.N.P.J 14.440.423-0001/37 E-mail: abmalagoas@hotmail.com – Telefone 82 99114-9915

Fundada em 25 de maio de 2011

DECLARAÇÃO

Eu, **Olimpio Rafael Pinto Falcão Tavares**, port. do CPF nº 053.006.234-82, residente e domiciliada nesta cidade de Maceió/Alagoas, **DECLARO** para os devidos fins que a **Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas - ABMAL**, constituída em 25 de maio de 2011, com sede na Rua 14 de julho, nº 139, no bairro do Poço, Maceió/Alagoas, inscrita no CNPJ 14.440.423/0001-37, neste ato representada por sua presidente abaixo assinado, venho informar a quem de direito, que nossa entidade é de direito privado e sem fins lucrativos.

Olimpio Rafael Pinto Falcão Tavares

Presidente

Contato: 82 99103-6666

Documento assinado digitalmente
 OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES
Data: 26/06/2025 17:37:51-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Maceió, 02 de junho de 2025

ABMAL - Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas - Fundada em 25 de maio de 2011 - CNPJ 14.440.423-0001/37 - Telefone: (82) 99114-9915 - E-mail: abmalagoas@hotmail.com

2º CARTÓRIO

Reinny Barbosa Alves Magalhães
CNPJ 16.041.900

23 JUL 2024

RIPEME NOTAS DE MACEIO

Dados do Registro

Processo: 1094 - Registro de Pessoa Jurídica

Selo: 20.64

Exclusividade: 0.75

Registro: 14425

Data: 23/07/2024 16:42:57

2º Registro
DE TODOS E DOCUMENTOS
Pessoa Jurídica e Notas
Rua José Carlos Magalhães, 407
Pauçara - CEP 37030-000
Tel: 35 32 1 Tel: 3224-712

Apresentante: ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE
ALAGOAS

Dele Digital do ABRM 063-0754 Registro Verificado

Alexandro Wesley Bezerra da Silva

2º Substituto



CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA ABMAL – 2024

OBJETIVO DA ASSOCIAÇÃO

I - Congregar Bombeiros Militares estaduais de Alagoas (ativos e inativos) promovendo o fortalecimento da classe, através do desenvolvimento de uma postura política, nas questões institucionais que envolvam seus interesses, colaborando com as autoridades constituídas e demais entidades, no sentido de promover encontros, seminários, congressos, cursos e outros eventos, entre integrantes da sociedade civil e representantes das instituições públicas e privadas, para discussão de políticas e diretrizes de interesse institucional da entidade;

II - Execer a representação dos associados junto às autoridades constituídas e instituições oficiais ou privadas, atuando junto ao Poder Estadual, através de ações na esfera político-administrativa ou judicial, nos termos do inciso XXI do Art 5º da CF, na defesa dos interesses coletivos de seus associados;

III - Celebrar convênios, contratos e outras formas de parceria com entidades públicas e privadas com a consecução dos objetivos da entidade e manter órgão de divulgação própria, podendo ainda filiar-se a entidades congêneres a nível regional, nacional e internacional;

IV - Prestar lazer e, diretamente ou mediante parceria, assistência jurídica e social ao seu quadro de sócios e dependentes, vinculando possibilidade e necessidade.

PÚBLICO ALVO DAS SUAS ATIVIDADES

- Bombeiros Militares da Ativa e inatividade associados e seus dependentes.

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS – ABMAL

End: Rua Dona Rosa da Fonseca, 185 Prado, Maceió Alagoas.

C.N.P.J 14.440.423-0001/37 E-mail: abmalagoas@hotmail.com – Telefone 82 99114-9915 Fundada em 25 de

maio de 2011

Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Visita Institucional aos batalhões para apoio e recebimento de demandas;
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de alinhamento com o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas; • Participação n mesa de negociações sobre a atualização e subsídios e atualização do valor do SVR;
Março	<ul style="list-style-type: none"> • Participação n mesa de negociações sobre a atualização e subsídios e atualização do valor do SVR. • Representação na aula inaugural do CHO;
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na mesa de negociações sobre a atualização e subsídios e atualização do valor do SVR; • Reunião com Desenvolve Alagoas sobre o Cartão do Servidor público;
Maió	<ul style="list-style-type: none"> • Formatura de novos promovidos do CBMAL; • Visita institucional a Academia Bombeiro Militar;
Junho	<ul style="list-style-type: none"> • Eleição
Julho	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Reunião Ordinária da nova Diretoria; • Planejamento das ações da nova diretoria da ABMAL para o triênio 2024-2027;
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Solenidade de Posse;
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do contrato com a TOTALPASS; • Reunião com Núcleo de Qualidade Vida do CBMAL e pais/mães de crianças com TEA/TDAH para organização e realização de trabalhos voltados para a qualidade de vida no trabalho de pais/mães atípicos.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião para ajustes finais da corrida dos Bombeiros;
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> • Corrida dos Bombeiros.



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 07080037 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 329/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS-ABMAL

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à Assessoria Legislativa.

Maceió/AL, 20 de agosto de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues Rocha, CPF Nº 058.544.434-06 em 20 de agosto de 2025 às 11h33.



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
ASSESSORIA LEGISLATIVA**

Processo N° : 07080037 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 329/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS-ABMAL

DESPACHO

PARECER CONSULTIVO

I. RELATÓRIO

Trata-se de proposição apresentada pelo(a) Vereador(a) Silvania Barbosa em 08/07/2025, a qual visa conceder à Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas (ABMAL) o título de entidade de utilidade pública municipal.

O presente Projeto foi lido no Prolongamento do Expediente da 57ª Sessão Ordinária de 19/08/2025 e encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A elaboração normativa deve observar os princípios da unicidade e da coerência do ordenamento jurídico, de modo a evitar a multiplicidade de leis sobre a mesma matéria sem a necessária técnica de remissão. Nesse sentido, dispõe o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95/1998:

“Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Nesse contexto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) prevê, em seu art. 2º, §1º, que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela

incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ao passo em que o §2º dispõe que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, salvo se houver declaração expressa em sentido contrário.

Assim, a presente proposição deve ser confrontada com a legislação municipal vigente, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da lei.

Em consulta à base de dados da Câmara Municipal de Maceió, não foram encontradas Leis aprovadas que versam sobre matéria correlata à apresentada.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Legislativa informa que inexistem Leis aprovadas versando sobre matéria correlata à deste Projeto de Lei, não havendo possibilidade de duplicidade normativa e/ou revogação tácita.

É o parecer.

Maceió/AL, 20 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : KAREN ELLEN
CEZARIO DOS SANTOS, CPF Nº 116.234.764-37 em 20 de
agosto de 2025 às 18h15.*



KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS
ANALISTA LEGISLATIVO



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
ASSESSORIA LEGISLATIVA**

Processo N° : 07080037 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 329/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS-ABMAL

DESPACHO

Trata-se de Projeto de Lei encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer consultivo. Expedido o referido parecer, encaminhem-se os autos à CCJ para deliberação nos termos regimentais.

Maceió/AL, 20 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : KAREN ELLEN
CEZARIO DOS SANTOS, CPF Nº 116.234.764-37 em 20 de
agosto de 2025 às 18h18.*



**KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS
ANALISTA LEGISLATIVO**



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 07080037 / 2025

Nº PROJETO DE LEI : 329/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS-ABMAL

DESPACHO

Maceió/AL, 31 de agosto de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF Nº 014.516.524-88 em 31 de agosto de
2025 às 11h35.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

DECLARAÇÃO

Eu, **Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares**, portador do CPF nº 053.006.234-82, residente e domiciliado nesta cidade de Maceió, Alagoas, **DECLARO** para os devidos fins que a **Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas - ABMAL**, inscrita no CNPJ 14.440.423/0001-37, constituída em 25 de maio de 2011, encontra-se, atualmente, com sede na Avenida Empresário Carlos da Silva Nogueira, 1256, Edf Sílvia Cavalcanti - Ap 201, Jatiúca, Maceió, Alagoas. Tendo em vista que a ABMAL ainda não possui sede própria fez-se necessário a mudança de endereço. Posto isto e ao fato do Estatuto está passando por um processo de “ajustes” ainda não foi possível registrar o novo Estatuto bem como realizar a alteração do atual endereço no Cartão CNPJ.



Documento assinado digitalmente
OLÍMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES
Data: 12/09/2025 15:55:41-0300
Verifique em <https://validar.dft.gov.br>

Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares

Presidente

Maceió, 09 de setembro de 2025.

DECLARAÇÃO

Eu, **Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares**, portador do CPF nº 053.006.234-82, residente e domiciliado nesta cidade de Maceió, Alagoas, **DECLARO** para os devidos fins que a **Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas - ABMAL**, constituída em 25 de maio de 2011, com sede na Avenida Empresário Carlos da Silva Nogueira, 1256, Edf Sílvia Cavalcanti - Ap 201, Jatiúca, Maceió, Alagoas, inscrita no CNPJ 14.440.423/0001-37, neste ato representada por seu presidente abaixo assinado, **NÃO** me remunera, bem como nenhum membro da atual diretoria, como estabelece o Art 25º do Estatuto da ABMAL que dispõe: “ São Despesas da Associação: I – Os pagamentos relativos aos benefícios previstos neste Estatuto; II - Gastos com administração; III – Ordenados e Gratificações; IV – Aquisição de móveis, equipamentos ou utensílios; V – Verbas destinadas às seccionais do interior e capitais; VI - Ampliações e benfeitorias; VII –Representações oficiais da Associação; VIII - Educação e Capacitação de Sócios, dependentes e funcionários; e; IX – Diversos.”

Documento assinado digitalmente

ov r

OLIMPIO RAFAEL PINTO FALCAO TAVARES

Data: 12/09/2025 15:52:47-0300

Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Olímpio Rafael Pinto Falcão Tavares

Presidente



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

PARECER Nº 08, DE 2025 – CSP
(ao Projeto de Lei n. 329/2025)

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, sobre o Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publica semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).

Cumpre ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.



Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.


LEONARDO DIAS
Vereador

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Thales Diniz		
Cal Moreira		

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS / PARECER Nº 08, DE 2025 – CSP /
(AO PROJETO DE LEI N. 329/2025).

PARECER

Da **COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, sobre o Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços Públicos, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publica semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).

Cumprе ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.

Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.

LEONARDO DIAS

Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS: Cal Moreira; e Thales Diniz

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:7E477EF8

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

PROJETO DE LEI Nº /2025.

Considera de Utilidade Pública Municipal o
Instituto Henrique Leite – IHL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, decreta:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Municipal o **INSTITUTO HENRIQUE LEITE – IHL**, com sede e foro no Município de Maceió, Estado de Alagoas, Rua Iracema Fragoso de Araújo, nº 49, Conjunto Graciliano Ramos, CEP 57.073-320, Maceió/Al., inscrita no CNPJ nº 44.600.131/0001-85, é pessoa jurídica, de direito privado sem fins lucrativos, que tem como finalidade beneficiar a comunidade com os serviços prestados através de programas de caráter educativo e formação profissionalizante.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 12 maio de 2025.


Silvania Barbosa
Vereadora



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

JUSTIFICATIVA

O **INSTITUTO HENRIQUE LEITE** é pessoa jurídica, de direito privado sem fins lucrativos, que tem como finalidade beneficiar a comunidade com os serviços prestados através de programas de caráter educativo e formação profissionalizante.

Tem também por objetivo desenvolver atividades, projeto e programas voltados para as áreas da educação, assistência social, saúde, esporte, lazer, e qualificação profissional para as comunidades, como também trabalhar em parceria com o poder público/privado e a sociedade em geral.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação do mencionado Projeto.


Silvania Barbosa
Vereadora



Instituto Henrique Leite

Requerimento. 0001

Eu Jersonita Marcelino Leite, presidente do Instituto Henrique Leite venho pedir a amiga e vereadora Silvania Barbosa que nos der o título de utilidade pública para nosso Instituto.

Diante não já agradecendo em nome do nosso Instituto todo trabalho que fazemos nesses 5 anos de trabalhos sociais com mulheres, crianças e idosos.

Maceió- AL, 25 de Abril de 2025



Jersonita Marcelino Leite
Diretora- Presidente
CNPJ: 44.600.131/0001-85



Institutohenriqueleiteoficial@gmail.com
(82) 99649-1608
9-8836-8098

INSTITUTO HENRIQUE LEITE
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede e Finalidade

Art.1º – O INSTITUTO HENRIQUE LEITE também designado pela sigla IHL é uma pessoa jurídica de direito privado, constituído por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter, filantrópico, assistencial, sem cunho político ou partidário, fundado em 23 de março de 2020 como Associação Mulheres de Braços Abertos – AMBA, modificado o nome para IHL no dia 07 de fevereiro de 2024 com CNPJ 44.600.131/0001-85, sede, Rua Iracema Frágoso de Araújo, Nº 49, Conj. Graciliano Ramos no município Maceió, Estado de Alagoas CEP 57073320.

Parágrafo único – O IHL reger-se por este Estatuto, disposições legais e normas regimentais que lhe forem aplicáveis.

Art.2º – O Instituto Henrique Leite tem por finalidade

- I - Ser uma referência na agregação de valores para a comunidade;
- II - Buscar meios de beneficiar a comunidade com os serviços prestados através de programas de caráter educativo e formação profissionalizante;
- III - Trabalhar em parcerias com o poder público/privado e a sociedade em geral;
- IV – Desenvolver atividades, projeto e programas voltados para as áreas da educação, assistência social, saúde, esporte, lazer, qualificação profissional para a comunidade.

Art.3º – No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto não fará qualquer discriminação de etnia, cor, sexo ou religião.

Art.4º – O Instituto Henrique Leite terá um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art.5º – A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), o Instituto poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II
Dos Sócios, Seus Direitos e Deveres

Art.6º – O Instituto será constituído por número ilimitado de associados, os quais serão admitidos, dentre pessoas idôneas e tenha preenchido proposta para esse fim.

§1º O pedido para filiação deverá ter a aprovação de pelo menos metade mais um dos membros da Diretoria.

§ 2º Qualquer associado poderá demitir-se, bastando, para tanto, apresentar, por escrito e com antecedência mínima de 30(trinta) dias, declaração de demissão a Diretoria Administrativa.

Art. 7º - Os sócios distinguir-se-ão pelas seguintes categorias

- I– Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da Associação;
- II– Beneméritos, assim considerados aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados ao Instituto.

BELª LUCYMARA ALVES BERGUEIRA
4º Oficial de Mesa e 1º Escrivão de Mesa e
Documentos e Processos Jurídicos da Justiça de
1ª, de Paz, 1884 - 3015 - Empresarial Torre
Basilis Corporate - Maceió - CEP 57020-440
Substituta

III- Honorários, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à Associação, por proposta da diretoria à Assembleia Geral;

IV-Contribuintes, os que pagarem a mensalidade estabelecida pela Diretoria.

Parágrafo único: Somente poderá compor os órgãos da Administração do Instituto Henrique Leite, os associados após 03(três) meses de associados, a exceção dos sócios fundadores.

Art. 8º – São direitos dos associados

I – Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – Tomar parte nas Assembleias Gerais.

Parágrafo único - Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

Art. 9º – São deveres dos associados:

I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II - Acatar as determinações da Diretoria.

III - Pagar em dia às mensalidades estipuladas;

IV - Comparecer às Assembleias Gerais e cooperar nos trabalhos e iniciativas que o Instituto venha a planejar e executar;

V - Colaborar nos movimentos e nas obras assistenciais e de promoção humana de caráter coletivo, de que o Instituto participe.

Art. 10 – Os associados do Instituto não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

CAPÍTULO III

Das Eleições, da Assembleia Geral, do Mandato e das Reuniões.

Art. 11 – Para eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal será convocada a Assembleia Geral e será realizada por escrutínio secreto, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos dirigentes em exercício.

§1º - A convocação será mediante edital, mencionando data, local, e horário de votação, prazo para registro de chapa, horário de funcionamento da secretaria.

§2º - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita, no mínimo, com quinze dias de antecedência, fazendo constar nesta a ordem do dia.

Art. 12 - Para votar ou ser votado na Assembleia Geral que irá eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal. É necessário que o sócio atenda aos seguintes requisitos:

- Ser sócio fundador;

I- Sócio com mais de três meses de filiado;

II- Encontrar-se quites com as mensalidades.

Art. 13 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, a cada três anos. Uma nova eleição deverá ocorrer 03 (três) meses antes do término do mandato.

Parágrafo único – O mandato da diretoria será de (04) quatro anos, sendo permitida somente uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo e o cargo da presidente é vitalício, exceto quando existir provas de que houve atos ilícitos.

DEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Tabelião de Notas e
Documentos e Pessoa Jurídica de Maracá-PA
Av. da Paz, 1884 - Bl. 16 - Empreendimento Taurus
Grande Complexo - Maracá-PA - CEP 57020-440
Simplicidade

CAPITULO IV

Da Suspensão e da Perda de Mandato

Art. 14 - O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que deixar de cumprir os deveres do seu cargo, violar dispositivo legal ou estatutário, faltar ao decoro ou praticar atos lesivos aos interesses do Instituto, será aplicado a pena de suspensão de suas atividades por até 180 (cento e oitenta) dias ou até mesmo ser exonerado do cargo.

§ 1º - No caso de notória gravidade da falta cometida, ou no caso de reincidência, será aplicada pena de perda do mandato.

§ 2º - A condenação não poderá exceder o mandato em curso da Diretoria.

Art. 15 - O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal perderá o mandato nos casos de:

- I - malversação do patrimônio social;
- II - abandono do cargo;
- III - na hipótese referida no parágrafo 1º do artigo 14.

§ 1º - Considera-se abandono de cargo a ausência, sem justa causa, a 04 (quatro) reuniões consecutivas da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

§ 2º - O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que abandonar o cargo não poderá ser eleito para qualquer mandato de administração pelo prazo de 04 (quatro) anos

Art. 16 - As penalidades serão aplicadas mediante processo regular em que deve ser assegurado amplo direito de defesa ao acusado por decisão de 2/3 da diretoria. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral, decidirá sobre o assunto por maioria simples.

CAPÍTULO V

Da Administração

Art. 17 - O Instituto será administrado por:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

Art. 18 - A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 19 - Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - Destituir os administradores;
- III - Apreçar os recursos contra decisões da diretoria;
- IV - Decidir sobre reformas do Estatuto;
- V - Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- VI - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII - Decidir sobre a extinção do Instituto, nos termos do artigo 38;
- VIII - Aprovar as contas;
- IX - Aprovar o regimento interno e suas modificações.

Art. 20 - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

BEL* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registrador de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas do Município de
Ara. de Paz, 1884 - St. 15 - Centro - 13.130-000
Brazils Corporate & Commercial - CEP 07020-440
Substituto

Site

- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Diretor.

Art. 28 – Compete ao Secretário

- I – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral;
- II – Redigir as pautas, atas, memorandos e ofícios;
- III – Apresentar para toda diretoria todas as documentações antes de serem publicadas;
- IV – Após aprovação da diretoria publicar conforme orientação da diretoria;
- V – Fazer a agenda do Instituto;
- VI – Organizar todo o arquivo físico e digital.

Art. 29 – Compete ao Tesoureiro

- I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a planilha/registros;
- II – Pagar as contas solicitadas pelo Diretor, com solicitação e autorização registrada por e-mail.
- III – Apresentar relatórios de receita e despesas, mensalmente e quando solicitados;
- IV – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V – Apresentar a cada três meses o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI – Manter o arquivo com os documentos relativos à tesouraria no Instituto;
- VII – Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII – Assinar, com a presidente, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras do Instituto.

Art. 30 – Compete a Diretoria Administrativa

- I – Deixar a sede organizada para o andamento dos trabalhos diários;
- II – Auxiliar o Tesoureiro nas elaborações dos relatórios mensais;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração a diretoria da AMBA.

Art. 31 – O Conselho Fiscal será constituído por um membro titular e um Suplente, eleito pela Assembleia.

§1º – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 32– Compete ao Conselho Fiscal

- I – Examinar os livros de escrituração do Instituto;
- II- Examinar o balancete trimestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III – Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- IV – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 33 – Da remuneração

I- Os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, não são remunerados seja a que título for. Ficando expressamente vedado, por parte dos seus membros, o recebimento de qualquer tipo de remuneração, lucro, gratificação, bonificação ou outras vantagens que possa existir.

DEL. LUCIANA REZENDE
2º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Poder Judiciário de São Paulo
Av. da Paz, 1167 - M. 15 - São Paulo/SP
Brasil CEP 05025-440
Suplente

II - A vedação expressa no inciso acima, aplica-se também a todos associados, independentemente de sua categoria.

Art. 34 - A Instituição não distribuirá entre seus membros, conselheiros, diretores e associados participações ou parcelas do seu patrimônio, sendo os mesmos integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Art. 35 - A Instituição manter-se-á através de contribuições mensais dos associados contribuintes, anunciantes e de outras doações de iniciativa privada ou publica, sendo que está renda, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 36 - O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis, imóveis, equipamentos, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Art. 37 - Em caso de dissolução social do Instituto, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Instituto somente poderá ser dissolvida por decisão de, no mínimo, 2/3 dos membros elegíveis reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 39 - O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 40 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

O presente estatuto foi aprovado pela Assembleia geral realizada no dia 07 de fevereiro de 2024

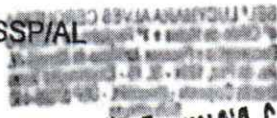


Jersonita Marcelino Leite

Presidente do Instituto Henrique Leite

Jersonita Marcelino Leite

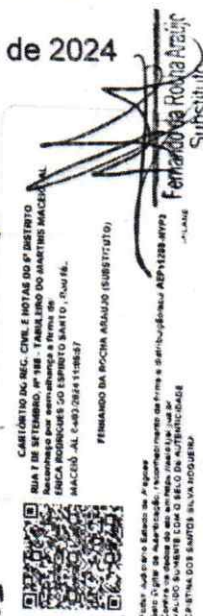
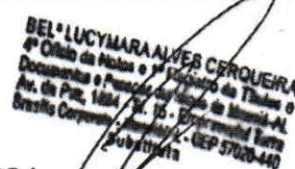
CPF: 384.200.314-53 RG: 388.600 SSP/AL



Erica Rodrigues do Espirito Santo

Erica Rodrigues do Espirito Santo

OAB 17494



Maceió/AL, em 07 de fevereiro de 2024.

**ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO MULHERES DE
BRAÇOS ABERTOS, PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DE NOVA
DIRETORIA REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2024**

CNPJ 44.600.131/0001-85

DELUCYMARALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e
Documentos e Promissões de Compra e Venda - AL
Av. da Paz, 1884 - 2º - 15 - Edifício Terra
Brasil - CEP 57028-440
São Paulo

ATA DE REUNIÃO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) às 18:00 h, na sede da **ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS – AMBA**, CNPJ 44.600.131/0001-85 localizada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, Nº 49, Cidade Universitária, em Maceió/Alagoas, CEP 57073-320, representada pela Presidente Jersonita Marcelino Leite, brasileira, casada, inscrita no CPF: 384.200.314-53 e RG: 388.600 SSP/AL, residente na rua 29, Conjunto Graciliano Ramos, 49 Q.H.3, Cidade Universitária, CEP 57.073.340, Alagoas, que assina a lista de presença anexa e também é qualificada em relação anexa, tendo por finalidade alterar o Estatuto Social e realização de Nova Eleição da associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário. Para presidir os trabalhos foi indicada, por aclamação a senhora Jersonita Marcelino Leite, que a mim, para secretariá-la. **ABERTURA DA REUNIÃO:** a Presidente, iniciou a sessão e após alguns esclarecimentos submeteu à votação, a proposta de alteração do nome que foi imediatamente aprovado por unanimidade, passando a prevalecer a seguinte forma: **INSTITUTO HENRIQUE LEITE**, em homenagem ao ex Conselheiro Tutelar Henrique Leite. Ainda com a palavra, a Senhora Presidente, distribuiu aos presentes, cópias do estatuto social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado por unanimidade e segue em anexo, como parte integrante da presente Ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente, constituído o novo Estatuto. Em ato contínuo, a senhora presidente deu início ao processo eletivo, visando recompor os cargos da Diretoria Executiva, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos presenciado por todos, presenciado por todos, foi eleita por unanimidade a Diretoria Executiva composta da seguinte forma: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Para **Presidente:** Jersonita Marcelino Leite, CPF: 384.200.314-53, RG 388.00 SSP/AL, residente na rua 29, Conjunto Graciliano Ramos, 49, Q.H.3, Cidade Universitária – 57.073-430; para **Vice-Presidente:** Andrea Leite Brasileiro de Aguiar, CPF 024.838.464-32, RG 98001311795, residente na Rua H, Lot. Cambuci, 291 - Q H, Serraria, para **Secretaria:** Priscylla Kelley Alves Meyer, CPF 069.400.284-47, RG 2002001338972, residente na Av. Assis Chateaubriand, 3996, Torre 03, n. 702, Trapiche da Barra, CEP 57010-371; para **Projetista:** Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte, CPF 063.524.764-06, RG 2001006030178 SSP/AL, residente Rua 5C número 154- Barro Duro para **Tesoureiro:** Jersoneide Simões Marcelino, CPF 603.982.134-53, RG 794486 SSP/AL, residente na R. São Caetano, 175, BL 10, Ap 004, RD Bosque das Ubaías, Benedito Bentes, CEP 57084-594; **Diretoria Administrativa:** Jersoniva Simões Marcelino, CPF 603.982.134-53 RG 794.486 SSP/AL, residente no Condomínio Campos do Jordão I, 0008, Antares, CEP 57.038-43; **Conselho Fiscal:** Joseneide Fernandes de Souza, CPF 604.926.864-91, RG 206.591, residente na rua Guiomar Cunha, 65, Cidade Universitária, Maceió/AL. E, por fim,

a senhora, presidente deu posse aos eleitos para a gestão de 04 (quatro) anos, iniciando-se em 26 de março de 2024 e findado em 25 de março de 2028, sendo a tempo de posse da Presidente vitalícia. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral, determinando a mim, que servi como secretária, para que lavrasse a presente Ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pela senhora Presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.

Maceió, 07 de fevereiro de 2024.

Jersonita Marcelino Leite
Jersonita Marcelino Leite

Presidente da Assembleia

Priscylla Kelley Alves Meyer
Priscylla Kelley Alves Meyer

Secretária da Assembleia

CONSELHO FISCAL

Joseneide Fernandes de Souza
Joseneide Fernandes de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Andrea Leite Brasileiro de Aguiar
Andrea Leite Brasileiro de Aguiar
Vice-presidente

Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte
Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte
projetista

BEL LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió-AL
Av. da Paz, 1884 - 11.º - Empresarial Terra
Brasilis Corporate - Maceió-AL - CEP 57020-440
Substituta

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL
Luiza Barros Pinha de Carvalho - AL. da Paz, 1884 - 11.º - Empresarial Terra Brasilis Corporate, Salas 14 e 15,
Centro de Maceió/AL. CEP 57020-440. Tel.: (82) 3436-9777 (WhatsApp) - LUIZABARROS@not.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
30/09/2024 15:04 Solatante - "0131 0001-83"

Protocolado nº. 8442506, Livro A em 07/08/2024
Arquivado no registro sob nº. 8429433, O que
certifica a data de Maceió - AL, 30/09/2024, Bel,
Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão.

Consultar: <https://welo.jal.jus.br>



Qualquer dúvida, ou para obter mais informações, consulte o site do Conselho de Administração da Associação de Advogados de Maceió.



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
AFD53821-BL4P
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://welo.jal.jus.br>

Reconheço () a Semelhança () a Autenticidade
a(s) Fim(a)s de Jersonita Leite
Leite
05 SET. 2024
Em test. Leite da verdade
☐ José Arnaldo Costa de Moraes-Oficial/Tabelião
☐ Alessandra Nemezio C. Cemos - Substituta
☐ Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
AFD53823-W180
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://welo.jal.jus.br>

Reconheço () a Semelhança () a Autenticidade
a(s) Fim(a)s de Priscylla Meyer
Meyer
05 SET. 2024
Em test. Meyer da verdade
☐ José Arnaldo Costa de Moraes-Oficial/Tabelião
☐ Alessandra Nemezio C. Cemos - Substituta
☐ Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
AFD53824-CXCF
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://welo.jal.jus.br>

Reconheço () a Semelhança () a Autenticidade
a(s) Fim(a)s de Joseneide Fernandes de Souza
de Souza
05 SET. 2024
Em test. de Souza da verdade
☐ José Arnaldo Costa de Moraes-Oficial/Tabelião
☐ Alessandra Nemezio C. Cemos - Substituta
☐ Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
AFD53825-F420
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://welo.jal.jus.br>



Reconheço () a Semelhança () a Autenticidade
a(s) Fim(a)s de Andrea Leite Brasileiro de Aguiar
de Aguiar
05 SET. 2024
Em test. de Aguiar da verdade
☐ José Arnaldo Costa de Moraes-Oficial/Tabelião
☐ Alessandra Nemezio C. Cemos - Substituta
☐ Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Axiul
AFD53826-L90Z
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://welo.jal.jus.br>

Reconheço () a Semelhança () a Autenticidade
a(s) Fim(a)s de Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte
Marcelino Duarte
05 SET. 2024
Em test. Marcelino Duarte da verdade
☐ José Arnaldo Costa de Moraes-Oficial/Tabelião
☐ Alessandra Nemezio C. Cemos - Substituta
☐ Mônica Evelyn M. de Araújo Alves - Escrivão

**ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS,
PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA REALIZADA NO DIA 07 DE
FEVEREIRO DE 2024**

ATA DE REUNIÃO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) às 18:00 h, na sede da **ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS – AMBA**, localizada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, Nº 49, Cidade Universitária, em Maceió/Alagoas, CEP 57073-320, representada pela Presidente Jersonita Marcelino Leite, brasileira, casada, inscrita no CPF: 384.200.314-53 e RG: 388.600 SSP/AL, residente na rua 29, Conjunto Graciliano Ramos, 49 Q.H.3, Cidade Universitária, CEP 57.073.340, Alagoas, que assina a lista de presença anexa e também é qualificada em relação anexa, tendo por finalidade alterar o Estatuto Social e realização de Nova Eleição da associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário. Para presidir os trabalhos foi indicada, por aclamação a senhora Jersonita Marcelino Leite, que a mim, Priscylla Kelley Alves Meyer, residente na Av. Assis Chateaubriand, 3996, Torre 03, nº 702, Trapiche da Barra, para secretariá-la. **ABERTURA DA REUNIÃO:** a Presidente, iniciou a sessão e após alguns esclarecimentos submeteu à votação, a proposta de alteração do nome fantasia que foi imediatamente aprovado por unanimidade, passando a prevalecer a seguinte forma: **INSTITUTO HENRIQUE LEITE**, em homenagem ao ex Conselheiro Tutelar Henrique Leite. Ainda com a palavra, a Senhora Presidente, distribuiu aos presentes, cópias do estatuto social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado por unanimidade e segue em anexo, como parte integrante da presente Ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente, constituído o novo Estatuto. Em ato contínuo, a senhora presidente deu início ao processo eletivo, visando recompor os cargos da Diretoria Executiva, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos presenciado por todos, presenciado por todos, foi eleita por unanimidade a Diretoria Executiva composta da seguinte forma: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Para **Presidente:** Jersonita Marcelino Leite, CPF: 384.200.314-53, RG 388.00 SSP/AL, residente na rua 29, Conjunto Graciliano Ramos, 49, Q.H.3, Cidade Universitária – 57.073-430; para **Vice-Presidente:** Andrea Leite Brasileiro de Aguiar, CPF 024.838.464-32, RG 98001311795, residente na Rua H, Lot. Cambuci, 291 – QD H, Serraria, para **Secretaria:** Priscylla Kelley Alves Meyer, CPF 069.400.284-47, RG 2002001338972, residente na Av. Assis Chateaubriand, 3996, Torre 03, nº 702, Trapiche da Barra, CEP 57010-371; para **Projetista:** Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte, CPF 063.524.764-06, RG 2001006030178 SSP/AL, residente Rua 5C número 154 Barro Duro para **Tesoureiro:** Jersoneide Simões Marcelino, CPF 603.982.134-53, RG 794486 SSP/AL, residente na R. São Caetano, 175, BL 10, Ap 004, RD Bosque das Ubaías, Benedito Bentes, CEP 57084-594; **Diretoria Administrativa:** Jersoniva Simões Marcelino, CPF 603.982.134-53 RG 794.486 SSP/AL, residente no Condomínio Campos do Jordão III, 0008, Antares, CEP 57.038-43; **Conselho Fiscal:** Joseneide Fernandes de Souza, CPF 604.926.864-91, RG 206.591, residente na rua Guiomar Cunha, 65, Cidade Universitária, Maceió/AL. E, por fim,

a senhora, presidente deu posse aos eleitos para a gestão de 04 (quatro) anos, iniciando-se e 07 de fevereiro de 2024 e findado em 07 de fevereiro de 2028, sendo a tempo de posse da Presidente vitalícia. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral, determinando a mim, que servi como secretária, para que lavrasse a presente Ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pela senhora Presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.

Maceió, 07 de fevereiro de 2024.

Jersonita Marcelino Leite

Jersonita Marcelino Leite
Presidente da Assembléia

Priscylla Kelley Alves Meyer

Secretária da Assembléia
Priscylla Kelley Alves Meyer

CONSELHO FISCAL

Joseneide Fernandes de Souza

Nome: Joseneide Fernandes de Souza
Endereço: Rua Guiomar Cunha, 65
Cidade Universitária, Maceió/AL
CPF 024.838.464-32 e RG 206.591

DIRETORIA EXECUTIVA

Andrea Leite Brasileiro de Aguiar

Andrea Leite Brasileiro de Aguiar
Vice-presidente

Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte

Jennifer Malta Feitosa Marcelino Duarte
Projetista

AMBA – ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS

CNPJ 44.600.131/0001-85

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL – APROVAÇÃO DA
ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, ESTATUTO, ELEIÇÃO DA DIRETORIA
QUADRIÊNIO 2024/2028**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por meio deste edital, convocamos os interessados para a reunião de criação da Associação Mulheres de Braços Abertos – AMBA para atuação em Alagoas, a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2024, às 20h na sede, situada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, n.49, Conjunto Graciliano Ramos – Cidade Universitária – Maceió – AL, CEP: 57073-320, na qual será discutida a seguinte pauta:

- Alteração do estatuto
- Alteração da razão social
- Eleição da diretoria quadriênio 2024/2028

Os interessados, inclusive a concorrerem a eleição da coordenação deverão declarar seu interesse por meio da inscrição que deverá ser realizada pelo email da entidade ambamaceio@gmail.com

Para amplo conhecimento, esse edital será entregue pessoalmente aos interessados que vem se reunindo no interesse da criação da entidade, por meio eletrônico (mensagem de whats app) além de ser afixada no local de reuniões, como costume.

Maceió, AL 06 de Janeiro de 2024

7º DISTRITO

Jersonita Marcelino Leite

Jersonita Marcelino Leite
Presidente

Associação Mulheres de Braços Abertos - AMBA

Cartório Judiciário de Alagoas
Selo Digital Aut.
AFD53822-YT6R
05/09/2024 09:44

Confirme autenticidade em:
<https://seio.tj.al.jus.br>

Reconheço a autenticidade da assinatura digitalizada

Assinatura de: *Jersonita Marcelino Leite*

05 SET. 2024

Em test. *faul* da verdade

CARTÓRIO REG. CIVIL E NOT. ALAGOAS
Av. Antônio Lisboa de Amorim, 220
Loja 06 - B. Bentes

Reconheço a autenticidade da assinatura digitalizada

Assinatura de: *Jersonita Marcelino Leite*

05 SET. 2024

Em test. *faul* da verdade


Reconheço a autenticidade da assinatura digitalizada

Assinatura de: *Jersonita Marcelino Leite*

05 SET. 2024

Em test. *faul* da verdade

DELUCYMAR ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e Tabelião de Títulos e Documentos e Procurador Jurídico de Títulos e Documentos
Av. da Paz, 1404 - 15 - Empresarial Terra Santa
Maceió - Alagoas - CEP 57020-400


Jersonide Simões Marcelino
Jersonide Simões Marcelino
Tesoureira

Jersoniva Simões Marcelino
Jersoniva Simões Marcelino
Diretora Administrativa



BEI* LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Oficial de Mesa e 1º Registrador de Títulos e
Documentos e Prata de Juízo de Mesa - AL
Av. da Paz, 1804 - 8º - J. Empresarial Terra
Brazília Corporate - Brasília - DF 57020-440
20200000

AMBA – ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS

CNPJ 44.600.131/0001-85

MACEIÓ, 07 DE FEVEREIRO DE 2024

LISTA DE FREQUÊNCIA

Jersonita Marcelino Leite
JERSONITA MARCELINO LEITE

Priscylla Kelley Alves Meyer
PRISCYLLA KELLEY ALVES MEYER

Joseneide Fernandes de Souza
JOSENEIDE FERNANDES DE SOUZA

Andrea Leite Brasileiro de Aguiar
ANDREA LEITE BRASILEIRO DE AGUIAR

Jenniffer Malta Feitosa Marcelino Duarte
JENNIFER MALTA FEITOSA MARCELINO DUARTE

JERSONEIDE SIMÕES MARCELINO
Jeroneide Simões Marcelino
JERSONIVA SIMÕES MARCELINO

Jerone Simões Marcelino

[Signature]
DEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
4º Ofício de Notas e 1º Tabelião de Notas e
Documentos e Passagem de Bens do Município de
Ar. da Paz, 1004 - 15.º Emp. - 57020-440
Bela Vista - Maceió - AL
Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA OCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS



NOME JERSONITA MARCELINO LEITE

FUNÇÃO
ARTANHAN MARCELINO DOS SANTOS
IOLANDA SIMÕES MARCELINO

DATA NASCIMENTO 11/12/1961

NATURALIDADE MACEIÓ-AL

TIPO DE ATIVIDADE CIVIL CÍVIL E EMPREGO SSP/AL

OBSERVAÇÃO

Jersonita Marcelino Leite

Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 384.200.314-53 DN 2ª VIA
REGISTRO CIVIL 355800 2ª VIA
REGISTRO CIVIL JERSONITA MARCELINO LEITE
CERT. CAS. Nº 2658 - LIV. B-8 - FLS. 53 - CARTÓRIO MACEIÓ-AL

T. ELETOR 006945661767 CTR 3200375 SERIE 0030 UF AL

Nº INSC. IASPE 17046120081 IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. NATALE

CNH

CNH

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 320



POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

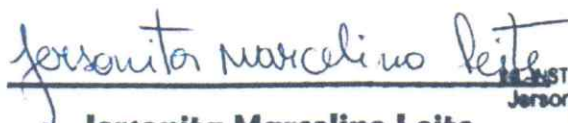


Instituto Henrique Leite

DECLARAÇÃO

Eu, Jersonita Marcelino Leite, port. Do CPF de N° 384.200.314-53, residente e domiciliada nesta cidade de Maceió -Al, declaro para os devidos fins que o Instituto Henrique - IHL constituiu em 23 de Março de 2020, com a sede na rua 26, Av. A, nº1618 no bairro Cidade Universitária, Maceió- Al, inscrito no CNPJ 44.600.131/0001-85, neste ato representado por sua presidente abaixo-assinado, venho informar a que de direito, que nossa entidade é de direito privado e sem fins lucrativos.

Maceió- AL, 06 de Maio de 2025



Jersonita Marcelino Leite
Diretora- Presidente
CNPJ: 44.600.131/0001-85

INSTITUTO HENRIQUE LEITE
Jersonita Marcelino Leite
Presidente
Tel: 9 8836-8098



Institutohenriqueleiteoficial@gmail.com
(82) 98836-8098
(82) 99649-1608



Instituto Henrique Leite

TERMO DE COMPRIMISSO

O Instituto Henrique Leite, fundado em 23 de Março de 2020, com sede e foro no município de Maceió, estado de Alagoas, rua 26, Av. A, N° 1618, Graciliano Ramos, bairro Cidade Universitária, nesta cidade, inscrito no CNPJ

N° 44.600.131/0001-85, neste ato representado pela presidente abaixo assinado, compromete-se para os fins do inciso IV do Art. 2° da lei municipal N° 4294 de 07 de Fevereiro de 1994 que regulamenta a concessão do reconhecimento de utilidade pública, em publicar semestralmente o demonstrativo com a publicação dos recursos recebidos a título de doação pelo poder publico.

Maceió- AL, 06 de Maio de 2025

Jersonita Marcelino Leite

Jersonita Marcelino Leite
Diretora- Presidente
CNPJ: 44.600.131/0001-85

IEL-INSTITUTO HENRIQUE LEITE
Jersonita Marcelino Leite
Presidente
Tel: 9 8836-8098



institutohenriqueleiteoficial@gmail.com

(82) 98836-8098

(82) 99649-1608

SUBGRUPO: B3 GRUPO TENSÃO: D
TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL MONOFASICA TENSÃO NOMINAL: 220 V - 60
CLASSIFICAÇÃO: Comercial
SUBCLASSE: ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

TIPO DE FORNECIMENTO:
Monofásico
INSTALAÇÃO: 2000112385
IL/SEQ: 10080035-1820

ASSOCIACAO MULHERES DE BRACOS ABERTOS

R. 26 - CJ GRATILIANO RAMOS 1618 A CIDADE UNIVERSITARIA
CEP: 57073-292 MACEIO - AL
CNPJ: 00.000.131/0001-00

Para atendimento
ligue este número

Conta Contrato
3003126560

Parceiro de Negócio
1000278992

Conta mês
04/2025

Total a pagar
R\$ 176,38

Vencimento
22/04/2025



NOTA FISCAL N. 049895512 - SERIE 000
DATA EMISSÃO: 12/04/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfeportal.svs.rs.gov.br/DFE3F/Consulta>
Chave de acesso:
27250412272081000100660000498955422057693731
EMISSÃO EM CONDIÇÃO
Pendente de autorização

DEBITOS: 03/2025 R\$108,03 - PERIODOS: Band: Tarifa: Valor: R\$176,38 - 12/04

Datas das Leituras	Leitura Anterior 14/03/2025	Leitura Atual 12/04/2025	Nº de Dias 29	Próxima Leitura 13/05/2025		
Itens de Fatura	Quant.	Preço unit c/ trib.	Tarifa unit.(R\$)	PIS/ COFINS	ICMS	Valor (R\$)
Consumo (kWh)	120	1,088333	0,862930	2,25	24,81	130,60
Itens Financeiros						
Cip-Ilum Pub Pref Munic						43,38
Multa						1,07
Correcao Monetaria						0,76
Juros						0,57

AMBA – ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS
CNPJ 44.600.131/0001-85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL – APROVAÇÃO DA
ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, ESTATUTO, ELEIÇÃO DA DIRETORIA
QUADRIÊNIO 2024/2028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por meio deste edital, convocamos os interessados para a reunião de criação da Associação Mulheres de Braços Abertos – AMBA para atuação em Alagoas, a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2024, às 20h na sede, situada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, nº 49, Conjunto Graciliano Ramos – Cidade Universitária – Maceió – AL, CEP: 57073-320, na qual será discutida a seguinte pauta:

- Alteração do estatuto
- Alteração da razão social
- Eleição da diretoria quadriênio 2024/2028

Os interessados, inclusive a concorrerem a eleição da coordenação deverão declarar seu interesse por meio da inscrição que deverá ser realizada pelo email da entidade arabamaceio@gmail.com

Para amplo conhecimento, esse edital será entregue pessoalmente aos interessados que vem se reunindo no interesse da criação da entidade, por meio eletrônico (mensagem de whats app) além de ser afixada no local de reuniões, como costume.

Maceió, AL 06 de Janeiro de 2024

7 DISTRICT

Personita Marcelino Peto

Jersonita Marcelino Leite
Presidente

Associação Mulheres de Braços Abertos - AMBA



DEL LUCYMAR ALVES CARVALHEIRA
 de Oito de Junho de 1975, nascido em Tâmega e
 Condição: Povoado, casado, sem filhos.
 Av. do Mar, 118 - 2.º 15 - Espinho, Tâmega
 e Alto Douro - Portugal - CEP 4700-40
 Sucessora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGISTRO DE INSCRIÇÃO Nº 284/2021

A entidade **INSTITUTO HENRIQUE LEITE**, CNPJ nº 44.600.131/0001-85, sediada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, nº. 49 – Cidade Universitária - Maceió/AL, é inscrita neste Conselho, sob nº 284/2021, conforme Resolução nº 054/2022, de 19/08/2022, publicada no Diário Oficial do Município em 17/08/2022 e Resolução nº 001/2025, de 15/01/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 17/01/2025, em consonância com os parâmetros da Resolução 014/2014 do CNAS.

A entidade executa: Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

Maceió-AL, 20 de janeiro de 2025.

Hegládja Mônica da Silva Souza
Hegládja Mônica da Silva Souza
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.600.131/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/12/2021
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO HENRIQUE LEITE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRACOS ABERTOS - AMBA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R IRACEMA FRAGOSO DE ARAUJO	NÚMERO 49	COMPLEMENTO QUADRAH3
CEP 57.073-320	BAIRRO/DISTRITO CIDADE UNIVERSITARIA	MUNICÍPIO MACEIO
UF AL		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JERSONITA.MARCELINO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (82) 8836-8098	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/12/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/05/2025 às 12:54:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

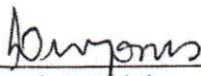
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGISTRO DE INSCRIÇÃO Nº 284/2021

A entidade **ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS - AMBA**, CNPJ nº 44.600.131/0001-85, sediada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, nº. 49 – Cidade Universitária - Maceió/AL, é inscrita neste Conselho, sob nº 284/2021, conforme Resolução nº 054/2022, de 19/08/2022, publicada no Diário Oficial do Município em 17/08/2022, em consonância com os parâmetros da Resolução 014/2014 do CNAS.

A entidade executa: Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

Maceió-AL, 19 de agosto de 2022.



Liziane de Medeiros Torres
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGISTRO DE INSCRIÇÃO Nº 284/2021

A entidade **INSTITUTO HENRIQUE LEITE**, CNPJ nº 44.600.131/0001-85, sediada na Rua Iracema Fragoso de Araújo, nº. 49 – Cidade Universitária - Maceió/AL, é inscrita neste Conselho, sob nº 284/2021, conforme Resolução nº 054/2022, de 19/08/2022, publicada no Diário Oficial do Município em 17/08/2022 e Resolução nº 001/2025, de 15/01/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 17/01/2025, em consonância com os parâmetros da Resolução 014/2014 do CNAS.

A entidade executa: Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

Maceió-AL, 20 de janeiro de 2025.

Hegladja Mônica da Silva Souza.

Hegladja Mônica da Silva Souza
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



PLANO ANUAL DE EVENTOS DA AMBA 2024

	JAN	FEV	MARÇ	ABRIL	MAYO	JUN	JUL	AGOST	SETEM	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
CURSOS	Ji-Bros	Coche Pintar	Ballet	Euleria Flores	Reapropriação Feminina	Capoeira	Doces	Jiu Jitsu	Conte	12			12
AÇÕES	Bruno	Donato	Diler	Oguel	Mãe	Violeta	Verde	Dourado	Alvarelo	Rosa	argue	Verde	12
TREINAMENTOS	Reuniao Valinda	Reuniao Amado	Reuniao Biotica	Reuniao Forteco	Reuniao Benefico	Reuniao Depend	Reuniao geral	Reuniao AS.S.	Reuniao geral	Reuniao aere	Reuniao Benefico	Reuniao geral	12
PALESTRAS	Saude Mental	Roka	Reuniao Conca	ADTTSA	Maib	IDOSO	Conca Boca	LILAS	Suicida	Conca Henna	Protesto Diabetes	ATDS	12
													48

REALIZADO
PREVISTO
NÃO REALIZADO

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente Social
CRESSIAL 92260
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
AL. TSB 116

[Assinatura]

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente social
Cress 6260

[Assinatura]

Veronica Marcelino Leite
Diretora - Presidente

AMBA - ASSOCIAÇÃO MULHERES DE BRAÇOS ABERTOS
DE BRAS ABERTOS
Veronica Marcelino Leite
Presidente
FIM: 9.8836-8088

3435-8433

82 9 9649-1608

CNPJ: 44.600.131/001-85

Ambamaceio@gmail.com





Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
PLENÁRIO - PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

Processo N° : 05130024 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 232/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL.

DESPACHO

Após a leitura no Prolongamento do Expediente, encaminhe-se à CCJRF.

Maceió/AL, 15 de maio de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues
Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 15 de maio de 2025 às
13h49.*



Gustavo Rodrigues Rocha
Diretor Superintendente



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05130024 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 232/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL.

DESPACHO

Maceió/AL, 28 de maio de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 28 de maio de
2025 às 14h42.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER Nº 42/2025 - CCJRF

PROCESSO Nº:05130024/2025

PROJETO DE LEI Nº 232/2025

AUTOR: VEREADORA SILVANIA BARBOSA

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o Projeto de Lei nº 232/2025, de autoria da ilustre Vereadora SILVANIA BARBOSA, que **"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL."**

II – ANÁLISE

Pretende a ilustre Vereadora SILVANIA BARBOSA, através do Projeto de Lei nº 232/2025, conceder o Título de Utilidade Pública para o INSTITUTO HENRIQUE LEITE – IHL.

O projeto de Lei em estudo, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura foi encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para análise e parecer conforme o art. 63, I, do Regimento Interno da casa.

Justificando a proposição, a nobre Vereadora afirma que o Instituto promove atividades para a educação, qualificação social e profissional, saúde, esporte e lazer para a comunidade local.

III – FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

A Lei nº. 4.294 de 07 de fevereiro de 1994 em seu art.2º e Parágrafo único c/c Lei nº. 5.237/2002 que inclui o inciso V na Lei anteriormente mencionada, versam sobre a concessão do Título de Utilidade Pública, sejam eles: *In verbis*:

Art.2º- O pedido de declaração de utilidade pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos.

- I- Que seja constituída no município de Maceió;
- II- Que tenha personalidade jurídica;
- III- Que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV- Que se obrigam a publicar semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá - Maceió - Alagoas - CEP: 57022-180.

Parágrafo Único - A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos dispostos no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantado por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió.

Lei nº 5.237/2002- Art.2º (...)

V- Que esteja em efetivo funcionamento a pelo menos 02 (dois) anos.

Disposta as diretrizes normativas para a concessão do Título, percebe-se, a partir da leitura objetiva dos requisitos, que o pedido em tela cumpre rigorosamente com todas as obrigações legais exigidas para a concessão de tal título.

IV - VOTO

Portanto, por não vislumbrar óbices à sua tramitação regimental, VOTO pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei nº 232/2025, o qual submeto a meus nobres Pares.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 17 de Junho de 2025.

Aldo Loureiro
ALDO LOUREIRO
Relator

	Favorável	Contrário	Abstenção
OLIVIA TENORIO	<i>Olivia Tenorio</i>		
SILVANIA BARBOSA			
DEL THIAGO PRADO	<i>Del Prado</i>		
CAL MOREIRA	<i>Cal Moreira</i>		
SIDERLANE MENDONÇA			
LEONARDO DIAS			



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR ALDO LOUREIRO

Rua Sá e Albuquerque, 564 - Jaraguá – Maceió – Alagoas – CEP: 57022-180.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESPACHO

PROCESSO Nº: 05130024/2025

PROJETO DE LEI Nº: 232/2025

AUTOR: VEREADORA SILVANIA BARBOSA

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

Assunto: PROJETO DE LEI QUE “CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL”.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para providências.

Maceió, 25 de junho de 2025

ALDO LOUREIRO
ALDO LOUREIRO

Vereador



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05130024 / 2025

N° PROJETO DE LEI : 232/2025

Interessado : VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Assunto : CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL.

DESPACHO

Maceió/AL, 30 de junho de 2025.



*Despacho Assinado Digitalmente por : Olívia Coimbra
Tenório Vilaça, CPF N° 014.516.524-88 em 30 de junho de
2025 às 10h24.*



Olívia Coimbra Tenório Vilaça
Vereadora

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL /
PROCESSO Nº:05130024/2025.

PARECER

PROCESSO Nº:05130024/2025.

PROJETO DE LEI Nº 232/2025

AUTOR: VEREADORA SILVANIA BARBOSA

RELATOR: VEREADOR ALDO LOUREIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para relatar o Projeto de Lei nº 232/2025, de autoria da ilustre Vereadora SILVANIA BARBOSA, que **“CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO HENRIQUE LEITE - IHL.”**

II – ANÁLISE

Pretende a ilustre Vereadora SILVANIA BARBOSA, através do Projeto de Lei nº 232/2025, conceder o Título de Utilidade Pública para o INSTITUTO HENRIQUE LEITE – IHL.

O projeto de Lei em estudo, cumprindo as formalidades regimentais, após a devida leitura foi encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para análise e parecer conforme o art. 63, I, do Regimento Interno da casa.

Justificando a proposição, a nobre Vereadora afirma que o Instituto promove atividades para a educação, qualificação social e profissional, saúde, esporte e lazer para a comunidade local.

III – FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

A Lei nº. 4.294 de 07 de fevereiro de 1994 em seu art.2º e Parágrafo único c/c Lei nº. 5.237/2002 que inclui o inciso V na Lei anteriormente mencionada, versam sobre a concessão do Título de Utilidade Pública, sejam eles: *In verbis*:

Art.2º- O pedido de declaração de utilidade pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos.

I- Que seja constituída no município de Maceió;

II- Que tenha personalidade jurídica;

III- Que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;

IV- Que se obrigue a publicar semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo Único – A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos dispostos no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantado por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió.

Lei nº 5.237/2002- Art.2º (...)

V- Que esteja em efetivo funcionamento a pelo menos 02 (dois) anos.

Disposta as diretrizes normativas para a concessão do Título, percebe-se, a partir da leitura objetiva dos requisitos, que o pedido em tela cumpre rigorosamente com todas as obrigações legais exigidas para a concessão de tal título.

IV - VOTO

Portanto, por não vislumbrar óbices à sua tramitação regimental, VOTO pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei nº 232/2025, o qual submeto a meus nobres Pares.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2025.

ALDO LOUREIRO

Relator

VOTOS FAVORÁVEIS

Olivia Tenório
Del. Thiago Prado
Cal Moreira

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:2E616989

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município
de Maceió no dia 01/07/2025. Edição 7197

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



PLANO ANUAL DE EVENTOS DA AMBA 2023

	JAN	FEB	MARÇ	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGOST	SETEM	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
CURSOS	LIBEROS	LIBEROS	LIBEROS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03
AÇÕES	Janeiro Banco	Fevereiro Laranga	Março Laranga	Abril Laranga	Mai Laranga	Junho Laranga	Julho Laranga	Agosto Laranga	Setembro Laranga	Outubro Laranga	Novembro Laranga	Dezembro Laranga	12
TREINAMENTOS	—	—	—	Reunio	—	—	—	—	—	—	—	—	01
PALESTRAS	—	—	—	—	Mai Atividade	Junho IDOSO	Julho Conec	Agosto Violência	Setembro Prevenção	Outubro Suicídio	Novembro Prevenção	Dezembro Contra AIDS	03

REALIZADO
PREVISTO
NÃO REALIZADO

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente Social

CRESS/AL 6260

Rebeca Oliveira Alexandre
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
AL - TSO 115

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente social
Cress 6260

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES DE SAÚDE MENTAL

DE SAÚDE MENTAL

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental

Associação Brasileira de Mulheres de Saúde Mental



CNPJ 44 600 131/001-85

Ambamaccio@gmail.com

82 9 9649-1608

3435-8433



PLANO ANUAL DE EVENTOS DA AMBA 2024

	JAN	FEV	MARÇ	ABRIL	MADO	JUN	JUL	AGOST	SETEM	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
CURSOS	Libros	Croche	Pintar	Ballet	Eulerich Flores	Recapitulo Flores	Recapitulo Flores	Capitulo Flores	Capitulo Flores	Doce	IT	Conte	12
AÇÕES	Bronco	Donofo	Salon	Oguel	Mate	Violeta	Verde	Doce	Doce	Rosa	argue	Verde	12
TREINAMENTOS	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	12
PALESTRAS	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	Reuniao	12
													48

REALIZADO
PREVISTO
NÃO REALIZADO

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente Social
CRESSIAL 6260
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
AL. 158 116

[Assinatura]

Rebeca Oliveira Alexandre
Assistente Social
Cress 6260

3435-8433

82 9 9649-1608

CNPJ: 44.600.131/001-85
Ambamare@gmail.com

Personia Marcelino Leite
Diretora - Presidente

[Assinatura]

AMBIA - ASSOCIAÇÃO MULHERES DE AÇÕES MULTIPLICADORAS
DE BRACOS ABERTO
Personia Marcelino Leite
Presidente
Tf. 9.6536-8094





ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

PARECER Nº 09, DE 2025 – CSP
(ao Projeto de Lei n. 232/2025)

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, sobre o Projeto de Lei n. 232/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal o Instituto Henrique Leite – IHL”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 232/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal o Instituto Henrique Leite – IHL”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publica semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR LEONARDO DIAS

Cumpre ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.

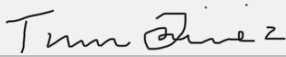
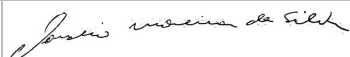
Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.


LEONARDO DIAS
Vereador

	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Thales Diniz		
Cal Moreira		

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS / PARECER Nº 09, DE 2025 – CSP /
(AO PROJETO DE LEI N. 232/2025).

PARECER

Da **COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, sobre o Projeto de Lei n. 232/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal o Instituto Henrique Leite – IHL”.

Relator: Vereador **LEONARDO DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços Públicos, na forma do art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 232/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal o Instituto Henrique Leite – IHL”.

Em síntese, é o relatório.

II – ANÁLISE

No âmbito do Município de Maceió a declaração de utilidade pública para entidades sem fins lucrativos é disciplinada pela Lei n. 4.294/1994. A referida legislação dispõe, em seu art. 2º, sobre os requisitos que devem ser atendidos para que uma entidade seja considerada de utilidade pública municipal. Assim determina o art. 2º:

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública das Entidades referidas no artigo anterior, que será encaminhado à Câmara Municipal de Maceió, através de Projeto de Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – que seja constituída no município de Maceió;
- II – que tenha personalidade Jurídica;
- III – que seus cargos de Diretoria não sejam remunerados;
- IV – que se obrigam a publicar semestralmente o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo Poder Público.

Parágrafo único. A falta de atendimento à quaisquer dos requisitos disposto no artigo e seus incisos, implicará no arquivamento do pedido, impedimento esse que poderá ser levantando por qualquer Vereador em exercício na Câmara Municipal de Maceió (Lei Municipal n. 4.294/1994).

Cumpra ressaltar ainda que a Lei n. 5.237/2002 alterou a supracitada lei para adicionar mais um requisito ao art. 2º prevendo que a entidade deverá demonstrar que se encontra em efetivo funcionamento há, pelo menos, 02 (dois) anos.

Pois bem, em atenção aos documentos acostados nesse processo legislativo, com o intuito de verificar a observância dos requisitos acima demonstrados, nota-se que a entidade cumpre todas as condições necessárias para que seja declarada de utilidade pública municipal.

III – VOTO

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Serviços Públicos, votamos pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei n. 329/2025, de autoria da vereadora Silvania Barbosa, que “Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Bombeiros Militares do Estado de Alagoas – ABMAL”.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió/AL, em 18 de setembro de 2025.

LEONARDO DIAS
Vereador

VOTOS FAVORÁVEIS: Cal Moreira; e Thales Diniz

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:A18CBE14

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

PROJETO DE LEI Nº ____/2022.

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR
CRIME DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR
CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.**

Autoria: **Vereadora TECA NELMA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL**, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do município de Maceió, a vedação da nomeação em cargo público de pessoa condenada por crime de maus-tratos aos animais.

I – os crimes de maus-tratos aos animais são aqueles previstos na Lei 9.605/98¹ de Crimes Ambientais com alterações realizadas pela Lei nº 14.064/20².

II – para efeitos desta lei, a condenação a que se refere deverá vir de decisão definitiva transitada em julgado, que não admita recurso.

Art. 2º. A previsão legal abrange todos os cargos efetivos e comissionados da administração pública do município de Maceió.

Art. 3º. A regulamentação, no que couber, caberá ao executivo, de acordo com competência.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 20 de Maio de 2022.


Teca Nelma
Vereadora

¹ LEI FEDERAL Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

² LEI Nº 14.064, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

PROJETO DE LEI Nº ____/2022.

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR
CRIME DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR
CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.**

JUSTIFICATIVA

A propositura da presente lei tem como objetivo proteger a integridade física e psicológica dos animais das pessoas que fazem parte da administração pública, garantindo seus preceitos e um ambiente de trabalho livre de qualquer tipo de abuso.

Pessoas condenadas por crime de maus-tratos, previstos na Lei 9.605/98³ de Crimes Ambientais com alterações realizadas pela Lei nº 14.064/20⁴, em decisões definitivas transitadas em julgado, comprovaram, não possuir capacidade para interagir com respeito e observância de princípios e preceitos legais de Direito Animal, levando essa mesma incapacidade de interagir harmoniosamente com os animais também para sua vida pessoal e profissional no trato com pessoas.

A administração pública serve como parâmetro dos princípios expressos no Art. 37 da Constituição Federal, sendo a legalidade e a moralidade, dois dos principais deles, o que faz um condenado por crime de maus-tratos incompatível com tais princípios norteadores de convivência pacífica em entes que devem servir de exemplo.

O Princípio da legalidade, dentre todos os limites impostos em apenas realizar o que é permitido por lei, é antes de tudo um GARANTIDOR de respeito aos direitos individuais, o que inegavelmente, denota uma contradição existente na pessoa do condenado com a legalidade que se espera de seu comportamento. Condenados por maus-tratos não detêm a compreensão necessária do princípio, do respeito, da lei e da vida em benefício da coletividade.

O Princípio da moralidade, outro norteador de condutas, é mais uma exigência ética direcionada ao que se espera do servidor público, o que vem a ser mais uma prova de incompatibilidade com a postura de pessoas condenadas por maus-tratos, pois igualmente não se vislumbra em quem maltrata animais o compromisso de cumprimento da lei, da moral, da boa fé e lealdade.

A moralidade implica saber distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, mas também entre o honesto e o desonesto, é a busca pelo agente administrativo ético, que distingue a justiça da injustiça, a moral do imoral com o fim de garantir um bom trabalho na Administração Pública. De certo, um condenado por

³ LEI FEDERAL Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

⁴ LEI Nº 14.064, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

crime de maus-tratos aos animais, não é o modelo de ética que se perquire quando resta comprovado em decisão transitada em julgado, que o mesmo atentou contra inocentes e indefesos, sem capacidade de reação ante violência, sofrimento, crueldade ou qualquer tipo de abuso.

Assim sendo, o objetivo desta propositura é garantir que o ambiente da administração pública esteja incólume sobre pessoas com tais perfis e permaneça sendo exemplo dos preceitos constitucionais, para o bem da coletividade.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 20 de Maio de 2022.


Teca Nelma
Vereadora



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05200009 / 2022

Nº PROJETO DE LEI : 265/2022

Interessado : TEREZA NELMA PORTO VIANA SOARES

Assunto : DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

DESPACHO

À Vereadora Silvania Barbosa, para emitir parecer.

Maceió/AL, 01 de junho de 2022.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF Nº 029.000.564-70 em 01 de junho de 2022 às 14h15.



Francisco Holanda Costa Filho
Vereador



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

POJETO DE LEI Nº: 265/2022

PROCESSO: 05200009/2022

AUTOR: VEREADORA TEREZA NELMA PORTO VIANA SOARES (PSD)

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

RELATORA: VEREADORA SILVANIA BARBOSA.

Trata-se de um Projeto de Lei da Excelentíssima Senhora Vereadora Teca Nelma (PSD), que *Dispõe Sobre a Proibição de Condenado por Crime de Maus-Tratos aos Animais Assumir Cargo Público no Município de Maceió.*

Sob o aspecto jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, eis que apresentada no regular exercício da competência legislativa desta Casa de Leis.

Nos termos do **art. 225, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**, é um dever do Poder Público proteger a fauna e vedar as condutas que venham a submeter os animais a crueldade.

Por sua vez, a **Lei de nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais)**, em seu **art. 32**, criminaliza a prática de maus tratos aos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Ou seja, maltratar um animal é um ato totalmente repudiado pela legislação brasileira e nada mais justo do que tomar todas as medidas possíveis para punir os agentes e, conseqüentemente, reduzir a ocorrência de tais atos.

Punir com mais rigor agressores de animais é uma forma de prevenir a ocorrência de crimes violentos contra seres humanos, é o que apontam vários estudos. Desde a criação da Divisão de Perfil Psicológico da Agência Federal de Investigação (FBI), no final dos anos 70, crimes de maus-tratos contra animais passaram a ser analisados como indicadores de indivíduos violentos e potencialmente perigosos.

Em janeiro de 2016, o FBI anunciou que casos de crueldade contra animais seriam investigados pela agência com o rigor de crimes contra seres humanos. A iniciativa, realizada em parceria com a Animal Welfare Institute, foi tomada após estudos concluírem que maus-tratos contra animais são fortes e intrínsecos indicadores de violência criminosa. Diante do exposto, conclui-se que não é admissível e, tão pouco razoável, que agressores de animais venham a assumir cargo público neste Município de Maceió.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Ademais, entendemos que é papel deste Poder Legislativo Municipal, uma vez que se trata de matéria de interesse local, nos termos do **art. 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**, dispor sobre a matéria em questão. No mesmo sentido, ao menos ao nosso sentir, a presente propositura não se encontra no rol das matérias privativas do Poder Executivo, que são aquelas previstas no **art. 234 do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

Entendemos que o presente Projeto de Lei é um clamor de grande parte da sociedade maceioense, ou melhor, de toda a sociedade brasileira, uma vez que objetiva evitar atos de crueldade com os animais, representando uma possibilidade efetiva de punição àqueles que causem sofrimento a esses seres sensíveis e indefesos. É extremamente importante que avancemos cada dia mais nos direitos dos animais aqui em nosso Município.

Apenas a título de informação, a presente propositura já é lei em outros Estados, a exemplo do Estado do Acre, onde foi sancionada e publicada no Diário Oficial do supracitado Estado no último dia 12 (doze) de maio de 2022.

Sendo assim, por todo o exposto, e por entendermos que a presente propositura se encontra em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes, somos pela **LEGALIDADE**. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 03 de junho de 2022.


Silvania Barbosa
Relatora

Votos Favoráveis:

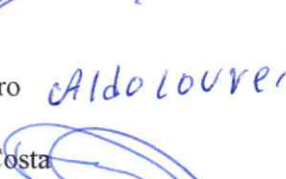
Chico Filho

Leonardo Dias

Dr. Valmir

Aldo Loureiro

Del. Fábio Costa



Votos Contrários:

Chico Filho

Leonardo Dias

Dr. Valmir

Aldo Loureiro

Del. Fábio Costa



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DA VEREADORA SILVANIA BARBOSA

Ademais, entendemos que é papel deste Poder Legislativo Municipal, uma vez que se trata de matéria de interesse local, nos termos do **art. 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**, dispor sobre a matéria em questão. No mesmo sentido, ao menos ao nosso sentir, a presente propositura não se encontra no rol das matérias privativas do Poder Executivo, que são aquelas previstas no **art. 234 do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

Entendemos que o presente Projeto de Lei é um clamor de grande parte da sociedade maceioense, ou melhor, de toda a sociedade brasileira, uma vez que objetiva evitar atos de crueldade com os animais, representando uma possibilidade efetiva de punição àqueles que causem sofrimento a esses seres sensíveis e indefesos. É extremamente importante que avancemos cada dia mais nos direitos dos animais aqui em nosso Município.

Apenas a título de informação, a presente propositura já é lei em outros Estados, a exemplo do Estado do Acre, onde foi sancionada e publicada no Diário Oficial do supracitado Estado no último dia 12 (doze) de maio de 2022.

Sendo assim, por todo o exposto, e por entendermos que a presente propositura se encontra em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes, somos pela **LEGALIDADE**. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 03 de junho de 2022.


Silvanja Barbosa
Relatora

Votos Favoráveis:

Chico Filho

Leonardo Dias

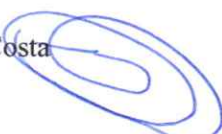
Dr. Valmir

Aldo Loureiro

Del. Fábio Costa



Aldo Loureiro



Votos Contrários:

Chico Filho

Leonardo Dias

Dr. Valmir

Aldo Loureiro

Del. Fábio Costa



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Processo N° : 05200009 / 2022

Nº PROJETO DE LEI : 265/2022

Interessado : TEREZA NELMA PORTO VIANA SOARES

Assunto : DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

DESPACHO

Encaminhe-se para publicação no diário oficial o parecer de autoria da Vereadora Silvania Barbosa.

Maceió/AL, 05 de julho de 2022.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF Nº 029.000.564-70 em 05 de julho de 2022 às 16h57.



**Francisco Holanda Costa Filho
Vereador**

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL -
PROCESSO N°. 05200009/2022.

PARECER

PROCESSO N°. 05200009/2022.

PROJETO DE LEI N° 265/2022

INTERESSADO: VEREADORA TECA NELMA

RELATORA: VEREADORA SILVANIA BARBOSA

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO
DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS-
TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

Trata-se de um Projeto de Lei da Excelentíssima Senhora Vereadora Teca Nelma (PSD), que *Dispõe Sobre a Proibição de Condenado por Crime de Maus-Tratos aos Animais Assumir Cargo Público no Município de Maceió*.

Sob o aspecto jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, eis que apresentada no regular exercício da competência legislativa desta Casa de Leis.

Nos termos do **art. 225, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**, é um dever do Poder Público proteger a fauna e vedar as condutas que venham a submeter os animais a crueldade.

Por sua vez, a **Lei de nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais)**, em seu **art. 32**, criminaliza a prática de maus tratos aos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Ou seja, maltratar um animal é um ato totalmente repudiado pela legislação brasileira e nada mais justo do que tomar todas as medidas possíveis para punir os agentes e, consequentemente, reduzir a ocorrência de tais atos.

Punir com mais rigor agressores de animais é uma forma de prevenir a ocorrência de crimes violentos contra seres humanos, é o que apontam vários estudos. Desde a criação da Divisão de Perfil Psicológico da Agência Federal de Investigação (FBI), no final dos anos 70, crimes de maus-tratos contra animais passaram a ser analisados como indicadores de indivíduos violentos e potencialmente perigosos.

Em janeiro de 2016, o FBI anunciou que casos de crueldade contra animais seriam investigados pela agência com o rigor de crimes contra seres humanos. A iniciativa, realizada em parceria com a Animal Welfare Institute, foi tomada após estudos concluírem que maus-tratos contra animais são fortes e intrínsecos indicadores de violência criminoso. Diante do exposto, conclui-se que não é admissível e, tão pouco razoável, que agressores de animais venham a assumir cargo público neste Município de Maceió.

Ademais, entendemos que é papel deste Poder Legislativo Municipal, uma vez que se trata de matéria de interesse local, nos termos do **art. 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**, dispor sobre a matéria em questão. No mesmo sentido, ao menos ao nosso sentir, a presente propositura não se encontra no rol das matérias privativas do Poder Executivo, que são aquelas previstas no **art. 234 do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

Entendemos que o presente Projeto de Lei é um clamor de grande parte da sociedade maceioense, ou melhor, de toda a sociedade brasileira, uma vez que objetiva evitar atos de crueldade com os animais, representando uma possibilidade efetiva de punição àqueles que causem sofrimento a esses seres sensíveis e indefesos. É extremamente importante que

avancemos cada dia mais nos direitos dos animais aqui em nosso Município.

Apenas a título de informação, a presente propositura já é lei em outros Estados, a exemplo do Estado do Acre, onde foi sancionada e publicada no Diário Oficial do supracitado Estado no último dia 12 (doze) de maio de 2022.

Sendo assim, por todo o exposto, e por entendermos que a presente propositura se encontra em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes, somos pela **LEGALIDADE**. É como pensamos, é como votamos.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maceió, 03 de Junho de 2022.

SILVANIA BARBOSA

Relatora

VOTOS FAVORÁVEIS:

Chico Filho
Leonardo Dias
Aldo Loureiro
Fábio Costa

VOTOS CONTRÁRIOS:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:A5183207

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 06/07/2022. Edição 6474

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N° : 05200009 / 2022

Nº PROJETO DE LEI : 265/2022

Interessado : TEREZA NELMA PORTO VIANA SOARES

Assunto : DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

DESPACHO

Encaminhe-se os autos à Comissão de Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos e Defesa dos Animais para providências.

Maceió/AL, 07 de julho de 2022.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF N° 029.000.564-70 em 07 de julho de 2022 às 15h44.



Francisco Holanda Costa Filho
Vereador



**Câmara Municipal de Maceió
GABINETE VEREADOR DELEGADO FÁBIO COSTA**

**COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS DOS
ANIMAIS**

PROCESSO N. 05200009.2022

PROJETO DE LEI Nº 265/20221

INTERESSADA: VEREADORA TECA NELMA

**ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE
MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO
DE MACEIÓ**

DESPACHO

Ao Vereador Brivaldo Marques, para emitir parecer.

Maceió/AL, 11 de julho de 2022

VEREADOR DEL. FÁBIO COSTA
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR BRIVALDO MARQUES

PARECER N° ____/2022

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PROTOCOLO N° 0520009/ 2022

PROJETO DE LEI N° 265/2022

RELATOR: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n° 265/2022 de iniciativa da nobre Vereadora Teca Nelma, que tramita nesta Casa Legislativa com protocolo n° 0520009/2022 e dispõe sobre a proibição de condenado por crime de maus tratos aos animais, assumir Cargo Público no Município de Maceió, e dá outras providências.

A presente propositura pretende instituir no âmbito do Município de Maceió a vedação da nomeação em cargo público de pessoa condenada por crimes de maus tratos aos animais.

Antes de adentrarmos no mérito da matéria, vale ressaltar que o Projeto de Lei em discussão fora submetido para análise da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final, cabendo a essa comissão temática apenas a análise de mérito.

2. ANÁLISE

Compete ao poder Público Municipal legislar sobre assuntos de interesse local dentro de suas competências constitucionais como pontua o Art. 30 I e 225° da CRFB/88 e art.6° III da Lei Orgânica do Município de Maceió.

Deste modo no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a propositura aborda um tema pertinente que é a vedação de pessoa julgada por crimes de maus tratos aos animais assuma cargo público no município de Maceió, vista que tal propositura é de vital importância para a inibir tais condutas ilícitas e preservando a integridade física dos animais assim conservando o meio ambiente e aplicando sanções aos que infringem as regras e Leis da sociedade e seu ordenamento jurídico assim determina ação significativa para o Poder Legislativo.

A Política Municipal compreende o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes administrativas e técnicas, que visam orientar as ações do poder Executivo e legislativo voltadas dentro do seu ordenamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR BRIVALDO MARQUES

jurídico para uma melhor conservação ambiental e preservação da natureza e seus animais no Município de Maceió.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

Deste modo, no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a propositura aborda um tema pertinente a sociedade, tendo em vista que determina ações significativas para a proteção do meio ambiente.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

3. CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos baseados apenas no mérito da matéria, onde não cabe a essa comissão analisar a constitucionalidade das proposições, entendemos que o Projeto de Lei 265/2022 com protocolo nº 0520009/2022 deve ser aprovado.

É o parecer.

Brivaldo Marques
BRIVALDO MARQUES
Vereador Relator

VOTOS FAVORÁVEIS

VOTOS CONTRÁRIOS

ABSTENÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR BRIVALDO MARQUES

PARECER Nº ____/2022

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PROTOCOLO Nº 0520009/ 2022

PROJETO DE LEI Nº 265/2022

RELATOR: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 265/2022 de iniciativa da nobre Vereadora Teca Nelma, que tramita nesta Casa Legislativa com protocolo nº 0520009/2022 e dispõe sobre a proibição de condenado por crime de maus tratos aos animais, assumir Cargo Público no Município de Maceió, e dá outras providências.

A presente propositura pretende instituir no âmbito do Município de Maceió a vedação da nomeação em cargo público de pessoa condenada por crimes de maus tratos aos animais.

Antes de adentrarmos no mérito da matéria, vale ressaltar que o Projeto de Lei em discussão fora submetido para análise da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final, cabendo a essa comissão temática apenas a análise de mérito.

2. ANÁLISE

Compete ao poder Público Municipal legislar sobre assuntos de interesse local dentro de suas competências constitucionais como pontua o Art. 30 I e 225º da CRFB/88 e art.6º III da Lei Orgânica do Município de Maceió.

Deste modo no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a propositura aborda um tema pertinente que é a vedação de pessoa julgada por crimes de maus tratos aos animais assuma cargo público no município de Maceió, vista que tal propositura é de vital importância para a inibir tais condutas ilícitas e preservando a integridade física dos animais assim conservando o meio ambiente e aplicando sanções aos que infringem as regras e Leis da sociedade e seu ordenamento jurídico assim determina ação significativa para o Poder Legislativo.

A Política Municipal compreende o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes administrativas e técnicas, que visam orientar as ações do poder Executivo e legislativo voltadas dentro do seu ordenamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR BRIVALDO MARQUES

jurídico para uma melhor conservação ambiental e preservação da natureza e seus animais no Município de Maceió.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

Deste modo, no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a proposição aborda um tema pertinente a sociedade, tendo em vista que determina ações significativas para a proteção do meio ambiente.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

3. CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos baseados apenas no mérito da matéria, onde não cabe a essa comissão analisar a constitucionalidade das proposições, entendemos que o Projeto de Lei 265/2022 com protocolo nº 0520009/2022 deve ser aprovado.

É o parecer.

Brivaldo Marques
BRIVALDO MARQUES
Vereador Relator

VOTOS FAVORÁVEIS

VOTOS CONTRÁRIOS

ABSTENÇÃO





Câmara Municipal de Maceió
GABINETE VEREADOR DELEGADO FABIO COSTA

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

PROCESSO N. 05200009.2022

PROJETO DE LEI Nº 265/20221

INTERESSADA: VEREADORA TECA NELMA

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

DESPACHO

Encaminha-se para publicação no diário oficial o parecer emitido.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

VEREADOR DEL. FABIO COSTA
Relator

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS DOS
ANIMAIS - PROCESSO Nº. 0520009/2022.

PARECER

PROCESSO Nº. 0520009/2022.

PROJETO DE LEI Nº 265/20221

INTERESSADA: VEREADORA TECA NELMA

RELATOR: VEREADOR BRIVALDO MARQUES

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 265/2022 de iniciativa da nobre Vereadora Teca Nelma, que tramita nesta Casa Legislativa com protocolo nº 0520009/2022 e dispõe sobre a proibição de condenado por crime de maus tratos aos animais, assumir Cargo Público no Município de Maceió, e dá outras providências.

A presente proposição pretende instituir no âmbito do Município de Maceió a vedação da nomeação em cargo público de pessoa condenada por crimes de maus tratos aos animais.

Antes de adentrarmos no mérito da matéria, vale ressaltar que o Projeto de Lei em discussão fora submetido para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cabendo a essa comissão temática apenas a análise de mérito.

2. ANÁLISE

Compete ao poder Público Municipal legislar sobre assuntos de interesse local dentro de suas competências constitucionais como pontua o Art. 30 I e 225º da CRFB/88 e art.6º III da Lei Orgânica do Município de Maceió.

Deste modo no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a proposição aborda um tema pertinente que é a vedação de pessoa julgada por crimes de maus tratos aos animais assumir cargo público no município de Maceió, vista que tal proposição é de vital importância para a inibir tais condutas ilícitas e preservando a integridade física dos animais assim conservando o meio ambiente e aplicando sanções aos que infringem as regras e Leis da sociedade e seu ordenamento jurídico assim determina ação significativa para o Poder Legislativo.

A Política Municipal compreende o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes administrativas e técnicas, que visam orientar as ações do poder Executivo e legislativo voltadas dentro do seu ordenamento jurídico para uma melhor conservação ambiental e preservação da natureza e seus animais no Município de Maceió.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

Deste modo, no tocante ao mérito da matéria, não existe impedimento a sua tramitação, visto que, a proposição aborda um tema pertinente a sociedade, tendo em vista que determina ações significativas para a proteção do meio ambiente.

Sendo assim, resta concluído que o presente projeto deve ter sua regular tramitação.

3. CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos baseados apenas no mérito da matéria, onde não cabe a essa comissão analisar a constitucionalidade das proposições, entendemos que o Projeto de Lei 265/2022 com protocolo nº 0520009/2022 deve ser aprovado.

É o parecer.

BRIVALDO MARQUES

Vereador Relator

VOTOS FAVORÁVEIS:

Fabio Costa

VOTOS CONTRÁRIOS:

ABSTENÇÃO:

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:3EC79FA5

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 04/08/2022. Edição 6495
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



Câmara Municipal de Maceió
GABINETE VEREADOR DELEGADO FABIO COSTA

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

PROCESSO N. 05200009.2022

PROJETO DE LEI Nº 265/20221

INTERESSADA: VEREADORA TECA NELMA

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

DESPACHO

Encaminha-se os autos à Comissão de Administração e Assuntos ligados ao Servidor Público para providências.

Maceió/AL, 04 de agosto de 2022

VEREADOR DEL. FABIO COSTA
Relator



**Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Maceió
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo N° : 05200009 / 2022

Nº PROJETO DE LEI : 265/2022

Interessado : VEREADORA TECA NELMA

Assunto : DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

DESPACHO

À Comissão de Administração e Assuntos ligados ao Servidor Público para deliberação.

Maceió/AL, 25 de agosto de 2025.



Despacho Assinado Digitalmente por : Francisco Holanda Costa Filho, CPF N° 029.000.564-70 em 25 de agosto de 2025 às 16h24.



**Francisco Holanda Costa Filho
Presidente**

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
PROIBIÇÃO DE CONDENADO POR CRIME DE MAUS-TRATOS A
ANIMAIS ASSUMIR CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ /
PROCESSO Nº: 05200009/2022.

PARECER Nº 020/2025 – GVJO - CMM
PROCESSO Nº: 05200009/2022.
PROJETO: 109/2022
AUTOR: TECA NELMA
RELATOR: JÔNATAS OMENA

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE
CONDENADO POR CRIME DE MAUS-
TRATOS A ANIMAIS ASSUMIR CARGO
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.”

RELATÓRIO

O *Projeto de Lei nº 109/2022*, de autoria da *Vereadora Teca Nelma*, estabelece a vedação à nomeação para cargos públicos, efetivos e comissionados, no âmbito do Município de Maceió, de pessoas condenadas, por decisão judicial transitada em julgado, pela prática de crimes de maus-tratos a animais, tipificados na *Lei Federal nº 9.605/1998* e modificações trazidas pela *Lei nº 14.064/2020*.

A iniciativa busca reforçar a proteção da moralidade administrativa e assegurar que apenas pessoas com conduta compatível com os princípios constitucionais ingressem no serviço público municipal.

FUNDAMENTO

A proposta encontra amparo no **art. 30, I e II, da Constituição Federal**, que confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A vedação imposta pelo projeto não afronta direitos e garantias fundamentais, uma vez que condiciona o impedimento **ao trânsito em julgado da condenação**, respeitando o princípio da presunção de inocência.

Sob a ótica da Administração Pública, a medida fortalece os princípios previstos no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, em especial os **da legalidade e da moralidade**, que devem nortear o comportamento dos servidores.

Além disso, a proposição contribui para a valorização do serviço público, ao impedir que pessoas que atentaram contra a integridade de animais indefesos possam exercer funções que exigem probidade, respeito e idoneidade moral.

Não há óbice jurídico ou constitucional que inviabilize a tramitação e aprovação da matéria, de acordo com o parecer emitido pela Comissão competente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Relator manifesta-se **favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 109/2022, de autoria da Vereadora Teca Nelma**, por entender que a proposição está em consonância com a Constituição Federal, com a legislação infraconstitucional e com os princípios que regem a Administração Pública.

Este é o parecer.

VOTOS FAVORÁVEIS:

- OLIVIA TENÓRIO
- SAMYR MALTA

VOTOS DESFAVORÁVEIS:

ABSTENÇÕES:

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:6C692C5F

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 01/10/2025. Edição 7260

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO
PARECER

PARECER Nº 020/2025 – GVJO - CMM

PROCESSO Nº: 05200009/2022

PROJETO: 109/2022

AUTOR: TECA NELMA

RELATOR: JÔNATAS OMENA

**“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE
CONDENADO POR CRIME DE MAUS-
TRATOS A ANIMAIS ASSUMIR
CARGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE
MACEIÓ.”**

RELATÓRIO

O *Projeto de Lei nº 109/2022*, de autoria da *Vereadora Teca Nelma*, estabelece a vedação à nomeação para cargos públicos, efetivos e comissionados, no âmbito do município de Maceió, de pessoas condenadas, por decisão judicial transitada em julgado, pela prática de crimes de maus-tratos a animais, tipificados na **Lei Federal nº 9.605/1998** e modificações trazidas pela **Lei nº 14.064/2020**.

A iniciativa busca reforçar a proteção da moralidade administrativa e assegurar que apenas pessoas com conduta compatível com os princípios constitucionais ingressem no serviço público municipal.

FUNDAMENTO

A proposta encontra amparo no **art. 30, I e II, da Constituição Federal**, que confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A vedação imposta pelo projeto não afronta direitos e garantias fundamentais, uma vez que condiciona o impedimento ao **trânsito em julgado da condenação**, respeitando o princípio da presunção de inocência.

Sob a ótica da Administração Pública, a medida fortalece os princípios previstos no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, em especial os da **legalidade** e da **moralidade**, que devem nortear o comportamento dos servidores.

Além disso, a proposição contribui para a valorização do serviço público, ao impedir que pessoas que atentaram contra a integridade de animais indefesos possam exercer funções que exigem probidade, respeito e idoneidade moral.

Não há óbice jurídico ou constitucional que inviabilize a tramitação e aprovação da matéria, de acordo com o parecer emitido pela Comissão competente.



CAMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO
PARECER

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Relator manifesta-se **favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 109/2022, de autoria da Vereadora Teca Nelma**, por entender que a proposição está em consonância com a Constituição Federal, com a legislação infraconstitucional e com os princípios que regem a Administração Pública.

Este é o parecer.

Assinado na data em que foi protocolado.

JÔNATAS OMENA
PRESIDENTE

Vereador – Câmara Municipal de Maceió

FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
